



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

**Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG – PMUS)**  
**Mestrado em Museologia e Patrimônio**

**A PATRIMONIALIZAÇÃO E SUAS NOVAS  
PERSPECTIVAS:  
A UTILIZAÇÃO DO ACERVO DO MUSEU DE ARTE  
SACRA DE PARATY PELA COMUNIDADE DURANTE  
AS FESTAS E PROCISSÕES.**

*Julio Cezar Neto Dantas*

***ORIENTADORA – Professora Doutora Helena da Cunha Uzeda***

***UNIRIO/ MAST – RJ, fevereiro de 2015.***



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

**Julio Cezar Neto Dantas**

**A PATRIMONIALIZAÇÃO E SUAS NOVAS  
PERSPECTIVAS:  
A UTILIZAÇÃO DO ACERVO DO MUSEU DE ARTE  
SACRA DE PARATY PELA COMUNIDADE DURANTE  
AS FESTAS E PROCISSÕES.**

*UNIRIO/ MAST – RJ, fevereiro de 2015.*



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

# **A PATRIMONIALIZAÇÃO E SUAS NOVAS PERSPECTIVAS: A UTILIZAÇÃO DO ACERVO DO MUSEU DE ARTE SACRA DE PARATY PELA COMUNIDADE DURANTE AS FESTAS E PROCISSÕES.**

Por

Julio Cezar Neto Dantas,

Aluno do Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio  
LINHA 02 – Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento.

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós – Graduação em Museologia e Patrimônio.

Orientador: Professora Doutora Helena da Cunha Uzeda

***UNIRIO/ MAST – RJ, fevereiro de 2015.***



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

## **A PATRIMONIALIZAÇÃO E SUAS NOVAS PERSPECTIVAS: A UTILIZAÇÃO DO ACERVO DO MUSEU DE ARTE SACRA DE PARATY PELA COMUNIDADE DURANTE AS FESTAS E PROCISSÕES.**

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós – Graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas, e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO / Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/ MCT, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

**Aprovado por:**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.** \_\_\_\_\_  
**Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira**  
Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro EBA - UFRJ

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>** \_\_\_\_\_  
**Tereza Cristina Scheiner**  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,  
UNIRIO – (PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>** \_\_\_\_\_  
**Helena da Cunha Uzeda**  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,  
UNIRIO – (PPG-PMUS UNIRIO/MAST - Orientadora)

*Rio de Janeiro / RJ, Fevereiro de 2015.*



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

D 192 Dantas, Julio Cezar Neto.

A patrimonialização e suas novas perspectivas: a utilização do acervo do Museu de Arte Sacra de Paraty pela comunidade durante as festas e procissões / Julio Cezar Neto Dantas. -- Rio de Janeiro, 2015.

xii. 190 f. : il.

Orientador: Professora Doutora Helena da Cunha Uzeda.

Referência: f. 183 - 190

Inclui anexos

Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2015.

1. Musealização. 2. Patrimonialização. 3. Museu de Arte Sacra de Paraty. 4. Procissões.

I. Uzeda, Helena da Cunha. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. III. Museu de Astronomia e Ciências Afins. IV. Título.

CDU: 069.02:2



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

A todos que de alguma forma motivaram o meu crescimento intelectual e a concretização deste estudo.



## AGRADECIMENTOS

A minha Orientadora Professora Doutora Helena da Cunha Uzeda que desde o início representou confiança, incentivo e paciência ao indicar as linhas mestras para o direcionamento das pesquisas e os caminhos a serem trilhados para meu amadurecimento intelectual, motivo para mim de muito orgulho e honra.

A Professora Doutora Tereza Cristina Scheiner, quando em suas visitas à Paraty pela motivação em ingressar no curso do Mestrado e suas sugestões na qualificação.

A Professora Doutora Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, personagem fundamental em minha formação, constante estímulo à minha caminhada.

A saudosa Dolores Brandão Tavares (*in memoriam*) pela grande amizade e cobrança para realização deste estudo.

Ao Adriano Veloso de Jesus, profissional e colega de trabalho, pelo apoio na formatação da dissertação e nos momentos difíceis para seguir meu percurso.

Ao Lucas Martins de Oliveira, que no início de sua trajetória tem mostrado cumplicidade e alegria.

Ao Nilson Netto Dantas pelo interesse, paciência e compreensão na digitação prévia do conteúdo.

Ao Padre Roberto Carlos Pereira, Benedita Vieira de Oliveira, Luiz Carlos Brito, Maria José do Carmo Teixeira, Maria Inês Netto e Sebastian Maria Buffa pelo incentivo moral para continuar seguindo em frente com os estudos.

A Professora Marina Gouvêa do Nascimento pelas intervenções e sugestões sempre pertinentes, possibilitando os ajustes do texto.

As equipes do Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Arquivo do IPHAN e Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro sou extremamente grato pela acolhida atenciosa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

“É através das coisas belas do passado que podemos refazer, de testemunho em testemunho, os itinerários percorridos nessa apaixonante caminhada, não na busca do tempo perdido, mas ao encontro do tempo que ficou vivo para sempre porque entranhado na arte”.

*Lúcio Costa*



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

## RESUMO

DANTAS, Julio Cezar Neto. A Patrimonialização e suas novas perspectivas: A utilização do acervo do Museu de Arte Sacra de Paraty pela comunidade durante as festas e procissões.

ORIENTADORA: Professora Doutora Helena da Cunha Uzeda, UNIRIO/MAST, 2015.

A Dissertação parte da análise dos aspectos culturais da cidade de Paraty, abordando seu surgimento e sua consolidação enquanto vila e depois cidade, fundada nos anos seiscentos, revelando as especialidades e formas de comportamento dos habitantes daquela comunidade e de suas Irmandades Religiosas. A pesquisa analisa o acervo Material, Imaterial, Cultural e Natural da cidade histórica, concentrando-se nos processos de patrimonialização e de musealização, focalizando o rico acervo de prataria sob a guarda do Museu de Arte Sacra, localizado na Igreja de Santa Rita e os aspectos específicos de apropriação deste acervo pela comunidade detentora, usuária e guardiã desses bens. É destacado o papel da herança cultural transmitida através das festas devocionais e seus elementos associados, que ainda são vivenciados em um contexto que problematiza as práticas museológicas e os significados e conceitos de “musealização” e do valor do objeto musealizado apenas como documento.

Palavras-chaves – Musealização; patrimonialização; Museu de Arte Sacra de Paraty; procissões.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

## ABSTRACT

DANTAS, Julio Cezar Dantas Neto. Patrimonialization and their new perspectives: The use of Sacred Art Museum's collection of Paraty by the community during festivals and processions.

ORIENTADORA: Professora doutora Helena da Cunha Uzeda, UNIRO / MAST, 2015.

This work analyzes cultural aspects of the city of Paraty, addressing its foundation and its consolidation as a village and town to be, founded in the year six hundred, revealing specialties and forms of behavior of the inhabitants of that community and their religious Brotherhoods. The research analyzes the Material, Intangible Cultural and Natural heritage of the historic city, focusing on heritage processes and musealization, with special attention to the rich silver acquis under custody of the Sacred Art Museum, located in the Church of Santa Rita, as well as in specific aspects of ownership of these assets by the city community, which is today user and guardian of these goods. It highlights the role of cultural heritage passed down through the devotional parties and its associated elements, which are also experienced in a context that questions the museological practices and meanings as well as the concepts of "musealization" and the value of the musealized object as document itself.

Key words - musealization; patrimonialization; Sacred Art Museum of Paraty; processions.



## SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>ACRJ –</b>	Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro.
<b>ANRJ –</b>	Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
<b>BN –</b>	Biblioteca Nacional.
<b>DA –</b>	Documento Avulso.
<b>FNPM –</b>	Fundação Nacional Pró-Memória.
<b>FRM –</b>	Fundação Roberto Marinho.
<b>IBAMA –</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente.
<b>IBDF –</b>	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
<b>IBRAM –</b>	Instituto Brasileiro de Museus.
<b>ICOFOM –</b>	Comitê Internacional para Museologia.
<b>ICOFOM LAM –</b>	Sub comitê Regional para América Latina e Caribe do Comitê Internacional de Museologia.
<b>ICOM –</b>	Conselho Internacional de Museus.
<b>ICOMOS –</b>	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.
<b>ICTOP –</b>	Encontro Internacional de Formação de Pessoal para Museus.
<b>IEF –</b>	Instituto Estadual de Floresta.
<b>IEPHA –</b>	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.
<b>IHAP –</b>	Instituto Histórico e Artístico de Paraty.
<b>IPHAN –</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
<b>JOPACOL –</b>	Jovens Paratyenses para Coletividade.
<b>MASDP –</b>	Museu de Arte Sacra de Paraty.
<b>MASP –</b>	Museu de Arte Sacra de São Paulo.
<b>MEC –</b>	Ministério da Educação e Cultura.
<b>MINC –</b>	Ministério da Cultura.
<b>ONU –</b>	Organização das Nações Unidas.
<b>PASCOM –</b>	Pastoral da Comunicação da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios.
<b>SPHAN –</b>	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
<b>UNESCO –</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	01
CAPÍTULO 1 - A Cidade Histórica de Paraty: Espaço, Tempo e Memória .....	06
1.1. A Religiosidade em Paraty: as Festas e Procissões .....	44
CAPÍTULO 2 – O Território de Paraty e seus Tombamentos .....	93
CAPÍTULO 3 – Algumas observações nos legados das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Paraty .....	127
3.1. O Papel das Ordens Religiosas, Misericórdias, Confrarias e Irmandades .....	130
3.2. O Rosário: objeto de devoção pessoal” .....	134
3.3. As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e São Benedito dos Homens Pretos de Paraty .....	139
CAPÍTULO 4 – Rei e Rainha nunca perdem a majestade .....	144
4.1. Origem das Festas de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito .....	144
4.2. As Festas de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito em Paraty .....	145
4.3. A Realeza Negra .....	150
CAPÍTULO 5 – A Musealização do Objeto como Documento e sua inserção nas dinâmicas sociais .....	156
5.1. Destaque para o acervo do Museu de Arte Sacra de Paraty .....	173
Considerações Finais .....	180
Referências .....	183
Anexos	



## INTRODUÇÃO

Desde a década de 1980, ao concluir as faculdades de Arquitetura e de Museologia, venho me dedicando à pesquisa histórica dos bens imóveis, móveis e integrados das igrejas e Irmandades Religiosas de Paraty, bem como a sua produção artística, aliada ao calendário religioso que integra o Patrimônio Imaterial Paratyense. A partir de 2000, minha atenção se direcionou também à decoração interior dos templos, mais precisamente, sobre a produção artística e seu acervo.

Após minha formação, o desejo de aprofundar este estudo surgiu como fruto do período em que trabalhei no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), experiência que me motivou, levando-me a analisar o Museu de Arte Sacra de Paraty – inaugurado, em 1976, pelos antigos técnicos da instituição – que, além de enfatizar sua função comunicacional, tinha como objetivo a salvaguarda e a exibição do precioso acervo da Paróquia, das Irmandades Religiosas e da comunidade de Paraty, por meio da exposição de seus objetos. Esse acervo poderia ser considerado como referência para a comunidade de Paraty, considerando que os objetos não perderam sua função de uso, ainda que musealizados e que tenham seguido todos os procedimentos museológicos.

Este trabalho tem por intenção o estudo e a valorização do acervo do Museu de Arte Sacra de Paraty, considerando as visões contidas nos textos de teóricos da museologia, traçando, assim, uma investigação sobre aspectos que envolvem a patrimonialização e a musealização desse importante patrimônio material, bem como sobre os procedimentos de rotina pelos quais passam esses objetos durante as festas e procissões que são realizadas, anualmente, em Paraty dentro do seu calendário litúrgico.

Uma vez que o museu é identificado como agente de diálogo na relação com as diversas comunidades e igrejas, este se apresenta aberto aos discursos e às pesquisas, entre as quais, a que desenvolvemos junto aos arquivos e documentos de fontes primárias que fazem referência a este acervo e que hoje estão sob a guarda do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Os estudos aprofundados sobre esse acervo podem fortalecer a instituição no que diz respeito à reflexão sobre suas referências, uma vez que possuem um significado muito importante para a comunidade de Paraty. Percebe-se uma relação de afetividade entre os fiéis, visitantes e a “igreja - museu”, que representa um valor inestimável para a devoção local, que a reconhece como espaço musealizado, mas também como



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

espaço sagrado. Segundo relato dos moradores, todo este universo simbólico ainda perdura em Paraty.

As pesquisas a respeito do município e sobre a arquitetura de Paraty, que teve seu primeiro Tombamento pelo Governo Estadual realizado em 1945, enquanto pelo Governo Federal, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ocorreu em 13/02/1958, enfocam de modo sistemático o seu conjunto arquitetônico e paisagístico e, em data recente, seu Patrimônio Imaterial.

No século XVIII, as Irmandades Religiosas já possuíam organização complexa com seus Compromissos, que eram enviados a Lisboa para receberem aprovação da Mesa da Consciência e Ordens e do Desembargo do Paço, jurisdições eclesiásticas temporais às quais estavam subordinadas. Estas possuíam patrimônio próprio, contribuindo para a construção de igrejas, capelas, cemitérios, realizando com muita pompa a decoração interior de seus templos e com esplendor litúrgico suas festas e procissões. Durante a vida, ser membro de uma Irmandade era uma questão de estabilidade e prestígio social. Na morte, mesmo tendo sido escravo, lhe era reservado o direito à sepultura, a missas, à encomendação do corpo e a sufrágios.

Algumas questões podem ser formuladas, quando pensamos em cultura material e imaterial e na significação dos objetos hoje musealizados e expostos como acervo religioso no Museu, que os mesmos usuários podem operar com um e outro significado, como é o caso da prataria litúrgica, das imagens e das coroas de Rei e Rainha da Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Elementos extremamente importantes deste patrimônio, quando expostos no Museu de Arte Sacra, que fazem uma mediação entre os visitantes e a cultura paratyense, mas que não perderam sua função de uso para as quais foram concebidos, fundamentando, assim, o conceito de Patrimônio e realizando também a transição da herança cultural.

Quando percebemos que os mesmos objetos, hoje musealizados e expostos no Museu de Arte Sacra de Paraty, são anualmente retirados das vitrines para operarem em outra esfera de significação como elementos ativos e funcionais da procissão, avaliamos a profunda relação que se estabelece entre cultura material e imaterial, entre passado e presente.

O desenvolvimento dessa pesquisa justifica-se pela necessidade da reunião de dados sobre a igreja, suas festas, seu acervo, formado pela coleção de objetos litúrgicos, imagens e suas formas de utilização, como fontes documentais e também como objetos



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

musealizados. A partir dos estudos desenvolvidos e das informações coletadas acerca da história do edifício, o trabalho desenvolve, por meio de uma ordem cronológica, análise dos fatos e das intervenções, revelando sua leitura externa e interna, com base nas informações existentes nos arquivos e, principalmente, nas observações *in loco*.

Uma pesquisa deste gênero deve ser sempre iniciada por uma abordagem e um estudo de obras documentadas em fontes primárias, que consideramos relevantes e que, com certeza, irão facilitar análises comparativas entre exemplares ainda pouco conhecidos pelo público comum, assim como pelo público especializado. Portanto, a vivência que tive após a década de 1960 e o envolvimento com o objeto de estudo foram complementados pelas consultas realizadas à coleção de jornais publicados na cidade, abrangendo o período de 1882 a 1930. Essas publicações são importantes fontes de informação para estudos do final do século XIX e início do XX, fornecendo fundamentos indispensáveis para a reconstrução da história da cidade, no que concerne a seu cotidiano, sua arquitetura, patrimônio natural, festas religiosas, irmandades e acervos das igrejas, hoje patrimonializados e que já eram muito citados naquela época, em crônicas e notícias.

O estudo foi dividido em cinco capítulos, objetivando esclarecimentos e melhor compreensão dos temas tratados. No primeiro capítulo – A cidade histórica de Paraty: Espaço, Tempo e Memória, estudamos a evolução urbana do sítio histórico após a transferência da povoação do Morro da Vila Velha ou de São Roque para a planície; o antigo cais de embarque e desembarque no muro do rio Paratyguassú, atual Perequê-Açú; as transformações ocorridas no edifício da Casa de Câmara e Cadeia e sua mudança para o prédio atual à Rua do Rosário, local em que se encontra nos dias atuais; a construção das Igrejas e as transformações ocorridas no interior das mesmas; além das Capelas de Santa Cruz e Fazendas na Zona Rural associadas às práticas do modo de fazer, sua culinária e artesanato ainda mantidos.

Ainda serão tratados, no desdobramento do primeiro capítulo, a religiosidade em Paraty e suas Festas, em que verificamos o fortalecimento da espiritualidade e da fé cristã, bem como as devoções na vida terrena e a sua passagem para o mundo espiritual. Será dado destaque à atuação das Irmandades Religiosas, juizes de festas e festeiros, através de seus “Compromissos das festas”, realizadas no seu calendário litúrgico, papel de fundamental importância na vida social, sobretudo como meio de proteção, que se estendia também em sua abrangência aos homens de cor, incorporando crenças e formas de comportamento que eram seguidos de geração a geração.



No segundo capítulo, a abordagem se direcionou ao Território de Paraty e seus Tombamentos, quando apresentamos um panorama histórico para traçar as transformações da cidade antes, durante e após sua patrimonialização: desde seu surgimento, passando pela “descoberta” da cidade pelos intelectuais no início do século XX, até os dias atuais. Paraty permanece nas discussões como processo de privilegiado Monumento Histórico, profundamente associado ao Patrimônio Cultural, Material e Imaterial que remete ao conceito de museu a céu aberto.

No terceiro capítulo realizamos observações sobre os legados das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Nos seus delineamentos encontramos, já no início do século XX, as primeiras medidas de proteção, tomadas antes das iniciativas dos órgãos de preservação que, por meio dos Livros de Tombo, de certa forma, vieram garantir a permanência do acervo das Irmandades até os dias atuais, bem como destacamos o valor simbólico que permanece ainda vivo e preservado em seu acervo musealizado.

No quarto capítulo, que trata das Festas Religiosas dos Negros, realizamos um recorte temporal no período compreendido entre segunda metade do século XVIII e meados do século XIX, uma vez que o acervo mais movimentado, em termos quantitativos, após a Festa da Semana Santa, é o das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

Nas festas esse acervo materializa uma mediação entre as divindades e seus devotos, contexto que os coloca como objetos sagrados e simbólicos. Numa exposição museológica são vistos como objetos em sua materialidade, valor histórico e forma artística, sendo, acima de tudo, parte do chamado patrimônio paratyense e de arte sacra brasileira.

O quinto capítulo faz referência à utilização do acervo do Museu de Arte Sacra de Paraty pela comunidade durante as festas e procissões, abordando aspectos da patrimonialização e suas novas perspectivas. Neste capítulo, observamos os primeiros procedimentos pensados para a preservação deste acervo legado, que teve seu processo de institucionalização/musealização efetivado através do IPHAN em 1965, em 1973, com a assinatura do Convênio com a Mitra Diocesana de Barra do Piraí e a averbação de sua inscrição nos Livros do Tombo da SPHAN, promovida pelo Diretor da DTC/SPHAN, Augusto Carlos da Silva Telles, no ano de 1985.

Após traçado o panorama das exposições anteriores é apontada a relevância da cidade de Paraty e de sua zona rural, bem como de seu patrimônio Material e Imaterial e do precioso acervo que integra a coleção do Museu de Arte Sacra de Paraty, que vem sendo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

preservado há mais de 200 anos. Algumas questões podem ser formuladas quando pensamos em cultura material e imaterial, assim como na significação dos objetos, hoje musealizados e expostos como acervo religioso no Museu de Arte Sacra de Paraty.

Uma pesquisa deste gênero deve ser iniciada por estudo aprofundado de obras documentadas em fontes primárias que consideramos relevantes. Com certeza, esse processo irá facilitar análises comparativas entre exemplares do acervo ainda pouco conhecidos pelo público comum, e até mesmo pelo público especializado.

A metodologia que foi empregada na investigação do acervo estudado tentou, objetivamente, estabelecer uma abordagem precisa do universo simbólico que lhe deu origem, de sua permanência durante tanto tempo e do seu uso contínuo até os dias atuais e, conseqüentemente de todo o processo envolvendo sua guarda, conservação e exposição.



## 1. A CIDADE HISTÓRICA DE PARATY: ESPAÇO, TEMPO E MEMÓRIA.

Paraty constituiu-se em um sítio histórico<sup>1</sup> que teve suas origens no século XVII e apogeu no século XVIII. Era ponto de passagem obrigatória dos viajantes que demandavam para o interior do país e daqueles que, vindos do Rio de Janeiro, pretendiam chegar a Minas Gerais no auge da produção aurífera, utilizando-se do percurso marítimo - terrestre para a comercialização do ouro.

Paraty viveu um período de grande prosperidade econômica; fato este que resultou na constituição de seu conjunto arquitetônico e na existência de tradições que permearam os séculos e que, ainda hoje, permanecem vivas, sendo transmitidas, com seus usos e costumes, de geração a geração.

A cidade encontra-se localizada em uma região de povoamento remoto. Foi descoberta nos primórdios da exploração aurífera. No século XVIII, conheceu seu apogeu face ao estímulo provocado pela procura de metais preciosos, levando à entrada dos paulistas sertão adentro, através das trilhas abertas pelos indígenas. Sua posição relativamente privilegiada nas principais rotas da mineração favoreceu certo isolamento, acentuado devido ao fato de todo o território ser cortado apenas por duas estradas calçadas de pedras, muito precárias em alguns trechos (Figura 1), que eram fiscalizadas pelo Registro do Boqueirão do Inferno e “Registro Velho” ou do “Curralinho”<sup>2</sup>. O relato desta prática ainda é feito em 1804:

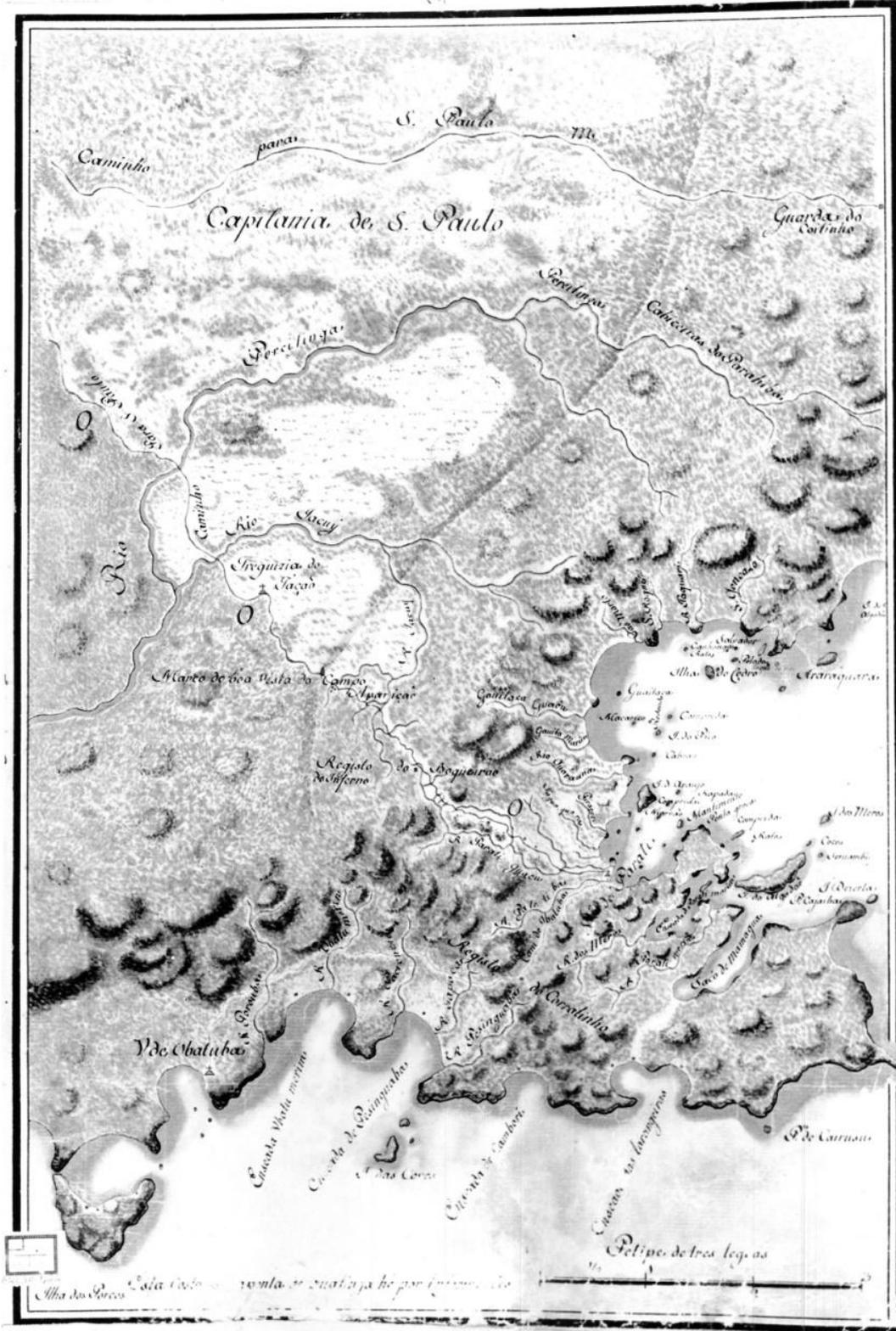
Passados alguns annos por requerimento, que fes o Dezembargador Intendente do Ouro ao Sr. Vice Rey do Estado se estabeleceo o novo Registro no caminho que segue da sobredicta vila de Paraty para a de Ubatuba no lugar chamado o Curralinho, compondose a sua guarda de hum Official Inferior, e quatro soldados para impedir a passagem dos escravos novos, que se extraviarão para a Capitania de S. Paulo, por ficar o dito caminho próximo a marinha, e haver então noticia que por ele se extraviava também ouro em pó, ficando por esta forma a referida Vila com três guardas, ou registros, os quaes se regulão pelo Regimento de 9 de Novembro de 1726, cujas disposiçoens são as que actualmente se observao (ANRJ, 1804, pc. 1).

<sup>1</sup> O Jornal O Município deixou a referência do nome acostado em artigo de 12 de maio de 1921; a palavra “Pirá” significa – peixe; “tiz” é o diminutivo da palavra “tinga”, que significa – tanquinho. Ainda abunda no Baixio que enfrenta a actual cidade, essa qualidade de peixe. Por chamar-se – Paraty – (O Município, 1921, p. 1). O baixio foi conhecido por todos os paratyenses até a década de 1970, área de retirada de mariscos na maré baixa, daí seu nome.

<sup>2</sup> Os Registros eram construções erguidas em locais estratégicos das estradas e caminhos do período colonial para controle e fiscalizações dos passageiros. O mapa apresenta a localização de dois importantes registros erguidos no século XVIII: Boqueirão do Inferno e Curralinho.



Figura 1 - Parte das Cartas Topográficas da Capitania do RJ – 1767, retratando as estradas e Registros de Paraty.



Fonte: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (nº 30.1.15-30.1.30/ CEH 2520).



Além de porto escoadouro da exploração aurífera, a prática da agricultura e sua expansão em terras paratyenses com a valorização do açúcar no mercado internacional recebeu grande impulso que foi representado pela instalação de diversos “engenhos” e “engenhocas”. Numerosos proprietários instalaram-se na região. Em 12 de maio de 1921, o Jornal O Município ainda comentava: “[...] Até 1870, segundo um documento que temos, essa contribuição foi effectuada, Era então a Fazenda da Barra Grande, a única de Paraty que tinha Engenho de fabricar assucar, cujos signaes ainda são vistos presentemente” (O MUNICÍPIO, 1921, p. 1).

No ano de 1794, no Livro das Visitas Pastorais à Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, orago da freguesia e Vila de Paraty, feitas por José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo<sup>3</sup>, bacharel formado em Cânones, do Conselho de Sua Majestade, Monsenhor Arcipreste da Capela Real, indica o local da primeira igreja de Paraty:

“[...] que da outra parte do Rio Piraqueguaçu, que fica para o rumo do N.n’ um morro, que chamam de Vila Velha, em distância do mesmo Rio 25 braças, pouco mais ou menos, esteve primeiramente fundada a Igreja de Parati, mas com o dito de S. Roque, que também foi o padroeiro da mesma Vila (ARAÚJO, 1794, p. 38 v - 45 v).

Esta Capela no morro da Vila Velha ou Chapada da Defesa, primitivo sítio de Paraty (Figuras 2 - 3), serviu de Cura - Capela Curada<sup>4</sup> para administrar o pasto espiritual dos primeiros moradores, uma vez que o território de Paraty era sujeito à Vila de Angra, distante 13 léguas por mar. Segundo a Carta Régia da criação da Vila de Paraty, datada de 28 de fevereiro de 1667 (Anexo A), que por parte de Martin Correa Vasqueanes foi concedida licença para:

“[...] fazer h’uma Villa a sua custa de quarenta moradores no sítio de Paraty que dista de Cabo Frio oito ou nove legoas para o Sul, aonde dis que tem suas terras desertas, e que se possa chamar Senhor della, com todas as patrimonências concedidas aos que fundarão semelhan tes Villas [...] (ANRJ, Códice 952, vol. 1, p. 59).

<sup>3</sup> Visitou Paraty em 1794 e 1799, levantou informações através de minuciosa pesquisa que são as mais completas sobre a vila, costumes, enterramentos, igrejas e Irmandades Religiosas.

<sup>4</sup> Título oficial dado pela igreja católica à capela de vila no período colonial que realizasse celebrações regulares por um pároco. O aumento do povoado possibilitava aos políticos e moradores solicitar à Assembleia Provincial a ascensão a criação de Freguesia. A capela segundo tradição local teve sua implantação no dia 16 de agosto de 1630, dia de São Roque. A imagem primitiva pertence à Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, encontra-se no Museu de Arte Sacra de Paraty.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



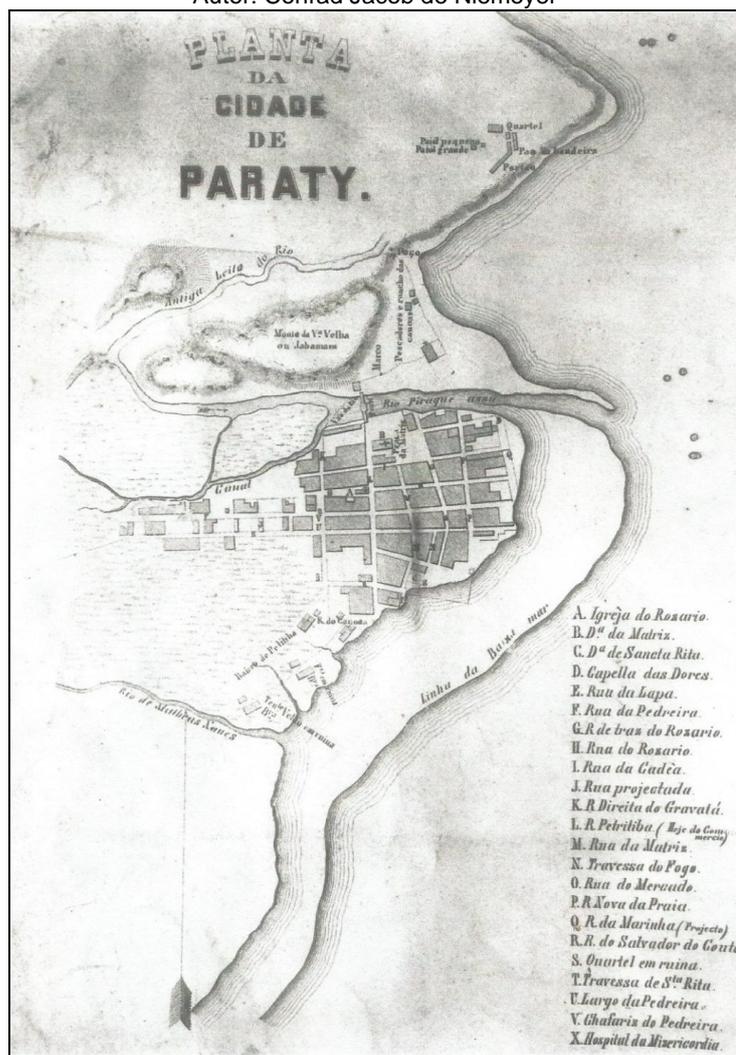
Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

Figura 2 – Foto do Morro da Vila Velha



Fonte: Arquivo Central do IPHAN, RJ.

Figura 3 - Carta Chorográfica, retratando o Morro da Vila Velha, erroneamente no local do atual cemitério de Paraty e o leito do rio original, 1858 – 1861.  
Autor: Conrad Jacob de Niemeyer



Fonte: Biblioteca Nacional, RJ.



O Governador Geral das Capitanias do Estado do Brasil Salvador Corrêa de Sá Benevides, por ordem datada de 21/08/1680, mandava descobrir e abrir os caminhos da Vila de Paraty para o interior do sertão e caminhos para São Paulo, conforme relata Monsenhor Pizarro. Nesta ocasião já era tratado por Vila o Distrito de Paraty, possuindo igreja bem como paróquia e pároco que, à semelhança de Angra dos Reis, nesta época, era pago à custa do Povo, e não por “El Rei”, ainda que fossem todos providos anualmente pelos Administradores da Capitania. Observa-se que o povoado de Paraty surge durante a expansão dos caminhos da capitania, estando presente neste contexto a mão de obra indígena explorada pelos primeiros moradores até a abertura do Caminho Novo na primeira metade do século XVIII.

Em aproximadamente 1690, houve a mudança da Vila de São Roque (Figura 4), para a planície entre os dois rios que a cercam de um e outro lado e “[...] vão desaguar no mar, com o qual se comunicam pelo norte, o Piraqueguassú, e pelo sul o Patitiba, tendo de largura este plano todo, 459 braças e de comprimento 583 braças.” (ARAÚJO, 1794, p. 38v. – 45v.). Pelas descrições apresentadas, provavelmente datadas de antes de 1699, a construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios<sup>5</sup>, nova padroeira da Vila (Figura 5), na porção de sesmaria doada por Maria Jácome de Melo<sup>6</sup> (Anexo B), encontrava-se num plano imediato ao mar e o lado da Epístola<sup>7</sup> em pouca distância do Rio Perequê-Açú. Ali ancoravam as lanchas e sumacas no antigo cais sempre sofrendo obras, no muro do Paratyguassú, algumas vezes mencionadas no Livro de Eleições, Posses e Concordatas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila de Paraty<sup>8</sup>.

<sup>5</sup> No registro histórico de Frei Agostinho de Santa Maria no Santuário Mariano, impresso nas oficinas de Antonio Pedrozo Galran, em Lisboa entre os anos de 1707 e 1733: “A Igreja Matris, & Paroquia desta Villa de Parathy he dedicada á Virgem Maria nossa Senhora com a invocação dos Remedios, que he toda consolação, & alívio, daquelles moradores. Já hoje não consta quem foy o seu Fundador, que seria certamente algum dos Capitães, que povoarão aquella Villa, & teria grande devoção com esta Senhora, a qual naõ acaso dispoz a Divina Providencia que se lhe desse o titulo dos Remedios porque Ella naquella Villa he o remédio de todos. Santo Thomàs de Villanova, diz que Maria he o único remédio de todos os nossos trabalhos, de todas as nossas angustias, & de todas as nossas necessidades: Remedium unicum nostrum, & isto mesmo apregoa o seu Santíssimo Nome, que he remedio de todos os afflictos, & angustiados: Remedium agris, & angustiatis. (MARIA, 1723, p. 104 e 105).

<sup>6</sup> Segundo Amaral, Maria Jácome de Melo filha segunda do Capitão-mor João Pimenta de Carvalho, recebeu a 4 de outubro de 1630 da Condessa de Vimieiro dona Mariana de Sousa da Guerra, bisneta do Colonizador Martim Afonso de Souza, e donatário da Capitania de São Vicente. Uma Sesmaria de légua e meia de terras por costa e sobejos, tendo o Rio Paratiiguaçu pelo meio, terras que iam da Bôa Vista ao final da Jabaquara. Dessas terras separou ela em 1635, uma gleba entre os Rios Paratyguaçu e Paratiitiba, onde hoje se encontra a Cidade de Paraty, dando-a ao Rocio da futura Vila ou a Vila Nova de Paraty, que começou a ser povoada (AMARAL, 1972, p. 1).

<sup>7</sup> Lado da nave das igrejas onde são lidas as Epístolas, lição do antigo ou do Novo Testamento, que precede o primeiro Evangelho da Missa – lado direito de quem olha para o retábulo.

<sup>8</sup> Livro de Eleições, Posses e Concordatas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila de Paraty, 1831 – 1955 às p. 32 v. e 33.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

Figura 4 – Imagem de São Roque Madeira Policromada, séc. XVII.



Fonte: Acervo Museu de Arte Sacra de Paraty

Figura 5 – Imagem de Nossa Senhora dos Remédios, Terracota Policromada, séc. XVII.



Fonte: Acervo Museu de Arte Sacra de Paraty

No outro lado do adro encontrava-se a Casa de Câmara e Cadeia com uma pequena praça servindo de Rocio<sup>9</sup> onde nas tradicionais Festas do Espírito Santo se apresentavam as cavalhadas e danças em homenagem ao Imperador do Divino, uma vez que o Império do Espírito Santo se localizava naquelas proximidades conforme atesta o Livro de Atas da Câmara Municipal de 1853. Em sessão de 06 de outubro de 1855, o Secretário Joaquim José de Souza dirigiu Ofício ao seu procurador no seguinte teor:

A Câmara Municipal desta Cidade, deliberou que V. S.<sup>a</sup>, mande quanto antes, mandar tapar o lugar que serve de Império do Espírito Santo, afim de evitar que ali se continue a lançar imundicias, e tornar-se foco de infecção danosa à saúde pública (REGISTROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY, 1853, p. 93 - 93 v.).

<sup>9</sup> O grande largo da Casa de Câmara e Cadeia, e da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, transformado em jardim público, inaugurado em 23/07/1922, na gestão do Prefeito Samuel Costa, sendo inclusive arborizado como hoje o encontramos (A RAZÃO, 1922, p. 1).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

As rampas de embarque e desembarque do antigo cais em pedras lavradas, semelhantes às que existiram no Largo do Paço Imperial no Rio de Janeiro, ainda existentes, foram construídas porque o lodoso espraiamento do porto na beira-mar não permitia a todas as horas do dia o carregamento e descarga das embarcações. Isso causava grande atraso e transtorno ao comércio, bem como à saúde pública, devido ao lamaçal que produzia “evaporações pútridas”, causa para o constante aparecimento das febres intensas que grassavam a cidade anualmente.<sup>10</sup> Outro dado importante no espaço urbano de Paraty, foi à alteração do leito do rio “Perequê-açú” em meados do século XVIII:

Essas dolorosas inundações são conseqüências do grave erro cometido pelo Capião-Mór da antiga Villa de Paraty, de 1760 em diante, mandando desviar o antigo álveo do rio “Perequê-açú” para o local em que se acha presentemente. Esse gráve êrro deo lugar ficar esta cidade entre as margens do “Perequê-açú e do “Patityba”, não distando uma de outra 500 metros (MUNICIPIO, 1921, p. 3).

Em 1836, uma grave epidemia de febre perniciosa dizimou muitas pessoas por dia, não havendo local suficiente para os sepultamentos, devido ser estreito o cemitério implantado ao longo da praça pública, o que levou a Irmandade do Santíssimo Sacramento a franquear o corpo da igreja para sepultar os mortos, pois acreditava-se que sem o telhado os miasmas seriam dissolvidos mais facilmente pelos ventos:

“[...] foi proposto pelo mesmo Revendo Parocho, que em conseqüência da grave epidemia de febres perniciosas, que hora grassava, flagellando atempos os habitantes desta Villa, eseu termo, desenvolvendo se progressivamente, apontos de morrerem, já seis, já sétte, emais pessoas por dia além das muitas vitimas, que achavão se afectadas da sobredicta epidemia; não havendo já onde se pôdessem sepultar os cadáveres dos finados pela estreiteza do actual Cemeterio, collocado ao longo da praça publica, por onde tranzitão frequentemente os póvos, [ilegível] a corrupção dos mortos; propunha elle Reverendo Parocho; que esta venerável Irmandade, em qualidade de Administradora da obra da nova Matriz, franqueasse o corpo da referida Matriz, para ahí sepultarem se interinamente os mortos, visto que, por ora senão trabalha na ditta obra, enum há outros recursos, de que lançar mão. Antevendo demais amais apról da salubridade publica, que posto não seja este recinto fóra da povoação, comtudo está cercado de altas e grossas paredes, e que as emanções, ou miasmas corruptos, attrahidas pelo calor do Sol são elevados a huma altura considerável, e dissolvidos com mais facilidade pelos ventos; eque sepedisse á Câmara Municipal auctorização para esta medida preventiva, e de urgente necessidade [...] (LIVRO DE ELEIÇÕES,

<sup>10</sup> Segundo notícias do Jornal O Município de 12 de maio de 1922, em 1777, uma terrível epidemia sobreveio a Paraty, que se tornou periódica, devido as águas do Rio Perequeaçú que teve seu leito modificado, ficando empossadas. Este episódio reforçou o culto a São Roque primeiro padroeiro pelos habitantes que escapara da epidemia, considerado advogado contra as pestes, criaram a “Devoção” ao santo, que foi sendo posteriormente elevada a “Confraria” (O MUNICIPIO, 1922, p. 1).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

## POSSES E CONCORDATAS DA IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO, 1831 a 1955, p. 15v. - 16).

A Casa de Câmara e Cadeia de Paraty foi provavelmente construída em 1715, com a Câmara instalada no pavimento superior e Cadeia no inferior, estando a fachada principal para o Largo da Matriz e a fachada de fundos para a Rua da Cadeia.

É um edifício antigo construído em 1715, que serve de prisão. Está bastante deteriorado, carece de reparos urgentes, tem no pavimento superior três pequenas salas ocupadas pelo carcereiro e pelo guarda. No pavimento térreo também três repartições muito úmidas, podendo conter cada uma delas até 12 presos (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1758, JORNAL DE PARATY, ANO V, nº 41, 31/07/1989).

No ano de 1726, a Câmara já se encontrava na posse havida judicialmente por seus antecessores do terreno feito por doação de Maria Jácome de Mello para fundação da Vila de Paraty, tendo por Padroeira Nossa Senhora dos Remédios. Em conformidade do auto de posse, passou o Dr. Ouvidor Geral e Corregedor da Câmara, no ano de 1756, a fazer medição do terreno e o tombamento dos chãos já edificadas e por edificar para imposição dos Foros e Laudêmios<sup>11</sup>.

No Livro de Registro de Ofícios da Câmara Municipal, datado de 1850, verifica-se que em 06 de dezembro de 1845, apresentava-se com as seguintes características:

“ [...] ora achando-se o edifício que serve para a Casa da Câmara e Cadeia n'esta cidade, sem a necessária segurança e capacidade, por ser construída a cento e trinta e tantos annos (por isso que pello seu estado de ruína forçou a Câmara a alugar huma casa para fazer suas sessoens) e as prizoens que n'elle existem, sem as accomodações precisas, sem a ventilação e salubridade recommendadas; torna-se pois de necessidade a construção de hum novo edifício, em outro lugar differente, para a Cadeia, e Paço da Câmara, contando todas as proporções e commodidades próprias para os actos publicos instituídos pelo sistêma que felizmente nos rege (LIVRO DE REGISTRO DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL, 1845, p. 32v, 33 e 33v.).

Em 1848, foram realizadas obras no telhado do Salão da Cadeia, pois, segundo o fiscal Paranhos, quando chovia este espaço era alagado pelas águas, bem como a porta que servia ao depósito de azeite para iluminação da cidade<sup>12</sup>. Neste mesmo ano, foram feitos os levantamentos para a realização da obra da calçada da Rua da Cadeia, estendendo-a até o canto da Rua do Comércio, para melhor escoamento das águas e para

<sup>11</sup> Livro de Registro de Ofícios da Câmara Municipal, 1850, p. 269/270.

<sup>12</sup> Documentos Avulsos da Câmara de Paraty - 26 de agosto de 1848.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

evitar que ficasse defeituosa, o que ainda pode ser observado na foto do início do século XX (Figura 6).

Após a demolição do prédio, a Câmara passou a funcionar em imóveis alugados. O primeiro situava-se na esquina da Rua da Matriz, (atual Marechal Santos Dias) com a da Ferraria, (atual Rua Comendador José Luiz) e o segundo à Rua do Comércio, (atual Tenente Francisco Antônio) com a Rua da Ferraria (Figura 7). No final do século XIX, a Câmara passou definitivamente a ocupar um sobrado na esquina da Rua do Rosário, (atual Samuel Costa), com a Rua do Comércio.

Figura 6 – Foto do calçamento da Rua da Cadeia, década de 1930.



Fonte: Acervo Carlos José Gama Miranda - Paraty.

Figura 7 – Foto do sobrado a Rua do Comércio que abrigou a Câmara de Paraty – década de 1960.



Fonte: Revista O Cruzeiro – Rio de Janeiro.

O Livro de Termo e Concordata da Irmandade de Santa Rita, datado de 1860, registra o desaparecimento da Casa de Câmara e Cadeia no Largo da Igreja Matriz, o que foi atestado documentalmente em 05/05/1864 pelo Juiz da Irmandade Sebastião José Miguel de Sousa para a deliberação da festa do orago com Missa Cantada, Sermão e Te Deum:

“ [...] o Juiz fez ver que tendo recebido um ofício do Juiz de Capellas em dezembro de 1864, para tocar o sino da Torre nas horas da recolhida e a mesa tendo ouvido deliberou que se oficiasse ao mesmo Juiz de Capellas, visto estar o sino da Câmara, posto na Torre da Matriz (LIVRO DE TERMO E CONCORDATA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1860, p. 205 v.).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

No Termo de Deliberação, datável de 02 de fevereiro de 1881,<sup>13</sup> foi registrado o ofício do Presidente Interino da Câmara Municipal solicitando consentimento da Irmandade de Santa Rita para o “toque da recolhida”, no sino da torre da capela, onde foi ouvida a mesa que, ponderando no que diz o capítulo de número cinco de seu compromisso, proíbe qualquer consentimento ou contrato com alguém de fora, a fim de evitar inconvenientes futuros, sugerindo que o Presidente e demais vereadores da mesma Câmara fossem cientificados.

Esta situação malogrou e até os dias atuais, conforme constatamos nesta pesquisa; o sino original da Casa de Câmara e Cadeia de Paraty ainda permanece instalado no capialçado<sup>14</sup> da porta que serve de acesso à galeria lateral esquerda no pavimento superior, para as tribunas da nave (Figura 8). Observamos uma preocupação para o cumprimento diário do dobre do sino da Casa de Câmara e Cadeia, pois estas possuíam na sua torre os chamados sinos-do-povo ou sinos de correr, que eram dobrados para ajuntar a população e ou dar avisos importantes.

Figura 8 – Foto do sino da Casa de Câmara e Cadeia na Igreja Matriz.



Fonte: Acervo Escritório do IPHAN, Paraty-RJ.

<sup>13</sup> Livro de Termo e Concordata da Irmandade de Santa Rita, 1860, p. 224 v.

<sup>14</sup> Face inferior inclinada dos arcos e ombreiras de portas e janelas que permite maior abertura para a entrada de luz.



Em 1646, foi iniciada a construção da Igreja Matriz<sup>15</sup>, sobre esteios, obra precária; em 1668, deliberou a Câmara fazer nova Igreja com paredes de pedra e cal, tendo como encarregado Raphael de Souza e o Padre Anacleto de Oliveira administrando a Paróquia. Apresentava-se na época a Capela-mor com 40 palmos de comprimento e 28 palmos de largura<sup>16</sup>. Assentaram-se o madeiramento em 1682 e, enquanto aprontavam-se as telhas, o edifício teve cobertura de palha. Com o desenho de continuação do corpo, foi iniciada em 1703 e finalizada no ano de 1712, com 100 palmos de comprimento e 38 de largura: “[...] Sete Altares ornam este Templo; e n’uma Capella funda, ao lado da Epístola teve assento o Sacrario, onde perpetuamente se adora o SS. Sacramento [...]” (ARAÚJO, 1820, T. III, p. 21), atual retábulo de Nosso Senhor dos Passos.

Em 29 de setembro de 1746, foi traçada a fundação de um novo templo, próximo ao antigo, para Matriz, face ao estado de ruína que o mesmo se encontrava sem espaço para atender, na ocasião, cerca de 2.700 pessoas existentes dentro da Vila. Em 1787, nova programação para um templo majestoso foi lançada e, por ser obra de vulto, sua construção foi paralisada diversas vezes. Possivelmente neste momento houve a substituição da imagem do século XVII em terracota, para a imagem datada do século XVIII em madeira policromada que lá se encontra em seu nicho (Figura 9).

Em 1794, a Igreja possuía desde a porta principal até o arco cruzeiro 100 palmos e de largura 38 palmos. Do arco até o fundo da capela maior 40 palmos de comprimento e 28 de largura, com pia batismal em pedra mármore muito boa, coberta e recolhida entre grades, embora em 1812 a Confraria do Santíssimo Sacramento de Paraty já relatasse o estado de ruína na Igreja que não tinha capacidade para receber os fiéis, conforme constatamos nos documentos da Mesa do Desembargo do Paço no ANRJ (Figura 10).

<sup>15</sup> Monsenhor Pizarro, em suas Memórias Históricas do Rio de Janeiro, fixou o ano de 1646 como de fundação da Igreja Matriz. Relata também que no Livro de Assentamentos dos Falecidos pelo Pároco Padre Simão Peres, estes dão certeza do tempo da obra e no termo de André Rodrigues de Abreo, falecido a 4 de março de 1703, se referiu que o mesmo “não pagou cova, por ter cova, e por ajudar a fazer esta Igreja” (Memórias Históricas do Rio de Janeiro, 1820, TOMO III, p. 20).

<sup>16</sup> Transformações das medidas da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios:  
1668 – 8,80 comprimento X 6,16 largura.  
1712 – 22,00 comprimento X 8,36 largura.  
1794 – 22,00 comprimento X 8,36 largura da porta principal até o arco cruzeiro;  
8,80 comprimento X 6,16 largura do arco até o fundo da capela mor.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

Segundo Flexor, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, em suas relações com as devoções e a arte, zelavam pela aparência dos templos, das imagens e dos seus ornamentos, promovendo as modificações e substituições provocadas pelas modas devocionais e estilísticas. “Deviam estar sempre decentes para manter o respeito, a fé e piedade dos fiéis e afastar as supertições ou atitudes não condizentes com a purificação do culto” (FLEXOR, 2009, p. 16).

Figura 9 – Foto da imagem de Nossa Senhora dos Remédios, madeira policromada - séc. XVIII.



Fonte: Arquivo MASDP, Paraty – RJ.

Figura 10 – Foto da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, fins do século XIX, ainda com o rocío.



Fonte: Arquivo IHAP, Paraty – RJ.

O desempenho do comércio e da agricultura canavieira em certas áreas e o desenvolvimento material que foi propiciado pelo ouro atingiu relativa estabilidade até o século XIX, possibilitando o investimento na construção e ou acréscimo de Igrejas, Capelas, Passos e Oratórios, expressando o fervor religioso da comunidade, embora com construções modestas erguidas em processo lento e com dificuldade. Nos últimos anos do século XVIII e início do século XIX houve a consolidação e destaque para o culto a Nossa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

Senhora das Dores, com a construção em 1800 de sua Igreja<sup>17</sup>, conhecida atualmente como “Capelinha”.

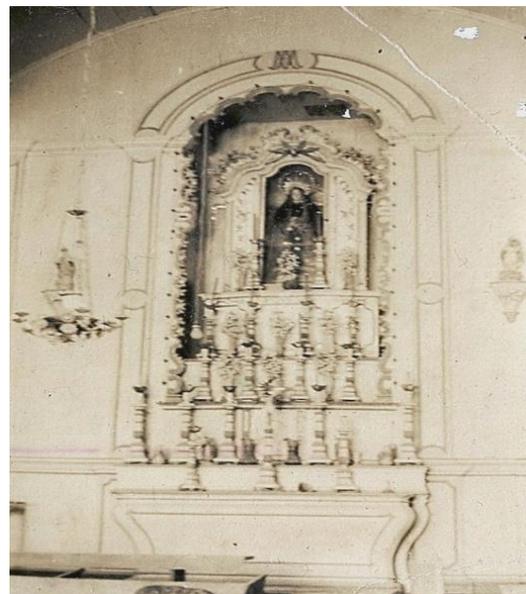
A elevação da Igreja de N. S. das Dores pelo Padre Antonio Xavier da Silva Borges foi possível através de Escritura de Doação que fez D. Inez de Sousa Caldas à Irmandade de Nossa Senhora das Dores de um terreno na “Marinha da Villa de Paraty em 1798”. Esclarece ainda a documentação pesquisada a origem da imagem de Nossa Senhora da Piedade que povoa o retábulo do lado do evangelho desta Igreja, como oriunda de Oratório de esquina do imóvel da proprietária. Esta Igreja prosseguiu sua construção sem a devida autorização oficial do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens do Brasil<sup>18</sup> e do Alvará de 11 de outubro de 1786, que exigiam a regularização das Igrejas e Irmandades Religiosas do Brasil, através do envio de seus compromissos a Lisboa para confirmação régia (Figuras 11 – 12).

Figura 11 – Foto da Igreja de Nossa Senhora das Dores.



Fonte: Elaborada pelo Autor

Figura 12 – Foto do Retábulo de Nossa Senhora das Dores – século XVIII / XIX.



Fonte: Antônio Carlos de Araújo Marques Paraty – RJ.

<sup>17</sup> O pesquisador localizou no ANRJ – Mesa do Desembargo do Paço, vasta documentação referente a esta Igreja e à transferência das imagens de Nossa Senhora das Dores e Nossa Senhora da Piedade, para a Igreja de Nossa Senhora das Dores no século XIX, bem como doação de imóveis para Patrimônio da Capela, no final do século XVIII e início do século XIX.

<sup>18</sup> Para o controle das Irmandades, deveriam ser seguidas as prescrições do Tribunal da Mesa de Consciência e Ordens, instituída por D. João III em 1532, para auxiliá-lo na resolução dos problemas jurídicos e administrativos, que além de aprovar a ereção dos templos, também deveriam ter confirmados os seus Compromissos. A Mesa de Desembargo do Paço foi criada pelo Alvará de 22 de abril de 1808 e instalada no Brasil com a vinda da Corte Portuguesa.



Em 1822, Monsenhor Pizarro e Araújo inibe o uso de sepulturas dentro do templo, razão da construção do columbário nos fundos da Igreja. Em 1898, os jornais locais registravam os donativos arrecadados para as obras da capela de Nossa Senhora das Dores<sup>19</sup>, e em 1901, passou por grandes reformas coordenadas pelo Padre João César Iera, oriundo de Natividade do Carangola/ MG.

Conforme se verifica no Livro das Visitas Pastorais à Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios no ano de 1794, feitas pelo Monsenhor Pizarro e Araújo, a imagem de Nossa Senhora das Dores, datável do século XVIII, povoava o terceiro retábulo<sup>20</sup> lateral da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, atualmente do Santíssimo Sacramento, instalada em capela funda, no lado do Evangelho. A imagem de Nossa Senhora dos Remédios, padroeira, achava-se colocada no primeiro.

A imagem de Nossa Senhora das Dores teve seu culto iniciado na Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios pelo Padre Mestre Frei Joaquim José e Silva, religioso, franciscano, esmoler que construiu o retábulo, embora pertencesse à Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos. Após a construção da Igreja de Nossa Senhora das Dores, no início do século XIX, a imagem foi transferida, local em que se encontra até os dias atuais.

Monsenhor Pizarro e Araújo confirma ainda o local dos retábulos originais da Igreja Matriz:

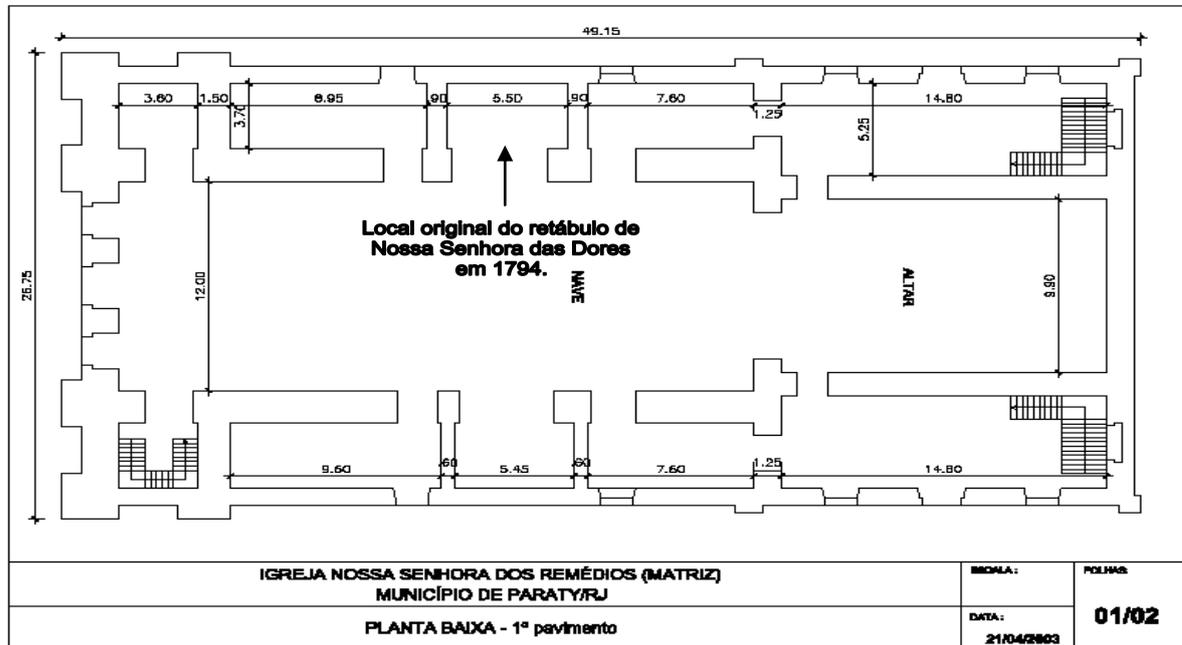
Altars tem 1º o Maior: neste axa-se colocada a Imagem da S.<sup>ta</sup> dos Remédios, Padroeira. O ornato dos degraus da banquetta, e trono eraõ de papeis pintados, e doirados, como costumaõ fazer as crianças com os seus Oratorio<sup>s</sup>: eu os fiz tirar a m.<sup>a</sup> vista, e prohibi a continuação deste uso, recomendando em Cap.<sup>o</sup> de Vis.<sup>a</sup> ao R.<sup>do</sup>, Vig.<sup>o</sup>, debaixo da pena de quarenta cruzados para a Fabrica, a observância desta proibição. 2º, da p.te do Evang.<sup>o</sup>, da Snr<sup>a</sup> do Terço: 3º da Sr<sup>a</sup> das Dores: 4º de S. Francisco de Paula: 5º de S.Miguel, da p.te da Epistola, 6º do Senhor Bom Jezus dos Passos, em Capela fundada, onde se vê colocado o Sacrário; 7º de S. Roque, que foi antigo titular do terreno em que esteve uma Capela da qual veio a Irmandade. Em alguns deste, axei as Imagens de Christo com os braços quebrados, e outras necessitadas de reforma nas suas pinturas; que p.<sup>r</sup> isso as fiz retirar para se reporem outras perfeitas. A banquetta, ou degrau, em que estava o Sacrário, também se encontrava coberto dos mesmos papeis pintados (ARAÚJO, 1794, p. 38v. a 45v.).

<sup>19</sup> JORNAL O PHAROL, 1898, p. 2.

<sup>20</sup> Móvel que fica colocado por trás do altar, encostado à parede posterior no caso do altar-mor e nas laterais no caso dos altares ou capelas laterais, em madeira, pedra ou estuque, onde são colocados painéis com representação do orago da Igreja ou altar ou escultura dos mesmos. O termo provém do latim *retabulum*, de *retro* (atrás) e *tabula* (quadro).



Figura 13 - Planta baixa da Igreja Matriz de N. S. dos Remédios com o local do retábulo de N. S. das Dores.



Fonte: IPHAN – Escritório do IPHAN, Paraty - RJ.

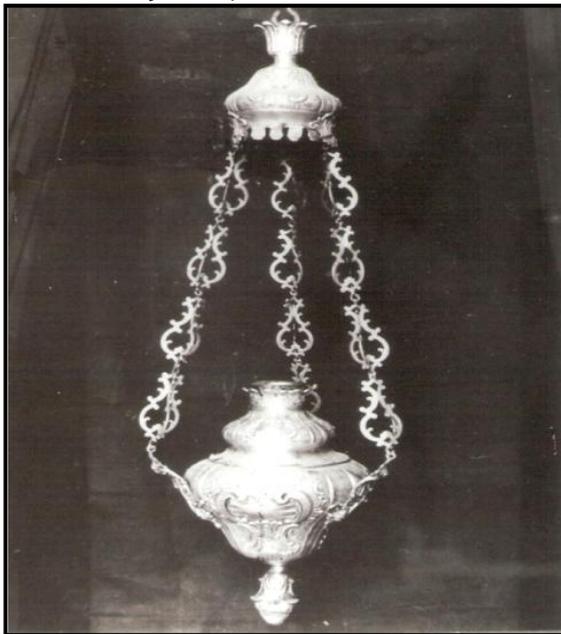
Esta transferência ocorreu após a conclusão das obras da Igreja de Nossa Senhora das Dores, na primeira metade do século XIX, pois através de análise do nicho ocupado pela imagem podemos datá-lo da segunda metade do século XVIII. Os degraus do trono possuem semelhanças com alguns ornatos existentes no retábulo de São Miguel da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios na tampa do lavabo da sacristia que também estão inseridos nos degraus do trono do retábulo de Nossa Senhora das Dores e o “coração transpassado por uma espada”, atributo da Irmandade de Nossa Senhora das Dores, alusivo à Profecia de Simeão, atualmente instalado no meio do degrau do trono. Anteriormente ficava no coroamento do retábulo, antes de sua ocupação pelo atual ostensório do Santíssimo Sacramento, conforme se verifica nos demais coroamentos de retábulo da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios.

As dimensões dos retábulos apresentam semelhanças nas medidas: o do Santíssimo Sacramento 4,33cm x 1,67cm e o de Nossa Senhora das Dores 4,55cm x 1,62cm. É interessante observar que esta transferência de função de imagem retabular e processional, povoando um retábulo lateral para um retábulo mor em outra igreja na época recém construída, se dá após o início em Portugal, no Século XVIII, da devoção do Setenário de Nossa Senhora das Dores através da Congregação do Oratório de Braga, sob a responsabilidade do Padre Martinho Pereira, cerimônia ainda realizada em Paraty.



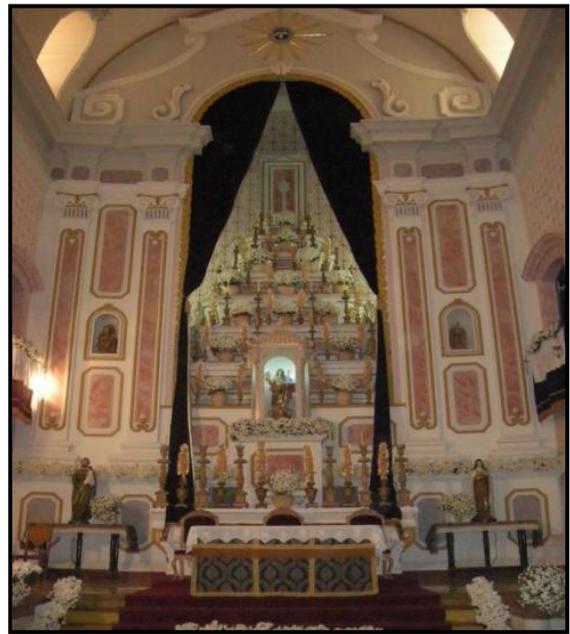
No inventário da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos de Paraty,<sup>21</sup> datável de 1823, verificamos a presença de “1 lampada de prata” e “1 Dita velha de latão” no retábulo da referida imagem. Em 1850 esta mesma lâmpada aparece instalada no altar do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de N. S. dos Remédios “1 lampada de prata, que se acha na Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, servindo ao S. S. Sacramento”, atestando a alteração já realizada, impulsionada pelo profundo sentimento religioso que levou à constituição de Irmandades Religiosas, erigindo igrejas matrizes e muitas vezes suas próprias capelas (Figura 14).

Figura 14 – Foto da lâmpada em prata pertencente ao retábulo do Senhor Bom Jesus dos Passos  
Peça desaparecida – Séc. XVII.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN, RJ.

Figura 15 – Foto do retábulo Mor - Igreja Matriz de N. S. dos Remédios



Fonte: Elaborada pelo autor

No século XIX a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios passou por grandes reformas e ampliações que deixaram o templo com certa unidade formal em seu interior. O retábulo-mor (Figura 15) serviu de protótipo para os retábulos da nave em dimensões menores e também para as duas capelas fundas do Senhor dos Passos e do Santíssimo

<sup>21</sup> Livro de Inventário da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos de Paraty (ACRJ – 1823, p. 2).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

Sacramento, que foram decoradas após 1800, estendendo-se estes serviços até meados do século, em aproximadamente 1863<sup>22</sup>, quando foram concluídos.

Foram adotados elementos do vocabulário do estilo vigente, o neoclássico, com uma simplificação na tipologia, policromia em marmorizados, inclusive nos trabalhos de cantaria das portas internas, semelhantes às de outros monumentos no Rio de Janeiro<sup>23</sup> (Figuras 16 – 17) e do arco cruzeiro, bem como a decoração em estêncil nas paredes, da nave, capela mor e capelas fundas, técnica usada antes do advento do papel de parede, embora alguns nichos como o de Nossa Senhora dos Remédios e o de Nosso Senhor dos Passos, inclusive o sepulcro no interior da mesa, fossem forrados com este material.

Figura 16 – Foto da Capela do Menino Deus, Rua do Riachuelo, RJ.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

Figura 17 – Foto da porta da Nave da Igreja Matriz de N. S. dos Remédios de Paraty.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

<sup>22</sup> Às fls. 18v. do Caderno de Registro de testamentos do Cartório do 2º Ofício de Paraty, consta o de “Geraldina Maria da Silva” (Terminou ela as obras da Igreja Matriz de Paraty em 1863); declarou ela (1º) em 14 de dezembro de 1867, que havia pedido ao Capitão Antonio Joaquim da Silva Miranda que escrevesse o presente testamento e disposições de última vontade que por mim vão ser ditadas de vês que estou com saúde e em meu perfeito estado normal de faculdades intelectuais e que são: 2º Declaro que sou natural e batisada nesta Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, filha reconhecida de Roque José da Silva e de Andreza Maria de São José, falecida. Sou solteira em cujo estado sempre me conservei e por isso não tenho ascendentes nem descendentes que de direito hajam de herdar os meus bens. (IPHAN, notação, I. RJ – 0218.01).

<sup>23</sup> As ombreiras e vergas das portas da fachada principal e lateral da nave são semelhantes às da Capela do Menino Deus, localizada na Rua do Riachuelo no Rio de Janeiro, datadas do século XIX, possivelmente do mesmo canteiro e ou mesmo desenho. As portas das tribunas da Capela Mor são semelhantes às do Paço Imperial na Praça XV, datadas do século XVIII.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

O único retábulo que permaneceu com a mesa de altar datável do final do século XVII é o de Nosso Senhor dos Passos, com frontal retangular e decoração acantiva, tendo ao centro a crescente lunar, símbolo de transformação e de crescimento, de mudanças e restituição das formas, castidade e nascimento, “passagem da vida à morte e da morte à vida”, uma vez que no seu interior está o sepulcro que abriga o esquite com a imagem do Senhor Morto, usada na procissão de mesmo nome ou do “Enterro” (Figura 18). Segundo Mircea Eliade, não podemos esquecer que “[...] a Lua revela o homem religioso não somente a ligação indissolúvel entre a Morte e a Vida, mas também, e, sobretudo que a morte não é definitiva, que é sempre seguida de um novo nascimento (ELIADE, 2013, p. 130).

Figura 18 – Foto da Mesa e Sepulcro do retábulo do Senhor Bom Jesus dos Passos Igreja Matriz de N. S. dos Remédios, Séc. XVII.



Fonte: Elaborada pelo autor

Esta decoração é encimada por uma carântula<sup>24</sup>, expelindo pela boca mandorla em arrecada<sup>25</sup>, que contorna a crescente lunar. Toda a composição é dividida em painéis

<sup>24</sup> Espécie de máscara apresentando figuras e caracteres mágicos dos feiticeiros com forte expressão cabalística.

<sup>25</sup> Elemento decorativo em forma de losango, cujos ângulos laterais foram arredondados simbolizando a união entre o céu e a terra, pode ser constituído por volutas, flores e elementos sinuosos.



contornados por sebasto<sup>26</sup>. A Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios ainda guarda em seu acervo o sacrário original, datável do século XVIII, que integrava este retábulo quando o mesmo também serviu ao Santíssimo Sacramento (Figura 19). Deve-se relatar que algumas peças do acervo descrito por Monsenhor Pizarro em sua visita encontram-se no interior da Igreja Matriz e outros integram a coleção do Museu de Arte Sacra de Paraty (Anexo C).

Os retábulos da nave da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios permaneceram com as características dos demais retábulos, inseridos em arcada, com enquadramento em pilastras retas, capitel jônico, entablamento clássico com friso e cornija, arremate superior em elementos sinuosos com as terminações em volutas, encimando frontão triangular tendo ao centro o atributo das imagens oragos desses retábulos arrematado na parte superior por tarja formada por feixe de folhas de acanto (Figura 20).

Figura 19 – Foto do Sacrário que integrava o retábulo do Senhor Bom Jesus dos Passos, Igreja Matriz de N. S. dos Remédios, Séc. XVIII.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 20 – Foto da Capela Funda que abrigou o retábulo de N. S. das Dores, atualmente do Santíssimo Sacramento.



Fonte: Elaborada pelo autor.

<sup>26</sup> Faixa de tecido ou galão de cor diferente aplicada nas vestes, paramentos e frontal de altar, pode vir acompanhada de franjas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

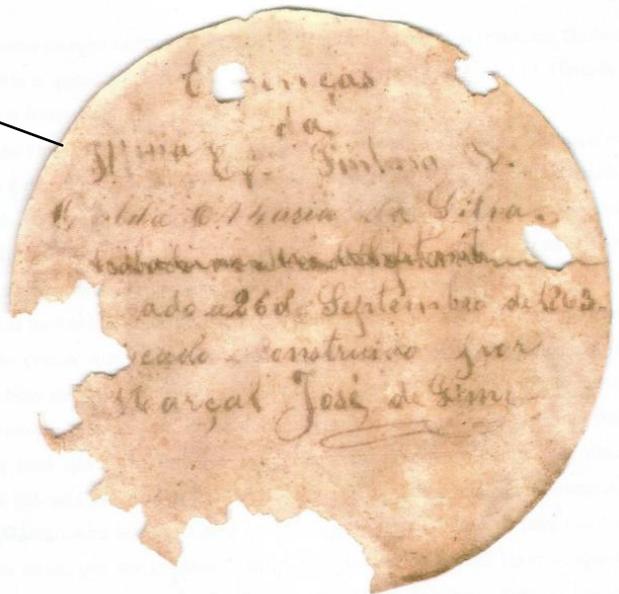
No retábulo de São Roque (Figuras 21 - 22), já mencionado acima, em 1794, por Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, quando faz a descrição do interior da Igreja Matriz, durante a restauração estrutural empreendida na década de 1990, foi encontrada no interior do atributo do santo “chapéu de peregrino”<sup>27</sup>, o registro abaixo em papel recortado, atestando o legado e a presença do autor do risco e construção do referido retábulo em outro momento:

Figura 21 – Foto do Retábulo de São Roque - Igreja Matriz de N. S. dos Remédios



Fonte: Acervo Antonio Carlos de Araújo Marques.

Figura 22 – Foto do documento avulso recortado em papel circular encontrado no interior do chapéu de peregrino do coroamento do retábulo.



Fonte: Acervo Museu de Arte Sacra de Paraty.

Identificamos que Marçal José de Lima posteriormente também vai integrar o grupo de empreiteiros e profissionais que trabalharam nas obras da Igreja de Santa Rita de Paraty.

<sup>27</sup> Consta no registro: Lembranças/ da/ Illma. Bf. Senhora D. Geralda Maria da Silva/ Sábado a 26 de Setembro de 1863/ riscado e construído por/ Marçal José de Lima/ (DOCUMENTO AVULSO, 26/09/1863 - Transcrito na forma original).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

Destaque-se que D. Geralda Maria da Silva, benfeitora da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, em seus legados para as Irmandades Religiosas de Paraty, deixa também exigências. Entre elas estão as solenidades para as festas de São Roque e de Nossa Senhora dos Remédios, primitivos padroeiros, ambos de sua devoção particular. Em 26 de janeiro de 1884, realizou a oferta de uma bacia, um par de serpentinas, ambos de prata, e trinta e quatro castiçais galvanizados à Irmandade do Santíssimo Sacramento, sediada na citada igreja, conforme verificamos no Livro de Eleições, Posses e Concordatas da Irmandade do Santíssimo Sacramento, 1831 a 1955, p. 134 v. a 135 (Anexo D), peças que integram a coleção do Museu de Arte Sacra de Paraty e ainda são usadas nas cerimônias litúrgicas, em especial nas principais festas de Paraty: Semana Santa, Divino Espírito Santo e Nossa Senhora do Rosário.

Devemos destacar que em meados do século XIX o novo equipamento urbano, instalado na cidade em 1853, o “Chafariz” (Figura 23), mandado construir pelo Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz (Anexo E), segundo o relatório apresentado ao vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, o Comendador João Pereira Darrigue Faro, veio amenizar as necessidades enfrentadas no século anterior:

Concluiu-se também o chafariz que mandei construir na cidade de Paraty; e em abril p. findo fui pessoalmente assistir á sua abertura, que leve logar em sua presença de muitas pessoas desta côrte, que se achavam naquella cidade, na da camara municipal, autoridades, habitantes do logar, que todos se mostraram satisfeitissimos e reconhecidos para com a assembléa provincial e o governo, pelo beneficio que lhes fizeram, accudindo á sua mais imperiosa necessidade. Este chafariz é seguramente o mais elegante que há na provincia. E' de forma quadrangular com uma torneira em cada face, e um repucho que lança agua em uma bacia na parte superior. E'todo de mármore branco, e a água que o alimenta percorre a extensão de uma légua, pouco mais ou menos (RELATÓRIO, 1853, p. 63).

A execução da obra e as dificuldades enfrentadas em sua execução mereceu elogios ao capitão Francisco Januario dos Passos e ao fazendeiro João Reveillet, mercedores pela presidência. Este chafariz foi instalado no centro da Rua da Pedreira, rumo ao caminho da serra, local de passagem de tropas e animais de montaria que também faziam uso do chamado tanque da lavagem<sup>28</sup> nestas proximidades.

<sup>28</sup> Tanque de forma quadrangular ou pedras lavradas que servia para dar de beber aos animais.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

No relatório há também o registro das obras para a construção da Praça do Mercado e a ponte de desembarque de Paraty. Assunto que até os dias atuais ainda é comentado na cidade é o desaparecimento do cálice de ouro oferecido pela comunidade para o Conselheiro Pedreira beber água na inauguração, este foi doado para a Santa Casa e possivelmente vendido:

Tendo-se assoalhado pelos corredores da Casa de Caridade, no dia 19 do corrente, que o Revmo. Conego Dr. Cesar João Iera, quando provedor da dita Casa vendera um cálice de ouro, a elle pertencente, venho a bem da verdade e na defeza d'aquelle amigo ausente, declarar que semelhante allegação é simplesmente falsa. A administração da Casa de Caridade, querendo dar-se ao trabalho de rever seus livros de actas e contas, verá que o cálice de ouro, offerecido ao Conselheiro Pedreira, Presidente da Provincia, pelo povo de Paraty, por ocasião de inaugurar-se o chafariz desta cidade em 1854, e pelo dito Sr.doado àquella Casa, foi vendido antes do Snr. Conego Cesar ter nascido na Italia:- e assim ficará destruída a torpe calunnia. Paraty, 29 de Outubro de 1909. Francisco Souza (O PHAROL, 1909, p. 3).

Figura 23 – Foto do Largo e Chafariz do Pedreira.



Fonte: Arquivo IPHAN – Paraty.

Nas visitas do Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, também figura provavelmente o primeiro registro sobre a Igreja de Santa Rita em Paraty:

2ª \_\_\_\_ de S. Rita e S. Quitéria. Procurando eu, pelos t.<sup>os</sup> da sua ereção, não me foraõ apresentados, p.<sup>r</sup> se ignorar onde existiaõ: p.<sup>r</sup> esta causa tambem



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

ignorei o tempo da fundação desta Capela; e só pelos Capítulos da Visita em 1749 sei que ela já então existia, bem q' fosse posteriorm.<sup>o</sup> reformada, e reedificada. Tem patrimonio em duas moradas de casas novas sobre pilares, e 9 braças de terra junto ao Adro da mesma Capela. Está m.<sup>to</sup> bem sortida de paramentos, com muito asseio, e riqueza, e de trastes de prata, como são uma Custodia m.<sup>to</sup> bem feita, uma Pixide, Turíbulo, naveta, vaso para o lavatorio da Comunhão e outras mais peças que me foraõ apresentadas; e constaõ do seo Inventário. / Vid. fol. 217v.<sup>a</sup> (ARAUJO, 1794, fols. 38v. a 45v.).

Com a Provisão do Cabido Sede Vacante, datada de 30 de julho de 1722, a Igreja de Santa Rita foi fundada sob o título do Menino Deus, Santa Rita e Santa Quitéria, sendo vigário o Padre Manoel Braz Cordeiro, passando posteriormente à Venerável Irmandade da Gloriosa Santa Rita (Figura 24). Nas Memórias Históricas do Rio de Janeiro datada de 1820, Monsenhor Pizarro e Araújo, relata ainda:

Dentro da Villa estam as Capellas 1<sup>a</sup> de Santa Rita de Cássia, fundada sob o titulo do Menino Deos, Santa Rita, e Santa Quitéria, pelos Homens pardos libertos do districto, com Provisaõ do Cabido Sede Vacante, datada à 30 de Julho de 1722, sendo Vigário o padre Manoel Braz Cordeiro: mas esfriando a devoção dos fundadores, sentiu algum damno, que outros devotos brancos, reparáram, reedificando-a com augmento em annos posteriores; e supprimindo-lhe entãõ o titulo originário, a fizeram conhecer só com o de Santa Rita. Tem o patrimõnio de duas moradas de Casas, e nove braças de terras juntas ao seu Adro (ARAUJO, T. III 1820, p. 28).

Figura 24 – Foto do Largo e Igreja de Santa Rita em Paraty - Década de 1930.



Fonte: Acervo do Autor.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

Em abril de 1821, a Irmandade realiza requerimento a Mesa da Consciência e Ordens<sup>29</sup> de Lisboa sob o nº 1089, para fazer jazigos na parte externa, objetivando o sepultamento dos irmãos, uma vez que o seu Compromisso impedia “dentro da Igreja” desde 14/08/1810, por ser nocivo à saúde pública.

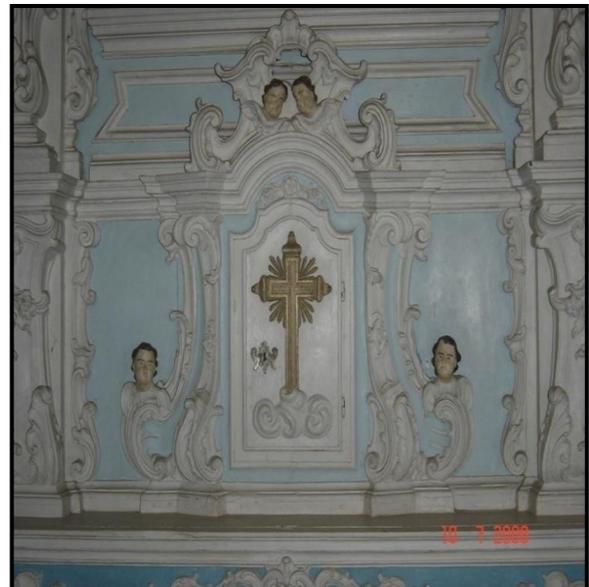
A Igreja de Santa Rita abriga também em seu interior os retábulos colaterais de canto de Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Carmo dos quais, até o presente momento, ainda não encontramos documentos comprobatórios da existência de Irmandades referentes aos mesmos. Os retábulos mais significativos e que provavelmente serviram de modelo para os de outras igrejas da região do Vale do Paraíba e Paraty, entre elas Cunha, Guaratinguetá e Taubaté, são os dos altares colaterais da Igreja de Nossa Senhora das Necessidades em Florianópolis, Igreja de Santa Rita e Igreja de Nossa Senhora do Rosário, ambas em Paraty (Figuras 25 – 26).

Figura 25 – Foto do sacrário do retábulo mor da Igreja de Santa Rita de Paraty.



Fonte: Elaborada pelo autor

Figura 26 – Foto do retábulo do altar de Santo Antônio da Igreja de N. S. das Necessidades Florianópolis – SC.



Fonte: Elaborada pelo autor

<sup>29</sup> ANRJ – Mesa do Desembargo do Paço – Estes enterramentos foram realizados na área externa até a construção do Columbário; recentemente em 2014, foram identificados os sepultamentos através de prospecções arqueológicas na lateral da Igreja, inclusive de crianças, confirmando o que diz o Compromisso no que se refere ao acompanhamento debaixo de sua cruz até lhe dar sepultura a mulheres e filhos legítimos até a idade de doze anos, dos que eram irmãos (COMPROMISSO, 1811, p. 18 – 23 v.).

Os retábulos colaterais de Igreja de Nossa Senhora das Necessidades localizados no lado do Evangelho e lado da Epístola apresentam semelhanças nos ornatos com os da Igreja de Santa Rita de Paraty. Apesar de não haver prova documental, provavelmente foram trabalhados pelo mesmo entalhador. O desenho elegante dos retábulos e a qualidade de sua talha nos levam a acreditar na presença de entalhadores com certa capacidade, conhecedores e afeitos à linguagem difundida nos centros mais desenvolvidos (Figuras 27 – 28).

Entretanto, ainda não foram encontradas referências documentais que esclareçam a sua autoria, embora o maestro Régis Duprat, em seu “Garimpo Musical” nos informe: “Na última década do século XVIII, estavam na vila um entalhador, Goardiano José das Chagas, e um carpinteiro, Joaquim José Rodrigues, ambos trabalhando nas obras da matriz de Santo Antonio. Isto em 1791-1792 em Guaratinguetá – SP” (DUPRAT, 1985, p. 75).

Figura 27 – Foto do Retábulo de São Benedito da Igreja de N. S. do Rosário de Paraty, Séc. XVIII.



Fonte: Arquivo Centro do IPHAN, RJ.

Figura 28 – Foto do Retábulo de N. S. das Dores da Igreja de N. S. da Conceição de Cunha, Séc. XVIII.



Fonte: Elaborada por Percival Tirapele.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi erguida ainda na primeira metade do século XVIII através de requerimento de Manoel Ferreira dos Santos e de seu irmão Pedro Ferreira dos Santos “[...] que, zelosos do culto desta Senhora, lhe fizeram patrimônio em oito moradas de Casas e três e meia braças de chãos para sua subsistência”.<sup>30</sup> Em certidão datada de 16 de agosto de 1870 (Anexo F), registrou-se que a Irmandade recebeu da Câmara de Paraty, em 1745, “[...] quatro braças de chãos por detrás da Capella, que foram doados para Adro”. Esta Irmandade foi ereta em 20 de agosto de 1750 com Compromisso confirmado em 11/08/1786<sup>31</sup>.

Em 1767, a Igreja passou por obras de reedificação, conforme se verifica no Livro de Concordatas e Eleições da Irmandade de N. S. do Rosário de Paraty, datável de 1850 a 1904 (Figura 29). No Termo de Concordata de 25 de abril de 1852, foi proposto pelo Juiz da Irmandade de N. S. do Rosário, Geraldo Braga de S. Sabbas, que a mesa deliberasse sobre a feitura de uma torre:

“[...] torre que se faz necessária nesta Capella não só para seo aformoseamento, como tambem para a mudança dos sinos do lugar improprio em q’ se achão; cuja proposta merecendo a aprovação da Mesa deliberou esta q’ se fizesse a dita torre junto a mesma Capella com frentes e no mesmo alinhamento, em q’ esta se acha, p<sup>a</sup> a rua do Commercio [...] propôz mais o dito Juiz q’, p<sup>a</sup> melhor decencia d’esta Capella e brilho de suas festividades, tambem julga necessario q’ a Meza tomasse alguma deliberação sobre o possivel meio de ser mandar forrar o tecto da mesma Capella do arco p<sup>a</sup> baixo (LIVRO DE CONCORDATAS, ELEIÇÕES DA IRMANDADE. DE N. S. DO ROSÁRIO DE PARATY, 1850 a 1904, p. 3 v. e 4).

Observamos que até 25 de abril de 1852, pelas descrições contidas no documento acima, a Igreja de N. S. do Rosário ainda não possuía forro no espaço correspondente à nave, ou seja, do arco cruzeiro para baixo.

Em 1851 segundo o Recibo 5<sup>o</sup> do Padre José Matheus Alves Velludo, consta no Livro de Recibos e Eleições da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário datado de 1847 a 1914, que ainda estavam presentes as tábuas das campas para enterramentos no assoalho da igreja, embora necessitando de constante manutenção e assunto de muitas “querelas” entres as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, abrigadas no mesmo espaço para evitar que seus rigorosos deveres não fossem tornados sem efeitos no que se refere aos enterramentos.

<sup>30</sup> Memórias Históricas do Rio de Janeiro, por José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, Tomo III, 1820, p. 28.

<sup>31</sup> Esta Igreja abriga em retábulo lateral, lado do evangelho, a Imagem de São Benedito e sua Irmandade com Compromisso confirmado em 1814 (ANRJ – MESA DO DESEMBARGO DO PAÇO).

Figura 29 – Foto da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Paraty – 1986.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

Em 1794, fora da Vila existia, distante de quatro léguas, somente a Capela de Nossa Senhora da Conceição de Paraty-Mirim que foi fundada por Antonio da Silva, proprietário da Fazenda de Paraty-Mirim, em 23 de fevereiro de 1720. Esta construção de pau-a-pique foi reedificada com paredes de pedra e cal pelo Coronel Jorge Pedroso de Souza após a compra da Fazenda, sendo a Capela-Mor benzida em 16 de novembro de 1731. Após a conclusão da nave, recebeu nova bênção no dia 8 de dezembro de 1746, dia de “Nossa Senhora da Conceição” (Figuras 30 – 31). Esta Fazenda foi vendida posteriormente ao Sargento – Mór Salvador Carvalho da Cunha Amaral Gurgel em 1752.

Em 1853, Manoel José de Souza, proprietário da Fazenda de Paraty-Mirim, tratou do andamento da ereção do referido templo<sup>32</sup>, para servir de Matriz aos habitantes da Freguesia de Mamaguá. A opinião pública apontava a Fazenda de Paraty-Mirim como:

“[...] ponto mais próprio para a sua sede, [...] por sua posição vantajosa, [...] seu Templo e mais edifícios, dá de pronto socorro espiritual a todos aqueles Povos, oferece o Templo que na sua Fazenda possui, [...] uma propriedade de casas para escola pública, que fique pertencente à Província e outra para o Vigário e igualmente será propriedade Provincial (SOUZA, 1853, p. 1).

<sup>32</sup> O retábulo deste templo possui grandes semelhanças com a talha que reveste o interior dos Passos da Paixão de Paraty em estilo joanino, verificando-se a presença do dossel com sanefas em madeira recortada, possivelmente do mesmo entalhador.

Figura 30 – Foto da Igreja de N. S. da Conceição de Paraty-Mirim, séc. XVIII.



Fonte: Acervo MASDP – Fotógrafo André Rosso.

Figura 31 – Foto do retábulo da Igreja de N. S. da Conceição de Paraty – Mirim, séc. XVIII.



Fonte: Acervo MASDP – Fotógrafo André Rosso.

Neste documento, o proprietário da Fazenda exige da Província como indenização a quantia de vinte contos de réis. O templo apresentava-se com as seguintes características: “[...] solidamente construído de pedra e cal, com abóboda de tijolo; coro, pulpito, pia baptismal e todas as suas alfaias; terreno em frente ao Templo que sirva de area, e Patrimônio à Freguesia; dito, convenientemente situado, para Cemitério Público” (SOUZA, 1853, p. 1). Estas transformações obedecem às Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia<sup>33</sup> (1853), que estabeleciam e regulamentavam a ação da Igreja, com cerimonial próprio para os sacramentos, objetos litúrgicos, construção, decoração das igrejas e na vida cristã.

Ainda longe da cidade não podemos deixar de fazer menção à Capela de Nossa Senhora dos Remédios do Corumbê, construção datada do século XX, que integra no retábulo duas colunas torsas ornadas com ramos de parreira e a imagem de Nossa Senhora dos Remédios em terracota policromada, datadas do século XVII, oriundas da primeira Matriz de Paraty (Figuras 32 – 33).

<sup>33</sup> As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia realizaram a adaptação das normas tridentinas aos usos e costumes da Arquidiocese.

Figura 32 – Foto da Igreja de N. S. dos Remédios do Corumbê.



Fonte: Arquivo MASDP - Fotógrafo André Rosso.

Figura 33 – Foto retábulo e imagem de N. S. dos Remédios na Capela do Corumbê.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

O Jornal A Razão de 1 de junho de 1919, nos esclarece sobre a construção desta capela, cuja tipologia arquitetônica guarda muita semelhança com as características das capelas oitocentistas da região, pois possui em seu interior precioso acervo do seiscentos. Sua construção teve início no dia 24 de maio de 1919 com o lançamento da pedra fundamental da nova capela. Estes atos religiosos, na ocasião, foram celebrados pelo Padre Hélio Bernardo Pires (informação verbal) <sup>34</sup> e a iniciativa da edificação foi do Sr. Manoel Alves Cananéia em um terreno doado pelo proprietário Sr. Fernando Manoel Caetano (Anexo G), à Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, Padroeira de Paraty (Figura 34).

<sup>34</sup> Depoimento de José Luiz Giudice, natural de Paraty, com 73 anos, concedido ao pesquisador em 30/01/2015, frequentava a residência do Padre Hélio, foi coroinha, era chamado por ele de “doutorzinho”. O Padre Hélio Bernardo Pires, de origem portuguesa, nascido em 08/05/1878, chegou à cidade de Paraty em 1909, permanecendo até sua morte, em 21/07/1952. Além de pároco e diretor espiritual das Irmandades Religiosas, foi também fazendeiro, administrando sua chácara na atual Avenida Roberto Silveira, dividindo a moradia do sobrado à Rua Dr. Pedreira com sua irmã Eduarda Pires, residência oficial. Presenciou a chegada dos primeiros representantes do Governo do Estado e do IPHAN em Paraty para o processo de Tombamento a nível Federal. Muito assediado pelos compradores de antiguidades, partiu de sua liderança a construção da primeira caixa-forte da Igreja Matriz e o zelo pelo acervo que chegou até os dias atuais. Na Igreja Matriz seu alerta de preservação, fez nascer o embrião do Museu de Arte Sacra de Paraty.

Figura 34 – Foto do Padre Hélio Bernardo Pires, década de 1930, na Sacristia da Igreja Matriz de Paraty.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN – RJ.

Foram empregados materiais diversos e técnicas construtivas utilizadas nas construções mais antigas de Paraty, nas zonas urbana e rural, inclusive as telhas e a varanda lateral que serve de sacristia, vedada por balaustres de madeira recortada, muito comum nas construções religiosas do município. Sua planta singela e o camarim do retábulo com estrelas nos leva a refletir as observações que Mircea Eliade aponta em o Sagrado e o Profano, ao tratar dos simbolismos da Igreja e a estrutura cronológica do edifício sagrado que reproduz o paraíso ou o mundo celeste: “[...] As quatro partes do interior da igreja simbolizam as quatro direções do mundo. O interior da igreja é o Universo. O altar é o paraíso [...] O meio do edifício da igreja representa a Terra” (ELIADE, 2013, p. 58).

Os dados acima nos trazem detalhes importantes, que fazem referência à construção da terceira Matriz em 1794: a chegada da nova imagem da padroeira e sua entronização no nicho em que se encontra até os dias atuais e o envio para a Barra do Corumbê da imagem primitiva e das colunas salomônicas da igreja seiscentista transferidas, após a sua troca, para essa localidade, ao constatar que:

Data de muitos anos aquela devoção e até agora a bella Imagem tem permanecido em uma casa particular destinada para esse culto nesse local. A sagrada Imagem acha-se atualmente em um prédio de propriedade de D. Maria Malvão, onde funcionou a escola pública, na Barra do Corumbê, até findarem os trabalhos da nova igreja, para o qual já foi transladada. O acto foi bastante concorrido (A RAZÃO, 1919, p. 1).

Dignas de nota também são a Capela da Santa Cruz da Várzea do Corumbê, que abrigava no seu interior a imagem de N. S. da Conceição, o retábulo e a mesa, datadas do século XVIII<sup>35</sup>; e que teve a construção demolida à revelia do IPHAN, durante a abertura da Rodovia BR-101, na década de 70 e reconstruída em 1983 (Figura 35); e o Oratório da Cruz das Almas<sup>36</sup>, construção do século XVIII/XIX, no caminho de acesso à serra e entrada da vila (Figura 36).

Figura 35 – Foto da Capela de Santa Cruz da Várzea do Corumbê, década de 1950.



Fonte: Arquivo MASDP.

Figura 36 – Foto do Oratório da Cruz das Almas, década de 1950.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN – RJ.

<sup>35</sup> A imagem em madeira e a cruz em ferro encontram-se no Museu de Arte Sacra de Paraty, são ainda usadas pela comunidade nas festas solenes.

<sup>36</sup> Este oratório tem origem nas chamadas “ALMINHAS”, oratórios disseminados em Portugal a partir do século XVII, que deu lugar ao culto das almas, pela extrema devoção no sufrágio das almas, eram erigidos em local estratégicos de passagem, referência ao tema: “Vós que ides passando, lembrai-vos de nós que estamos penando”, era também o local de deixar óbolos para Missas. Pode ter em seu interior o registro ou estampa de São Miguel e Almas e caixa para esmolas. O imóvel térreo localizado à Rua da Matriz, próximo à esquina com a Rua da Lapa possui no muro um desses oratórios.

Existem, ainda, vários exemplares de pequenas Capelas remanescentes dos séculos XIX e XX que apresentavam as constantes arquitetônicas regionais, construções intituladas de Santa Cruz: Boa Vista: (gruta), Rio dos Meros (Juca do Amando) – caminho, Cabral – caminho, Currallinho – caminho para a Lagoa do Sapo, conhecida como do Tioió, Olaria<sup>37</sup> – caminho, Pau-d’Alho – caminho, Corisco<sup>38</sup> – caminho, Tarituba - Barra Grande, São Roque, Taquari, Graúna, Mamanguá, Pouso da Cajaíba, Ilha do Algodão, Ponta Grossa e a capela de Santa Cruz da Generosa, algumas delas já desaparecidas; de modo geral como explica Maria Helena Flexor, em o Concílio de Trento e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, ao relatar que:

A cruz não podia estar em lugar que se pudesse pisá-la, ou debaixo de janelas, nem sob paredes ou lugares sujos ou indecentes. Não eram proibidas as cruces, de pau ou pedra, ou mesmo pintadas, em lugares públicos, estradas, ruas, caminhos, mas sempre quando for possível estarão levantadas do chão, o que explica sempre a cruz estar representada com o seu calvário, isto é, sobre um pedestal significativo de algum relevo. A cruz e o Santíssimo tinham enorme valor simbólico (FLEXOR, 2009, p. 16).

A ausência de Igrejas Conventuais e Ordens Terceiras em Paraty é decorrente do Édito de 1711, renovado em 1715 e 1721,<sup>39</sup> através do qual a administração real proibiu, de forma mais restrita, a fundação de conventos, bem como a presença de religiosos regulares na região das minas e vilas por onde circulasse o minério recém descoberto. Somente eram admitidos padres seculares, curas ou vigários de paróquias; até os jesuítas foram interditados. Segundo Bazin “a Igreja estava desarvorada com os escândalos dos monges giróvagos<sup>40</sup> que, desviados de seu ideal primitivo, ficavam entrando e saindo das casas religiosas, se escondiam nos conventos das regiões vizinhas para irem lavar ouro nos rios de Minas”<sup>41</sup>.

---

<sup>37</sup> A Santa Cruz da Olaria teve sua benção no dia 01 de agosto de 1907, com missa resada por Frei Willbrordo Van Eyck, abrilhantada pela Corporação Musical Lyra da Juventude, leilão de prendas em benefício da ermida (O Pharol, 1907, p. 1).

<sup>38</sup> Localizamos uma mesa de altar que pertenceu a Santa Cruz da localidade do Corisco, que se encontra na Igreja de São José do Corisco.

<sup>39</sup> Ver Cartas Régias de 9 de novembro de 1709, 12 de outubro de 1710, 9 de junho de 1711; ordens régias de 12 de novembro de 1713, 12 de novembro de 1714, 12 de novembro de 1715, 12 de julho de 1721, 23 de outubro de 1721, 19 de maio de 1723, 27 de julho de 1723, 9 de novembro de 1723, 10 de maio de 1725, 16 de fevereiro de 1732, 21 de fevereiro de 1738 e 28 de abril de 1744; Aviso Régio de 4 de dezembro de 1739; e “Coleção Sumária... Título 1º - Governadores e Título 7” (RAPM, 1911, vol. 16, p. 335 e 393 - 400).

<sup>40</sup> Uma das espécies de monge, segundo a Regra de São Bento, que os classificou em: cenobitas, anacoretas, sarabaítas e giróvagos.

<sup>41</sup> BAZIN, Germain. O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil// Tradução de Thaisa Murray// Rio de Janeiro, São Paulo, Distribuidora Record, 1971, p. 72.

Esta ocorrência possibilitaria também, além dos contatos, o envio de ouro e diamantes para fora dos locais por onde circulavam os metais ou de onde eram extraídos e até mesmo para fora do país, além do envolvimento dos eclesiásticos em rebeliões, uma vez que as ordens primeiras Jesuítas, Beneditinos, Franciscanos e Carmelitas<sup>42</sup> eram subordinadas a sua própria hierarquia, não se reportavam à Coroa e aos Bispos Diocesanos.

A zona rural de Paraty configurou-se também através das sedes dos engenhos de aguardente e açúcar espalhados pelos diversos distritos do município. Muitos, aproveitando a meia encosta dos terrenos acidentados, constituíram-se em construção em que a parte principal da sede, sala de visitas, demais quartos e alcovas, era assobradada, e as salas de jantar e cozinha, térrea. Algumas delas chegaram ao requinte de possuir em seu interior a capela<sup>43</sup> (Figuras 37 – 38 – 39 – 40) e oratório ou um cômodo reservado para esta função; outras em quarto voltado para as salas principais que era denominado “quarto do santo”, montavam também, um altar sobre mesa onde era venerado o santo de devoção, usado para rezas, ladainhas domésticas e ou nos dias próprios em que eram festejados, como veremos no capítulo religiosidade.

Figura 37 – Foto da Fazenda N. S. da Conceição de Cima.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN, RJ.

Figura 38 – Foto do interior da Capela da Fazenda de N. S. da Conceição de Cima.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN, RJ.

<sup>42</sup> As Ordens Primeiras congregavam religiosos reunidos em uma “família”, segundo ideais evangélicos e contraindo votos públicos. À Ordem Segunda pertenciam as religiosas reclusas. As Ordens Terceiras, fundadas por São Francisco de Assis, compunham-se de leigos – homens e mulheres que seguiam o ideário das Ordens Primeiras, às quais se vinculavam (cf. RODRIGUES, Fábio Carneiro. Glossário de Arquivo. Ouro Preto: Universidade Federal, ICHS, Delet, 1995).

<sup>43</sup> A Fazenda Nossa Senhora da Conceição de Cima que pertenceu a D<sup>a</sup> Geralda Maria da Silva, no Bananal, a Fazenda Olaria, de José Vieira Ramos e a Fazenda Carretão, de Carolina da Costa Prado, possuíam em seu interior a capela interna voltada para a sala de visitas.

Este ambiente local de reunião da família e descanso nos fins de semana, após a lida da roça e as moagens de cana para cachaça, recebia também a visita anual da Folia do Divino Espírito Santo que, durante as esmolas, pernoitava nas casas por uma ou mais noites, onde eram oferecidos o tradicional café de caldo<sup>44</sup> e jantares, animados por bailes de violas, rabecas, pandeiros e os chamados chibas, que só encerravam quando o dia estava amanhecendo.

Na chegada com a Bandeira Mestra, a caixa, a viola e os foliões saudavam o dono da casa e seus familiares com cantos e versos que seguiam um ritual próprio de receber, segurar e beijar a bandeira e depositá-la em local de destaque junto ao oratório até sua saída para outra casa como também ocorre na passagem das peças em prata do Imperador do Divino, do Rei e Rainha de Nossa Senhora do Rosário e com as bandeiras e faixas dos festeiros na cidade.

Figura 39 – Foto da Fazenda Olaria.



Fonte: Acervo do Frederic de Limburg Stirun.

Figura 40 – Foto do Oratório de embutir da Capela da Fazenda Olaria, século XVIII.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

<sup>44</sup> O café tradicional de Paraty, não adota água e nem açúcar. É coado com o caldo de cana fervido e apurado, daí seu nome de “café de caldo de cana”.

Benedicta Natividade Torres Pádua, natural de Paraty, referindo-se a esta tradição vivenciada desde sua infância e também com seu pai Manoel de Jesus Torres, tropeiro, Juiz de Paz e antigo capelão<sup>45</sup> da cidade e zona rural, nos deixou a anotação:

Aconteceu também numa festa em homenagem a São Roque, onde na casa de dona Candoca, cunhada da Joaquina Ferraz, o altar arrumado onde havia um Oratório Colonial, o que era visto em quase todas para não dizer em todas as casas, neste oratório São Roque, rodeado de açucenas, Coroa Imperial, Mimos, Bananeira do Mato e outras flores, trazia no pescoço dois ovos de jacú passado por um cordel e que ficava-lhe a altura do ventre. Então foi ele versado: Vejam São Roque Bendito/como está tão bem ornado/Em frente ao seu oratório/Com os ovos pendurados (PÁDUA, 2000, p. 1).

Neste universo do cotidiano paratyense, verifica-se o grande entrelace de formas de “saber e fazer” entre a “área urbana” e a “área rural”, já não mais presentes nas cidades grandes e no seu entorno. Estas heranças deixadas na culinária, extraída das plantações, em especial da mandioca que, transformada em farinha, possibilitou em uma culinária singular e gustativa para suprir as refeições do diário, alicerçada nas técnicas indígenas, ainda são mantidas em Paraty.

É uma constante na zona rural de Paraty a presença de Casas de Farinha nas propriedades das famílias (Figuras 41 – 42). No caso de desaparecimento, em suas ruínas, ainda é possível visualizar inicialmente, o local do forno que era assente em paredes circulares, montadas a meia altura com pedras unidas por argamassa de barro e areia, sem adição de cimento. Os pisos, geralmente de terra batida, tinham interior vedado por paredes de pau-a-pique assentes em baldrames de pedras com soleira em madeira. A cobertura em alguns casos era de telha canal e, na sua maioria, de sapê.

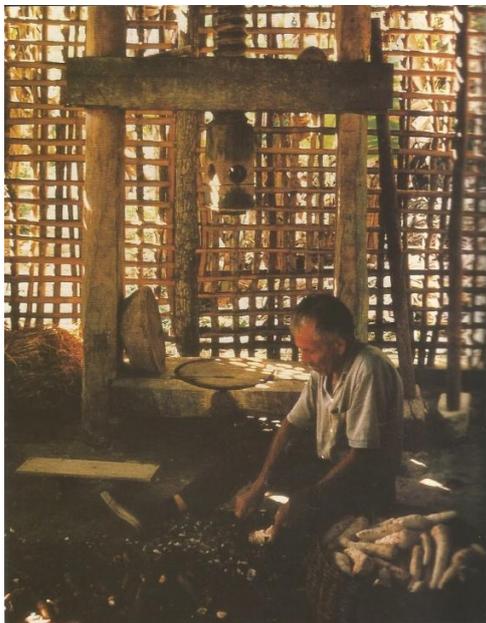
Neste ambiente tosco estão presentes a prensa de fuso, a roda de cevar (ralar), os cochos e gamelas de madeira para a massa, as peneiras e tipitis de taquara e o destacado forno de cobre que, manuseado com o rodo manual, proporcionou a muitas gerações a confecção de receitas oriundas dos indígenas<sup>46</sup>. Essas receitas que ainda são passadas de pai para filho, durante gerações sucessivas, no sustento da família.

---

<sup>45</sup> O termo capelão muito usado em Paraty até os dias atuais nas Ladainhas domésticas, vem designar os membros da comunidade com certo conhecimento religioso, em especial o latim, destacando-se na zona rural, na condução das rezas, suprimindo a ausência dos padres.

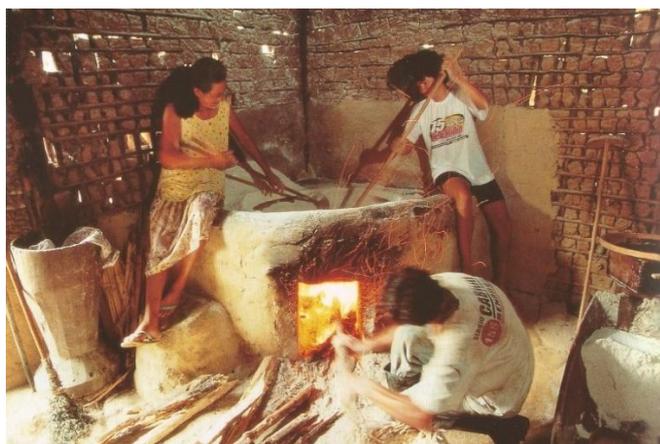
<sup>46</sup> Algumas receitas fazem uso da folha de banana para invólucro e adicionam o coco ralado: paspalhão de polvilho, paspalhão de massa, beiju de mandioca puba (mandioca que era enterrada na argila); outros são assados somente no forno como a nega velha, fazendo uso do torresmo e o beiju fino enrolado em forma de canudos e a farinha de tapioca.

Figura 41 – Foto da Casa de Farinha em Mamanguá, Zona Rural de Paraty.



Fonte: Livro Mamanguá, 2005, p. 148, Paulo Nogara.

Figura 42 – Foto da Casa de Farinha em Mamanguá, Zona Rural de Paraty.



Fonte: Livro Mamanguá, 2005, p. 22, Paulo Nogara.

Também está presente o forno de barro e o monjolo com sua concha e pilão de madeira junto às quedas d'água para a pilagem de milho e do arroz, proporcionando as iguarias<sup>47</sup> que eram produzidas para o café diário e o café servido durante as rezas de Santo Antonio, São João, São Pedro, Santana, Bom Jesus e São Roque, nos chibas, casamentos, batizados e para receber a Folia do Divino.

Nos períodos de moagem, é comum, após a saída de flechas nas canas, a grande produção do melado. Além de comercializado possibilitou a confecção de manuê de bacía, pé de moleque e o doce de laranja-da-terra<sup>48</sup>. Possivelmente de influência açoriana veio o massapão, doce mais elaborado que, pela confecção e montagem é herança portuguesa.

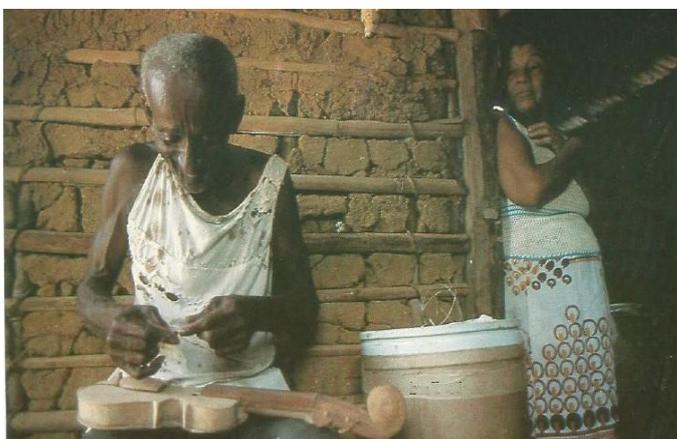
Esse cotidiano paratyense urbano e rural tem suas origens no universo doméstico e familiar e nos seus primeiros habitantes, durante séculos inseridos em meio ambiente natural. Seu conjunto arquitetônico singular, ainda bem preservado, por suas qualidades excepcionais levou os primeiros intelectuais do início do século XX à sua patrimonialização, como veremos adiante.

<sup>47</sup> O arroz e o milho, proporcionaram a fatura da farinha de milho, do bolo, do cuscuz, e pamonha, nos fornos de barro e nos tachos de cobre.

<sup>48</sup> Estas três receitas são feitas com o melado; o primeiro, espécie de bolo feito em tabuleiro, o segundo com adição da farinha é cortado em forma losangular e o terceiro em calda nos tachos de cobre.

Observamos que, neste processo não há uma busca de identidade da cidade, pois esta já está expressa em sua comunidade que ainda mantém suas práticas tradicionais, crença, artesanato, culinária com profundos traços culturais, cuja essência assente nas relações construídas pelo homem com a terra, espaço, tempo, memória (Figuras 43 - 44). Este aspecto vivo da cidade não desapareceu com a patrimonialização e a persistência do caiçara<sup>49</sup> em vencer seu isolamento até meados do século XX.

Figura 43 – Foto do Artesão Ezequiel Rosa – Corisco/ Paraty, Acervo Sebastião Salgado.



Fonte: O Modo de Fazer, 1983/84, p. 40.  
Elaborada por Sebastião Salgado.

Figura 44 – Foto da Artesã Madalena da Conceição – Campinho / Paraty.



Fonte: O Modo de Fazer, 1983/84, p. 32.  
Elaborada Por Sebastião Salgado.

Devemos destacar que a cidade cumpre o papel de registrar o cidadão desde o seu nascimento até a morte, de certa forma acompanhá-lo por toda sua vida, situação que ainda é verificada nos diversos livros da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, denominados: Batismo, Casamento e Óbito, datados do século XVIII, XIX, XX e XXI, atualmente digitalizados pelo Museu de Arte Sacra de Paraty.

A cidade de Paraty pode ser considerada um patrimônio cultural, material, imaterial e natural do país, cujo ponto relevante é a sua particularizada religiosidade, impregnada na alma do paratyense, influência marcante com sua presença constante pelo atual Bairro Histórico e comunidades distantes, através das festas tradicionais e do conjunto de bens naturais.

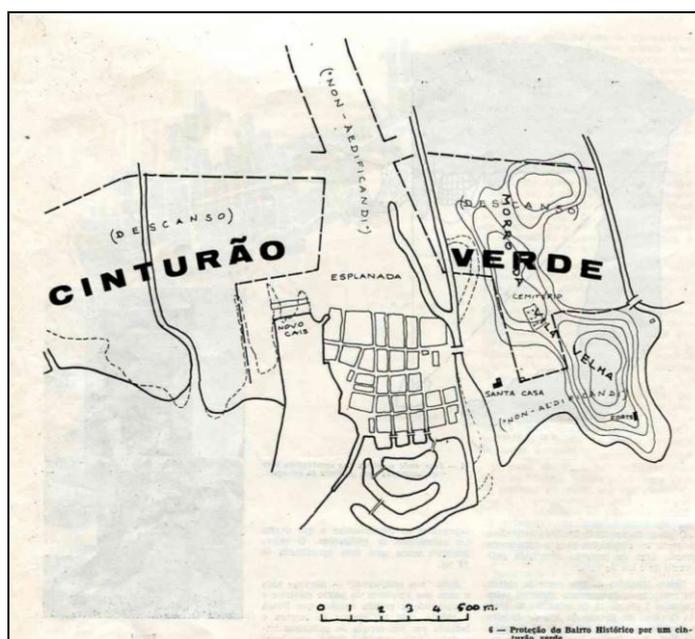
<sup>49</sup> As comunidades caiçaras surgiram a partir do século XVI, decorrentes da mistura de brancos e índios. Este termo é mais utilizado pelos habitantes do litoral do Estado de São Paulo. Na praia de Trindade em Paraty, próximo à divisa com o Estado de São Paulo, ainda é adotado frequentemente.

A Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Tereza Cristina Scheiner, em sua análise do Museu Integral e seu novo modelo conceitual nos ajuda a entender melhor, quando o define como:

“[...] instância de proteção e uso controlado de todo um território, do substrato natural às manifestações tangíveis e intangíveis dos grupos culturais ali estabelecidos, considerados em extensão e historicidade, o museu integral é uma das mais abrangentes propostas modernas de conciliação entre Natureza e Cultura (SCHEINER, 2004, p. 96).

Esta abrangência é verificada quando no Museu Integral ocorre a mudança do foco de interesse das coleções compostas de objetos materiais para patrimônio integral e do visitante para toda a comunidade ou grupo social. A autora esclarece ainda que a experiência de patrimônio integral é a base conceitual dos parques naturais musealizados, não se restringe ao ecomuseu, estende-se às cidades-monumento e aos bairros musealizados; como ocorre também nas operações mais tradicionais de conservação do patrimônio, o conceito de conservação desloca-se dos bens unitários para os conjuntos que agora deverão ser protegidos por uma moldura vegetal (Figura 45), um “cinturão verde de proteção” (SCHEINER, 2004, p. 97). Na década de 1960, esta intenção foi vislumbrada pelo arquiteto belga Frederic de Limburg Stirum da UNESCO, em seu plano urbanístico para a cidade, que não foi implantado, consta de uma separata da Revista Arquitetura, junto ao processo de tombamento de Paraty.

Figura 45 – Planta de proteção do Bairro Histórico por um cinturão verde – 1966.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN – RJ.

Neste contexto, legitimam-se os dois modelos conceituais de Museu: o museu tradicional: espaço fixo ou arquitetural instituído - arbitrariamente selecionado, delimitado para receber coleções de testemunhos materiais recolhidos. Sua base conceitual é o “objeto”. O Museu de Território: espaço geográfico ou território parcial ou totalmente musealizado e cuja base conceitual é o “patrimônio”. No museu de território, importa o estudo das relações de sincronicidade e ruptura entre os diversos componentes do conjunto como veremos adiante (SCHEINER, 2004, p. 96 – 97).

## 1.1 A Religiosidade em Paraty: As Festas e Procissões

A cidade realizava também práticas e festas religiosas ainda nos moldes tradicionais de seus antepassados com grande entusiasmo e ainda são preservadas pela comunidade urbana e rural, até os dias atuais, com grande zelo e frequência como era observada no século passado, por um cronista em 1929, neste território, antes de seus tombamentos:

Paraty é uma terra essencialmente religiosa. A religião catholica impera aqui com todo o seu poderio de seculos. Povo profundamente votado ás cousas divinas com o mais subido enthus'asmo, tem o paratyense o culto profundo por tudo que transpire a incenso dos altares. Dahi a frequencia das festas religiosas em Paraty; dahi o esplendor que logram alcançar essas mesmas festas. Indice de atrazo? Não! Indice do progresso da religião, profundamente arraigada na alma do povo paratyense. E eis porque festejou elle ha dias, Santa Rita, festejará daqui ha dias São Roque e em seguida outros e outros thaumaturgos da Igreja. Mas o sentimento religioso eleva e edifica e que elle – como um fogo sagrado, se mantenha sempre acceso no coração do povo de Paraty! Assim seja! (A VERDADE, 1929, p. 1).

As recomendações da Contra Reforma e das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia também estiveram presentes na vida paratyense e determinaram o fortalecimento da espiritualidade e da fé cristã. Nelas, as imagens devocionais, ricamente vestidas e adornadas de joias, coroas, resplendores em prata e ouro, além de brincos, anéis, cordões e rosários, desfilavam pelas ruas da vila e, posteriormente, da cidade em andores ornamentados com palmas de papel<sup>50</sup>, substituídas, atualmente, por flores locais.

---

<sup>50</sup> Objeto decorativo em madeira malacacheta, couro, papel-lata, pedra-sabão, papel laminado, prata ou outro metal em forma de uma palma de flores, recortado e vazado, que se coloca em um suporte de madeira torneada ou em ânfora, vaso de prata ou outro metal que se põe entre os castiçais, na banquetta e nos degraus do trono dos retábulos das Igrejas.

A fé popular era despertada através dos sinos, um dos principais instrumentos de comunicação<sup>51</sup> da época e com a ajuda dos sons das bandas de música, que contribuíam para o brilhantismo do cortejo devocional, dos foguetes de flechas lançados ao ar na hora do Glória e do *Te Deum*<sup>52</sup>, além dos Editais da Câmara de Paraty, datados do século XVIII, para o cumprimento de suas ordenações e gerência dos costumes de bens públicos.

Em 1913 foram fundidos dois sinos para a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios pelo tesoureiro da Irmandade, Silvino Antonio do Carmo, em substituição aos antigos que estavam quebrados. Os novos foram fundidos em Santos pela Companhia Mecânica e Fundação de São Paulo. O Museu de Arte Sacra de Paraty ainda guarda em seu acervo um dos sinos que estava quebrado em 1913, datado de 1836, sob a denominação de Nossa Senhora dos Remédios, com a efígie desta invocação, em relevo em uma das faces. Ao ser instalado, era realizada a cerimônia de bênção ou batismo, geralmente feita pelo bispo, incluindo em seu ritual próprio a recitação de sete salmos, banho com água benta, unção com óleo dos enfermos e crisma, incensação com mirra e incenso e a leitura do evangelho que relatava a visita de Jesus à casa de Marta, Maria e Lázaro.

Ao terminar sua bênção e unção, o Bispo pede a Deus para que seja dado ao sino o mesmo poder que fora concedido às Trombetas de Israel que fizeram cair os muros de Jericó, tocando-se o sino três vezes pelos padrinhos para lhe dar a missão (AMARAL, 1973, p. 73). O sino recebia o nome do santo do dia, do padrinho ou do doador, sendo que sua data, às vezes, determinava a data de construção das igrejas. Em 16 de novembro de 1913, o Jornal O Pharol, comentava:

Não houve porém, a bella solennidade da benção ou baptismo dos mesmos sinos, por faltar competência ao reverendo vigário para isso, pois só ao Exmo. Sr. Bispo compete a celebração do acto, ou ao sacerdote pelo principe da egreja autorizado, segundo um principio de direito canônico. Campanus solus episcopus benedicere potest R. S. congr. Dia 19 apr 1687 (Reiffenstuei t.3 part 2) Guillois cat Pag. 4) Assim ficaram os sinos sem nome de baptismo (O PHAROL, 1913, p. 1).

---

<sup>51</sup> Os dobres dos sinos e seus repiques, até hoje expressam sensações que encontram ressonância, na sensibilidade da comunidade; seus conteúdos podem comunicar o horário das missas, ladainhas, festas, procissões, badaladas de agonia e saídas para enterros, o dobre a defuntos (três dobres para homens, dois para mulheres), dobres de finados; dobres para paixão (Semana Santa) e toques festivos. Segundo consta na memória da comunidade paratyense, os sinos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário são batizados e ainda dobrados em caso de incêndios, tempestades e inundações.

<sup>52</sup> TE DEUM LAUDAMUS “A vós, ó Deus, louvamos”. Trata-se de um hino litúrgico tradicional de agradecimento, com texto que foi musicado por vários compositores. Dos que eram executados em Paraty não conhecemos a autoria.

As residências das ruas por onde passavam as procissões exibiam às janelas colchas, toalhas, castiçais e jarros com flores (Figura 46). Os jornais locais, até meados do século XX, ainda solicitavam aos moradores por onde esses cortejos transitassem, seguindo o “itinerário de costume”, que compreendia a Rua da Cadeia atual Marechal Deodoro, Rua do Comércio atual Tenente Francisco Antonio, Rua do Couto atual Rua Aurora, Travessa e Rua Santa Rita, Rua do Mercado atual Dona Geralda e Praça da Matriz, o favor de “[...] terem assejadas e alcatifadas de flores e folhagens, as frentes de suas habitações, em honra as Sagradas Imagens e para maior brilhantismo da festa” (O PHAROL, 1907, p. 4).

Figura 46: Procissão do Divino Espírito Santo à Rua da Cadeia, atual Marechal Deodoro



Fonte: Arquivo IPHAN, Paraty-RJ.

O Registro das Posturas da Câmara Municipal da Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, aprovado em 25 de outubro de 1831, além de garantir a ordenação do núcleo urbano, no que se refere às construções, conservação das casas, higiene, proteção, silêncio e sossego público, ordenava, também, a moral e a religião:

Hé proibido a todo o negociante de fazendas seccas, ter francamente as portas de suas lojas abertas nos dias de Natal, Páscoa, Espírito Santo e Padroeira, pena de 1\$000 reis de condenação. Na mesma pena incorrem

todos os das demais casas de negócio, que as não fecharem na acção de passar qualquer Procissão, ou o Santíssimo Sacramento (REGISTRO DAS POSTURAS, 1831, p. 9).

Os moradores da cidade eram obrigados a deixar livre trânsito nas ruas e lampiões acesos nas noites em que não houvesse lua, desde seu início até às 10 horas da noite. Nas ruas por onde passassem as procissões, era obrigado que fosse retirado tudo que pudesse impedi-las ou fazê-las “menos decentes”.

Este serviço público muito preocupava a Câmara de Paraty no que dizia respeito a seu cumprimento pelos arrematantes e contratos de Serviços Públicos, tendo destaque para o fiscal da Freguesia da Vila, João Leite da Silva Paranhos, função que acumulou em outros distritos com competência e desvelo pelo progresso do município, conforme se verifica no Contrato de Arrematação de Iluminação Pública:

1ª Obriga-se a conservar os lampiões existentes em boa guarda e fazer n'estes os concertos necessários, sendo substituídos por outros quando imprestáveis á custa da Câmara.

2ª Acender todos os combustores existentes durante 20 noites cada mês, principiando a iluminação um dia depois da lua cheia e terminando 4 dias depois da lua nova.

3ª Os lampiões serão acesos ao escurecer, e serão apagados as 4 horas da manhã.

4ª O Farol da Banca do Pescado será aceso todas as noites, cuja luz durará o tempo dos demais lampiões, quer haja luar ou não.

5ª Além das noites marcadas na condição 2ª serão acesos todos os lampiões quando fôr ordenado pelo Presidente da Câmara, sendo esse serviço retribuído com 4\$000 por cada noite.

6ª Incorrerá na multa de 1\$000 por cada um lampião que fôr encontrado com pouca luz ou apagado nas noites especificadas e na de 10\$000 por cada tendo elle conserto.

7ª Fornecerá 7 luseiros, vidros, torcidas e o pessoal necessário para o trabalho de iluminação.

8ª Perceberá pelo serviço assim feito a quantia de um conto de réis em quatro pagamentos trimestrais de 250\$000 Rs. Cada um.

9ª Dará fiador idôneo, a juízo da Câmara que se obrigará pelo cumprimento do contrato (RAMECK e MELLO, 2003, p. 121).

Além do incentivo às devoções na vida terrena, havia uma preocupação do homem setecentista com a saída do mundo dos vivos e a sua entrada para o celestial e, neste caso, a igreja representava a passagem para o portal do paraíso, na qual não deixava de prestar à Fábrica<sup>53</sup>, as suas contas, desde os ofícios religiosos até enterramentos no interior dos templos, que se faziam acompanhar pela cruz de funeral<sup>54</sup>, na encomendação; e nas

<sup>53</sup> Entidade que representa oficialmente a igreja, em todos os assuntos de Ordem Administrativa.

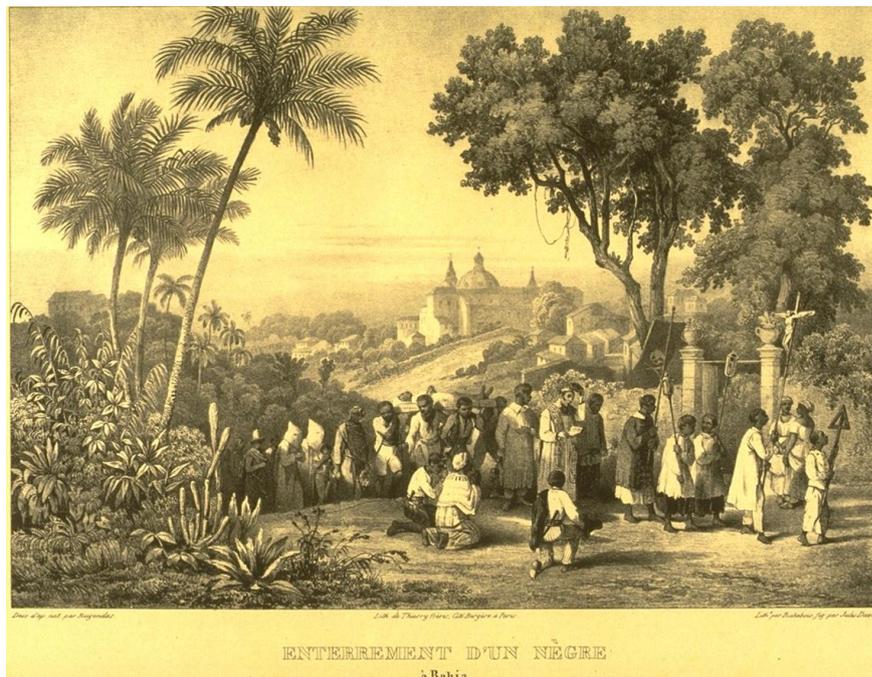
<sup>54</sup> Também conhecida como cruz da fábrica, alugada pelos desprovidos que não eram filiados às Irmandades Religiosas.

missas, cujos preços variavam entre libertos, cativos, adultos ou inocentes; assim como por cada dobre de sino em enterros e ofícios, excetuando os determinados pela constituição - (Figura 47). Em 1783, Monsenhor Pizarro critica esta prática:

Daqui procedia, para o que se perceberem avultados 80 rs. Não cessavam os sinos desde o instante do falecimento, até ser enterrado o cadáver à sepultura. Esta insuportável prática proibi e recomendei ao pároco a observância da mesma determinação, que se cingiu só naquelas ocasiões próprias, e que são do prudente costume geral (ARAÚJO, 1794, p. 38 v. a 45 v.).

Em 18 de abril de 1835, foi assinada a Portaria do Governo Provincial que mandava proibir os enterramentos dentro dos “Templos”, ou no interior da “Cidade”, e fundar em lugar conveniente um cemitério, o que levaria posteriormente ao encerramento das atividades dos columbários<sup>55</sup> das igrejas de Santa Rita e Nossa Senhora das Dores no perímetro urbano.

Figura 47: Enterro de um Rei Negro.



Fonte: João Mauricio Rugenda – Viagem Pitoresca através do Brasil.

<sup>55</sup> Espécie de cemitério erguido junto à lateral das Igrejas, ou mesmo isolados, construídos após a vinda da família real portuguesa para o Brasil, uma vez que o Rei D. João VI proibiu os enterramentos no interior das mesmas, por questões de higiene.

Na evolução urbana de Paraty houve preocupação, ainda na primeira metade do século XIX, com a manutenção e a conservação do prédio da Cadeia, das pontes do registro e da Vila, com as cheias dos rios e das ruas citadas, localizadas quase ao nível do mar, com a salubridade, iluminação, calçamento e aterro dos pântanos. No que se refere aos enterramentos, em 1841 já era dado o sinal de alerta, pelo fiscal da Câmara Municipal de Paraty, João Leite da Silva Paranhos:

A salubridade, decência e moral publica, reclamao que seja quanto antes estabelecido hum Cemitério, para se enterrar os defunctos, porque hé publico e notório que muitos são enterrados a rua próxima a Igreja, d'esta pratica pode sobrevir huma triste e horroza calamidade – a Peste. Salvai Snres., salvai a população d'esta Villa, d'este terrível flagelo; a humanidade reclama imperiosamente de Vós medidas promptas enérgicas (PARANHOS, 1841, D. A.).

No Livro de Registro de Ofícios da Câmara Municipal de Paraty, datado de 1853, o tesoureiro da Irmandade de Santa Rita foi intimado a cobrir com reboco a parede das catacumbas, objetivando impedir as exalações desprendidas em razão dos sepultamentos:

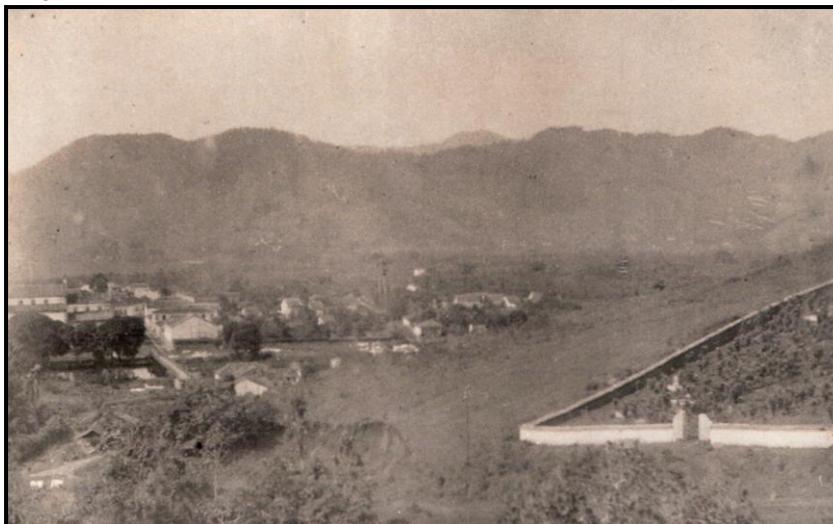
Achando-se em máo estado a parede do lado Sul, das Catacumbas da Igreja de Santa Rita, de que resulta haver exalações pútridas em danno da saúde dos habitantes mais próximos áquelle lugar ordena que V. Mce passe a intimar ao Thesoureiro da Irmandade de Santa Rita para que mande rebocar a dita parede com a grossura sufficiente a obstar a continuação de ùm mal que tanto affeta a salubridade publica (RAMECK e MELLO, 2003, p. 61).

As recomendações para instalação do novo cemitério fora do povoado, também são de 1856, segundo o Livro de Registro de Ofícios da Câmara Municipal de Paraty:

Morro além do rio Pereque-Assú a esquerda da entrada que vai para a Jabaquara a demarcação do terreno necessário para o dito cemitério, contendo 25 braças de frente e 60 de fundos. E como o dito terreno seja de propriedade do Cidadão Luiz Manoel de Almeida, residente na Côrte, com o qual tem esta Câmara ou o Governo Provincial de proceder as formalidades legais a cerca da indenização e desapropriação de sua propriedade (REGISTRO DE OFÍCIOS, 1856, p. 108).

Estes cortejos de sepultamentos saíam agora das residências, passando pelas igrejas no núcleo urbano e se dirigindo para o morro próximo. Até meados da década de 1960, os sinos, após a encomendação do corpo, não cessavam de tocar até que este baixasse à sepultura no novo cemitério, verificando-se aí a permanência de formas tradicionais de comportamento e, principalmente, do espírito de religiosidade (Figura 48).

Figura 48: Cemitério construído no morro à entrada da Jabaquara em 1856.



Fonte: Acervo Carlos José Gama Miranda.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento, a mais antiga da Vila, confortava os doentes através do “Santo Viático”, comunhão que o sacerdote levava aos enfermos moribundos para extrema unção em casa<sup>56</sup>; a hóstia era conduzida em uma píxide<sup>57</sup> de prata que o padre portava ao pescoço sob o pálio<sup>58</sup>, sendo precedido por membros da irmandade, trajando opas na cor púrpura, com as campainhas e velas acesas, como uma pequena procissão (Figura 49).

A passagem do pequeno préstito anunciado pela campainha cessava o burburinho da rua e os transeuntes ajoelhavam-se diante do Santo Viático. Em Paraty, o Artigo 142º dos Registros de Posturas de 1836, alertava “[...] Tôdas as cazas de negocio, por cujas frentes passar prossissão do Sagrado Viático, serão fechadas à essa occazião. Pena aos donos, administradores ou caixeiros de 6\$000 reis de muta [...]” (RAMECK e MELLO, 2003, p. 32). Esta peça ainda integra a coleção de prataria da Paróquia de Paraty, sendo mantida hoje no Museu de Arte Sacra de Paraty (Figura 50).

<sup>56</sup> Esta cerimônia foi registrada em aquarela por Jean Baptiste Debret, no Rio de Janeiro, no início do século XIX, com riqueza de informações e detalhes principalmente do acervo móvel que a compunha. O Santo Viático pode ser transportado sob a umbrela (grande sombrinha); encontramos também informações em transporte de tração animal como as seges e traquitanas.

<sup>57</sup> Pequena caixa de prata com o interior dourado ou toda dourada, geralmente circular ou oval, podendo ser lavrada ou não, tendo na parte superior uma argola para o sacerdote levar pendente do pescoço. No interior encaixa-se uma luneta para colocar a hóstia consagrada que se leva aos enfermos nas residências – o Santo Viático. O termo deriva de *pixys* (do grego caixinha).

<sup>58</sup> Baldaquino móvel sustentado por quatro, seis ou oito varas ou hastes de madeira ou metal com ganchos nas extremidades, onde se encaixa o pano ou cobertura em tecido rico, geralmente retangular, com as bordas em safenas com franjas, às vezes ricamente bordadas com fios de ouro e emblemas religiosos.

Figura 49: Estrema unção levada a um doente.



Fonte: Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil,  
Jean Baptiste Debret, p. 189.

Figura 50: Píxide – século XVIII.



Fonte: Acervo MASDP – Elaborada pelo Autor.

Neste universo, a religiosidade e as festas também representam esse cenário “patrimonial”, envolvendo a cidade, seus espaços e suas práticas de celebração, tanto no interior como no exterior das igrejas. É notória em Paraty a manutenção de seu traçado urbano que se manteve original, abrigando em sua malha quatro igrejas, passos e capelas que ainda são utilizados anualmente, tendo sido, no passado, também muito frequentados pelos que possuíam propriedades na zona rural, cumprindo os ritos de toda sua vida, desde o batismo ao enterro. No primeiro caso, no interior da igreja ou capela; no segundo, em seu interior, uma vez que as naves das igrejas serviam a esta função e, posteriormente, no cemitério atual.

Michel de Certeau, ao refletir sobre os conceitos de espaço e lugar, nos ajuda a esclarecer, quando diferencia lugar e espaço, ao afirmar que o lugar seria o estável, o espaço o movimento, “Em suma, o espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres”. (CERTEAU, 2014, p. 184).

Quando partimos desse pressuposto, constatamos que os espaços são socialmente construídos e estão relacionados a esforços pessoais de uma comunidade de determinado grupo social, o que nos leva a pensar na questão do “espaço e da identidade”. Porém cabe ressaltar, ao percebermos que a religiosidade teve seu papel estruturante, que esta ao mesmo tempo sofreu influências, sendo fundamental identificar como uma identidade religiosa pode reforçar e ser reforçada pelas relações do cotidiano.

Testemunho visível deste processo é a construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, monumento emblemático, local das principais festas, que teve sua construção iniciada em 1646, como vimos anteriormente e foi interrompida diversas vezes pela falta de recursos. Segundo a documentação pesquisada, constatou-se:

Não regateava o povo auxílio para a construção do bello templo, ainda hoje um dos mais magestosos deste Estado. Esmolas avulsas, contribuições mensais, disposições de última vontade e promessas, formavam a receita para a grande obra. Posteriormente loterias autorizadas pelo Governo vieram dar grande impulso aos serviços. As obras continuavam, nesse tempo, sob a administração da Irmandade do S. Sacramento de que era thesoureiro José Luiz Campos do Amaral. Raros eram os homens ricos da terra que, ao morrer, não legavam alguma coisa para as obras da nova Matriz (COSTA, 1922, p. 1).

Ainda em 1863 a nave da igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios já estava concluída, as imagens instaladas em seus novos retábulos<sup>59</sup> e os dois consistórios laterais expostos às intempéries<sup>60</sup>, comprometendo os alicerces e paredes do templo, conforme verificado no livro de Registro de Ofícios de 05/12/1863, a Câmara Municipal de Paraty, vem expor que:

“[...] havendo uma Senhora d’esta Cidade, D. Geralda Maria da Silva, com o dispendio de cerca de 25 contos de reis, concluido o corpo principal da Matriz, cujas obras estavam paralizadas desde 1848, havendo trasladado para ahi as imagens Sanctas, e estando já a funcionar o Templo, ocorre que é de urgentíssima necessidade cobrir-se, ao menos, os dois consistorios lateraes, pois que descobertos como se achão, recebem todas as aguas das chuvas, que cahem sobre o telhado do corpo principal da Igreja e ahi se precipitão e conservão estagnadas, alluindo não só os alicerces e paredes dos referidos consistorios, como ainda as proprias do corpo principal do Templo [...] pede a V. Excia. se digne mandar cobrir os referidos consistorios, dignando-se attender que prezentemente ainda se pode aproveitar todo o material de que dispôs aquella referida Senhora, na obra que fez, e em cuja aquisição mais tarde seria mister fazer-se dispêndio (RAMECK e MELLO, 2011, p. 152).

Isso explica, por exemplo, a instalação no templo inacabado dos retábulos das Irmandades Religiosas da Igreja Matriz, que lá já estavam funcionando e realizando suas festas e em plena atividade apesar das obras ainda necessárias e por finalizar. A Igreja

---

<sup>59</sup> Móvel que fica colocado por trás do altar, encostado à parede posterior no caso do altar-mor e nas laterais no caso dos altares ou capelas laterais, em madeira, pedra ou estuque, onde são colocados painéis com representação do orago da Igreja ou altar ou escultura dos mesmos. O termo provém do latim *retabulum*, de retro (atrás) e tabula (quadro).

<sup>60</sup> No livro de Registro de Ofício, p. 99v. consta o registro de uma Portaria do Exmo. Prez<sup>e</sup>. da Província datada de 04/03/1864, relativamente aos materiaes do Antigo edifício que servia de Cadêa, consta: e sendo a mesma Directoria de parecer que devem esses materiaes ser empregados na conclusão dos dois consistorios da Igreja Matriz d’aquella Cidade, cumpre que a mencionada Camara Municipal emitta sua opinião a este respeito, comprovando o direito que tiver a esses objetos (RAMECK e MELLO, 2011, p. 221).

Matriz abrigava o maior número de Irmandades e neste templo eram realizadas as três festas mais importantes da cidade: a Festa da Semana Santa, Festa do Divino Espírito Santo e a de Nossa Senhora dos Remédios. Devemos destacar que a Festa do Divino Espírito Santo não era realizada por Irmandade, pois não constatamos este dado na documentação pesquisada. Sempre foi realizada por festeiro.

As Irmandades Religiosas eram além de responsáveis pela conservação dos templos e todo o seu patrimônio, as encarregadas pelos atos litúrgicos no interior das igrejas e pelas festas religiosas em homenagem aos seus oragos. No período colonial, a Igreja Matriz de uma Vila ou freguesia sempre abrigava as irmandades mais importantes que, em certos casos, iam depois sendo separadas e construíam seus templos próprios, como ocorreu com a Igreja de Nossa Senhora das Dores em Paraty, mencionada no capítulo anterior.

Em 1794, estavam atuando na Igreja Matriz as Irmandades de Nossa Senhora dos Remédios, fundada em 04/08/1729, com seu Compromisso confirmado em 1768; a do Santíssimo Sacramento, fundada em 1722, com Compromisso confirmado em 10/06/1733 (Figura 51); a de São Miguel e Almas, fundada em 07/07/1728, confirmada em 11/08/1768; a do Senhor Bom Jesus dos Passos, fundada em 1721, com Compromisso confirmado em 11/08/1768 e a de São Roque, fundada em 1721, com Compromisso confirmado em 1787, reformado em 1939.

Figura 51: Capa do Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento – século XVIII.



Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana, RJ.

Monsenhor Pizarro não faz menção à existência da Confraria de Nossa Senhora do Terço<sup>61</sup>, que ocupa o primeiro retábulo do lado do Evangelho da Igreja Matriz. A confirmação da Irmandade e seu Compromisso ocorreram em 1812, conforme documentação existente na Mesa do Desembargo do Paço, no ANRJ, e uma arrecadação do promotor de capelas contra a Irmandade de Nossa Senhora do Terço, cujo processo tramitou pela Câmara de Paraty no ano de 1880, encontrando-se atualmente no Museu da Justiça Estadual do Rio de Janeiro<sup>62</sup>.

Ao procurar entender a entronização de Nossa Senhora do Terço na Igreja Matriz de Paraty, verificamos em nossas pesquisas que no Brasil existem belas imagens de Nossa Senhora do Rosário, conhecidas como do Terço para distinguir dos Rosários dos Pretos, e foram entronizadas nos retábulos laterais de quase todas as matrizes da primeira metade do século XVIII, como é o caso da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Preto, Minas Gerais, e na Igreja do Santíssimo Sacramento do Rio de Janeiro, esta última ladeada com as imagens de São Francisco e São Domingos de Gusmão de vestir, como ocorre em Paraty. O retábulo de Nossa Senhora do Terço da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty ficou sob a responsabilidade da Pia União das Filhas de Maria, local de sua fundação no dia 15 de agosto de 1933, que constava de dezesseis associadas<sup>63</sup>.

Na Igreja Matriz também eram realizadas outras festas que, embora não tivessem Irmandades próprias, agregavam um mesmo espaço e compartilhavam com as Irmandades atuantes um mesmo objetivo: a fé cristã, como as informações encontradas referentes à realização de Missa para São Francisco de Paula, que encontra-se em retábulo lateral, onde não encontramos a comprovação da existência de irmandade.

Nesta visita pastoral Monsenhor Pizarro nos deixou ainda o relato:

Todas elas, pelo que me constou da informação do Revd<sup>o</sup>. Pároco, festejam seus Oragos com a devoção possível, e igual as suas possibilidades, e procuram cumprir com as suas obrigações, posto que muito mal. As suas contas estão todas presentemente sujeitas ao Juízo da Correçam (ARAÚJO, 1794, p. 38v - 45v).

<sup>61</sup> O pesquisador encontrou a documentação desta Confraria, na Mesa de Desembargo do Paço, no Arquivo Nacional – RJ. Instituída na Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, era regida pelo Padre Mestre Frei Jerônimo do Monte Real, autoridade apostólica, fazendo os terços e festividades.

<sup>62</sup> Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro à Rua Dom Manoel, nº 29 - 3º andar, antigo Palácio da Justiça.

<sup>63</sup> Em 1933, constavam quatro aspirantes e doze Filhas de Maria.

No relato acima, fica clara a expressão externa da devoção, aliada às práticas do catolicismo tradicional, onde as festas tinham seu lugar de destaque nas Irmandades. O aspecto de confraternização garantia a estabilidade do grupo e a proteção na vida e na morte, sendo seu auge a data de comemoração solene, momento de sair às ruas com as procissões, como testemunho de devoção aos santos, bem como buscar proteções divinas e amenizar as angústias durante a liturgia festiva.

Para este cerimonial havia uma indumentária própria<sup>64</sup> com as cores e insígnias bordadas no lado esquerdo. Os provedores e os festeiros portavam varas de prata encimadas pelas efígies dos oragos, sendo que através de suas dimensões é possível visualizar a hierarquia e o poder exercido entre brancos, negros e pardos.

Foram ainda abrigadas na Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios três Irmandades fundadas no século XX: Associação do Sagrado Coração de Jesus, atual Apostolado da Oração<sup>65</sup>, a Pia União das Filhas de Maria fundada em 15/08/1933, constando de dezesseis associadas e a Congregação Mariana, fundada em 29/11/1952, presidida pelo Bispo diocesano Dom José André Coimbra<sup>66</sup> (Figura 52). A solenidade da bênção das fitas, diplomas e manuais se deu no retábulo-mór da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios<sup>67</sup>, às 21 horas, após o canto do “*Veni Creator Spiritus*”.

Registre-se também a Cruzada Eucarística fundada em meados de 1950 pelo Padre Gino Ceccin, composta de meninos e meninas<sup>68</sup> envolvidos com a catequese e atividades

---

<sup>64</sup> A Irmandade do Santíssimo, constituída por homens, opa na cor púrpura com emblema em forma de custódia bordada com galões metálicos e aljôfares; Nossa Senhora dos Remédios, constituída por homens, opa na cor branca com as iniciais N.S.R. bordadas; São Roque, constituída por homens, opa na cor azul; São Miguel, constituída só por homens, opa na cor verde; Senhor Bom Jesus dos Passos, constituída por homens e mulheres, os homens portam o balandrau na cor púrpura e roxa, com capuz para as procissões do Fogaréu e Enterro; Pia União das Filhas de Maria, uniforme branco com faixa azul na cintura e fita com a medalha da devoção.

<sup>65</sup> Usa uniforme preto e portam ao pescoço uma fita vermelha e a medalha em relevo representando a efígie do Sagrado Coração de Jesus. As fitas variam em sua largura de acordo com o grau hierárquico: presidente (essa é passada na posse), zeladoras e zeladas (levam quando morre). Destacam-se nas intenções do mês, na Via-Sacra nas Sextas-Feiras da Quaresma e primeira do mês, com Bênção do Santíssimo, nas festividades do Mês de Maria e na Missa em louvor a Santa Margarida Maria Alacoque no dia 17 de outubro.

<sup>66</sup> A primeira Congregação Mariana teve início em Roma, no ano de 1563, por iniciativa do padre jesuíta Jean Leunis. Os colégios da Companhia de Jesus tiveram importante papel na divulgação da Congregação Mariana no mundo, constituindo uma associação pública de leigos católicos que vivem a fé, consagrando sua vida à Mãe de Deus. No Brasil, foi iniciada em 1583, pelos padres Jesuítas, vivenciando fases de crescimento e decadência; em 1870 teve seus trabalhos reiniciados na cidade de Itu, interior de São Paulo. Em Paraty, o uniforme era branco e azul marinho com fita e medalha da devoção.

<sup>67</sup> A Congregação Mariana de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty ocupava o Consistório da Irmandade, atual Salão João XXIII.

<sup>68</sup> As meninas vestiam uniforme branco, portavam boina branca, meia  $\frac{3}{4}$ , sapato preto e fita amarela no pescoço. As meninas do coral vestiam saia verde, portavam boina verde, meia  $\frac{3}{4}$ , sapato preto e fita amarela no pescoço.

da Igreja, entre elas um pequeno coro. Seu cumprimento diário em encontro nas ruas da cidade era “Cristo Rei”.

Figura 52: Congregação Mariana de Paraty, RJ - Década de 1950.



Fonte: Acervo do Autor.

Em Paraty, a Associação do Sagrado Coração de Jesus foi fundada por Frei Willibrordo de Van Eyk e Zulmira Vivianna do Amaral, em 1906 (Figura 53). Em 1907, o Jornal O Pharol já anunciava a chegada da imagem em Paraty “[...] chegou no pacote ‘GLÓRIA’, a linda imagem do Sagrado Coração de Jesus. Foi depositada na Igreja de Santa Rita, d’onde será conduzida procissionalmente para a Igreja Matriz, em dia que fôr designado pelo Reverendo Vigário...” (O PHAROL, 1907, p. 1).

Figura 53: Apostolado da Oração de Paraty, RJ - Década de 1950.



Fonte: Acervo do Autor.

Esta imagem foi adquirida através de subscrição dos devotos em Paraty, esculpida em madeira policromada e dourada pelo escultor italiano Marino Del Favero, autor de outras obras em diversas Paróquias do Brasil, em especial São Paulo (Figuras 54 - 55). Houve a bênção, a transladação da Igreja de Santa Rita para a Matriz e foi realizada a primeira missa festiva do Apostolado, com a presença das irmãs (O PHAROL, 1907, p. 3). Esta peça foi restaurada pelo Museu de Arte Sacra de Paraty, em 2013.

Figura 54: Transladação da imagem do Sagrado Coração de Jesus – 2013.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

Figura 55: Assinatura de Marino Del Favero na imagem do Sagrado Coração de Jesus - 1907.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

O Apostolado era dirigido pelo próprio vigário, como diretor espiritual, tendo o inteiro apoio das senhoras casadas e católicas, destacadamente atuantes na comunidade, além da presença de homens. Seguiam a tradição dos rituais com perseverança, visitando as famílias pobres e enfermas, tendo responsabilidade com alguns altares das igrejas e alfaias e cumprindo com os deveres de “Comunhão Mensal” na primeira sexta-feira do mês e reunião. Atualmente, continua sendo feita adoração ao Santíssimo Sacramento na primeira quinta-feira do mês.

Para melhor alcançarmos nossas propostas de estudo, uma vez que as festas ocorrem durante todo o ano, faremos uma exposição dos seus rituais, percorrendo o

calendário litúrgico dentro de suas dinâmicas sociais e sua integração nestas cerimônias de aspectos sagrados e profanos, pois consideramos necessária a contextualização de nossos objetos de pesquisa.

Na virada para o Ano Bom, como era chamada a passagem de ano no início do século XX, ainda continuavam as visitas da Folia de Reis às casas em que eram armados os presépios, complementados com a instalação do Menino Jesus na manjedoura, durante a Missa do Galo a meia noite e, na década de 1950, do grupo de Pastorinhas, liderado por Maria da Conceição Santos (Mariquinha do Libanio) apresentando-se inclusive nas igrejas, estendendo-se até o dia de Reis, em seis de janeiro. Muitas são as informações sobre estas comemorações, ainda não profundamente pesquisadas.

O grupo da Folia de Reis em Paraty, pode ser composto de homens e mulheres, visitam as casas para entretenimento, saem sempre após as 22 horas, evocando a visita dos Reis Magos, guiados pela estrela. Para esse ritual as portas das casas sempre ficam fechadas e a luz apagada, estas se abrem e as luzes são acesas quando são cantados os versos para esta ocasião. Este costume ainda se mantém em Paraty.

Devemos destacar um depoimento de Benedicta Natividade Torres Pádua, natural de Paraty, que nos relata sobre a visita de uma reisada, popularmente conhecida como “Reis” na residência de seu pai Manoel de Jesus Torres, naquela época à Rua Dona Geralda:

“[...] quando chegava o Reis, do dia 6 de janeiro, (homens que cantavam reisada, quando a gente ouvia o barulho do prego na garrafa, um dos instrumentos dos reisada, mamãe apagava as luzes, (já havia luz elétrica, luz de cabacinha para muitos) nós ficávamos prendendo o riso, porque papai ficava atrás da porta dançando, só se ouvia o barulho dos pés dele, o pessoal cantava do lado de fora: “Meu senhor dono da casa/me desculpe a confiança/de estar em sua porta/sendo eu uma criança. Estou batendo em sua porta não/não é pra ganhar dinheiro/ É por patos e marrecos/E, franguinhos do poleiro/ então o menino gritava ê, ê, ê, ê, até sumir a voz” (PÁDUA, 2000, p. 2 - 3).

A depoente esclarece que em Paraty estes grupos de cantadores eram compostos de um mestre violeiro, contra-mestre e um “tripé”, cuja voz se ouvia a distância e o ritmo era marcado pelos pandeiros. Após as cantorias, eram servidos café com bolachas e biscoitos, depois dançavam e saiam dali para outra casa, levavam ainda como oferta uma garrafa de vinho do porto, embora alertassem para não oferecer bebida alcoólica, objetivando não prejudicar a folia, que fazia suas visitas em outras casas até o amanhecer do dia.

O período do carnaval no início do século XX, conhecido como entrudo em Paraty, era comemorado com os blocos do Zé Pereira e suas alas de lanternas coloridas, feitas de

papel crepom; o Bloco da Lálá, que também fazia uso destes objetos; o Bloco dos Democráticos em que todos se fantasiavam com motivos em preto e branco, fossem baianas, arlequins, piratas ou pierrôs; e o Bloco do Sr. Ribeiro (Figura 56).

Figura 56: Bloco Carnavalesco do Sr. Ribeiro.



Fonte: Acervo Vilma de Miranda Pádua.

Estas comemorações não raro, acabavam em disputas políticas, pois existia também o clube dos Tenentes do Diabo, com suas cores vermelho e preto, liderado pelo Tenente Souza, oposição aos Democráticos representados por Samuel Costa.

Em março de 1919 a coluna Factos e Fitas do Jornal A Razão, ainda registrava o silêncio das rivalidades, que sempre nesse período manifestavam seus desafetos:

Os Democráticos e os Tenentes, desta cidade, que out'óra degladiavam-se e cada qual procurava salientar-se pelas suas phantasias e com seus bellos carros allegoricos, têm-se conservado em completo mutismo, e, este anno, ainda não deram um signal de vida. Voz Geral – Democraticos, Tenentes/ Num silencio sepulchral.../Onde param essas gentes,/Hoje em pleno carnaval.?!/ Não se nota aquelle ossomo, /A galhofa, a brincadeira./ Parece que o próprio Momo,/ Dormiu com o Zé-Pereira. Se o motivo vem de traz,/ É bem que não se o procura/Pois é sabido de mais:/-Não há bem que sempre (dure) (A RAZÃO, 1919, p. 3).

Durante o período que se seguia após o Dia de Reis e o carnaval era comum também comparecerem grupos de mascarados no período noturno e os Boronofes (Figura

57), bonecos gigantes com cabeça desproporcional, segundo informação dos mais velhos, é uma apologia ao Dr. Voronoff, médico do Rio de Janeiro, conhecido por suas célebres teorias do rejuvenescimento. Estas figuras portam máscaras produzidas com papel e cola de trigo, moldadas em formas de barro e coloridas com guache e pó xadrez de diversas cores, vestindo roupas velhas e usadas. As máscaras ainda são confeccionadas até os dias atuais em Paraty (Figura 58). A cidade possui vários artesãos que estão passando a técnica nas escolas públicas e particulares, em oficinas e no Museu Forte Defensor Perpétuo.

Figura 57: Voronofe



Fonte: Acervo Museu Forte Defensor Perpétuo.

Figura 58: Oficina de Máscaras na Escola do Corisco, Paraty-RJ.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

Encerrado o entrudo e seus cortejos de buzinas e Zé Pereiras – com toques em latas de querosene servidas e os famosos limões de cheiro, confeccionados com cera e perfume no interior, muito questionados à época por serem considerados como prejudiciais à saúde, pois não respeitavam estados, idades e as famílias – tinham início, na Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, as cerimônias da Quaresma, com a Via-Sacra, sendo que, a partir desta época, os paratyenses eram convidados a “desobriga da quaresma”. O Jornal A Razão, da cidade noticiava:

Estamos no tempo da Quaresma para fazermos penitência que a santa Igreja prescreve a todos os seus filhos antes da festa da Paschoa. Ella (a igreja) assim exige, para nos venerarmos e imitarmos o jejum de Jesus

Christo no deserto; para nos conduzir à prática da penitência que nossos pecados exigem, para nos dispor a celebrar dignamente a Paixão de Christo (A RAZÃO, 1920, p. 1).

A partir desta época era costume, em Paraty, ornarem os camarins dos retábulos das igrejas com cortinas ou véu quaresmal, na cor roxa, que são fechados no Domingo da Paixão, anterior ao Domingo de Ramos. Este costume voltou a ser cumprido a partir de 1985, por membros das antigas Irmandades e ainda é mantido. As violas e pandeiros eram guardados em um saco, suas cravelhas eram afrouxadas, os oratórios eram fechados, as imagens cobertas e os quadros “registro de santos”, voltados para a parede.

Nossa Senhora das Dores era festejada com o chamado Setenário das Dores<sup>69</sup>, devoção iniciada em Portugal. No século XVIII vem para o Brasil, através da Congregação do Oratório de Braga, sob a responsabilidade do padre Martinho Pereira, onde cada dia é dedicado a uma dor de Nossa Senhora. Iniciava na semana que antecede o Domingo de Ramos, terminando na Sexta-Feira de Passos. Era acompanhado por cânticos e coro, às sete horas da noite, com a capela ricamente paramentada e profusamente iluminada, conforme relatam os jornais da época, encerrava-se com “Missa Solene de Nossa Senhora”. Às dez horas da manhã e à tarde desse mesmo dia saía em procissão à imagem de Nossa Senhora das Dores para a Procissão do Encontro ou de Passos (Figuras 59 - 60).

A Irmandade de Nossa Senhora das Dores era anteriormente uma devoção administrada economicamente pela Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, como podemos verificar no relato dos atos solenes da Semana Santa em 1892, no Domingo da Ressurreição “[...] As oito horas da noite, coroação de Nossa Senhora, na capella das Dores, pela Devoção de N. S. das Dores [...]” (PARATYENSE, 1892, p. 2). Em 24 de agosto de 1901, teve seu Compromisso aprovado.

Parte integrante das cerimônias do Setenário das Dores era a “Solene Coroação de Nossa Senhora” que ocorria no Domingo da Ressurreição, à noite, na própria capela, conforme se verifica no livro de receita e despesa da Irmandade, com o registro dos gastos com doces para os anjos, velas, incenso e foguetes. Nesta cerimônia, meninas vestidas de virgens retiravam o lenço, a espada e o manto azul e colocavam a coroa de rainha, em filigrana dourada, aspergindo sobre a imagem pétalas de flores ao toque dos sinos,

---

<sup>69</sup> O Setenário de Nossa Senhora das Dores na Igreja de Nossa Senhora das Dores é a primeira celebração religiosa, ainda no período da quaresma, na semana precedente à Semana Santa ou Semana Maior, devoção iniciada em Portugal. O primeiro Setenário foi baseado no livro: Gemidos da Mãe de Deus Aflita do Padre Theodoro de Almeida em 1785.

campainhas e espocar de foguetes. A festa encerrava com leilão de prendas no adro da Igreja.

Figura 59: Setenário de N. S. das Dores realizado em 2010.



Fonte: Elaborada pelo Autor

Figura 60: Procissão de Passos ou do Encontro.



Fonte: Elaborada pelo Autor

Nesta igreja, também era comemorado no dia 06 de agosto, o Senhor Bom Jesus, com missa incensada, no próprio altar do santo.

Com a chegada da imagem de São José, no final do século XIX, sua festa era sempre realizada no dia 19 de março. Em 1898, o Jornal O Pharol registrava os tríduos, novenas e missa rezada<sup>70</sup> com grande concorrência dos devotos na Igreja Matriz. Esta devoção se estendeu durante todo o século XX, culminando com solene procissão pelas ruas da cidade, banda de música, encerrando com leilão de prendas. Na década de 1950, foi transferida para o dia 1º de maio; atualmente é celebrada pela comunidade da Ilha das Cobras.

A Festa da Semana Santa, realizada após 40 dias depois do carnaval estava sob a responsabilidade de três importantes irmandades: Irmandade do Santíssimo Sacramento, Nosso Senhor dos Passos e Nossa Senhora das Dores. Das cerimônias sob a

<sup>70</sup> Missa sem a assistência de diácono e subdiácono.

responsabilidade da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos destaca-se a “Sexta-feira de Passos”, última Sexta-feira da Quaresma, antes do Domingo de Ramos.

A Procissão do Encontro, ou de Passos, saía às ruas de Paraty, percorrendo os seis Passos da Paixão<sup>71</sup> existentes no perímetro urbano, no itinerário de costume das procissões e encerrando no interior da Igreja Matriz, onde era exposto o Senhor Crucificado no Calvário, correspondente ao último Passo da Paixão. Após o sermão, as cortinas eram fechadas e só ocorria o Descendimento da Cruz na Sexta-Feira Santa para a Procissão do Senhor Morto ou Enterro (Figuras 61 - 62).

Figura 61: Procissão de Passos.



Fonte: Acervo Décio Ramiro de Alcântara.

Figura 62: Passo da Flagelação.



Fonte: Acervo PASCOM.

Em programa da Festa da Semana Santa, publicado no jornal A Razão de 1918, quando já não existia mais a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, podemos verificar que era a Irmandade do Santíssimo Sacramento responsável pelas cerimônias da Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus Cristo na Igreja Matriz, chama atenção no início do mesmo para a Sexta-Feira de Passos:

<sup>71</sup> Neste momento são cantados os Motetos de Passos, cânticos alusivos às cenas existentes no interior, acompanhados de alguns instrumentos musicais. Os Passos são adornados com manjerição conforme costume local.

Procissão do Encontro, sahindo a sagrada imagem do Senhor do Passos, as 16 ½ do dia, da Igreja Matriz e a Santíssima Virgem, da Capela de N.S. das Dores, tendo logar o Encontro na Praça Maurício de Abreu, esquina da rua D. Geralda sendo pregado nessa ocasião sermão allusivo ao acto, em tribuna armada para esse fim. Em seguida a procissão percorrendo a dita rua Dona Geralda, Praça 15 de Novembro, entrará na Igreja Matriz sendo, nessa ocasião, exposto o Senhor Crucificado no Calvário, havendo sermão ao entrar da procissão. A Igreja Matriz assim como os demais passos bem ornamentados, serão franqueado aos fiéis que queiram visitá-los, depois da procissão (A RAZÃO, 1918, p. 3).

À frente dessa procissão, além da cruz processional ladeada pelos acólitos, seguia um irmão ostentando um enorme estandarte ou pendão em tecido roxo, com as iniciais ao centro S.P.Q.R. (*Senatus Populusque Romanus*) bordado a ouro, que significa (o senado e o povo romano), para manifestar que aquela sentença havia sido imposta pelo senado e pelo povo romano. Na Procissão do Enterro, o estandarte costuma ser carregado na posição horizontal em sinal de luto. Em algumas cidades do interior do país, esta peça é também chamada de guião. Encerrava o cortejo o pálio com a Cruz Relicário, que era depositada no interior dos Passos antes das orações.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento também era responsável por alguns atos da Semana Santa, como o Ofício de Trevas<sup>72</sup>, na Quarta-Feira Santa e a transladação e guarda do Santíssimo Sacramento na Quinta-Feira Santa no interior da igreja, durante toda a noite até o dia seguinte. Acontecia em retábulo decorado para esta finalidade, da própria Irmandade, algumas vezes no retábulo-mor; outras, no retábulo de Nosso Senhor da Cana Verde, no Consistório da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, que se situava no pavimento superior à sacristia da igreja Matriz. Neste dia, a imagem do Senhor da Cana Verde não se encontrava no local por estar participando da Procissão do Fogaréu.

Este tipo de organização, que muitos membros da comunidade chegaram a conhecer até meados do século XX, é reminiscência da trajetória que o templo sofreu. Abrigava, inclusive, outras devoções que posteriormente vieram a se instalar em templos próprios. Conforme se verifica nos documentos, em 1794 ainda não existia a Igreja de Nossa Senhora das Dores, não havendo sequer sido iniciada sua construção.

---

<sup>72</sup> Essa cerimônia é realizada no interior da Matriz, com a instalação do Candelabro de Trevas, ou Tenebrário, composto de quinze bocais para velas, representando os Apóstolos, distribuídas de forma escalonada, que vão sendo apagadas uma a uma, ao fim da leitura de cada Salmo. A última vela, no ápice do triângulo, não se apaga: é levada à parte posterior do retábulo. Representando Jesus Cristo, que foi retirado, ocultado e retornou a aparecer como luz do mundo. A última vela permanece acesa no candelabro para iluminar todos os homens. Quando é retirada, simbolizava as trevas, momento em que as pessoas provocavam ruídos com os pés no assoalho da igreja. A matraca é tocada para lembrar o tremor e o transtorno no momento da morte de Jesus Cristo.

Esta Irmandade realizava também a “Desnudação dos Altares”, cerimônia que consiste em retirar as toalhas, forros e deitar os castiçais na horizontal, além da Procissão da Prisão ou do Fogaréu<sup>73</sup> na Quinta-feira Santa, com a imagem de Nosso Senhor da Cana Verde. Era também chamada de Procissão de Endoenças, devido ser a Quinta-Feira Santa denominada Quinta-Feira de Endoenças, dia de indulgência e penitência, dia de visitas às igrejas e ao Santo Sepulcro em que estava exposto o Santíssimo Sacramento (Figura 63).

Figura 63: Procissão do Fogaréu.



Fonte: Acervo PASCOM.

Saía da Igreja Matriz em marcha acelerada; ao soar das matracas, acompanhada somente por homens, uma vez que mulheres e crianças eram proibidas de ver o cortejo passar. As ruas escuras só eram iluminadas por grande quantidade de archotes e velas que os fiéis conduziam. Veio daí o nome da procissão: Fogaréu. Visitava todas as igrejas de

<sup>73</sup> Em sua feição original, era frequentada apenas por homens que, em passos acelerados, conduzindo archotes e velas, carregavam a imagem de Nosso Senhor da Cana Verde, entoando a Ladainha de Todos os Santos, com as ruas da Cidade às escuras ao som das matracas, entravam pela porta lateral e saíam pela porta da frente das igrejas. A presença de mulheres e crianças não era permitida no cortejo. Era lhes proibido até mesmo assistirem a passagem da procissão ainda que fossem através das frestas das janelas, pois segundo as Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia, 1758 “a noite era do domínio do Príncipe das trevas, o Demônio”, (CONSTITUIÇÕES, 1758, p. 193 apud FLEXOR, 2009, p. 18).

Paraty, entrava pela porta lateral, saía pela porta da frente entoando a Ladainha de Todos os Santos.

Na Sexta-Feira Santa, também chamada de Sexta-Feira Maior, às 10 horas da manhã, era realizada a Paixão, adoração da cruz e missa dos Pressantificados, que tem este nome devido às hóstias serem consagradas na missa de Quinta-Feira Santa. Às 21 horas era realizado o “Descendimento da Cruz” (Figura 64).

A imagem do Senhor Crucificado em tamanho natural, com articulações nos braços, pernas e cabeça, anteriormente exposta no Calvário que compreendia ao último Passo da Paixão, correspondente à Procissão do Encontro realizada na Sexta-Feira de Passos, é agora descida da Cruz, em cerimônia que guarda até hoje um cunho teatral e emocional, inteiramente ligada aos desejos, sempre crescentes no desenrolar da vida religiosa dos séculos XVII e XVIII, de atingir maior perfeição, naturalismo e dramaticidade.

Esta imagem é descida pelos braços e depositada em um esquife na presença de personagens figurados, como Nossa Senhora, São João, Maria Madalena e Verônica que é representada por um Anjo Cantor. Fato curioso nesta cerimônia é que essa imagem de Cristo, utilizada no Calvário, não sai às ruas na procissão do Senhor Morto (Figura 65), pois atrás das cortinas que vedam esta cena, já está preparado outro esquife para essa finalidade, com outra imagem de Cristo, também de época, só que em tamanho menor e mais leve. Fica assim evidenciado o caráter dramático e teatral desta cerimônia.

Figura 64: Calvário e Descendimento da Cruz.



Fonte: Acervo PASCOM

Figura 65: Procissão do Senhor Morto ou do Enterro.



Fonte: Acervo MASDP.

Às 22 horas, saía às ruas de Paraty a comovente procissão do Senhor Morto ou do Enterro, segundo verificamos nos jornais do início do século XX. Algumas senhoras da

cidade chegavam a sentir mal estar durante a passagem do cortejo, descrito por Samuel Costa, em 11/04/1907, que intitulou como “faniquitos”, afirmando:

Que todos os annos por occasião da procissão solenne da sexta feira santa, logo que se põe em caminho o prestito religioso e que a banda de musica encarregada de abrilhantar a solennidade com as bellas peças de seu vasto repertorio, rompe os primeiros compassos de uma marcha funebre, uma sucessão de sentidas e agudas lamentações vocaes que se faz ouvir – são os faniquitos que acabam de se incorporar a procissão. E assim ao menos por tradição tornam-se elles figuras indispensaveis nessas solennidades annuaes (O PHAROL, 1907, p. 1).

O esquife era carregado pelos irmãos que, trajando o balandrau, com a cabeça coberta pelo capuz e protegidos sob o pálio, eram seguidos pela imagem de Nossa Senhora da Soledade. A esta procissão compareciam as outras irmandades das igrejas de Paraty. O préstito era composto por cruz processional, pelo guião da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, na posição horizontal em sinal de luto, seguido de anjos que portavam os símbolos da Paixão de Cristo<sup>74</sup>.

Esta procissão fazia paradas diante dos Passos da Paixão “para exposição da Verônica e ao entrar na Igreja Matriz era realizado o Sermão de Lágrimas ou da Soledade e a exposição do Sudário<sup>75</sup> em tamanho natural e as imagens do Senhor Morto no sepulcro e de Nossa Senhora para o “Beija-Mão”<sup>76</sup>, quando todos os presentes beijavam a mão do Senhor Morto (Figuras 66 - 67).

Existem informações que denotam a persistência, ainda na primeira metade do século XX, de uma grande preocupação de persuadir e atrair os fiéis emocionalmente, como era típico da cultura do século XVIII:

Os andores em que foram collocadas as sagradas imagens, assim como o Calvário, o esquife e o sepulchro onde foram expostas as imagens do Senhor Crucificado e Senhor Morto, foram confeccionados e ornamentados caprichosamente athrando a atenção de todos os presentes” (A RAZÃO, 1918, p. 3).

---

<sup>74</sup> Segundo as informações dos mais velhos, são chamados Armas Christi, as armas que levaram Jesus Cristo á morte.

<sup>75</sup> A prática da exposição do Sudário em tamanho natural após a chegada da Procissão do Enterro, para o sermão da Soledade foi uma constante no período colonial, cujo protótipo de pintura em tecido se disseminou pelo Brasil. O de Goiás atribuído possivelmente ao artista Veiga Vale, de forma errônea visto ser muito semelhante ao de Paraty.

<sup>76</sup> Somente o braço direito desta imagem é articulado e quando está exposto no sepulcro para que os fiéis possam beijar a mão do Senhor Morto.

Figura 66: Sudário da Cidade Goiás



Fonte: Revista Cultura, 1980, p. 125.

Figura 67: Sudário da Igreja Matriz de Paraty.



Fonte: Acervo MASDP.

No Sábado de Aleluia, também chamado de Sábado Santo, era realizada a Bênção do Fogo Novo, da pia batismal e do círio pascal. Havia, também, as Profecias e a Missa Solene, que ostentavam um caráter de extremo júbilo em contraste com a mágoa interna da Sexta-Feira Santa, como podemos observar no seguinte noticiário:

Tiveram lugar no Sabbado d'Alleluia as seguintes cerimônias: a benção d'água, do novo fogo, do círio pascal, officio d'Alleluia, ladainha de todos os Santos e em seguida a missa cantada, descobrindo-se o majestoso e bem ornado throno do altar mor e todas as imagens por ocasião do Gloria in Excelsis Deo, soando ao mesmo tempo, as campas e sinos de todos os templos d'esta cidade (O PHAROL, 1907, p. 1).

A cerimônia que a Irmandade do Santíssimo desenvolvia com o maior brilhantismo possível era a Procissão da Ressurreição, no Domingo de Páscoa, às cinco horas da manhã, depois da qual era celebrada a missa solene. A procissão era realizada após o celebrante ter entoado três vezes na urna do altar-mor o *Surrext Dominus*: “A Ressurreição do Senhor”, comparecendo a ela todas as Irmandades religiosas de Paraty. Sob o pálio era conduzida a custódia, com o Santíssimo Sacramento.

Em todas as cerimônias da Semana Santa em Paraty, além da orquestra e do coral, participavam as duas bandas existentes na cidade: a Lira da Juventude e a Vinte e Cinco de Dezembro, tendo a primeira maior participação nas cerimônias religiosas.

O Mês de Maria foi iniciado na Igreja de Santa Rita no altar de Nossa Senhora da Conceição sob a liderança de Zulmira do Amaral Costa. Durante todo o mês de maio, eram realizadas ladainhas, terço, ofertas de flores e, no dia 31 de maio, Missa Solene e procissão, terminando a festividade com a Coroação de Nossa Senhora e *Te-Deum*<sup>77</sup>.

Em comentário intitulado “A Procissão das Moças”, verificado no Jornal “O Pharol”, Paraty, 9 de junho de 1907, p. 3, realizado pelo paratyense Dr. Samuel Nestor Madruga Costa, deixa evidenciados os detalhes da procissão de encerramento do “Mês de Maria” em Paraty, iniciado na Igreja de Santa Rita no início deste século, com a participação da imagem de Nossa Senhora da Conceição no cortejo (Figuras 68 - 69). Posteriormente essa cerimônia passa a ser realizada na Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, com a imagem da padroeira.

Figura 68: Imagem de N. S. da Conceição



Fonte: Acervo MASDP.

Figura 69: Cerimônia do mês de Maria – Igreja Matriz.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

<sup>77</sup> Constavam também de Missas acompanhadas de órgãos, cântico e bênção com o Santíssimo Sacramento, quando foi celebrada na Igreja de Santa Rita.

Quando passou a ser realizada na Igreja Matriz, a celebração ficou sob a coordenação do Apostolado da Oração do Sagrado Coração de Jesus que, na época, estava recém fundado em Paraty. O Mês de Maria era o momento para congregar as senhoras e os jovens da cidade, com uma grande quantidade de crianças vestidas de anjo e moças vestidas de Virgem. No último dia da festa, os participantes ainda são contemplados com os tradicionais cartuchos de doces, em forma de cornucópia, lembrando a fartura.

A Festa de Santa Cruz era realizada no dia 03 de maio em diversas capelas da Zona Rural, dia da “Invocação de Santa Cruz”, sendo o mastro erguido no dia 24 de abril, primeiro dia da novena. O dia três de maio, dia da festa, era iniciado com “alvorada” de foguetes, tendo à noite ladainha celebrada por capelão, leilão de prendas e a dança do Jongô, em torno da fogueira acesa. O adro das capelas era ornamentado com bandeirinhas, arcos de bambu e lanterna de papel colorido.

De caráter rural, embora localizada nas imediações da cidade, no Beco do Bom Propósito, a Capela denominada de Santa Cruz, foi erguida em fins do século XIX, conforme atesta a data existente na face posterior do retábulo da referida capela: “sabado dia 23 de outubro de 1895 à noite”, com letras pintadas na cor sanguínea, que também foi utilizada na pintura do retábulo.

Construída por Dona Maria Generozza, moradora do local, esta capela está vinculada a um incidente ocorrido em uma Sexta-Feira Santa, nas margens de um braço do Rio Perequê-Açú, denominado Rio Morto, ao lado da capela, quando foi encontrado agonizando. Era um negro, de nome Theodoro Dias Villela, que ao lançar nas águas do rio uma tarrafa, esta enganchou-se em um dos botões de sua camisa, levando-o para o fundo das águas, falecendo após o fato. Provavelmente, o nome Beco do Bom Propósito faz alusão ao fato ocorrido às margens do rio e sua posterior intenção de erguer a capela (Figuras 70 - 71).

A Festa de Santa Cruz ficou por muitos anos sem ser realizada e foi reativada em 1996, pela Comissão da Festa de Santa Rita, na sua totalidade, com levantação de mastro, ladainhas, danças e o leilão de prendas. Integram este ritual, de festas e procissões, sejam elas internas ou externas, os mesmos objetos de culto, na sua maioria confeccionados em material nobre que se revelam nas formas mais expressivas e originais da arte colonial.

Figura 70: Capela Santa Cruz da Generozza – década de 1950.



Fonte: Acervo do Autor.

Figura 71: Face posterior do retábulo.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

A Festa do Divino Espírito Santo constituía, juntamente com a da Padroeira Nossa Senhora dos Remédios, as maiores celebrações de Paraty. De origem portuguesa, em especial da Ilha dos Açores e Madeira, quando o gado bovino passa a ser trazido para o Brasil<sup>78</sup>. A festa do Divino é comemorada 50 dias após a Páscoa, no Domingo de Pentecostes ou Domingo do Espírito Santo, em homenagem á Terceira Pessoa da Santíssima Trindade. Não encontramos informações da existência da Irmandade do Divino Espírito Santo em Paraty.

Segundo José Reginaldo Gonçalves, é vasta sua área de ocorrência: Açores, Canadá, Estados Unidos e Brasil, em especial no Sul e Sudeste. Sua origem é situada no século XIV, associada à Rainha Santa Isabel (1271 - 1336), esposa do Rei Dom Diniz “Os mitos de origem da festa referem-se à sua criação no século XIII, em Portugal. Mas há referências à sua existência na Alemanha e na França, ainda no século XII” (GONÇALVES, 2007, p. 197).

Esta festa praticamente é iniciada no Domingo da Ressurreição. O mastro pintado de vermelho e branco ostenta em sua extremidade uma bandeira em folha de flandres, originalmente tendo em uma face a pomba do Divino em forma de vôo, entre um triângulo representando o delta místico ou a Santíssima Trindade e, na outra, a coroa e o cetro do

<sup>78</sup> Consta que teria sido em 1534 por iniciativa de Martim Afonso de Souza, quando começaram a ser trazidos do arquipélago de Cabo Verde para a capitania de São Vicente. É interessante observar, pois junto com o gado consta que vieram carpinteiros especialistas na confecção de carros de bois.

Imperador do Divino. É também encimado por uma pomba em madeira entalhada em atitude de vôo, assente sobre um globo pintado de azul.

O mastro<sup>79</sup> é erguido ao lado da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios. Fato curioso é que a referida peça sempre constou do Livro de Inventário da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e era de lá que saía em procissão para ser erguido e após o arreamento, ali novamente era depositado. Muitos fiéis fazem promessa para carregá-lo ou simplesmente tocá-lo com as mãos. A bandeira original, datada do século XIX, integra a coleção do Museu de Arte Sacra de Paraty (Figuras 72 - 73).

Figura 72: Divino no triângulo entre nuvens



Fonte: Acervo MASDP.

Figura 73: Coroa e Cetro do Imperador.



Fonte: Acervo MASDP.

Segundo Luiz da Câmara Cascudo, “[...] a bandeira do santo no alto do mastro informa que ele está presente na sua festa e aguarda o concurso de seus fiéis”. (CASCUDO, 1962, p. 469). A partir desse momento, a folia - bando volante que, com uma bandeira e alguns instrumentos musicais - percorre o município, angariando donativos para o Divino. Estas visitas culminavam com jantares e bailes tocados a viola, ocorrendo na zona rural de Paraty, nos locais onde pousavam.

Aproximando-se o período da Festa, a cidade se prepara para viver intensamente esses dias de celebração, sob o comando de um festeiro que era escolhido entre as pessoas de destaque da cidade. As ladainhas são iniciadas nove dias antes do Domingo de Pentecostes, com a igreja ornamentada na cor vermelha. Os fiéis partem todos os dias da

<sup>79</sup> Coluna de madeira lavrada de seção circular geralmente pintada nas cores referente às Irmandades e aos oragos. Mircea Eliade ao analisar os três níveis cósmicos – Terra, Céu, regiões inferiores, relata a comunicação entre eles através de uma coluna universal, AXIS MUNDI, que liga e sustenta o Céu e a Terra, e cuja a base se encontra cravada no mundo de baixo que se chama “Infernos” (ELIADE, 2010, p. 38, grifo do autor).

casa do festeiro, local onde também é montada uma espécie de trono, ou altar, em que ficam expostas a salva, coroa e cetro do Imperador do Divino, para as orações e as bandeiras. Essa novena possuía música própria, conforme atestam as partituras intituladas “Novena do Espírito Santo”, ainda existentes no arquivo da Banda Santa Cecília, atualmente sob a guarda do IBRAM (Figuras 74 - 75).

Figuras 74: Trono da Casa do Festeiro 1982.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

Figuras 75: Coroa, cetro e salva do Imperador do Divino Espírito Santo - 1982.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

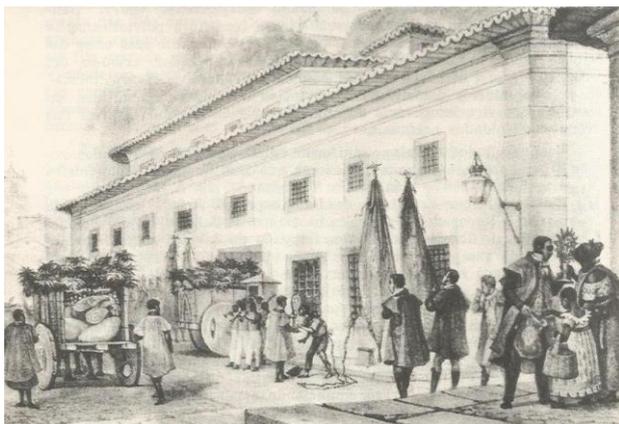
No Sábado, havia distribuição de carne e pão aos pobres, como era costume ser feito na Corte do Rio de Janeiro, sendo que lá, aos presos da cadeia (Figuras 76 - 77). O bando precatório nas ruas recolhia esmolas para a festa. Era também servido o almoço do Divino na casa do festeiro e, no período da tarde, havia jogos e brincadeiras, como o pau-de-sebo, corrida de saco e o leitão ensebado.

Neste dia, era costume aparecer às figuras do boi<sup>80</sup>, acompanhado do cavalinho e da Miota, e um rapaz tocando caixa, que divertia as crianças e molecadas com suas correrias. Este boi de pano, referência do gado que vem para o país, no século XVI, durante as brincadeiras ou no encerramento da festa, o boi de pano é também dividido em pedaços

<sup>80</sup> Figuras em tamanho natural montadas em estruturas armadas com taquara e revestidas de tecido pintado. Para a cabeça do boi, usa-se uma caveira do animal e reveste-se de tecido. Este é sempre acompanhado do capinha, “seu dono” e do cavalinho que o direciona, possivelmente em alusão às touradas. A miota, de grandes dimensões, segundo a tradição, para olhar o interior dos sobrados. Apresenta-se sempre enfeitada, portando “anquinhas”, enchimento na parte posterior da indumentária feminina, muito em uso no século XIX.

através de versos alusivos às pessoas de destaque da cidade a modo dos repentistas do Nordeste do Brasil, intitulada: Embolada para ser cantada pelo capinha do boi, nas festas do Espírito Santo – Letra de Cleantho Maranhão, década de 1940.

Figura 76: Viveres levados aos prisioneiros no dia de Pentecoste.



Fonte: Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, Jean Baptiste Debret, p. 227.

Figura 77: Distribuição de carnes aos pobres na Festa do Divino - 1982.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

O Domingo do Espírito Santo, último da Festa, é despertado com alvorada pela Banda, pela Folia, pelo repicar dos sinos das igrejas e por um grande foguetório. A missa solene é iniciada às 10 horas, após a chegada do “Imperador”, herança portuguesa representada por um menino ou adulto, vestido a caráter com calções de veludo, sapatos de entrada baixa, meias e o manto púrpura decorado com arminho, acompanhado dos vassallos e seus pagens, conduzindo a coroa, o cetro e a salva. O Imperador coroado ao final da missa e seguindo para o “Império do Divino” na Praça da Matriz, onde se sentava para assistir as danças (Figuras 78 - 79) em sua homenagem: Dança dos Velhos, Fitas, Jardineira, Caiapô, Marrá Paiá e Xiba Cateretê<sup>81</sup>.

Alguns jornais do final do século XIX mencionam a realização de cavalhadas na praça, assim como de uma marujada em 1920. O Imperador distribuía medalhas e lembranças da festa, exibindo na mão um anel, que era beijado por todos. Havia, também, o costume de soltar presos comuns por indulgência “imperial”. Após as diversões, o Imperador

<sup>81</sup> A primeira uma farsa com música própria inspirada nos saraus do século XIX, na Corte do Rio de Janeiro; a segunda homenagem à árvore; a terceira homenagem a primavera; a quarta a dramatização de uma preparação para uma guerra; a quinta grupo de Moçambique de Cunha – SP, em Paraty conhecido como Marrá Paiá, referência aos guizos de bronze que são presos a uma correia e amarrados a perna. Tradicionalmente vem dançar nas festas do Divino, Nossa Senhora dos Remédios e Nossa Senhora do Rosário e São Benedito; e a sexta grupo de Tarituba em Paraty, que apresenta-se com suas danças de roda também executada em salão.

se dirigia para a casa do festeiro, onde participava de uma mesa de doces acompanhado pelos convidados.

Figura 78: Dança Xiba Cateretê.



Fonte: Elaborada pelo Autor

Figura 79: Dança dos Velhos.



Fonte: Acervo do Autor

À tarde, era realizada a procissão solene com a imagem do Divino Espírito Santo com bandeiras, a presença do Imperador, de anjos, de meninas vestidas de virgem e de outras irmandades incorporadas, que eram convidadas a comparecer. Após a chegada da procissão na igreja, era realizado o *Te Deum Laudamus*. Anteriormente, a entrega da Coroa e da Bandeira ao novo festeiro era feita no período da manhã, passando, posteriormente, a ocorrer após as cerimônias do período da tarde (Figuras 80 - 81). A Festa do Divino Espírito Santo encerrava-se com um grande leilão de prendas e com uma queima de fogos de artifício.

Figura 80: O Imperador do Divino e Vassalos.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

Figura 81: Andor do Divino.



Fonte: Elaborada por Themilton Tavares.

Em data recente o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN, aprovou o Registro da Festa do Divino Espírito Santo de Paraty – 03 de abril de 2013, como Patrimônio Cultural Brasileiro. Esta proposta foi enviada pelo Instituto Histórico e Artístico de Paraty (IHAP), com a anuência da comunidade.

Este reconhecimento considerado o ato culminante do processo de registro segundo Marcia Sant’Anna, seus efeitos são vários, entre eles está o acompanhamento da dinâmica das manifestações registradas, o reconhecimento após o título e a sua implementação para ações da promoção e divulgação e a manutenção de banco de dados pelo IPHAN, objetivando a transmissão e continuidade junto ao Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (DOSSIÊ, 2003, p. 20 - 21).

Devemos lembrar que, entre os estímulos a uma nova percepção do patrimônio, está a definição para Patrimônio Cultural, na Constituição Federal Brasileira, de 05 de outubro de 1988, que estabelece novos paradigmas e desafios objetivando a sua efetiva preservação e valorização, uma vez que se conceitos foram ampliados, mas na época, devido à ausência de recursos materiais e humanos, não foi possível a realização de sua proteção e difusão do que se insere em seu artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (PATRIMÔNIO, 2006, p. 20).

Estão inscritos neste artigo bens de diferentes naturezas: os materiais e os imateriais, bem como em diferentes âmbitos: o individual e o coletivo, remetendo a mesma definição a outros conceitos associados, como a referência à identidade, à ação e à memória. Em sua abrangência ficam mencionados no referido artigo, todos os grupos formadores da sociedade brasileira, ou seja, os diferentes membros que participaram no passado e no presente de nosso processo cultural.

Neste mesmo artigo estão incluídos como definidores do Patrimônio Cultural: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Cabe ainda acrescentar que neste cenário surge no Brasil; em 2000, nova legislação, que dispõe sobre a preservação do Patrimônio Imaterial, o Decreto nº 3.551, cujo

instrumento de proteção denominado Registro<sup>82</sup> apresenta um grande desafio, abrindo uma nova etapa para a preservação do patrimônio imaterial, lapidando um conceito do campo antropológico proposto pelo intelectual Mário de Andrade, na década de 1930, que lentamente vinha sendo trabalhado: a preservação de processos culturais e dos saberes, que somente foram inseridos e classificados mais de 60 anos depois como patrimônio imaterial ou intangível.

Assim, o patrimônio imaterial, agora mais atento às diversas manifestações, do fazer do homem e do meio ambiente onde está inserido, tem uma nova faceta para vencer as diversas dualidades que o compõem, sempre aliadas às suas práticas de atribuição de valor, do nacional para o local, do excepcional para o comum e da identidade para suas diversidades.

A análise desta trajetória nos leva a entender que em Paraty todo o seu patrimônio possui uma coerência muito grande, que pode ser entendida como passado, através de seus elementos materiais, mas o sentido não está só nos objetos, mas sim nos significados que são atribuídos a eles; e neste contexto patrimonial está a religiosidade paratyense, representada também por suas festas tradicionais, dentro de seu calendário anual, no seu cotidiano, nas manifestações populares e na diversidade cultural, assim explicitadas por Roque Laraia: “[...] é de importância fundamental para o nosso ponto de vista sobre a natureza do homem que se torna, assim, não apenas o produtor da cultura, mas também, num sentido especificamente biológico, o produto da cultura” (LARAIA, 1986, p. 57).

Fazem parte dos rituais diversas manifestações que seguem da casa dos festeiros para as Igrejas, carregando bandeiras, estandartes, andores, tocheiros, cruzeiros processionais e são trasladados das Igrejas após as ladainhas diariamente para as casas dos devotos onde pernoitam, retornando no dia seguinte, em um período de dez dias consecutivos, várias vezes no ano, sem contar os dias das procissões solenes, marcando o território da cidade, cenário de sua memória, paisagem esta internalizada da relação afetiva.

Além disso, há que se falar também nas apresentações das danças folclóricas, alvoradas e na socialização que interrompe a vida cotidiana, através dos bingos que arrecadam recursos para a celebração das festas.

---

<sup>82</sup> Os livros de registro foram denominados respectivamente: I – Livro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; II- Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; III – Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; IV – Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. (PATRIMÔNIO, 2006, p. 129).

Devemos, entretanto, reconhecer que os bens imateriais são os que adquirem significado cultural e atuam como patrimônio da memória coletiva. A preservação desses bens implica contemplar a diversidade e garantir a perpetuação dos vários tipos do saber e fazer do homem e da comunidade, possibilitando e permitindo o acesso às gerações futuras e à herança recebida como legado.

A Prof.<sup>a</sup> Diana Lima, ao tratar dos referenciais de memória e coletividade, nos ajuda a entender melhor ao explicar que:

A Memória é processo da “ordem dos vestígios” e “releitura desses vestígios” (LE GOFF, 1984, p. 11), apresentando propriedades de conservação/persistência e atualização de certas informações - - o conhecimento do passado está em estado virtual de evocação. Também, possui função de comunicação entre as gerações, pois realiza a transmissão de um modelo existencial/normativo (do mundo natural associado ao social) à maneira da já citada passagem da recordação. Comporta o conjunto das Manifestações Culturais relacionadas aos comportamentos sociais (Agir/práticas coletivas) e às mentalidades (Pensar/representações mentais coletivas) e, retornando a [...] Bourdieu, pode-se dizer que sua ambiência envolve o relacionamento simbólico das estruturas mentais e sociais (LIMA, 2008, p. 38).

Ao longo dos seus setenta anos de tombamento a nível Nacional em Paraty, é importante verificar que a população se apropria e se reconhece nos bens culturais já patrimonializados como representativos da nação; acreditamos, sim, em um trabalho de educação patrimonial para crianças, objetivando atuar na conscientização e difusão do pensamento institucional para a proteção desse patrimônio a ser garantido para as próximas gerações, uma vez que o mesmo vem sobrevivendo antes dos seus tombamentos e do isolamento que já passou e que consolidou a sua permanência.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento era a responsável pelas cerimônias principais da Igreja Matriz e em especial a do Corpo de Deus<sup>83</sup>, que desfilava pelas ruas enfeitadas com tapetes feitos de folhagem coloridas, tendo, sob o pátio a rica custódia<sup>84</sup> em prata, datada da primeira metade do século XVIII, que abrigava o Santíssimo Sacramento. A

---

<sup>83</sup> Cerimônia com bênção e procissão em louvor ao mistério da presença do Corpo de Deus entre os homens, iniciada no Brasil a partir da primeira metade do século XVII.

<sup>84</sup> Peça para exposição do Santíssimo Sacramento durante as bênçãos ou para a procissão de Corpus Christi e da ressurreição, constando de base, coluna e hostiário propriamente dito, ou seja, um vaso circular com vidros em ambos os lados onde se introduz a luneta com a hóstia grande consagrada. O uso da custódia data do século XIV, com a criação da festa de Corpus Christi.

custódia era ladeada pelas lanternas processionais<sup>85</sup> e precedida pelo guião<sup>86</sup> e pela cruz alçada<sup>87</sup>.

José Ramos Tinhorão em sua análise nas festas no Brasil Colonial menciona o registro da procissão de Corpus Christi no Brasil, que fez o padre Manoel da Nóbrega, Superior da Missão Jesuíta no Brasil, após sua chegada à Bahia em 29 de março de 1549, observamos:

Outra procissão se fez dia de Corpus Christi [20 de julho de 1549] muy solemne, em que jugou toda a artelharía que estava na cerca [proteção que marcava o limite da cidade] as ruas muito bem enrramadas, ouve danças e invenções à maneira de Portugal (NÓBREGA, 1549, p. 129).

Segundo se verifica no Registro do Edital da Câmara de Paraty, lavrado em 13 de junho 1781, publicado pelas ruas públicas e fixado em local de costume para cumprimento, corrobora esta cerimônia, chegando ao extremo de ameaças:

Fazemos ver a todos os moradores desta V<sup>a</sup>. Que no dia q. se contão 13 do corrite. Mês de Junho deste prese. Anno de 81 – q. vem a ser a Vespera do dia da festividade. de Corpus Xsto. Se hão de todas as ruas iluminarse com luzes de cada hum dos moradores em suas portas e janelas dando assim por este meio as demonstraçoens do devido culto q. devemos ter com a veneração de tam grande dia em o seguinte que He o da festividade se contão 14 do corrite. terao todos os dos moradores as suas testadas com todo aseyo e limpeza, varridas e alcatifadas todas, com folhas, juncos e flores e as das. Portas e janellas alcatifadas e adornadas do modo melhor e mais possível a tempo que passe a Solene purcição e assim esperamos em todos os sobredtos. Moradores se der empenho nesta pte. Q. manda bem obrar o que de sy ê e todo aquele que assim não o fiser obrando o contrario será irremediavelmente condenado em 30 dias de cadeya e [...] (RAMECK e MELLO, 2011, p. 48 – 49).

Outras festas que merecem destaque, dentro do contexto religioso da cidade, eram as Festas na Zona Rural em homenagem a Santo Antônio, São João e São Pedro, no mês de junho, com a presença do capelão, que apontava as ladainhas. Conforme depoimentos (informação verbal) do Sr. José do Espírito Santo Calixto, seu Zuzu, neste período o povo costumava dizer: “Já está chegando o tempo das festas dos santos miúdos”, caracterizando

---

<sup>85</sup> Peça em prata, latão, cobre ou folha de flandres, instalada em uma haste roliça também de metal, ou madeira. Geralmente em formatos cilíndricos ou facetados, com ornamentação variada, vazadas ou perfuradas, formando caprichosos desenhos em labores.

<sup>86</sup> Grande bandeira em tecido, decorada com galões e franjas metálicas, tendo ao centro a efígie do santo homenageado em pintura, é recortada em duas pontas que são abertas por crianças ou adultos objetivando guiar as filas das procissões. A parte superior e encimada por cruz em prata ou madeira, denominada Cruz de Guião.

<sup>87</sup> Cruz de prata, madeira ou metal menos nobre, acoplada em uma haste cilíndrica, geralmente decorada, sem imagem de Cristo que é usada como guião nas procissões externas e na entrada da missa e procissões no interior da Igreja.

a diferença entre os santos “graúdos<sup>88</sup>” da cidade e os santos “miúdos<sup>89</sup>” da roça. Havia portanto, grande demanda para encomendas destinadas à Zona Rural, de roscas, cangalhinhas e canelinhas feitos com trigo e polvilho nas padarias da cidade, em especial na de Gabriel Calixto á Rua do Comércio. Os produtos eram transportados em sacos nos jacás, destinados aos locais onde eram cultuados esses santos: Boa Vista por Irineu Mello e João Ramiro; Fazenda Corisco por Werneck Aquino de Barros; Pedra Branca, por José Núbile; Fazenda Corumbê, por Antônio Malvão; Fazenda Catiferro, por João Agostinho Netto; Fazenda Carretão, por João José do Prado; Fazenda Rio dos Meros, por Crispim Alcântara; Várzea do Corumbê, por Manoel Avelino do Nascimento; Ilha do Araújo e Ponta de Santo Antônio entre outros e outros.

Conforme se verifica nos jornais da época, as festas na roça eram de muita fartura, com danças até o raiar do dia, ao lado de “[...] fogueiras crepitantes, erguidas nos terreiros, à frente das casas devotas onde às ladainhas animadas enchiam o ar com sua cadência harmoniosa em homenagem ao santo querido [...]” (JORNAL A RAZÃO, 1921, p. 2). A estas festas compareciam todos os moradores vizinhos, inclusive da Boa Vista, Olaria, Pau d’alho e também da cidade, pois era comum, nesta época, os moradores de Paraty se dirigirem para a zona rural, onde homenageavam os santos do mês de junho, herança trazida pelos portugueses.

A festa de Santo Antônio em 13 de Junho, de caráter mais intimista, consistia em Missa Solene com a distribuição de “pão bento”<sup>90</sup> (informação verbal) aos devotos que portavam a fita verde com medalha do santo em uma das extremidades. Esta imagem integra a peanha à direita do retábulo-mor da Igreja de Santa Rita e no dia da festa de Santa Rita participava da procissão solene. Anotamos no Livro de Receitas e Despesas de 1855, nos anos de 1863, 1865, 1873, despesas com a cera e aluguel para a Missa de Santo Antonio que, em 1865, teve a música a cargo de Quintino de Oliveira Freitas.

---

<sup>88</sup> Os santos graúdos eram cultuados pelas Irmandades com poder econômico em Igrejas administradas por padres: Sagrado Coração de Jesus, Nossa Senhora do Carmo, Santa Rita, São Roque, Nossa Senhora dos Remédios, São Miguel, São Pedro de Alcântara, Santa Cecília, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

<sup>89</sup> Os Santos miúdos eram cultuados em capelas e oratórios domésticos na Zona Rural, com a presença do Capelão: Santo Antônio, São João, São Pedro, Santana, Senhor Bom Jesus, São Roque e curiosamente Nossa Senhora dos Remédios.

<sup>90</sup> A Sra. Lindalva Maria de Aquino, natural de Paraty, com 79 anos de idade, informou que também havia uma devoção particular no dia de Santo Antonio, promovida por Jesuíno de Castro Rubem, conhecido por “Seu Zizinho”, irmão de Santa Rita, deixando pela manhã, nas janelas das residências, pães para as famílias mais necessitadas da cidade.

No Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de Santa Rita, datável de 1925-1939, verificamos no dia 13 de junho o resultado de uma subscrição para Missa de Santo Antonio no valor de 87.200, dia 14 desp<sup>a</sup> pagamento ao padre: 15000, coroinhas; 20.000, foguetes: 10.000, cantores 20.000, pães distribuídos na missa 16000, dia 17 de junho: saldo do resultado da missa: 22.200, dádiva de um devoto: 2.800. Em julho de 1928, aparece o registro: “Oferecido p<sup>a</sup> Santo Antonio pelo Thezoureiro” - CRÉDITO: 10.000 (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1925 – 1939, p. 10).

A festa de Santa Rita era realizada no último domingo de julho, antecedida por um novenário, com a imagem da Santa visitando as casas, encerrando-se com grandiosa procissão, na qual participavam todas as imagens da igreja e o Menino Jesus, cuja Irmandade de crianças, atuava naquele templo. Segundo o estatuto de 1792 da Irmandade de Santa Rita, esta Igreja também foi construída com a invocação do Menino Jesus, sendo a festa encerrada com brincadeiras, danças, leilão de prendas e queima de fogos de artifício (Figuras 82 - 83).

Figura 82: Andor do Menino Jesus – 1930.



Fonte: Acervo do Autor.

Figura 83: Imagem de Santa Rita - 2015.



Fonte: Milton Ricardo de Jesus Netto

Na Igreja de Santa Rita também eram realizadas as festas de Nossa Senhora do Carmo, no dia 16 de julho, e de Nossa Senhora da Conceição, no dia 8 de dezembro, além da Missa de Santo Antônio, no dia 13 de junho, e de Santa Cecília, no dia 22 de novembro. Sobre a Festa de Nossa Senhora do Carmo, embora existisse uma Irmandade de Nossa Senhora do Carmo, inclusive, com apólices, não conhecemos documentos referentes à mesma; sabe-se, entretanto, da realização de missa incensada no altar e da distribuição de escapulários aos seus membros (Figuras 84 - 85).

Estas apólices constam no Livro de Notas nº 37, antigo 75, do Cartório do Primeiro Ofício de Paraty averbadas em nome da “Devoção de Nossa Senhora do Carmo” que tem como administradora a Irmandade de Santa Rita de Paraty.

Figura 84: Andor de N. S. do Carmo – 1930.



Fonte: Acervo do Autor.

Figura 85: Andor de N. S. do Carmo – 1996.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

No dia 16 de agosto, São Roque era comemorado com missa incensada, precedida por um tríduo, celebração religiosa que se prolonga por três dias consecutivos. À tarde era realizada a procissão com a imagem conduzida em rica charola<sup>91</sup> de madeira entalhada que, além de seus atributos, levava na mão direita uma quantidade de fitas, conhecidas como

<sup>91</sup> Espécie de andor ou trono portátil, com varais, geralmente constituído de madeira, podendo ser decorado com talha ou não, onde se levam as imagens dos santos ou relíquias em procissão.

medida de “São Roque”, que eram distribuídas aos fiéis para proteção, logo após o *Te Deum Laudamus* no interior da Igreja.

Esta procissão era precedida pela cruz em prata e pelo estandarte do santo. Em 1913, não foi realizada a festa, uma vez que o saldo que existia na Irmandade fora destinado à “[...] reconstrução do andor que se acha completamente estragado, encarnação da sagrada imagem, organização da banqueta e pintura que muito precisa o dito altar” (O PHAROL, 1913, p. 4).

A festa de Nossa Senhora dos Remédios no dia 08 de Setembro, era composta por ladainha durante nove dias, iniciando-se no final de agosto, dia 30, culminando no dia sete de setembro, com o traslado da imagem de Nossa Senhora dos Remédios da Igreja de Santa Rita para a Igreja Matriz, objetivando o seu encerramento. Esse costume se mantém até hoje e faz referência ao período do século XIX, quando a Matriz esteve em obras e a Igreja de Santa Rita serviu a todos os atos. Com a conclusão das obras, as imagens retornaram para a Matriz em procissão (Figuras 86 - 87).

Figura 86: Andor de N. S. dos Remédios em procissão, década de 1950.



Fonte: Acervo do Autor.

Figura 87: Andor de N. S. dos Remédios década de 1970.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

Conforme se verifica no estatuto da Irmandade de Santa Rita, uma das obrigações dos irmãos desta Irmandade era acompanhar a imagem de Nossa Senhora dos Remédios durante a trasladação para a Matriz. Os irmãos eram revestidos com suas opas e com os

brandões acesos<sup>92</sup>. Durante a novena, uma imagem pequena de Nossa Senhora dos Remédios visitava as casas da cidade, e outra, de menor porte ainda, visitava os doentes em peregrinação durante todo o ano, costume que se mantém até hoje na região de Lamego em Portugal. A imagem era chamada pelos antigos paratyenses de Nossa Senhora dos Remédios Peregrina.

O encerramento da festa era com Missa Solene e procissão no dia 8 de setembro, percorrendo o itinerário de costume. A imagem era ladeada pela Irmandade com as insígnias, guião, precedidas dos andores de São Joaquim, Santana e São José, além de virgens e anjos que, após o *Te Deum*, recebiam os tradicionais cartuchos de doces em formato de cornucópia. Em 1897 a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios distribuiu trinta cartuchos (Figuras 88 - 89).

Figura 88: Andor de São Joaquim



Fonte: Acervo Maria Inez França de Oliveira.

Figura 89: Andor de Santana.



Fonte: Acervo Maria Inez França de Oliveira.

Existem relatos nos jornais do início do século XX da presença da Câmara e Vereança ladeando o andor de Nossa Senhora com as suas varas e pavilhão. Nos séculos XVIII e XIX, a Câmara fazia os moradores observarem os editais e ordenações para veneração com o dia da festa de Nossa Senhora dos Remédios, conforme constatamos no Registro do Edital de seis de setembro de 1775:

Fazemos saber a todos os moradores desta Villa, que no dia que se contarem sette do corrente mez de Setembro deste presente anno de setenta e cinco, que vem a ser o seis para o dia de Nossa Senhora dos Remedios seram todas as ruas iluminadas com luminárias cada hum dos moradores em suas casas, dando assim por este meyo e demonstraçons de devido culto com que veneramos tam Soberana Senhora, para que assim [...] os [...] de todos os moradores e no dia que se contem oito dias do mesmo mes [...] todas as suas testadas com todo aseyo varridas e limpas, e

<sup>92</sup> Círio em forma de uma grande vela que era conduzida pelos irmãos de uma Irmandade.

alcatifadas com folhas, junco e flores, e as portas e janelas adornadas de modo melhor e mais possível a tempo que passe a Solenne procissão da Rainha dos Anjos: e assim esperamos de todos os sobreditos moradores se desempenhem na parte a cada hum e obrar o que de sy He; E todo aquelle que assim o nam fizer, e obrando o contrario será in remediavelmente condenado em trinta dias de Cadea e seis mil reis de condenaçam para as despesas do Sennado da Camara dessa mesma Villa (RAMECK e MELLO, 2011, p. 47).

Após a procissão, execução solene do *Te Deum Laudamus* de encerramento, leilão de prendas e por ser realizada em setembro era costume serem apresentadas as danças típicas dessa época: Jardineira e Dança das Fitas (Figuras 90 – 91), encerrando com a queima de fogos de artifícios. Fato notável é a presença do andor de São José na procissão de Nossa Senhora, desta vez sem o menino Jesus no braço esquerdo, peça removível que era substituída por um breviário com capa de madrepérola, atado por laço de fita azul, uma vez que a imagem da padroeira já transportava o Menino Jesus. No dia 19 de março, dia de São José, em sua procissão, a imagem desfilava nas ruas da cidade portando o Menino Jesus.

Figura 90: Dança das Fitas – década de 1970.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

Figura 91: Dança da Jardineira – década de 1970.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

Na década de 1960, outro momento foi inserido dentro desta festividade: a Procissão de São Cristóvão, no dia 06 de Setembro, que chegava à Igreja Matriz composta de diversos automóveis, coincidindo com o advento deste novo meio de transporte na cidade.

Este momento de festejo em Paraty era brilhante e marcado pelo retorno à cidade dos membros das famílias, parentes e amigos que residiam fora, retornavam para pedir algum a graça, “pagar promessas”, amenizando a distância, desfrutando de dias alegres de

confraternização, além de reforçar sua fé com a padroeira, caracterizado com o nome de “Caravana da Saudade”, acontecimento de vulto na cidade, que além de reunir sentimento de pertencimento pelos membros da comunidade paratyense, integravam a festa, tocando na banda de música ou na orquestra durante as cerimônias religiosas, bailes nas residências e no clube local (Anexo H).

Eram recebidos no cais da cidade, o vapor e depois a lancha da Carreira, com banda de música e discurso, somados às cestas de flores que traziam para ornamentar a igreja e o andor de Nossa Senhora. Na zona rural a padroeira também era cultuada na Capela do Corumbê, construída no século XX e na Várzea do Corumbê, na residência do Sr. Manoel Avelino do Nascimento, conhecido como “Jovelino”, em cujo altar doméstico foram célebres as ladainhas e comemorações a esta invocação, proporcionando assim a participação dos que não podiam vir à cidade (Figuras 92 - 93).

Figura 92: Imagem de N. S. dos Remédios  
Século XVIII.



Fonte: Acervo MASDP, fotógrafo André Rosso.

Figura 93: Altar doméstico de N. S. dos Remédios.



Fonte: Acervo MASDP, fotógrafo André Rosso.

A festa de São Miguel em 29 de setembro compunha-se de tríduo, celebração de missa acompanhada de cânticos em louvor a São Miguel. A procissão, logo após, saía às ruas da cidade conduzindo a imagem com os seus atributos principais: a balança, símbolo do julgamento e que representa a aceitação precedente da Justiça Divina, destinada à

pesagem das almas boas e más, e o estandarte que o santo traz na mão direita com a inscrição latina: Qui/ut/Deo ou “quem como Deus” (Figuras 94 - 95).

A Irmandade sempre realizava ofícios no oratório público, denominado Cruz das Almas, localizado na Rua Presidente Pedreira, antiga rua de acesso à entrada da cidade e saída para a serra, em direção ao Largo do Rocio, ou campo de execução, onde estava a forca. Segundo informações de antigos moradores, este oratório possuía, ao centro, uma tampa em metal com fenda, destinada à coleta de esmolas para as almas, sendo local das últimas orações feitas pelos condenados ou dos que partiam para as viagens serra acima.

Figura 94: Retábulo de São Miguel.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN, RJ.

Figura 95: Capa do Compromisso da Irmandade de São Miguel – sec. XVIII.



Fonte: Arquivo IPHAN Paraty, RJ.

Devemos destacar também a festa de Santa Terezinha, celebrada em 1.º de outubro com a distribuição de rosas. A festa de Santa Terezinha também foi reativada por Maria Gibrail Rameck. Essa devoção foi iniciada em Paraty através da oferta da imagem da Santa à cidade por Milton Martins Giglio, em 8/9/1929 (Figura 96).

Figura 96: Andor de Santa Therezinha, década de 1930.



Fonte: Acervo do Autor.

Das festas religiosas realizadas em capelas nas imediações da cidade ou na zona rural, não podemos deixar de citar a de São Pedro de Alcântara, patrono da Santa Casa de Misericórdia, celebrada no dia 19 de outubro. Nesse dia era eleita a nova Mesa Administrativa da Irmandade para o ano compromissal, que se iniciava no dia do santo, e rezada uma missa pela manhã e uma ladainha à noite na capela, que ficava aberta à visitação durante todo o dia. À noite, geralmente, era realizado um leilão de prendas em benefício da Casa de Caridade, acompanhado por uma banda.

No dia dois de novembro, os mortos eram reverenciados com missa na Matriz e com uma procissão que seguia até o cemitério, onde era celebrada outra missa na capela de São Francisco de Assis. Era costume cobrirem os túmulos neste dia com toalhas, candelabros e jarros com flores, bem como a aspersão com água benta sobre os mesmos.

A festa de Santa Cecília em 22 de novembro, também já era citada nos oitocentos, com aluguel de cera para a “Missa de Santa Cecília”, nos anos de 1869, 1870. No Jornal “O Paratyense” de 23 de novembro de 1883, p. 2, já realizava o registro destas comemorações:

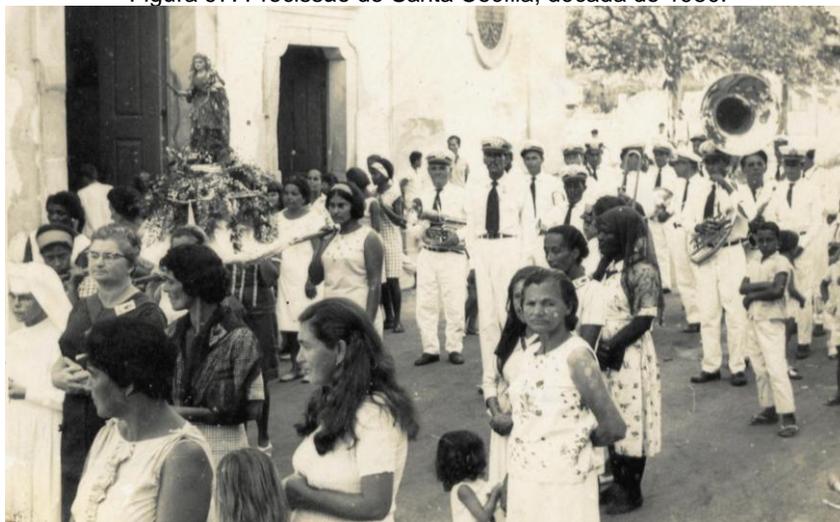
S. Cecília – O dia de Santa Cecília, não passou desapercibido nesta cidade. Ao romper da aurora a muzica percorreu algumas ruas desta cidade, e em frente a casa da sociedade muzical, foi levantado um coreto onde a noite a mesma banda tocou algumas peças do seu repertorio. As 9

horas foi também celebrada uma missa solenne na igreja de S. Rita (O PARATYENSE, 1883, p. 2).

Em 26 de novembro de 1898, constatamos no Livro Caixa da Irmandade – 1894 – 1925, o dinheiro recebido da gratificação da corporação musical Carlos Gomes pela festa de Santa Cecília no valor de 50.000 réis e no dia 27 de novembro a gratificação de 2.000 réis ao sacristão pela mesma festa. Em 1903, neste mesmo livro, no dia 18 de outubro, foi registrado “Esmola da Joiza – Delfina Rosa de S<sup>a</sup> Cecília” receita 5.000. Em 22 de novembro “Producto da salva durante a Festividade de S. Cecília”. Receita - 340 (LIVRO CAIXA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1894 - 1925, p. 18 v). Em 1939, no dia 22 de novembro foi pago ao vigário Hélio Pires uma missa para Santa Cecília, no valor de 25.000 réis.

Esta imagem integra a peanha à esquerda do retábulo-mór. Santa Cecília, padroeira dos músicos, era celebrada no início com cerimônias internas, passando posteriormente a realizar procissões nas ruas da cidade, conforme se verifica nas fotos das décadas de 1940 e 1950, com a presença das duas corporações musicais existentes na cidade até o início do século, Lira da Juventude e Vinte Cinco de Dezembro e na década de 1950 com a Sociedade Musical Santa Cecília (Figura 97).

Figura 97: Procissão de Santa Cecília, década de 1950.



Fonte: Acervo Banda Santa Cecília de Paraty.

As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e a de São Benedito festejavam seus oragos no mês de dezembro, sendo o dia 26 dedicado a Nossa Senhora do Rosário e o dia 27 a São Benedito. A festa era antecedida pelo levantamento do mastro ao lado da igreja no dia 13 de dezembro, dia de Santa Luzia, à tarde, que também era homenageada com missa

acompanhada por órgão e ladainha à noite. No dia 18 de dezembro era iniciada a novena preparatória, saindo as imagens das residências dos moradores de Paraty.

O dia 26 de dezembro, dedicado a Nossa Senhora do Rosário, era comemorado com missa incensada, cânticos sacros e a presença do Rei e da Rainha de Nossa Senhora do Rosário, representados por um casal de negros vestidos a caráter, conduzindo preciosas coroas em prata, além do diadema em pedras preciosas usado na cabeça da Rainha e o cetro em prata lavrada e repuxada conduzido pelo Rei.

No dia 27 era celebrada a missa solene em louvor a São Benedito, às 10 horas, com coro e orquestra. Nessa festa, também era realizado o bando precatório, angariando esmolas para a Irmandade, com a presença da folia e do estandarte dos santos (Figuras 98 - 99).

Figura 98: Rei e Rainha do Rosário



Fonte: Acervo PASCOM

Figura 99: Andor de São Benedito.



Fonte: Acervo PASCOM

À tarde percorria as ruas da cidade a grande procissão, com os andores dos santos homenageados, além de São João, que possui altar próprio nesta igreja, onde era celebrada missa no dia 24 de junho, Santa Luzia e algumas vezes da Santíssima Trindade. Após a procissão era realizado o *Te Deum Laudamus*, encerrando com o leilão de prendas. Destaque-se que nessa Igreja também era celebrada a Missa de Santana em 26 de julho e de Santa Bárbara em 04 de dezembro.

As festas de Nossa Senhora da Conceição consistiam em novenas, Missa Solene realizada no próprio altar da invocação, retábulo no lado do Evangelho da Igreja, no dia 8 de

dezembro. Quando era possível, a imagem saía em procissão. São constantes os pagamentos de velas para banquetas e até mesmo aluguel de cera para as Missas de Nossa Senhora da Conceição registrados nos Livros de Receitas e Despesas da Irmandade de Santa Rita<sup>93</sup>.

No Livro Caixa da Irmandade de Santa Rita, datável de 1894-1925, encontramos o registro de 30 de novembro de 1905, com a despesa de 2.000 réis de “4 metros de fita p<sup>a</sup>. o Andor de N. S. da Conceição e Din<sup>o</sup> para Severino arrumar o andor para o dia 8 do corrente digo mês seguinte”. Em 08 de dezembro de 1908, foi “pago o Vigário para celebrar missa N. S. da Conceição”, pago ao cantor e foguetes. Esta imagem também integrava as procissões de Santa Rita. Fato que nos chamou atenção, foi o registro no Livro de Termo de Concordata da Irmandade de Santa Rita, datável de 1860, em 02/01/1863:

Termo de Concordata, para deliberação sobre um officio de Leôncio Manoel da Costa, dirigido ao Juis desta Irmandade, pedindo concessão para que a Imagem de Nossa Senhora da Conceição saísse em Procissão no dia seis de Janeiro do corrente ano. A mesa deliberou com a condição de que os devotos depositassem quatrocentos mil reis na mão do Atual Thesoureiro, como provisão foi assinado um termo de responsabilidade (LIVRO DE TERMO DE CONCORDATA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1860, p. 204).

Em Paraty, Nossa Senhora da Conceição também era cultuada com novenas, missa solene e procissão nas localidades de Paraty-Mirim, Barra Grande e Várzea do Corumbê intitulada Santa Cruz da Várzea e na Fazenda Nossa Senhora da Conceição de Cima, no Bananal, ambas Zona Rural de Paraty.

Monsenhor Pizarro faz também referência em Paraty quanto ao uso das palmas de altar, costume muito difundido no século XVIII. Não havia altar que não tivesse este tipo de enfeite, pois não se usavam flores naturais. As palmas, símbolo da imortalidade e do paraíso, consistem em objeto decorativo feito em madeira, malacacheta, couro, papel, lata, pedra sabão, prata ou outro metal.

Altars tem 1.<sup>o</sup> o Maior: neste acha-se colocada a Imagem de Nossa Senhora dos Remédios Padroeira, o ornato dos degraus da banquetas, e trono eram de papéis pintados, e doirados, como costumam fazer as crianças com os seus Oratórios; eu os fiz tirar a mesma vista, e proibi a continuação deste uso, recomendando em capitulo de Visita ao R. Vigário, debaixo da pena de 40 cruzados para a Fabrica, a observância desta proibição (ARAÚJO, 1794, fls. 38v. - 45v).

---

<sup>93</sup> Encontramos a aquisição de: 6 vellas de ½ para o altar de N. Sa. da Conceição (LIVRO DE RECEITA E DESPESA, 1862, p. 15). Aluguel de Cera para N. Sa. da Conceição (LIVRO DE RECEITA E DESPESA, 1863, 1872, p. 16 - 34).

Em Paraty eram confeccionadas em papel laminado e adornadas com flores, colocadas em suporte de madeira torneada ou em ânfora ou vaso de prata ou outro metal. As palmas são postas entre os seis castiçais da banqueta e nos degraus do trono dos retábulos das igrejas. Este costume passou a ser revivido na cidade na década de 1980. O auxílio das instruções dos artesãos da cidade de Sabará em Minas Gerais, mantedora deste artesanato, permitiu a recuperação desta técnica de fatura, ainda realizada em Paraty.

Algumas dessas irmandades, como a de Nossa Senhora das Dores, São Roque, Nossa Senhora dos Remédios, Santa Rita e Nossa Senhora do Rosário possuem as medalhas próprias, que eram fixadas nas bolsas para coleta de esmolas a fim de identificar a Irmandade, e as varas em prata dos Provedores, encimadas pela efígie dos oragos que, dada a sua dimensão e tratamento em técnica e labores, revela sua importância e hierarquia entre as Igrejas de Paraty e seu contexto. As irmandades de Santa Rita e São Benedito eram as menores, pois seus integrantes eram pardos e negros, escravos e seus descendentes. As irmandades possuíam bens como os Diplomas, certificando a data de entrada dos Irmãos e a concessão de regalias de acordo com o Compromisso.

Durante as procissões solenes das principais festas da cidade como: Sagrado Coração de Jesus, Divino Espírito Santo, Santa Rita e Nossa Senhora dos Remédios era costume o Santíssimo Sacramento ser conduzido sob o pálio, bem como era usual cobrir o assoalho das igrejas para as festas com folhas de canela, costume do século XVIII que Paraty ainda mantém. No dia da festa do orago, era feita a leitura de Nominatas, lista com os nomes dos novos componentes e seus encargos para o ano vindouro.

O ano iniciava com as visitas às casas onde armava o presépio, desde o Natal até o dia de Reis, em seis de janeiro. Grupos que poderiam ser compostos por senhoras e senhoritas, algumas vezes acompanhados das corporações musicais existentes na cidade ou de instrumentos musicais muito simples, despertavam alegria na vida tosca do interior.

## 2. O TERRITÓRIO DE PARATY E SEUS TOMBAMENTOS

Ao findar a 2ª Guerra Mundial, a procura dos intelectuais e de parte da burguesia paulista por locais de descanso junto à natureza vai culminar com a descoberta de Paraty, vista como um oásis em contraposição à destruição e poluição dos ambientes do cotidiano das cidades grandes (informação verbal)<sup>94</sup>, motivo que levou os deslocamentos de diversos novos habitantes para o território paratyense.

Marina Mello e Souza, ao tratar da fisionomia da cidade de Paraty e de sua sociedade na década de 1930 – ainda pouco alterada em sua materialidade e na maneira de viver e de pensar das pessoas, muito parecida com suas feições de 200 anos atrás – relata a viagem feita por Gilberto Freire acompanhado de Cícero Dias, quando embarcaram em Santos num rebocador em direção ao Rio de Janeiro, em busca de um Brasil arcaico:

Quem falava, então, no Rio ou São Paulo, nessa joia de virgindade brasileira que eram, de todo, no tempo, Paraty? Ninguém. Quando o bom do rebocador, cujo ritmo era o de navegar quase para não chegar ao Rio de Janeiro, demorou em Paraty como se não quisesse continuar viagem, vi que estava num Brasil que os novos paulistas, os novos centro-sulistas alvoroçadamente progressistas, não sabiam existir. [...] Para compreender-se a formação brasileira era preciso atentar-se no que, na década de 30 do século XX, permanecia do tempo colonial em Paraty e em Ubatuba” (SOUZA, 1994, p. 83).

O único meio de se chegar à cidade ainda na década acima era por mar devido à precariedade da Serra do Facão, que liga Paraty à cidade de Cunha, no estado de São Paulo<sup>95</sup> e que transpõe inclusive parte do Caminho Velho, ou Caminho do Ouro, conhecido popularmente como “Serra do Quebra Cangalha” (Figuras 100 - 101). Esse nome se deve à ausência de manutenção e ao desgaste ocorrido pelo uso das tropas que por ali carregaram ouro para o porto de Paraty.

---

<sup>94</sup> Depoimento concedido ao pesquisador pelo arquiteto do IPHAN Theodoro Joels, no Paço Imperial, Rio de Janeiro, em 1986. Essa descoberta foi revelada ao público em geral através de escritos, reportagens e com o advento dos incentivos turísticos promovidos na época o reconhecimento da importância de Paraty resultou no primeiro dispositivo legal interessando a preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade, o Decreto Lei Estadual nº 1.450, de 18/09/45, que a erigiu em Monumento Histórico do Estado.

<sup>95</sup> Integra o Relatório da Estrada de Ferro de Pindamonhangaba a Paraty, pelo engenheiro Benjamim Franklin, importante descrição sobre a cidade de Cunha: “O primeiro povoado foi principiado em Abril de 1730, por uma família portuguesa chamada de Falcon, composta de Falcon, mulher, filha, genro e irmão Frei Manoel de N. S. da Conceição de Falcon, nome depois adulterado para Facão, sendo elevado à freguesia em 1748, segundo consta do termo de posse de seu primeiro vigário João Velho da Costa. A freguesia foi erecta em Villa, a 28 de outubro de 1785, pelo capitão general Francisco da Cunha Menezes; de então em diante começou a denominar-se vila de N. S. da Conceição de Cunha. Obteve os foros da cidade pela lei provincial nº 30, de 20 de abril de 1858” (O PHAROL, 1898, p. 1).

Figura 100: Caminho do Ouro em Paraty-RJ.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

Figura 101: Caminho do Ouro em Paraty-RJ.



Fonte: Elaborada por Marcos Caetano Ribas.

O movimento desse porto era significativo estendendo-se desde o século XVIII até a década de 1970. Por ali, além do ouro e de pessoas eram também transportados: aguardente, banana, milho, farinha, ovos, café, algodão, galinha, palmitos, canas, polvilho, beijus, marmelos e miudezas, produtos plantados, colhidos e produzidos pela mão de obra local, não mais escrava. Monsenhor José Pizarro de Araújo, em 1820, por ocasião de sua passagem por Paraty, nos deixa a descrição:

O Seu Commercio consiste na permuta dos gêneros, que baixam de Minas Geraes , Santos , e São Paulo , levando generos Europeos , e com preferencia o Sal , que de Pernambuco para alli vai , cujas embarçaçoens carregam , em troca , farinha , e outros mantimentos. O povo não he tão abundante , como parece em consequencia de um commercio tão amplo. Na mão de bem poucos fica toda a riqueza ; porque encadeados de tal forma os demais habitantes com os principaes do negocio , em suas maons depositam os fructos de suas lavouras , sem vantagem consideravel , e sempre com forçosa dependencia (ARAÚJO, 1820, p. 31).

Ainda no final do século XIX, o jornal O Paratyense, datado de 1892, na Secção Histórica de Paraty, narra as confrontações do distrito da Vila de Paraty, tecendo comentários sobre a Vila de Ubatuba, como um dos portos de mais destaque da província de São Paulo. Alertava, ainda, que o reparo e concerto das estradas do sertão para as vilas de Ubatuba e de Mangaratiba foram a causa da decadência do comércio e isolamento de Paraty.

Quando neste processo é verificada uma situação de perda progressiva e isolamento, é importante ressaltar que ao se formarem e legitimarem estruturas e dispositivos para conservação, preservação e salvaguarda desses sítios históricos e cidades, patrimônios culturais representativos das comunidades e de grupos sociais, estes ainda garantem de certa forma a preservação deste legado. Um instrumento legal de

preservação de bens considerados importantes para a memória do Brasil e de seu povo é o Decreto Federal de 1937, que organizou a proteção desses bens, com a criação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e do mecanismo de “tombamento”, instrumento jurídico que designa determinado bem como patrimônio da nação e ajudou consideravelmente a preservar o território de Paraty.

O termo *tombar*<sup>96</sup> define a inscrição de bens culturais móveis ou imóveis por meio de seu registro em livros próprios chamados Livros de Tombo<sup>97</sup>. Note-se que, no artigo 1º do citado Decreto, estes bens, entendidos como documentos que formam a identidade da nação brasileira, vinculam-se a personagens e fatos memoráveis da história do país, compondo um Patrimônio Cultural que pode ter caráter histórico, etnográfico, paisagístico, artístico ou arqueológico.<sup>98</sup>

Grande parte dos grupos formadores da sociedade brasileira que participaram no passado ou no presente de nosso processo cultural incluem-se neste contexto, que é interpretado por José Reginaldo Gonçalves:

Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em “patrimônio”. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas, estruturas urbanísticas, em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de “representação” que funda a memória e a identidade (GONÇALVES, 2007, p. 155).

Pela importância de Paraty para a memória brasileira, a cidade foi reconhecida como Monumento Histórico do Estado do Rio de Janeiro em 1945, conforme rege o Decreto Lei nº 1450, datado de 18 de setembro, assinado pelo interventor federal do Estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto, curiosamente de família paratyense.

---

<sup>96</sup> O termo “tombar” com o significado de proteger legalmente é usado apenas no Brasil, não sendo usado nos demais países de língua portuguesa.

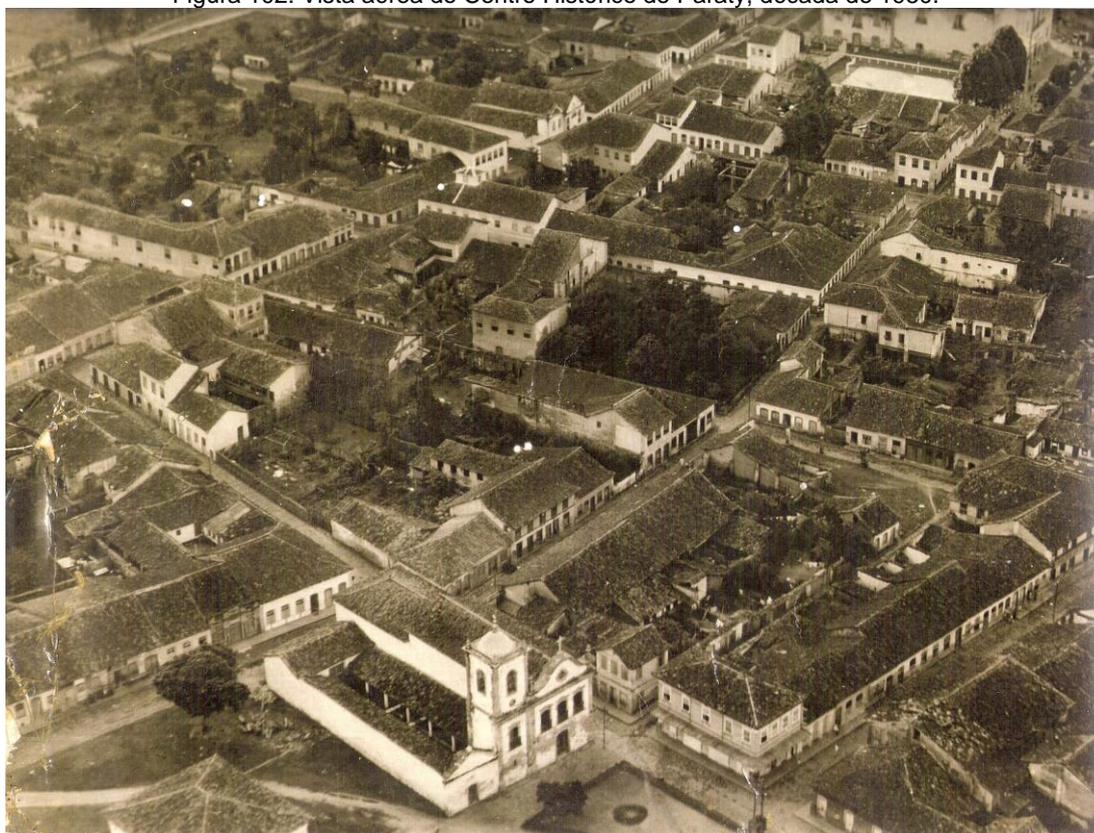
<sup>97</sup> Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o artigo 1º do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937:

- 1) Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, As coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular;
- 2) Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
- 3) Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;
- 4) Livro do Tombo das Artes aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras (PATRIMÔNIO, 2006, p. 100 - 101).

<sup>98</sup> Existem outros instrumentos de preservação, tais como: a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre a preservação de monumentos arqueológicos e pré-históricos; a Lei nº 4.845, de 19 de novembro de 1965, que proíbe a saída para o exterior de obras de arte produzidos no País, até o final do período monárquico (PATRIMÔNIO, 2006, p. 25 - 43).

Amaral Peixoto, que erigiu a cidade de Paraty em Monumento Histórico Estadual, observa que o referido decreto, dentre outros pontos considerados, destaca o “conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Paraty”, ressaltando que este conservava não só as características expressivas da arte tradicional brasileira, mas também as classificava como “significativas peculiaridades regionais” (Figura 102). Naquele momento, não havia se estruturado nenhuma menção à gestão do Patrimônio Imaterial. Considera apenas a “valorização deste conjunto arquitetônico pelo seu valor histórico e artístico e de manifesta utilidade cívica e cultural a preservação de sua unidade” (PEIXOTO, 1945, p. 1).

Figura 102: Vista aérea do Centro Histórico de Paraty, década de 1950.



Fonte: Arquivo MASDP, Paraty-RJ.

Observamos, segundo as fontes pesquisadas, que o fato de o conjunto arquitetônico ter sido elevado à categoria de Monumento Histórico do Estado do Rio de Janeiro no ano de 1945, não foi suficiente para garantir a sua preservação, bem como seu reconhecimento como monumento estadual, conforme sinaliza em parecer, o então chefe da seção de história da Divisão de Estudos e Tombamentos (DET) do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Carlos Drummond Andrade, em 13 de junho de 1957.

Quase dois anos depois foi instituído o Decreto Lei nº 51 de 27 de maio de 1947, primeiro “Código de Obras de Paraty”, que fixou condições especiais para construções dentro do “bairro histórico”, determinada parte da cidade de Paraty, normatizando condições especiais dentro deste perímetro. De acordo com o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), que participou da elaboração desse texto, verificou-se:

Parece, entretanto, que se torna conveniente inscrever no Livro do Tombo instituído pelo decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o conjunto arquitetônico e paisagístico de Paraty, de modo a assegurar de maneira definitiva a proteção aos valores históricos e artísticos daquela cidade, providenciando-se, ainda, quanto a delimitação da área atingida pelo tombamento (ANDRADE, 1957, p. 4).

Junto com o Decreto nº 51 de 24/05/1947 foi feito o primeiro levantamento arquitetônico do atual bairro histórico, realizado em 1948<sup>99</sup>, a partir de plantas datadas dos séculos XVIII e XIX (Figura 103).

Em 1947, foi incumbido para os primeiros estudos preliminares e especificações para obras dentro do perímetro Tombado, o Engenheiro Emílio Cunha que nos deixou minuciosas informações e levantamentos com plantas e detalhes das quatro igrejas, dos prédios particulares e do acervo que integram as mesmas.

A análise de Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor por mais de 30 anos (1937 – 1967) do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, é calcada na conveniência da inscrição do conjunto arquitetônico de Paraty nos Livros de Tombo, uma vez que havia resistência de proprietários locais em se submeter à determinação do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), alegando que a cidade não se achava efetivamente sob regime de “tombamento”.

---

<sup>99</sup> No artigo de Chico Cereto, publicitário e jornalista do IPHAN, intitulado Patrimônio: Histórico e Histórias – A Saga da Preservação Cultural no Brasil, Alcides da Rocha Miranda, que integrou o Patrimônio em 1940, em substituição ao arquiteto Oscar Niemeyer que se desligou do grupo, relata: “A minha primeira missão no IPHAN foi demarcar a área da cidade de Paraty a ser tombada. Naqueles tempos, o único meio de se chegar àquela cidade era por mar. Saímos de barco eu o Diretor das Municipalidades do Governo do Rio de Janeiro – um cargo que havia na época – e um topógrafo. O mar batia muito forte e o topógrafo enjoou a viagem inteira e vomitou todo o dia seguinte. Acabamos demarcando a cidade, eu e o Diretor das Municipalidades, pelas árvores, ruas e os números das casas, fazendo o levantamento do que era mais urgente e interessava mais.” explica.

Figura 103: Levantamento arquitetônico de Paraty, realizado pelo arquiteto Alcides da Rocha Miranda, em 1948.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN, RJ.

Pondera, também, sobre o estado de conservação da fisionomia de Paraty “[...] melhor conservada que a de diversas cidades coloniais mineiras tombadas em conjunto, tais como São João Del Rei e Mariana [...]” (ANDRADE, 1957, p. 4)<sup>100</sup> e submete à apreciação do Diretor da Divisão e Estudos e Tombamentos (DET), arquiteto Lúcio Costa. Este entendeu que “[...] uma vez que a proteção estadual não se tem mostrado suficiente, entendendo também que o tombamento se impõe [...]” (COSTA, 1957, p. 04 v).

<sup>100</sup> Os conjuntos arquitetônicos e paisagísticos das cidades mineiras de São João Del Rei, Mariana, Tiradentes, Ouro Preto, Diamantina e Serro, foram tombados em 1938 (NACIONAL, 1982, p. 88 - 107).

Em 1º de agosto de 1958, foi expedida ao, então, Prefeito do Município de Paraty, Sr. Aloysio de Castro (informação verbal) <sup>101</sup>, uma notificação, sob o número 787, na qual informa que foi determinada a dupla inscrição da cidade: no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo das Belas Artes, reconhecendo como patrimônio o “[...] Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Parati, no município do mesmo nome, do Estado do Rio de Janeiro [...]” (ANDRADE, 1957, p. 05, grifo do autor).

Rodrigo Melo Franco de Andrade em treze de fevereiro de 1958 determina que sejam feitas as inscrições do conjunto arquitetônico e paisagístico de Paraty nos Livros do Tombo supracitados nº 01 e 03. Neste mesmo dia, Carlos Drummond Andrade realiza as referidas inscrições e, separadamente, inscreve o edifício da Santa Casa de Paraty, importante construção datada do século XIX.

Este edifício tem destaque para sua tipologia arquitetônica singular (Figuras 104 - 105), conjugando nas esquadrias, fachadas e a bela caixilharia <sup>102</sup> do puxado de serviços <sup>103</sup>, os vãos voltados para área interna com ombreiras, vergas e parapeitos, de cantaria e madeira, além da ventilação dos forros das enfermarias em elementos geométricos variados e as célebres festas do Padroeiro São Pedro de Alcântara, com gastos de cera, muitos foguetes e sacerdote para Missa e Ladainha; além de despesas miúdas para o Oratório, anteriormente instalado em seu interior <sup>104</sup> e como foi observado pelo arquiteto Lucio Costa na década de 1960 em suas anotações ao correr da lembrança, da seguinte maneira:

Nas casas mais antigas, presumivelmente nas dos fins do século XVI e durante todo o século seguinte, predominavam os cheios na relação dos vãos com as paredes; à medida, porém, que a vida se tornava mais fácil e policiada, o número de janelas ia aumentando; já no século XVIII, cheios e vazios se equilibram, e no começo do século XIX, predominam francamente os vãos; de 1850 em diante as ombreiras quase se tocam, até que a fachada, no final do século, se apresenta praticamente toda aberta, tendo os vãos muitas vezes ombreira comum. Contudo, caixilharia inteira, de fora e de alto a baixo, como ocorre na bela frontaria tão atual da Misericórdia de Parati, é coisa rara [...] (COSTA, 1995, p. 510 - 511).

---

<sup>101</sup> O Sr. Aloysio de Castro, ex-prefeito de Paraty, nascido em 24/02/1925, ainda vive, atualmente com 89 anos de idade. Em depoimento concedido ao pesquisador, na década de 1990, informou que durante o exercício do cargo de prefeito conheceu a Vila de Paraty Mirim, localizada no Município tombado, na sua integridade, com os armazéns e alguns sobrados, em plena atividade. Esta informação também foi relatada pela Sra. Izabel Vieira Dantas, em data anterior, uma vez que nasceu em Engenho, na localidade de Barreiros, próxima a Paraty Mirim, juntamente com seu irmão, o Sr. José Vieira Ramos Filho, e ambos foram batizados na Igreja de Nossa Senhora da Conceição daquela localidade, único monumento que chegou aos dias atuais na sua integridade.

<sup>102</sup> Esquadria em madeira para sustentar e guarnecer o vidro.

<sup>103</sup> Construção que prolonga o corpo central da casa, abrindo áreas de serviços.

<sup>104</sup> A Construção da Capela externa foi realizada na década de 1940 integrando, portanto, o primeiro tombamento pelo Governo Estadual.

Figura 104: Santa Casa de Misericórdia de Paraty, RJ.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN, RJ.

Figura 105: Caixilharia da Santa Casa de Misericórdia de Paraty-RJ.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN, RJ.

Ainda tratando das formas de preservação verificadas em Paraty, muito antes das medidas da proteção legal e de sua apropriação como monumento pelos intelectuais ligados à área, há que se lembrar de que sua sobrevivência e preservação também foram garantidas pelas Posturas Municipais<sup>105</sup> – Padrão de 1799; Posturas da Câmara da Villa de Paraty (1831), pelas Posturas de 1836 e pelo Código de Posturas do Município de Paraty, datado do mesmo ano, nas quais foram confirmadas, ainda, as Posturas das Câmaras Municipais das cidades de Niterói e Cabo Frio e das Vilas de Maricá, Itaboraí e Magé.

Destaque-se que um instrumento que contribuiu para a estruturação urbana das cidades brasileiras no período colonial foram as Cartas Régias, que orientavam o planejamento dessas primeiras implantações urbanas, tentando evitar, a princípio, um crescimento desordenado. O sítio a ser escolhido para a elevação das primeiras vilas deveria ser seguro, sendo geralmente, um local no alto de um morro, por questões de defesa, como nas cidades medievais, objetivando proteção contra ataques de inimigos, indígenas e invasores estrangeiros.

Mircea Eliade ao tratar das defesas dos lugares habitados e das cidades, considera provável que tenham sido, defesas mágicas, dispostas a impedir a invasão dos demônios e das almas dos mortos, os muros eram consagrados como uma defesa contra o demônio, a “Doença e a Morte”, uma vez que o pensamento simbólico não encontra nenhuma

<sup>105</sup> As Posturas Municipais integravam as leis que regulamentavam a administração das antigas vilas e cidades no período colonial e império, visavam ordenar o espaço urbano, a conservação e construção de edificações. Eram adaptadas às necessidades locais e ao cotidiano dos moradores. As Posturas de 1799 ordenavam o traçado urbano, normatizavam as construções e altura dos edifícios. As Posturas de 1831 eram compostas basicamente de 63 artigos aprovados pelo Governo na forma da Resolução da Assembleia Geral Legislativa de 25 de outubro de 1831, bem mais detalhada que a de 1799, estabelecia normas para construções e cuidados com as edificações, regras para o comércio, preservação da saúde e garantia da ordem pública (RAMECK E MELLO, 2003, p. 8-34).

dificuldade em assimilar o inimigo humano ao Demônio e à Morte. “Afinal, o resultado dos ataques, sejam demoníacos ou militares, é sempre o mesmo: a ruína, a desintegração, a morte” (ELIADE, 2013, p. 48).

Ainda em 1891, na seção histórica do Jornal O Paratyense, que narra o artigo intitulado: esboço histórico e geográfico do Município de Paraty, estado do Rio de Janeiro, faz menção o referido artigo, à Carta Régia datada de 20 de abril de 1703, assinada por D. Pedro II de Portugal, em virtude de:

No auto da Collina em que foi installada a antiga Villa com a invocação de S. Roque; a instancia do povo que de continuo era assaltado pelos piratas do Rio da Prata [...] foi mandado construir um pequeno Forte com o título – Defesa, que só ficou concluído em 1706, e atilhado com canhões de ferro de calibre 12, como tudo lê-se no livro 16 do Registro Geral da Provedoria, a fl.<sup>a</sup> 53 (O PARATYENSE, 1891, p. 2).

As primeiras preocupações urbanísticas dos colonizadores, para organização e ordenação do arruamento, diziam respeito à reserva de locais para o estabelecimento de praças e construção dos equipamentos emblemáticos e representativos do poder da Metrópole instituído na colônia, como as Casas de Câmara e Cadeia, Igrejas, Alfândega e Pelourinho<sup>106</sup>, este último atestando a legalidade e autoridade do poder, sendo instrumento, também, de castigo. Em Paraty, recentemente, identificamos um fragmento de coluna em cantaria que, provavelmente, integrava o Pelourinho da Vila, demolido no século XIX:

“[...] que se leve a effeito esta obra, resolvêo a mesma Camara que V.S. quanto antes mande assentar o meio fio do lugar acima indicado, applicando para esse fim a cantaria do pelourinho que se demolio, e autoriza á V. S. fazer as despesas necessárias com este objecto, recomendando-lhe porem toda a precisa economia. Deos Guarde a V. S. paço da Camara Municipal de Villa de Paraty, em essão Extraordinaria de 4 de Dezembro de 1840 [...] (RAMECK e MELLO, 2003, p. 134).

Observamos no Processo de Tombamento que a área abrangida na ocasião do tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico, em 1958, era denominada “Bairro Histórico”, e que havia sido demarcada no Código de Obras da municipalidade, através do Decreto-lei nº 51 de 27 de maio de 1947, assim concebido:

---

<sup>106</sup> Espécie de coluna em pedra ou madeira, instalada na praça principal em lugar público de uma vila ou cidade do período colonial, geralmente encimado por globo ou as armas do Rei de Portugal, ou ainda inscrições. Símbolo da autoridade e da justiça, neste local eram divulgados os editais públicos e junto do qual se expunham e castigavam criminosos (não somente escravos). Eram instalados junto às Casas de Câmara e Cadeia e seu uso foi extinto durante o Império. Sobreviveram dois exemplares em Minas Gerais, um em São João Del Rei e outro em Mariana e, em Alcântara, no Maranhão.

O Bairro Histórico é delimitado por uma linha que, partindo do eixo da Praça do Pedreira e passando pela foz do Rio Mateus Nunes, corre pelo litoral da baía de Parati, segue pela margem direita do Perequê-Açu e atinge novamente a Praça da Pedreira pelo Bêco do Propósito (ANDRADE 1961, p. 12).

Neste processo interpretativo do espaço urbano, que envolve o cidadão, o território e o Patrimônio, verifica-se a possibilidade de identificação de uma “Cidade Museu”, onde a comunidade figura em um cenário de direitos e deveres políticos, e o próprio objeto “Monumento” está demandando para si, devido a sua importância histórica como espaço de apropriação e memória.

Esta situação que é verificada em seu perímetro urbano no artigo 2º do Código de Posturas do Município de Paraty, datado de 1936. Esse documento, conforme constatamos durante as pesquisas, muito antes, mostrou-se mais abrangente do que o tombamento oficial do SPHAN como um todo, conforme foi mencionado acima:

A sede do Município de Paraty é a cidade do mesmo nome, situada no perímetro urbano, doado por dona Maria Jacome de Mello e actualmente limitado pelas seguintes linhas: Ao Norte e ao partir do mar, da propriedade dos herdeiros de Anselmo Vaz, inclusive, pelas fraldas do morro do Forte e incluindo a propriedade de dona Iracema e Annibal Gama, em direcção Oeste até o cemitério publico, inclusive, e dahi em direcção ao Sul até o poço do Perú, no rio Perequê-Assú; seguindo dahi pelo curso deste rio até o ponto em que parte uma linha, na chacara Portão de Ferro, que, em direcção Norte-Sul, forma dois ângulos rectos, com os vértices no ponto terminal do actual Muro de Pedras da referida chacara Portão de Ferro, no logar denominado Calçadinha, continuando essa linha para o Sul, até encontrar o leito do rio Matheus Nunes e, descendo pelo curso deste, até o mar. (POSTURAS, 1936, p. 03).

Esta abrangência e observação levou a Diretoria do Patrimônio a repensar a proteção da “vizinhança” imediata, que hoje chamamos de entorno (Figura 106), incluindo um dos seus monumentos singulares de arquitetura militar, o Forte Defensor Perpétuo<sup>107</sup>, único exemplar que restou das sete fortificações que outrora defendiam a Vila de Paraty e a baía da Ilha Grande nos séculos XVII e XVIII, período da circulação do minério que era transportado para o Rio de Janeiro, e que resultou na expansão do território de Paraty.

---

<sup>107</sup> Originalmente era denominado de Forte “Ponta da Defesa”, devido a sua instalação estar nas proximidades do primeiro povoado na chapada da Ponta da Defesa.

Figura 106: Bairro Histórico de Paraty e área de entorno.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN, RJ.

Conforme mencionado acima, esse monumento, que é um “próprio nacional”<sup>108</sup>, pertencente à União Federal, teve seu processo de tombamento iniciado em 1954 e a transferência da jurisdição do Ministério da Guerra para o Ministério da Cultura em 1957, após solicitação de Nilson Carvalho de Rezende, chefe da Delegacia do Serviço do Patrimônio da União, ao IPHAN.

O Forte Defensor Perpétuo foi erguido na Ponta da “Defesa”, em 1702 com o título de “Defesa” (Figura 107). Foi reformado em 1836 e em 1850 já estava completamente abandonado. O título “Defensor Perpétuo”, que foi conferido ao forte em homenagem ao Imperador Pedro I, só foi adotado após 1822. Este ainda mantém sua integridade até os dias atuais, graças às intervenções realizadas pelo IPHAN, sendo a primeira delas iniciada na década de 1967, dez anos depois de seu tombamento.

---

<sup>108</sup> Imóvel de propriedade da União utilizado em Serviço Público Federal, para instalação de Órgãos vinculados à Administração Pública Federal direta ou indireta.

Figura 107: Vista da Ponta da Defesa e o Forte Defensor Perpétuo de Paraty.



Fonte: <http://www.paraty.com.br/aereas/galeria.asp>

Constatamos no Processo de Tombamento, através de correspondência não datada endereçada ao Presidente da República João Goulart, que Julio Furquim Sambaquy, então Ministro da Educação e Cultura, solicita que sejam declarados de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os terrenos do Morro de São Roque<sup>109</sup>, também conhecido como Morro da Vila Velha ou do Forte. Este local foi considerado no Processo de Tombamento como o “padrasto da antiga vila”, constituindo o entorno imediato do atual Bairro Histórico de Paraty, juntamente com o Morro do Caborê.

Essa desapropriação, que se seguiu à formação do processo de tombamento, teve andamento tumultuado e somente foi decretada a utilidade pública da referida área em 23 de novembro de 1964, através do Decreto nº 55.047. Este Decreto, por motivos ignorados, caducou em 1969, após ter decorrido o prazo de cinco anos. Em 1971, foi expedido novo Decreto, finalizando, assim, a desapropriação dos terrenos que circundam o Forte Defensor Perpétuo.

---

<sup>109</sup> Esta povoação de “São Roque” foi assinalada em América do Sul, incluindo América Portuguesa, 1641. Autor: Jansson (IUS). Jansen Jan (1588-1664). Adonias, Isa, Furrer, Bruno, Gledhil, Sabrina, Rodrigues, Glória: Imagens da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro, Fundação Emílio Odebrecht, 1993, p. 38, em 1790, no relatório de Manoel da Silva Mariz (RAMECK e MELLO, 2011, p. 20) e em 1794 no Livro das Visitas Pastorais à Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios feitos por José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, indica o local da primeira igreja de Paraty no Morro que chamava de Vila Velha, tendo como padroeiro São Roque (ARAÚJO, 1794, p. 38v - 45v.).

O pedido de desapropriação teve por finalidade salvaguardar a área do entorno imediato do Forte Defensor Perpétuo, com o objetivo de conter as descaracterizações iminentes junto ao Bairro Histórico. A intenção não era outra senão evitar a especulação imobiliária e os possíveis danos ao terreno, onde está localizado o monumento. O objetivo era ainda a proteção dos atributos do sítio urbano de Paraty, considerado excepcionalmente expressivo e de importância singular no litoral brasileiro, já visto à época como representativo pelo seu acervo histórico monumental, com grande apelo à atração turística (Figura 108). Esta visão também é reiterada pelo arquiteto Edgard Jacintho da Silva, ao afirmar que:

Reitero a gravidade da ameaça que representa para o emolduramento natural do conjunto tombado de Paraty, a faculdade para construções nas fraldas do Mórro do Forte. Esta elevação que constitui o Padrasto da antiga Vila de N. S. dos Remédios, pela sua íntima conexão histórico-paisagística com a cidade, não poderia ser utilizada sem danos irreparáveis, como área edificável, com a destruição do quadro natural que surpreendentemente ainda se conserva. Qualquer concessão neste sentido, e não é demais insistir, resultará no erro idêntico que ocorreu com a vizinha Angra dos Reis que se viu transformar numa grande favela todo e soberbo fundo de vegetação que antes vestia as encostas da serra (SILVA, 1963, p. 136).

O arquiteto Edgard Jacintho da Silva participou ativamente na preservação de Paraty como funcionário do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), função que ocupou de meados da década de 1960 até 1980. Sua atuação firme e esclarecedora contribuiu para preservação e restauração de igrejas e capelas, da fortificação, de fazendas e diversos imóveis da cidade.

Figura 108: Vista do Bairro Histórico e Morro da Vila Velha.



Fonte: <http://www.paraty.com.br/aereas/galeria.asp>

Ainda em 1959, a Casa do Comandante<sup>110</sup> do Forte Defensor Perpétuo era ocupada pelo Tenente Quirino que exercia também a função de zelador do monumento e que constatou a derrubada da vegetação das colinas em que se situa o monumento para utilização em plantio. O desmatamento foi feito por seu vizinho, Sr. Otávio Gama, então proprietário das terras limítrofes, situadas na encosta posterior da colina. Este episódio motivou, na época, uma inspeção que foi realizada à cidade de Paraty por parte do DPHAN, para coibir esta mutilação, tendo sido tomadas medidas enérgicas para proteger também seu patrimônio material, assim definido:

Paraty constitui, entre as cidades que sucederam às vilas brasileiras erigidas no período dos séculos XVII e XVIII, aquela onde a disposição dos logradouros e a arquitetura civil e religiosa (principalmente a primeira) mantiveram melhor as características originais. Importa acentuar, sobretudo, que o conjunto urbanístico e arquitetônico da antiga Vila de Nossa Senhora dos Remédios está ainda, felizmente, valorizado pela notável paisagem em que fica situado, cujos elementos naturais circunstâncias propícias preservaram até hoje, tendo sido apenas sacrificada parte da vegetação outrora espessa dos arredores, mas que poderá ser recuperada pouco a pouco [...] (SAMBAQUY, 1964, p. 14).

As décadas de 1940, 1950 e 1960 foram marcadas por diversas tentativas de preservação e proteção de Paraty, nos mostrando através desses exercícios e embates a importância da criação de instrumentos públicos para proteger o já tombado “Bairro Histórico”, o conjunto arquitetônico e sua importância regional. Nessas tentativas, seria consolidado o tombamento em separado, como já foi mencionado do edifício da Santa Casa em 1958, do Forte Defensor Perpétuo em 1957 e, posteriormente, em 1962, das quatro Igrejas: Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, Igreja de Santa Rita, Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Igreja de Nossa Senhora as Dores.

Em 1963, o arquiteto Lúcio Costa alerta para a importância da moldura paisagística da cidade:

Sou de parecer que se devem impedir novas construções nos terrenos de marinha em toda extensão da área periférica da cidade, muito particularmente nas margens do rio Perequeassu e até a confluência do rio Morto. É necessário que os responsáveis pela administração municipal se deem conta da importância de se preservar isenta de interferências indevidas a moldura paisagística da cidade, a fim de não se perder a sua significação histórico-artística, cujo valor turístico, e conseqüentemente econômico, é excepcional (COSTA, 1963, p. 1).

---

<sup>110</sup> O prédio principal do Forte Defensor Perpétuo de Paraty abriga, em único bloco, três áreas distintas: a Casa do Comandante, o Quartel da Tropa e o Quartel dos Inferiores. Suas compartimentações e ambientes não foram alterados, sendo, ainda, originais.

No ano de 1965, o empreiteiro Alberto Munch apresentou um relatório destacando os serviços mais urgentes que seriam executados no Forte Defensor Perpétuo, entre eles: a restauração da cobertura do prédio do alojamento (Figura 109) e da Casa da Pólvora (esta última deveria ser totalmente refeita), consolidação das paredes, pilastras, e a estrutura do madeiramento do telhado que, em parte, já havia ruído (Figura 110).

Figura 109: Forte Defensor Perpétuo de Paraty.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN, RJ.

Figura 110: Casa da Pólvora.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN, RJ.

Buscou-se também realizar a preservação do conjunto arquitetônico pelo viés da natureza, com suas belezas cênicas e paisagísticas, com as estradas, ainda existentes na Serra do Mar, Serra da Bocaina e pelo mar através da Baía da Ilha Grande. A primeira delas construída nos séculos XVII e XVIII, constituindo-se no único caminho de acesso para as tropas, quando demandavam o interior do sertão de São Paulo e Minas Gerais, tendo sido preservada sua pavimentação em pedras, assim como as ruínas dos Registros e as cachoeiras, hoje polo turístico de visitação.

A segunda, acesso pelo mar ao Rio de Janeiro, servia ao trânsito de embarcações dos que se dirigiam também a outros estados do Brasil, entre eles, Bahia, Sergipe e Pernambuco, o que é atestado pelo acervo oriundo desses Estados, que hoje integra as quatro igrejas do atual Bairro Histórico.

Algumas peças que integram a coleção do Museu de Arte Sacra de Paraty são originárias desses locais, o que pode ser verificado também por meio da presença de embarcações e pessoas transportando objetos e escravos “[...] Acontecendo ir àquele porto algumas embarcações da Bahia, Pernambuco ou de outra qual quer parte com escravos prenderam os Mestres dellas e os remeteram a esta Cidade com as novas embarcações

[...]” (RAMECK e MELLO, 2011, p. 51). Esta visão é também constatada pelo militar Augusto Fausto de Souza:

O porto desta Villa, assim como o de Angra dos Reis merecem grande atenção, pela facilidade com que delles se pôde penetrar no interior da província do Rio de Janeiro pela estrada de São João do Príncipe, e da de São Paulo pella villa do Cunha, e por isso em 1822 tratou-se de fortifical-o para impedir um desembarque. O forte da Ilha das Bexigas, que havia desde 1818, foi melhorado e reforçado, construiu-se o forte Defensor perpetuo com 6 canhões, sobre o morro da Villa-Velha, bem como a bateria do Quartel; projectou-se outro forte na subida na serra, na estrada da Villa do Cunha, finalmente forão reparados e melhorados os fortes de Iticopé e Ponte-Grossa, cada um com 2 canhões, para baterem o porto e as praias vizinhas. Todas estas fortificações forão desarmadas em 1828 e 1831, e é natural que, a acção do tempo as tenha destruído inteiramente (SOUZA, 1885, p. 115).

Em 1965, um novo fato ocorre no município de Paraty: suas matas localizadas na fronteira de São Paulo e Estado do Rio, em especial na Estrada Paraty-Cunha, começam a ser devastadas, num total desrespeito ao Decreto nº 50.813, de 30 de junho de 1961<sup>111</sup>, que fora assinado por Jânio Quadros e Romero Costa (Figura 111). O desmatamento tinha como objetivo comercializar toras de madeira e transformá-las em carvão, para atender as cidades de Taubaté, Guaratinguetá, o Bairro de Belém – Taubaté e Barra Mansa.

Figura 111: Vista de Paraty e Serra da Bocaina.



Fonte: <http://www.paraty.com.br/aereas/galeria.asp>

<sup>111</sup> Segundo o Decreto, aquelas matas eram consideradas florestas protetoras, nos termos do art. 4º, letras a, b, e, f e g, do Código Florestal, justamente por se encontrarem na divisa entre os dois Estados, cabiam, portanto as medidas que evitassem a sua devastação. (Cf. PROCESSO DE TOMBAMENTO – Arquivo IPHAN).

Verificamos nos relatórios do Processo de Tombamento da cidade que a ênfase dada à ação criminosa vinha do italiano Fiorino Berton, não só pela devastação realizada, como pelo prejuízo causado aos mananciais daquela área e, também, da proprietária da Fazenda Guebetiba, na localidade de Graúna em Paraty, Sra. Maria Isabel de Oliveira Soares, oriunda do Rio de Janeiro. Novas medidas foram tomadas objetivando a proteção efetiva do acervo paisagístico, ameaçado de total desaparecimento, como se pode observar em correspondência remetida ao, então, Ministro Flávio Suplicy de Lacerda, em 29/01/1965, o Diretor do DPHAN, enfatiza:

Atendendo à necessidade urgente de se impedir que o extraordinário acervo histórico e paisagístico do município de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro, sofra deformações irreparáveis, solicito a V. Exa. com o maior empenho queira apelar para o Senhor Presidente da República no sentido de converter, por meio de decreto, o aludido município em Monumento Nacional e determinar no mesmo decreto as medidas adequadas à proteção efetiva do acervo ameaçado (ANDRADE, 1965, p. 43).

Consta no Processo de Tombamento, documento redigido pelo Ministro da Educação Pedro Aleixo ao então Presidente Castelo Branco, baseado em iniciativas já tomadas anteriormente pelo Poder Executivo em relação às cidades históricas de Ouro Preto e Mariana, em Minas Gerais, e de Alcântara, no Maranhão. Argumenta que – embora a cidade de Paraty, desde 18 de setembro de 1945, houvesse sido reconhecida como em Monumento Histórico do Estado do Rio de Janeiro e inscrita, desde 13 de fevereiro de 1958, nos Livros do Tombo do IPHAN – estas medidas apresentaram-se insuficientes:

“[...] para as finalidades visadas, enquanto ocorrências novas vieram agravar os riscos de deformação a que se acha exposta a região em causa. Em tal conjuntura, há empenho de se estabelecer em benefício do acervo de Paraty um regime de defesa mais aperfeiçoado na expectativa da instituição de um diploma legal destinado a garantir melhor a preservação das cidades – monumentos de nosso País (ALEIXO, 1966, p. 86).

Este documento, uma separata da Revista Arquitetura<sup>112</sup>, traz apensado, plantas, fotos, croquis, alçados, chamando atenção para o esforço da própria comunidade preservacionista e internacional – a UNESCO para aqui mandou um observador, o arquiteto belga Frederic de Limburg Stirum, que seria o autor da proposta de um plano de expansão urbanístico da cidade, tendo seus princípios fundamentais sido apropriados nos projetos posteriores.

---

<sup>112</sup> O Documento E. M. nº 59, minuta do Decreto nº 58.077 de 24/03/1966, para Conversão do Município em Monumento Nacional, datado de 15/02/1966, consta da separata da Revista Arquitetura, nº 46 - abril de 1966.

Devemos destacar a sensibilidade revelada pelo arquiteto Lúcio Costa, quando escreveu o texto intitulado “Prospecto Arquitetônico” para a publicação pelo DPHAN, relativa ao tricentenário de Paraty, ao afirmar que:

Do ponto de vista da arquitetura civil, Parati é mais um testemunho daquela serena maturidade a que a colônia, - impedida de qualquer contacto que não fôsse com o mundo português -, se viu conduzida, como criança asilada, e da qual resultou êsse modo simples e peculiar de ser e de expressar-nos, isto que, em termos arquitetônicos, se traduz no que se chama estilo, - o nosso estilo: plantas regulares, alçados simples, pequenos saguões, recortes de madeira, treliças de resguardo, caixilharias envidraçadas, beirais corridos. (COSTA, 1960, p. 78).

O arquiteto acentua, ainda, a adequação da arquitetura à trama urbana e desta a paisagem:

Tanto nas casas de feição mais severa e antiga, quanto naquelas concebidas ao gosto já liberto e acolhedor de meados de oitocentos, caracterizado pelo gracioso desenho das vidraças e pela serralheria rendada, o vocabulário é o corrente, e a linguagem urbana se articula com naturalidade à paisagem, contida entre o fundo de montanha e o ritmo largo e alternado da maré.

Porque Parati é a cidade onde os caminhos do mar e os caminhos da terra se encontram, melhor, se entrosam. Às águas não são barradas, mas avançam cidade adentro levadas pela lua, e o reticulado de ruas, balizado pelas igrejas – a matriz de Nossa Senhora dos Remédios, e as capelas das Dôres, Rosário e Santa Rita -, converge para o mar (COSTA, 1960, p. 78).

Na década de 1960, diversas solicitações de entidades interessadas na preservação histórica e paisagística do município foram direcionadas para o valor de seu excepcional conjunto arquitetônico, beleza cênica e natural, além do papel histórico que Paraty representou como ligação entre as capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (Figura 112). Tudo isso levou o Governo Federal a erigir como Monumento Nacional o “Conjunto Paisagístico do Município de Paraty e especialmente o acervo arquitetônico da cidade”, pelo Decreto nº 58.077 de 24/03/1966.

Após a edição do Decreto nº 58.077, a instauração do processo de tombamento do município de Paraty só foi efetivada, através do Processo nº 563-T-57 datado de 01/03/1974<sup>113</sup>, reafirmando o reconhecimento do valor excepcional de sua paisagem, de relevante interesse estético e científico, deflagrando-se o processo para adotar as formas de proteção e preservação natural e ambiental.

---

<sup>113</sup> No Brasil, há somente dois únicos municípios tombados em sua integridade: Paraty e Porto Seguro, pela importância da baía Cabralia e do Monte Pascoal.

Figura 112: Vista de Paraty, além do mar.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

O Decreto nº 58.077, possibilitou aos diversos Ministérios atribuições que permitissem o desenvolvimento do município sem prejuízo da preservação pretendida. Ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), através do DPHAN, coube a adoção de Plano Urbanístico adequado tanto à preservação do acervo arquitetônico e natural do sítio histórico de Paraty quanto ao desenvolvimento e a valorização da cidade e do território municipal. Procurou-se para os efeitos pretendidos:

“[...] obter que os diversos órgãos competentes dos Ministérios do Planejamento, da Agricultura, da Viação e Obras Públicas e da Indústria e do Comércio cooperem estreitamente com o do Ministério da Educação e Cultura, em entendimento com as autoridades do Estado e do Município interessados, correspondendo assim ao preceito do art.º 175 da Constituição, que coloca os monumentos históricos e naturais, bem como as paisagens e locais dotados de particular beleza sob a proteção do poder público, isto é, sob a proteção de todos os órgãos da administração do País (ALEIXO, 1966, p. 86).

Para o cumprimento do mencionado decreto, objetivando também a proteção do Patrimônio florestal e ambiental do município, foi criado pelo então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) o Parque Nacional da Serra da Bocaina através do Processo nº 68.172, de 04/02/1971. O Parque ocupa metade do território do município destinado à preservação definitiva do acervo natural de uma das reservas florestais do centro-sul brasileiro. Note-se que são considerados pela Constituição Federal, cinco sistemas naturais brasileiros, dentre eles três estão inseridos no território do Município de Paraty: a Mata Atlântica, a Serra do Mar e a Zona Costeira.

Na atualidade existe um grande número de tombamentos<sup>114</sup> e legislações de proteção incidentes sobre o território municipal, sendo de relevância a Área de Proteção Ambiental do Cairucú – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) – 1984, e a Reserva da Juatinga – Instituto Estadual de Florestas (IEF) – 1992. A partir destas constatações é possível verificar que o valor patrimonial, paisagístico e ambiental do território de Paraty vem reafirmando-se a cada dia, sendo distinguido pelos paratyenses, passando a ser motivo de orgulho e preocupação.

Em informação da Divisão Técnica do IPHAN constatamos que no ano de 1995 foi encaminhado à 6ª Superintendência Regional/ IPHAN o pedido para indicação da cidade de Paraty como Patrimônio da Humanidade, solicitação contida na Declaração do Rio de Janeiro, que formalizava as Resoluções do XXV Encontro Internacional de Formação de Pessoal para Museu (ICTOP), do Conselho Internacional de Museus (ICOM / UNESCO). Na ocasião, foi encaminhado um manifesto liderado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tereza Cristina Scheiner, da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, em apoio à citada indicação<sup>115</sup>.

Na década de 1980, solicitação semelhante havia sido enviada ao IPHAN pelo então Prefeito Municipal Benedito Domingos Gama em documento contendo muitas assinaturas, entre elas algumas dos moradores da cidade, que, em reconhecimento ao seu valor excepcional, pretendiam fazer uma difusão da importância da cidade a nível mundial. No documento intitulado “*Relation des biens culturels et naturels susceptibles d’être indiqués por le Brésil pour la Liste du Patrimoine Mondial*” consta, no item nº 3, a indicação do Parque

---

<sup>114</sup> Cronologia dos Tombamentos:

1945 – O Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Paraty é decretado Monumento Histórico do Estado do Rio de Janeiro;

1957 – Tombamento do Forte Defensor Perpétuo pelo DPHAN;

1958 – Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade e especialmente o prédio da Santa Casa de Paraty pelo IPHAN;

1962 – Tombamento das Igrejas de: Nossa Senhora dos Remédios; Santa Rita; Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e a Capela de Nossa Senhora das Dores pelo IPHAN;

1966 – O Conjunto paisagístico de todo o Município de Paraty, e especialmente o acervo arquitetônico da cidade é elevado à categoria de Monumento Histórico Nacional;

1967 – Tombamento da Fazenda de Nossa Senhora da Conceição pelo IPHAN;

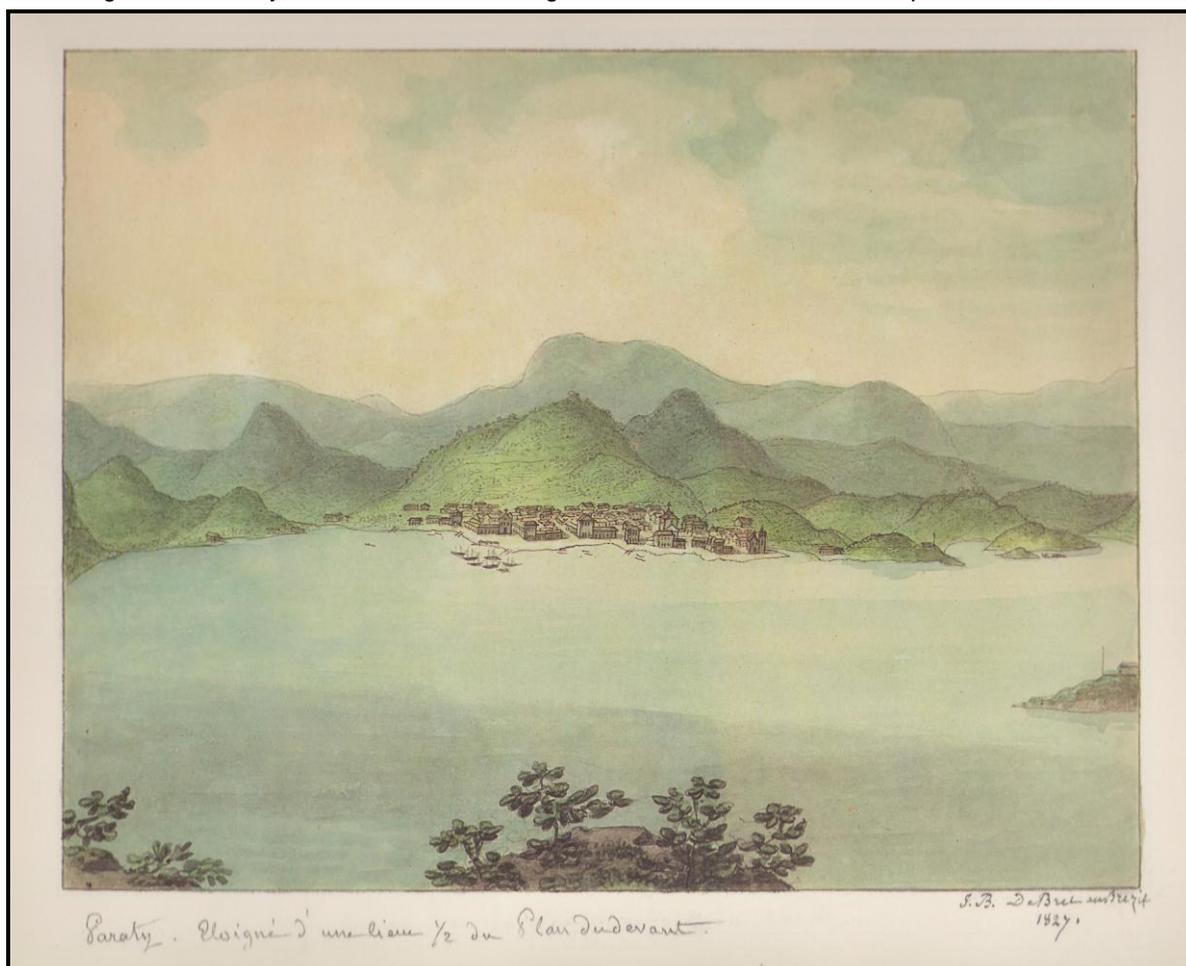
1974 – Tombamento do Município de Paraty, que significa o reconhecimento, pelo Instituto do Tombamento, da importância natural, paisagística, cultural e histórica do Município pelo IPHAN.

<sup>115</sup> No livro de Avisos e Anotações do Museu de Arte Sacra de Paraty, está registrado: “Paraty, 19/02/1993, visita ao Museu do Técnico do ICOM/ UNESCO – Sr. Oystein Froiland – The Norrengion Museum of Fisheries – acompanhado da técnica professora da UNIRIO Thereza Sheiner acompanhou Maria Emília. No dia 18/09/1993, o Museu recebeu a visita de 26 delegados do XXV Encontro Anual do Comitê Internacional de Formação de Pessoal para Museus (ICTOP) / Conselho Internacional de Museus (ICOM/ UNESCO) / TEMA: Formação de Pessoal para Museus e Meio Ambiente Integral – Rio de Janeiro – 11 a 19/09/93 (LIVRO DE ANOTAÇÕES DO MASDP, 1982-1990). A cidade de Paraty atualmente está em processo para obter o título de Patrimônio da Humanidade.

Nacional da Serra da Bocaina, que ocupa metade do Município de Paraty, como foi mencionado acima.

A expansão do território da cidade no passado e, conseqüentemente, de seu tombamento, ainda na primeira metade do século XX, é percebida através de suas construções já observadas por Monsenhor Pizarro Araújo em suas visitas à Paraty, em 1794 e em 1799, assim descritas: “Contém esta povoação mais de 400 casas, edificadas com paredes de pedra e cal, e de pau à pique, ou estuque (como he de vulgar nos lugares povoados de Serra á cima), entre as quaes se contavam 40 de sobrado” (ARAÚJO, 1820, p. 48). De certa forma, a cidade de Paraty, ainda oferece uma imagem parcialmente autêntica da vila de fins do século XVIII e da primeira metade do século XIX (Figura 113).

Figura 113: Paraty, vista de frente a uma légua e meia de distância - Jean Baptiste Debret, 1827.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN, RJ.

Esta imagem foi garantida pelo isolamento da cidade, possibilitado somente pelo contato mantido com o Rio de Janeiro, Santos ou portos mais distantes como Bahia, Sergipe e Pernambuco, como foi mencionado anteriormente e conforme noticiavam os Jornais que circulavam na cidade no final do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX.

Em 1882, o Jornal Paratyense anunciava que na Assembleia Provincial do Rio de Janeiro havia sido aprovado em 2ª discussão o projeto da estrada de ferro apresentado pelo deputado Honório Lima<sup>116</sup>. Este projeto partia da Estação de Queimados ou outra qualquer da Estrada de Ferro Pedro II, passava por Mangaratiba e Angra dos Reis, possibilitando o contato diário com a capital do império. As estradas de ferro eram na época consideradas “[...] as grandes artérias que ligam os interesses e os povos escudados no grande pensamento do século – progredir [...]” (PARATYENSE, 1882, p. 1).

Ainda neste mesmo ano foi dada a concessão pelo Governo Imperial aos Srs. Frederico Antônio Steckel e José Teixeira Pires Villela de privilégio para construção de uma linha férrea por tração animal, denominada Ferro Carril de Santa Cruz ao porto de Sepetiba que contaria com pequenos vapores para viagens diárias entre este último porto e o porto de Paraty, fazendo escalas em Mangaratiba e Angra dos Reis. Este projeto tinha como objetivo principal colocar os três importantes Municípios em relações diárias com a Corte no Rio de Janeiro.

Embora a procura de soluções no município para amenizar as distâncias e sair do isolamento fossem constantes no cotidiano oitocentista, o Jornal Paratyense de 1882, ainda divulgava em seu noticiário, episódios que alertavam aos viajantes das estradas e caminhos, únicos acessos terrestres naquela época:

Consta-nos por pessoa competente, que nas estradas da vizinha Cidade de Cunha, Guaratinguetá e Pindamonhangaba, têm sido assaltados alguns tropeiros. Os tres sujeitos vão vender na província de Minas o que roubam na de S. Paulo e vice-versa; portanto previnam-se os viajantes (PARATYENSE, 1882, p. 2).

Constatamos também nas pesquisas que em 04/02/1883 foi realizado requerimento ao Ministro da Agricultura, pelo Sr. Eugenio Ferreira de Andrade, objetivando concessão para construir uma estrada de ferro unindo o porto de Paraty a vizinha cidade de Cunha, o requerimento estava acompanhado de planta que fornecia as indicações do traçado a ser

---

<sup>116</sup> Honório Lima, foi proprietário da Fazenda N. S. da Conceição de Barra Grande, residiu em Paraty e Angra dos Reis, Segundo Tenente reformado da artilharia do Exército, Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, Condecorado com as Medalhas do Mérito e Bravura Militar e da Campanha do Paraguai, na qual prestou relevantes serviços, foi também Comandante-Geral do Corpo Policial da Província do Rio de Janeiro. Atuou em Paraty na segunda metade do século XIX e primeira do século XX.

obedecido nas obras. Dois meses depois o Jornal O Paratyense comentava a total ausência na perspectiva de vida longa de um futuro melhor para o município:

Tinhamos em perspectiva um engenho central, uma via férrea entre o nosso porto e a cidade de Cunha e, por quebra uma linha de bondes marítimos nos conduzindo diariamente à Corte. O pobre devêra desconfiar da riqueza da esmola, entretanto creio para ter um triste desengano. Morreo tudo no nascedouro como creança inviável. (O PARATYENSE, 1883, p. 1).

Neste cenário, ainda em 15/07/1884 a Empresa de Ferro Carril e Navegação Santa Cruz inaugurou através de iniciativa particular, embora com a visita do Imperador que a percorreu em bonde especial e a deu por inaugurada, concretizando assim o projeto de dois anos anteriores. O trajeto partia de Santa Cruz até encontrar a estrada geral de Sepetiba, por terra, levando-se 35 minutos, sendo empregados 30 animais para preencher as necessidades do movimento. O trecho marítimo seria feito em seis horas e meia, em vapores da companhia indo e vindo diariamente de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty.

Observamos que em fins do século XIX e até meados do século XX, Paraty ainda mantinha modos de viver e formas de comportamento herdados do período colonial, sem água encanada, meios de transportes rápidos, iluminação<sup>117</sup> e saneamento precários. Eram constantes as reclamações das águas servidas e despachadas pelas áreas internas através de seus calçamentos e canaletas em tijolos ou pedras, unindo estas com os corredores e a rua sendo algumas vezes arremessadas pelas janelas dos sobrados. O Código de Posturas do Município, datado de 1936 ainda vetava esse comportamento em seu artigo 23: “– Ninguém poderá lançar, nas ruas, nas praças ou logares públicos, lixo, água servida ou qualquer outra matéria infecciosa. Multa de 10\$000 a 50\$000” (POSTURAS, 1936, p. 7).

Restrita aos dois chafarizes existentes na cidade e aos serviços de aguadeiros, pagos inclusive pelas Irmandades para abastecer os lavabos das sacristias das igrejas durante as festas, em 17 de abril de 1898 o Jornal O Pharol, anunciava a chegada do material necessário encomendado para as obras na gestão do Presidente da Câmara Major José Luiz Campos do Amaral:

No vapor Garcia chegou a este porto todo o material que a nossa Camara Municipal contractou, para o novo encanamento d’água para abastecimento

---

<sup>117</sup> A iluminação, a princípio, com postes de ferro instalados no centro dos cruzamentos das ruas, colocou em desuso os antigos lampiões e postes que possuíam na parte superior acabamento em forma de cruz latina, para servir de apoio às escadas, objetivando manutenção e funcionamento pelos acendedores, bem como os antigos ganchos articulados, no modelo dos lampiões do Rio de Janeiro setecentista, motivo de queixas dos moradores no século XIX, pela falta de luz que já se fazia sentir às 9 horas da noite, bem como do asseio dos lampiões e qualidade do querosene utilizado. A água só começou a ser canalizada em 1897, segundo o balanço geral da Câmara de Paraty, constante dos jornais da época.

da cidade. Vimos esse material, e, comquanto não sejamos profissionaes, nos parece elle muito bom e em condições de preencher o fim a que é destinado. Consta-nos que a Camara Municipal vai tratar de iniciar já os trabalhos da colocação do referido encanamento (O PHAROL, 1898, p. 2).

Na década de 1930, a água teve sua canalização concluída amenizando a função do Chafariz do Pedreira e do Largo de Santa Rita permanecendo sua atividade o Poço da Nação no bairro do Pontal (Figura 114). Neste momento são instaladas as primeiras privadas e suas fossas sépticas nos quintais das casas.

Figura 114: Chafariz e Rua do Pedreira – Paraty-RJ.



Fonte: Acervo Carlos José Gama Miranda.

A iluminação elétrica foi inaugurada em Paraty no dia 23 de Julho de 1922 às 6 horas da tarde, pelo Presidente da Câmara, Dr. Samuel Nestor Madruga Costa, através de central geradora montada pelo engenheiro Henrique Erismann, representante da Casa Siemens Schuckertwerke e da Companhia Brasileira de Eletricidade, com aproveitamento da roda hidráulica já existente na Companhia Industrial Santa Thereza, também conhecida como Fábrica de Tecidos Santa Thereza (Figura 115).

Figura 115: Fábrica de tecidos Santa Thereza.



Fonte: Arquivo IPHAN – Paraty, RJ.

A Fábrica de Tecidos foi montada em 1860, por um pequeno grupo de estrangeiros, liderados pelo Tenente Francisco Antonio de Souza, na localidade de Itatinga, 2º Distrito do Município. Uma vez que as águas do rio Itatinga não eram suficientes para o desenvolvimento progressivo da Fábrica, esta foi transferida para terreno doado por D. Geralda Maria da Silva, na localidade de Bananal próximo ao rio Perequê-Açú.

A prosperidade do culto católico e o prestígio do clero da Vila de Paraty determinaram que o sentimento religioso adquirisse uma grande dimensão para a maioria da população, através da educação, possivelmente pela ausência de seitas ou outros cultos, o que a ordem política na época não permitia. Este dado vem reforçar a próspera situação religiosa da cidade, que comportava grande número de sacerdotes. Samuel Nestor Madruga Costa, Presidente da Câmara de Paraty em 1922, registrou no Jornal A Razão:

A população da terra era laboriosa, ordeira e religiosa – o seu labor é atestado pelas criações de ordem material que sobreexistem muito em desproporção com a população diminuta. Que talvez nunca não atingisse a quinze mil almas. Há neste município, sem favor algum, o esforço concretizado de uma população de cinquenta mil habitantes durante muitos lustros, as igrejas monumentais, o Hospital, as longas ruas calçadas, as edificações urbanas atuais e as que desapareceram. Os cais soterrados à margem do rio, as fazendas que existem, as que ruíram pelo abandono, a estrada da serra (COSTA, 1922, p. 1 - 3).

Outro projeto entre os vários que tiveram sua derrocada ainda no oitocentos muito comentado no Jornal O Pharol no ano de 1898, foi a projetada estrada de ferro de

Pindamonhangaba a Paraty registrada na memória de muitos paratyenses, desde o ano de 1893 e os desmedidos esforços empregados pela Câmara Municipal para que fosse levado a efeito. No relatório realizado pelo Engenheiro Benjamim Franklin de Albuquerque Lima, observa-se importante descrição sobre o trajeto passando por Guaratinguetá e Cunha, terrenos, divisão eclesiástica e policial, espécies de árvores e os possíveis cultivos de frutas e cereais nos trechos onde a estrada passaria.

O discurso recorrente na época nutria forte anseio pelo progresso, respaldado na estrada de ferro, unindo o porto ao interior e impulsionando a economia das cidades, que pode ser observado no relatório mencionado acima:

A cidade de Paraty, outrora cheia de vida, hoje quase sem movimento, silenciosa e queda (sic), olhando para seu magnífico porto, abrigado de todos os ventos e com capacidade a receber os maiores e mais fundos navios, espera o silvo da locomotiva para resurgir activa, movimentada e mais rica do que out'ora (O PHAROL, 1898, p. 1).

O início do século XX foi também marcado por projeto de grande vulto, de uma estrada de ferro entre Guaratinguetá e Paraty, tendo como terminal o porto de Paratymirim. Foi enviado ao Congresso pelo engenheiro francês Justin Norbert, formado pela Escola de Pontes e Calçadas de Paris, que há muitos anos já residia com sua família no Estado de São Paulo. No dia 11/11/1907, o projeto foi votado sob o número 290 de 1907, autorizando o governo a conceder ao engenheiro ou à companhia o privilégio por 70 anos para a construção da estrada entre Guaratinguetá e Paraty-Mirim.

O engenheiro Justin Norbert visitou Paraty diversas vezes, objetivando amear dados e informações para justificativa sobre a necessidade da Estrada de Ferro. Por este motivo houve a paralisação nos Jornais da cidade das publicações que faziam referência ao relatório do Dr. Benjamim Franklin. Estes dados consistem em minuciosas descrições dos municípios de Guaratinguetá, Lagoinha, Cunha, Paraty e Paraty-Mirim, abrangendo a zona chamada norte de São Paulo, constantes do Jornal o Pharol de 1907 e 1908, conforme verificamos:

A maior parte das terras do município de Paraty, está coberta de florestas virgens e na parte da serra principalmente, a vegetação toma proporções phantásticas: tudo ahi cresce e se desenvolve. As madeiras mais preciosas existem ahi em abundancia e sua exploração será interminável. As melhores madeiras de resistência e belleza neste logar tem sua sede. Ahi se encontram: Canella preta e branca, Copahyba, Guarantan, Cedro Guatambú, Ypê, Jacarandá, Massaranduba, Peroba, Sucopira, Pinheiro do Brasil etc (O Pharol, 1907, p. 1).

As visitas a Paraty neste período, não raro eram acompanhadas de familiares e se transformavam em grandes recepções com a Corporação Musical Lyra da Juventude, foguetes, discursos proferidos pelas autoridades, jantares, serenatas e documentação fotográfica dos locais visitados por mar e a cavalo, entre eles os sertões da Toca do Ouro, Curralinho, Trindade e Laranjeiras, estes dois últimos atualmente já bem povoados.

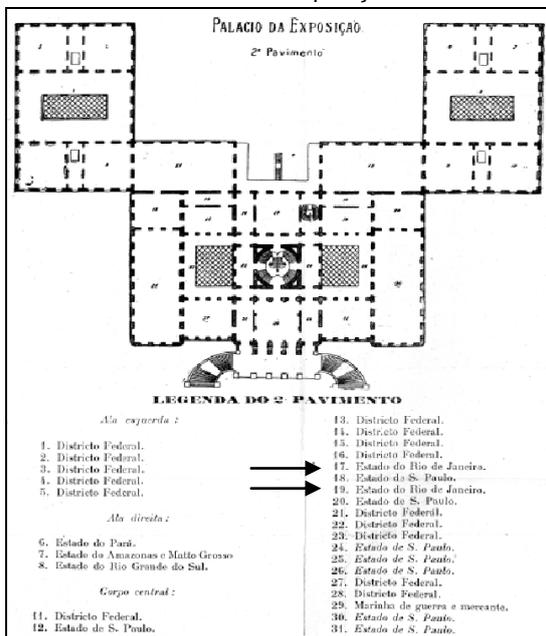
Para a Exposição Nacional de 1908, realizada entre 11 e 15 de novembro daquele ano no bairro da Urca, na cidade do Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário do Decreto da Abertura dos Portos às Nações Amigas; e para fazer um inventário da economia do país na época, que tinha como objetivo principal apresentar a nova capital da República, urbanizada pelo então Prefeito Francisco Pereira Passos e saneada pelo cientista Osvaldo Cruz, às autoridades nacionais e estrangeiras que a visitaram, o engenheiro Justin Norbet reuniu amostras de minerais de ferro, madeiras de lei, para construção e mobiliário, plantas medicinais, pedras, calcários, diversas qualidades de aguardente, artefatos fabricados com palha e produtos da zona rural <sup>118</sup>.

Houve protestos nos Jornais da época, sobre os objetos e amostras que foram enviados de Paraty para integrar a citada exposição, muitos deles etiquetados com procedência errada, chegando ao desaparecimento de duas caixas de minerais enviadas pelo município. Os objetos de Paraty ficaram expostos no Palácio dos Estados, 1º pavimento, corpo central, sala nº 16 e no 2º pavimento, corpo central, salas números 17 e 19 (Figuras 116 - 117).

---

<sup>118</sup> Dentre os produtos que figuraram na Exposição de 1908, no Palácio dos Estados, pavimento térreo e pavimento superior, estão: Tapioca de araruta, tapioca grossa de mandioca, tapioca fina, tapioca mariessô, farinha de mandioca, aveia, pimenta do reino, noz-moscada, canela em casca, cravo da Índia, polvilho mandioca, frutos de bicuhyba, baga de mamona, guandos, favas, feijões de 17 qualidades, cal de marisco, rezina de jatahy, lpecacuanha, cipó imbé, tinguaciba, salsa parrilha vermelha e branca, raiz de salsa parrilha, chapéus, peneiras, cestos de taquara, minerais como: kaolins, 10 qualidades não discriminadas como desta cidade; ferro com 80%, argilas, gessos, quartzos, aguardentes e madeiras. Foram enviados também os tecidos da fábrica “Santa Thereza, uma toalha de crochet, confeccionada pela Senhorita Lopes da Costa, na ocasião etiquetada como oriunda de Macaé. Teve como presidente da comissão organizadora da Exposição do Estado do Rio, o Dr. Sylvio Rangel e estava presente na inauguração, Eduardo Pereira da Cruz, representante do Jornal O Pharol”, na cidade de Paraty e o Dr. Samuel Costa (O PHAROL, 1908, p. 3).

Figura 116: Planta baixa do 2º pavimento do Palácio da Exposição.



Fonte: A Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro – Margareth da Silva Pereira.

Figura 117 – Fachada principal do Palácio, prédio ainda existente na Avenida Pasteur, Urca.



Fonte: A Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro – Margareth da Silva Pereira.

Observamos que embora com os episódios citados acima, houve ainda a intenção de participação em exposição de frutas e legumes em outro momento, no Pavilhão Nacional de Agricultura. Paraty recebeu prêmios propostos pelo Juri Superior da Exposição Internacional, aos seguintes produtos: “[...] Grupo 1: Farinhas, féculas e outros produtos de moagem – 4 medalhas de prata; Grupo 23: Fios e tecidos de Juta – 1 medalha de prata; Grupo 26: Rendas, trabalhos de agulha – 4 medalhas de prata e para o Grupo 73: madeiras – apenas 4 de ouro, cabendo uma à Paraty [...]” (O PHAROL, 1909, p. 1).

Integra a coleção do Museu de Arte Sacra de Paraty, medalha em prata, oriunda de Torino, enviada pela Câmara de Paraty (Figuras 118 - 119), para guarda e proteção, datada de 1911, que faz referência à Exposição Internacional de Agricultura. Desconhecemos as medalhas recebidas como prêmio da Exposição Nacional de 1908, comentadas no Jornal O Pharol de 1909.

Figura 118: Medalha da Exposição Internacional de Agricultura, (anverso).



Fonte: Acervo do Museu de Arte Sacra de Paraty.

Figura 119: Medalha da Exposição Internacional de Agricultura, (verso).



Fonte: Acervo do Museu de Arte Sacra de Paraty.

Ainda em 1908, embora com grande estima e consideração ao Dr. Justin Norbert, houve demandas por carta para dificultar a partida da estrada de Guaratinguetá, transferindo para a cidade de Lorena, autorização que foi concedida em 1917 através de concorrência pública pelo Governo Federal, desta vez de Piquete - SP a Angra - RJ, objetivando beneficiar a zona litorânea sul fluminense, entre elas Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty.

Passados mais de trinta e cinco anos de espera e desilusões com projetos que iriam salvar do isolamento, da miséria e da ruína a cidade de Paraty e extensa faixa do território fluminense, em 1922 ainda havia esperança registrada no Jornal da época:

Para nós, temos como certo que o único remédio para realmente tornar este Município o que foi outr'ora, é este: Uma Estrada de Ferro de penetração ligando o porto d'esta cidade ao Município de Itajubá, Estado de Minas Geráes, servindo assim a zona Sul Mineira (O MUNICÍPIO, 1922, p. 1).

A velha estrada da serra continuou cumprindo seu papel, embora precariamente, servindo de ligação ao Vale do Paraíba e, em 08/05/1929, teve sua última ponte da estrada concluída, ligando a cidade de Paraty à de Cunha. Encontravam-se em pleno funcionamento os ranchos para tropeiros, que pertenciam aos Srs. Manoel P. de Moraes Pinto e João José do Prado, este último no lado direito da Rua Presidente Pedreira.

Devemos registrar que em 1917 foi instalada em Paraty pequena fábrica de banha, de propriedade do industrial Sr. Anselmo Saraiva Vaz. Em 15/05/1929, os jornais locais já

comentavam as novas iniciativas do progresso de Paraty<sup>119</sup>, com quatro fábricas de gelo para o preparo do peixe destinado a exportação, sendo três delas em funcionamento, além de duas grandes serrarias a vapor, uma oficina mecânica e tendo como próxima abertura o Ambulatório da Santa Casa. Em 21/07/1929 o Jornal A Verdade noticiava: “[...] Já está em pleno funcionamento a importante fabrica de gelo adquirida pelo capitalista Sr. Izanon Alecxiou e a firma Emilio Torriceli. Estão na gerência desse estabelecimento industrial os Srs. Rosalvo Destefano e Nico Vuracjuct [...]” (A VERDADE, 1929, p. 1).

Em classificação de imóveis do início do século XX para as Décimas Urbanas<sup>120</sup> aparecem os mesmos classificados em diversas tipologias: térreos = 91, chão = 21 e 31 sobrados, em outro momento observamos sua expansão para 475 imóveis, desta vez, abrangendo o Bairro do Pontal, que fica localizado na planície entre o Bairro Histórico e o do morro da Vila Velha ou de São Roque, onde se encontra o Forte Defensor Perpétuo, assim configurados no lançamento das Décimas Urbanas: térreos = 278, armazém = 18, sobrado = 70, terreno = 65, quintal = 21 e 01 chalet<sup>121</sup>.

Nessa linha, constatamos também na “Relação dos proprietários dos prédios do perímetro urbano”<sup>122</sup>, datada de 02 de abril de 1951, que o Bairro Histórico, na época já sob a égide de tombamento, era constituído de 359 imóveis, sendo 61 sobrados e 299 casas térreas. No levantamento executado no ano de 1971 para o Plano de Desenvolvimento Integrado é indicada a existência de 455 casas e terrenos, incluindo as igrejas, sendo 394 imóveis, dos quais 68 sobrados.

Já o cadastramento da Prefeitura realizado pelo Programa de Assistência Técnica – PRAT, da MF/SG, SERPRO/1980 – indica a existência de 463 imóveis e terrenos, excluindo as igrejas e praças, sendo 66 sobrados. Com base nestes dados, considerando o contexto

---

<sup>119</sup> Também na década de 1930 foi instalada em Paraty, no terreno entre a praia do Pontal e o prédio da Santa Casa, uma fábrica de sardinhas enlatadas, pelo francês Felipe Lacrau. No imóvel da esquina da Rua de Santa Rita, com a Rua da Matriz, “fábrica de tamancos”, de propriedade de Miguel Sotto Mayor, na esquina da Rua da Matriz com a Rua da Lapa “fábrica de tamancos” de propriedade de Francisco Sotto Mayor. Na esquina da Rua D. Geralda com a Rua do Rosário “fábrica de tamancos” de propriedade de Hugo Miranda. Na Travessa de Santa Rita também funcionou um maquinário para beneficiamento de arroz, de propriedade de Tharcilio Benedicto Nascimento de Oliveira e uma fábrica de tamancos de propriedade do Sr. Fernando dos Santos Siqueira Costa, conhecido como Sr. “Badaio” e uma Fábrica de Papéis Paraty Ltda., na encosta do Morro do Caborê (A VERDADE, 1929, p. 1).

<sup>120</sup> A designação “Décima” é oriunda do período em que Portugal se encontrava ameaçado ou em guerra, onde o rei costumava estabelecer a cobrança de uma taxa equivalente ao percentual de 10%, sobre os rendimentos de seus súditos. Sua cobrança no Brasil só ocorreu após a instalação da Família Real no Rio de Janeiro, através do alvará de 27 de junho de 1808, foi restrita aos imóveis situados no perímetro urbano das vilas, cidades e localidades à beira mar, daí a ser chamada de Décima Urbana (CAVALCANTI, 2004, p. 259).

<sup>121</sup> Livro de Registro das Décimas Urbanas de 1900, (RAMECK e MELLO, 2011, p. 263 a 267).

<sup>122</sup> Fonte: Arquivo Noronha Santos/ Rio de Janeiro.

antes e após o tombamento, podemos concluir que a partir da década de 60 houve desmembramentos, sem que obedecessem a um critério pré-estabelecido.

Apesar da ação disciplinadora do Patrimônio Histórico na cidade, representada pelo arquiteto Edgard Jacintho da Silva, ainda persistiam as adaptações que, muitas vezes, acabavam em modificações e mutilações, até mesmo grosseiras, do agenciamento interno e externo de muitos prédios. Tentava-se, assim, controlar a expulsão acelerada da população local para a periferia, bem como o esvaziamento total do conteúdo humano de Paraty (informação verbal) <sup>123</sup>.

A partir da abertura da estrada para a serra do Facão (Paraty-Cunha), em 1953, que ligava Paraty às cidades do Vale do Paraíba, as primeiras mudanças na cidade começaram a se dar mais intensa e rapidamente, com a compra de prédios por visitantes, com o objetivo de adaptá-los à função predominante de residências de veraneio, atraídos pelo valor cultural que apresentava a localidade e dinamizando o contato com os Municípios vizinhos.

Com advento da Rodovia BR 101, no início da década de 1970, ligando Paraty aos dois maiores centros urbanos: Rio de Janeiro e São Paulo, e a valorização do Bairro Histórico, como grande centro turístico, bem como o interesse da comunidade na preservação da cidade e a criação de uma consciência e identidade maior, o SPHAN passou a restringir e, mesmo, a vetar as alterações que eram propostas nas restaurações, assim como alguns abusos cometidos durante as obras.

Este período também foi marcado pelo adensamento e pelo surgimento do entorno do Bairro Histórico, levando ao aterro dos vestígios da Fortaleza no Bairro Patitiba, ao fechamento do largo do Rocio pelo Campo de Futebol (Figura 120), à transferência do Chafariz do Pedreira do centro da rua Presidente Pedreira para o largo de mesmo nome, acesso primitivo que levava ao Beco dos tropeiros, e à “Calçadinha” e caminho para a Serra do Facão. Ainda permanecem em seus locais de origem, o Oratório da Cruz das Almas e algumas casas originais que integram aquela rua.

---

<sup>123</sup> Em depoimento concedido ao pesquisador na década de 1980, o arquiteto Edgard Jacintho da Silva, tentou atrelar através de proposta de legislação do IPHAN que não veio a efetivação esse esvaziamento, com o compromisso de fixar residência pelos novos proprietários após a compra do imóvel.

Figura 120: Vista do Bairro Histórico e área de expansão.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN, RJ.

A cidade de Paraty, enquanto território de saberes e fazeres é revelada como capaz de ilustrar o pensamento de seus moradores do passado e do presente, pois ainda guarda no seu aspecto físico e também do imaginário social um conjunto de referência, constituído também por seu Patrimônio, representativo dos monumentos que se expressam como memória social.

Observamos na documentação pesquisada que na primeira metade do século XX Paraty transformou-se em um privilegiado Monumento Histórico, onde seu conjunto arquitetônico e paisagístico, aliado às suas manifestações culturais que sempre se mantiveram integradas à vida da comunidade, era um autêntico exemplo de patrimônio nacional. Isso foi observado pelos que aqui passaram no início do século antes de seu tombamento pelo IPHAN, portanto ainda associado ao seu contexto tangível (material) e intangível (imaterial), ainda transmitido de geração a geração como um legado em um processo de sucessão.

O isolamento e a estagnação econômica levaram muitos moradores a abandonarem a cidade em busca de novas atividades e recursos, objetivando recuperar suas perdas e novo perfil social. Por outro lado, se aliaram a um forte apego ao passado, sendo estes atributos de identidade da comunidade, mantenedora de manifestações culturais e tradicionais, oriundos de relacionamento com a família, com a escola, com a igreja, com o convívio e ensinamentos dos “moradores” membros mais velhos da cidade e também a partir da década de 1973, com a nova instalação do Museu de Arte Sacra e o trabalho de conscientização junto ele desenvolvido de forma sistemática.

A Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tereza Scheiner, ao tratar das estratégias possíveis para o estímulo a uma nova percepção do patrimônio, enfatizou que os Museus também podem articular experiências que possibilitem percepções mais abrangentes e críticas das realidades direcionadas pelos grupos sociais, cujo objetivo comum seria a valorização das referências que lhes conferem um sentimento de pertença ao mundo real, ao afirmar que:

Museus devem ter como característica essencial ser permeáveis a todas as formas de expressão humana. Nesse sentido, todos os museus têm importância para as comunidades a que servem. A mobilização em nível local na gestão e no trato dos patrimônios inclui, obrigatoriamente, a Museologia e os museus. Nada é mais poderoso que o sentimento de pertença, e não há política patrimonial, cultural ou ambiental que possa sobrepor-se ao cuidado que temos do que julgamos nosso, ao desvelo (Da-sein) pelo que nos pertence... Na experiência comunitária de âmbito local, não é imprescindível a aprovação de agentes externos: o importante é o que sente e faz a própria comunidade [...] (SCHEINER, 2011, p. 9).

Quando falamos do contexto da museologia e dos espaços representativos do patrimônio, remetemos ao surgimento do museu a céu aberto, também chamado de Museu de Território, ideia inicialmente proposta pelo suíço Charles de Bonstetten, em 1790, objetivando interpretar um lugar, cidade ou território, como um museu ao ar livre.

No final do século XIX, em resistência ao processo de industrialização que avançava na Europa, os museus a céu aberto se consolidaram nos países nórdicos. Estes foram criados na Escandinávia, divergindo do processo de musealização no museu coberto, denominado “in situ”, possibilitando um novo contato entre o visitante e o patrimônio ao direcionar, observar e valorizar os modos de fazer e saber, bem como a cultura do cotidiano das comunidades.

Identificamos que estamos diante de sobrevivências palpáveis nos assegurando a existência de um passado ali expresso e registrado na preservação de sua memória, juntamente com um conjunto arquitetônico e paisagístico inserido dentro de um município



que atravessou séculos, estabelecendo titulações simbólicas que o elegeram a condições de um valor patrimonial. Este contexto levou seus habitantes a manter mais fortes os laços com sua história e memória, representado também pelos objetos emblemáticos que ainda integram as Festas anuais da comunidade, abrigados para guarda e proteção na vitrine-cofre do Museu de Arte Sacra de Paraty.

Isso nos leva pensar na cidade de Paraty como um “Museu de Território”, pois já vem sendo trabalhado e tratado assim, desde antes de seus tombamentos, evocando concretamente o passado no presente, onde os tempos são marcados nos seus artefatos, na culinária, nas danças, nas construções e nos seus rituais e festas tradicionais – emblemas da história e da memória. São também símbolos da identidade nacional.

### **3. ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE OS LEGADOS DAS IRMANDADES DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO DE PARATY.**

Sempre que observamos exemplares do Patrimônio Material e Imaterial de Paraty – que se distinguem por sua importância histórica, raridade e beleza cênica de seu conjunto arquitetônico, com belas igrejas, festas religiosas, artesanato e paisagem natural – podemos perceber o legado importante que esses bens representam para nossa identidade cultural. Ao aprofundarmos a questão e refletirmos um pouco mais, observaremos a presença de um grande patrimônio que – embora ainda muito utilizado ou algumas vezes arredado de nosso pensamento – se constitui em legado importante para que possamos compreender melhor a história da cidade e do país.

Nesta perspectiva, encontramos em Paraty o acervo deixado pelas Irmandades Religiosas, que conseguiam agregar brancos, negros e pardos de ambos os sexos, libertos ou escravos. As Irmandades, paulatinamente, foram ocupando lugar de relevo, a partir do século XVIII, se estendendo até o XX, na vida da população local, ainda que, em certos casos, esta integração fosse limitada, devido aos cargos que eram ocupados em sua estrutura organizacional.

Desde o início, os inventários, os acervos das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e de São Benedito dos Homens Pretos de Paraty, – ambas com seus Compromissos confirmados datados de 17 de agosto de 1750<sup>124</sup> e 29 de janeiro de 1814<sup>125</sup> – estão abrigados no Museu de Arte Sacra de Paraty. O Museu é Monumento Tombado, tendo sido este o primeiro instrumento de preservação, onde encontramos registrados os objetos que perpetuam a experiência de gerações, inclusive de origem africana, nos levando a identificar similaridades com outras regiões do Brasil, entre elas, Minas Gerais.

A partir deste momento, em que decidimos analisar o patrimônio material e imaterial paratyense, saímos em busca de razões suficientes para pesquisar todas as questões relativas ao culto religioso que impregna estas construções religiosas, os objetos, as festas e as pessoas que delas participaram e ainda participam, sob a égide de um programa que

---

<sup>124</sup> Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Villa de Paraty – 1750 – 14 folhas – Acervo da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, atualmente abrigado no Museu de Arte Sacra de Paraty.

<sup>125</sup> Compromisso da Irmandade de São Benedito dos Homens Pretos de Paraty – 1814 – 31 folhas – Acervo da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, atualmente abrigado no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

embora com variações pelo Brasil, também se tornou específico e singular no presente caso. Em um breve panorama, Françoise Choay traça o conceito de Monumento, com o qual corroboramos.

Cujo sentido original do termo é o do latim **monumentum**, que por sua vez deriva de **monere** ('advertir', 'lembrar'), aquilo que nos traz à lembrança alguma coisa, passando a ser [...] tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças [...] (CHOAY, 2011, p. 18, grifo do autor).

Nossa intenção foi, sobretudo, analisar a essência dessas Irmandades, seus antecedentes, sua origem e estrutura organizacional, pois para muitos pesquisadores elas eram um espaço no qual os negros podiam projetar-se socialmente, com relativa autonomia. Além disso, elas registram o conjunto de peças integrantes dos inventários, que foram confeccionadas e adquiridas nos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, para as cerimônias religiosas realizadas no interior dos templos, bem como nas atividades litúrgicas externas, entre elas, as festas e as procissões.

Entre essas peças existem muitos exemplares ainda não estudados dentro do contexto e instâncias da História da Arte, como os rosários de Nossa Senhora do Rosário que, mesmo estando atualmente musealizados, ainda permanecem sendo usado nas cerimônias litúrgicas. Essas obras merecem, portanto, melhor entendimento de suas funções e informações mais aprofundadas de suas origens, de sua concepção artística, identificação de autoria e conhecimento das formas de aquisição, uma vez que grande parte deste acervo, anteriormente povoando seu local original e as residências de alguns membros das Irmandades, integrando hoje a coleção de objetos litúrgicos do Museu de Arte Sacra de Paraty.

Na década de 1920, este acervo, embora registrado em livros de Inventário para evitar dispersões, foi registrado também no Iº Livro de Tombo da Freguezia de N. Sra. dos Remédios da cidade de Paraty, iniciado em 26 de maio de 1924, pelo Vigário José Saurer (informação verbal)<sup>126</sup>, com autorização do Prelado da Diocese da Barra do Pirahy, D. José Maria Parreira Lara, na ocasião, Administrador Apostólico.

---

<sup>126</sup> Depoimento de João Apolônio dos Santos Pádua Neto, paratyense, concedido ao pesquisador em 19/02/2013. José Saurer, era oriundo da Alemanha, atuou como padre em Paraty na década de 1920, na ocasião substituindo antigo Padre da Paróquia, afastado por motivo de querelas com o Delegado de Polícia. Finalizando o processo e absolvido, este retornou a sua função de pároco. Neste momento, o Padre Saurer deixou a batina e casa-se com Cecília de Oliveira Netto, filha de Flósculo de Oliveira Netto, e tempos depois ficou viúvo, voltando a casar-se com Aparecida de Oliveira Netto, filha de Juvêncio de Oliveira Netto e Maria Eulália Peixoto Netto, prima da falecida, moradores da Rua do Rosário, em belo sobrado setecentista, em frente ao Paço Municipal. Trabalhou no Moinho Sul Fluminense em Angra dos Reis. Com a 2ª Guerra, em razão de ser

Neste segundo instrumento de preservação, o Vigário José Saurer (Figura 121), em correspondência trocada com os Arcebispos e Bispos do Brasil, documenta na abertura do livro Tombo, a importância do arquivo para registro de todo o movimento religioso:

Em todas as Paroquias haverá arquivo parochial em sala para isso destinada, na casa parochial ou sacristia da matriz e nelle se conservarão entre os outros livros, o livro do Tombo em que se lançarão o titulo ou jurisdição da parochia e demarcação de seus limites, as provisões dos Parochos e dos coadjutores, **o inventário das alfaias, objetos de ouro, prata e outros quaisquer bens móveis e imóveis** e seus títulos que pertencem à Igreja e sua fábrica, um histórico da mesma e das igrejas ou capellas existentes no seu território, quer sujeitos à jurisdição parochial, quer isentos della, os relatórios apresentados a Câmara eclesiástica, o movimento religioso e tudo mais que interessar o bem das almas, os decretos e provimentos das visitas pastorais; e em geral todas as provisões, portarias, despachos e quaisquer peças officiais registradas exclusivamente referentes à parochia e suas obrigações ou ônus (LIVRO TOMBO, I, 1924, p. 1, grifo nosso).

Na ocasião, chamou a atenção o documento, em sua visão possivelmente avançada para a época, destacando a importância da escrituração no livro de Tombo, no qual deveria ser registrado todos os atos emanados da autoridade diocesana, bem como todos os fatos que se referissem à vida íntima da paróquia, da diocese e mesmo os que se relacionassem com a vida civil.

Figura 121: Vigário José Saurer família em Paraty – 1938.



Fonte: Acervo de João Apolônio dos Santos Pádua Neto.

---

alemão, teve que ser demitido. Voltou para Paraty, lecionando Linguagem (Português) e Aritmética (Matemática) até após a guerra, conseguir um emprego como Contador na empresa AEG do engenheiro paratyense Gibrail NubileTannus em São Paulo, indo assim, com toda a família para fixar residência.

O Vigário destaca como isso deveria ser feito em dois parágrafos: no primeiro, afirma que o livro de Tombo deveria ser o histórico, a crônica fiel de todo o movimento paroquial, devendo ser nele registrado tudo o que a ela se referia, mesmo os fatos de aparência insignificantes, que no futuro poderiam ser de importância capital, o que incluía as correspondências oficiais entre o bispo e o pároco. No segundo parágrafo, que o Livro Tombo deveria ser reservado e escriturado pelo próprio Pároco, com sinceridade e verdade “*in fide parochi*”, sem referências pessoais ou apreciações desairosas e individualidades.

Finaliza esta solicitação à época, que nos soa tão atual, relatando:

Começo, pois *in domini Domini* o trabalho procurando daqui dalli dados etc., que convenha estar no Livro do Tombo pedindo perdoar meu pobre estylo, erros da língua porque não sou desta nobre nação generosa da Terra de Sta. Cruz [...] (I LIVRO TOMBO , 1924, p. 1v).

As questões que nortearam as pesquisas e o início do trabalho técnico envolveram o mapeamento dos dados levantados, conceitos, análises, necessidades, facilidades e os caminhos a serem percorridos que permitissem a construção de uma relação mais próxima com a comunidade de Paraty, detentora deste acervo, e seus visitantes, brasileiros e estrangeiros, que frequentam anualmente a cidade e o Museu. A população de Paraty, atualmente composta de 40 mil pessoas, apresenta-se bastante diversa, integrando várias comunidades tradicionais e uma significativa população rural, além dos núcleos urbanos, que ainda mantêm práticas tradicionais associadas ao catolicismo.

### 3.1. O Papel das Ordens Religiosas, Misericórdias, Confrarias e Irmandades

Na segunda metade do século XIV, despontaram na Europa, em especial na Itália, Espanha, França, Alemanha e Inglaterra, ideias que dariam origem a várias correntes espirituais e culturais, concretizadas pela prática da *Devotio Moderna*<sup>127</sup>. Estas correntes foram promovidas pelo clero secular, seguindo uma linha de pensamento concebida por

---

<sup>127</sup> A *Devotio Moderna* surgiu entre os Irmãos e Irmãs da Vida Comum, comunidade religiosa católica fundada por Gerard Groote (1340-1382) que pregava piedade pessoal e reflexiva, apoiada na Bíblia. Seu ideal e traços característicos ficaram conhecidos por Tomás de Kempis, no livro de meditações “*De Imitatio Christi = A Imitação de Cristo*”, entre 1420 e 1430, que foi baseado nos preceitos morais do Antigo e Novo Testamento, dividido em quatro livros; - Primeiro: avisos úteis para a vida espiritual; Segundo: exortações a vida interior; Terceiro: da consolação interior; Quarto: do sacramento do altar.

leigos instruídos. Os preceitos da religião, inseridos na *Imitatio Christi*, contribuíram para divulgar a *Devotio Moderna*, mais voltada para a devoção interior pessoal. Existiam também os “Livros de Horas”, indispensáveis às famílias mais abastadas, contendo as orações a serem ditas durante o dia, alguns deles, repletos de iluminuras. Considerada uma das mais notáveis literaturas de meditação, produzida numa época de transição da Idade Média, alguns autores mencionam que reformadores e místicos, como Teresa d’Ávila e João da Cruz, foram leitores adeptos.

Com o aparecimento da peste negra em 1348, desencadeou-se na Europa um grande “medo” do castigo de Deus e da iminência da morte, o que conduziu os fiéis à prática da penitência, realizando procissões, preces para as almas e um exagero nos cultos. Ocorreram também práticas da flagelação em cortejos públicos, cada vez mais consagrados ao Culto do Cristo da Paixão e a contemplação do crucifixo, muito difundido pelas Ordens Religiosas, cujo intento, após o Concílio de Trento, era combater o protestantismo.

Destaquem-se os terrores impostos por Jerônimo Savonarola aos habitantes de Florença, em 1490, em suas pregações, nas quais afirmava e semeava o caráter sobrenatural do qual era imbuído, encorajando os fiéis à conversão com suas premonições, pois, ao contrário, seriam amaldiçoados por um Deus vingativo. Após oferecer-se à prova pelo fogo Jerônimo Savonarola, desistiu da mesma, indicando em seu lugar um confrade, o que lhe levou à morte na fogueira em 1498.

Observamos na documentação estudada em Paraty, a permanência de formas tradicionais de comportamento e, principalmente, de religiosidade oriundas deste período, como as “Procissões de Penitência” que eram realizadas nas madrugadas da Quaresma, em Paraty, ainda na primeira metade do século XX, como a de 04/05/1924: “[...] em honra a São Sebastião e São Roque devido às inundações dos rios que ladeiam a cidade, ocasionando febres e doenças” (I LIVRO TOMBO, 1924, p. 20 v).

Na Europa medieval, o capital religioso foi extremamente forte, com a Igreja utilizando-se de uma linguagem que era, de certa forma, quase desconhecida do povo: dificultava-se o acesso aos instrumentos do culto, relegando ao monge um segundo plano hierárquico no poder de santificação, o que fez com que a salvação dependesse da recepção dos sacramentos, profissão de fé, muito mais que da obediência às regras morais, como afirma Bourdieu:

A Igreja encoraja esta forma de ritualismo popular que consiste na busca das indulgências: “as multidões do XI ao século XV tinham plena confiança na função do padre para a remissão dos pecados, seja no caso de

absolvição no sentido sacramental do termo, seja a absolvição dada aos defuntos, as indulgências concedidas sob certas condições e capazes de perdoar a pena, as peregrinações visando obter as “grandes indulgências” (BOURDIEU, 2011, p. 62 - 63).

O clero secular adquiriu força e status em sua atuação junto às confrarias e Irmandades, por meio da promoção dos cultos católicos. Em Portugal, os dominicanos já haviam propagado uma intensa atividade missionária desde o século XIII, principalmente à devoção a Nossa Senhora do Rosário e à recitação do terço. São Francisco de Assis, para perpetuar a devoção do terço, tornou-o obrigatório a seus frades menores.

Segundo Augusto de Lima Júnior, (2008, p. 90 – 92) como os dominicanos não fundaram conventos no Brasil coube aos frades franciscanos a evangelização dos negros africanos na devoção da Senhora do Rosário, razão pela qual entendemos a entronização das imagens de Santo Antônio e São Francisco (Figuras 122 - 123) nas peanhas do retábulo-mór da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Paraty.

Figura 122: Imagem de Santo Antonio  
Século XVII.



Fonte: Acervo MASDP.

Figura123: Imagem de São Francisco de Assis  
Século XVIII.



Fonte: Acervo MASDP.

Foi através do trabalho incansável dos mosteiros beneditinos, e das inseguranças e incertezas do homem medieval, que surgiram na Europa do século XV as primeiras

“Confrarias”, apelidadas de “fábricas”<sup>128</sup>. Estas “Confrarias” estavam direcionadas à caridade, na hora da morte, cuja união de auxílio mútuo em muito contribuíram para a assistência espiritual deste momento. Segundo Miceli: “Os diversos níveis institucionais e os diferentes grupos especializados – confrarias religiosas, sociedades secretas, tropas militares, hierarquias políticas, etc. correspondem a uma dada função, a um determinado objetivo” (MICELI, 2011, p. XXII).

Devemos assinalar que, muito antes do aparecimento das Confrarias, ainda durante a Idade Média, foram feitas reformas em instituições que praticavam assistência, dando origem às Misericórdias que, a partir de então, passaram a centralizar os mesmos serviços realizados pelos hospitais e albergarias; estas, vinculadas à ideia de caridade, tinham como destino abrigar viajantes pobres e peregrinos em suas peregrinações.

Ainda no reinado da Rainha D. Leonor de Aviz de Portugal (1458-1525), foi fundada em Lisboa, em 1498, a primeira Misericórdia, pela Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia, sendo sua difusão com as primeiras Confrarias, ocorrendo em 14 de março de 1499, através da recomendação de D. Manuel: “[...] em todas as cidades, vilas e lugares principais do nosso reino se estabeleçam confrarias” (BASTOS, 1934, p. 164 – 165).

Além do compromisso devocional das Confrarias, existia também o cuidado com o edifício da igreja e com sua manutenção, uma vez que estas eram sua sede, o que lhes permitia auxiliar os pobres, fazer caridade, fundar orfanatos e hospitais, prestar assistência aos presos e aos condenados à morte, nos sinistros cotidianos, em incêndios e inundações. Entre as benesses, o confrade adquiria amparo em tempos de doença e invalidez, assim como seu próprio sepultamento.

As Irmandades agregavam, inicialmente, irmãos de uma mesma profissão e devotos de um mesmo santo, que era o seu orago ou patrono. Sua vocação inicial era para ajuda entre os membros, dedicando-se também ao próximo, objetivando alcançar indulgências. Tornaram-se exclusivas a determinadas categorias raciais e sociais, agregando seus membros conforme sua cor e lugar na hierarquia social. Conforme relata Julita Scarano:

“[...] as irmandades religiosas do Reino, procuravam integrar toda a população, inclusive os representantes das raças exóticas como mouros, pretos e até índios que afluíssem eventualmente a Portugal. Desde os primórdios tentou-se sujeitá-los ao catolicismo e a irmandade foi, para tanto, um dos meios mais eficazes [...]” (SCARANO, 1975, p. 26).

---

<sup>128</sup> Entidade que representa oficialmente a Igreja, em todos os assuntos de Ordem Administrativa.

Em Portugal, o culto a Nossa Senhora do Rosário foi instituído em 1475, através de confrarias com Capela própria, em Lisboa, “[...] nos conventos de São Domingos, São Salvador, Graça, Santíssima Trindade e Santa Joana, disseminando-se também pela África, América e Ásia, com presença marcante em Goa e Macau” (BORGES, 2005, p. 49). Os dominicanos tiveram destaque com as associações instaladas em seus conventos, recebendo também os negros recém chegados da África, que, posteriormente, vieram a formar sua associação própria. Inicialmente, esta prática do culto católico era realizada juntamente com os brancos, como veremos adiante com as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Paraty, que também foram aliadas no ideal de ajuda ao pobre, permanecendo nas Irmandades na época moderna.

No Rio de Janeiro encontramos referências de que as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos homens pretos já estavam instaladas na Sé Velha<sup>129</sup> desde o ano de 1646, no Morro do Castelo – a atual igreja dos oragos, foi edificada no dia 26 de junho de 1773.

### 3.2. O Rosário: objeto de devoção pessoal

“Os objetos dizem em silêncio outra coisa diferente do que dizem”.

(Foucault, 1979, p. 78).

Símbolo de oração e interlocução direta com Deus, o Rosário de Nossa Senhora, cuja palavra deriva do latim *rosarium*, significando “campo de rosas”, flor esta de forte simbolismo cristão”, ligado à Virgem Maria, simbolizando suas alegrias. Denominado também de “*Saltério*”, o rosário é composto de 150 Ave Marias e de 15 Pai Nossos, que estão inseridos entre cada uma das dez Ave Marias, havendo, ainda, três Ave Marias e uma Salve Rainha. Integra o mesmo, “15 Mistérios” intitulados: Gozosos, Dolorosos e Gloriosos. A Ordem Franciscana também instituiu a prática do Rosário designado por “Coroa Seráfica” ou “Coroa das Sete Alegrias de Nossa Senhora”, fazendo referência aos sete Mistérios Gozosos.

---

<sup>129</sup> O documento faz referência ao Alvará de 19 de janeiro de 1700, para confirmação do seu Compromisso em Lisboa em virtude de haver desencaminhado por ocasião da invasão Francesa (ARQUIVO NACIONAL, RJ, 1815, cx. 290, pac. 03, doc. 30).

O uso do Rosário e sua repercussão na Europa foi legitimado como um dos momentos de destaque da devoção cristã: o Milagre da Revelação do Rosário a São Domingos de Gusmão, em uma aparição da Virgem Maria, durante a preparação para defrontar a heresia albigense (1170-1221), que vinha queimando igrejas, profanando as imagens dos santos, perseguindo os católicos e espalhando o terror no sul da França. A consagração definitiva do Rosário ocorreu por ocasião da batalha naval de Lepanto, vencida pela cristandade no dia 07 de outubro de 1571, data que levou à instituição da Festa de Nossa Senhora do Rosário pelo Papa Pio V.

Segundo José Ramos Tinhorão, o catolicismo sempre esteve associado às comunidades negras por meio das “exterioridades do culto”, relatando que os negros elegeram Nossa Senhora do Rosário para padroeira, devido ao estabelecimento de relação direta entre o Rosário de Nossa Senhora e o Rosário de Ifá, afirmando: “havia quase um século que, em Portugal, o rosário da Virgem – tão semelhante ao rosário de Ifá dos próprios africanos – atraía os mais de nove mil escravos recenseados em Lisboa naquele mesmo ano de 1552”<sup>130</sup> (TINHORÃO, 2012, p. 107 – 108).

O Rosário de Ifá ou Ôpelè – Ifá, espécie de colar aberto, montado em um fio trançado de palha-da-costa ou de algodão, tem pendentes oito metades de fava de opele, sendo instrumento divinatório dos tradicionais sacerdotes de Ifá, responsáveis pelos rituais de iniciação, nos quais tudo dependia de sua orientação, não deveria nada escapar a seu controle, pois eram encarregados de “olhar a sorte”, ocupando lugar de destaque na vida das comunidades negras na África.

Existem modelos mais recentes de Ôpelè–Ifá confeccionados em correntes de metal intercaladas com vários tipos de sementes, moedas ou pedras semi-preciosas. Estes objetos “de devoção pessoal”, uma vez atados em uma corrente divinatória é associado ao Rosário de Nossa Senhora, remetendo em suas características ao elemento que fazia ligação diretamente a Deus, aquele que pleiteava seus pedidos, não necessitando de intermediação. Verificamos que o processo divinatório entre os iorubas, ocorre através de duas formas: com a consulta aos búzios e através do rosário de Ifá, o Ôpelè-Ifá.

---

<sup>130</sup> A participação dos escravos africanos na Confraria de Nossa Senhora do Rosário em Portugal, é historiada pelo autor em seu livro. Os negros em Portugal: uma presença silenciosa (Lisboa, Editorial. Caminho, 1988). A estatística sobre os escravos negros em Lisboa é de João de Buarcos Brandão, Tratado da magestade, grandeza e a bastança da cidade de Lisboa na 2ª metade do século XVI – Estatística de Lisboa de 1552, Lisboa, Arquivo Histórico Português, 1923, t. 11. TINHORÃO. Os sons dos negros no Brasil. Contos, danças, folguedos: origens. São Paulo: Editora 34, 2012, p.107 e 108.

Após as reflexões que aqui elaboramos e através de análise do acervo *in locu* identificamos três Rosários (Figuras 124 - 125), que adornam a imagem do orago abrigada no interior do nicho do retábulo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Paraty, também usados durante as procissões e que constam do Inventário dos Bens existentes e pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Paraty, assim descritos de forma constante: “1 Rozário de Contas de Ouro com quinze mistérios e borla – Cruz e laço de Ouro com 29 oitavas; 1 Dito de vidro Cor de vinho enfiado em hum cordão de Ouro com Cruz e Crucifício tudo de Ouro pezando 12 oitavas; 1 Rozario de contas de marfim” (LIVRO DE INVENTÁRIO, 1870 – 1924, p. 1 v.).

Figura124: Rosários da Imagem de N. S. do Rosário  
Século. XVII/XVIII e XIX - marfim, ouro e vidro.



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Figura125: Detalhe do Rosário de marfim



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Em 1924, esta informação aparece no I<sup>o</sup> Livro Tombo, fazendo referência a sua localização “no pescoço da imagem”<sup>131</sup>. Em Certidão extraída do Livro de lançamento das Capellas existentes em Paraty, consta o “rosário de marfim” entre diversos objetos pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário<sup>132</sup>.

Chama atenção pelas características e técnicas de fatura apresentada o “Rosário de contas de marfim”, peça datável do final do século XVII, com as contas em forma de búzios esculpidos, com decoração fitomorfa e douramento muito sutil, possivelmente, o primeiro Rosário da imagem, visto que esta imagem é datável da primeira metade do século XVIII –

<sup>131</sup> No I Livro de Tombo da Freguezia de N. Sra. dos Remédios da cidade Paraty, 1924, p. 11, estão registradas estas informações.

<sup>132</sup> Certidão extraída do Livro de Lançamento das Capellas existentes na cidade de Paraty, do Cartório do 2<sup>o</sup> Ofício da Comarca de Paraty, Estado do Rio de Janeiro, 1931, p. 9 - 10. O original do Livro encontra-se desaparecido.

distinto dos Rosários em ouro possivelmente confeccionados, em data posterior, por ourives europeus e na sua forma tradicional.

Na folha de rosto do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da freguesia de Barbacena, região de São João Del Rey, Minas Gerais – datado de 1809, obra de Lupoli S. Biagio – identificamos, também, que no lugar do crucifixo, no início do Rosário, há um búzio, elemento usado para consulta do destino nas comunidades africanas, como foi mencionado acima (Figura 126). O registro em papel, da imagem de Nossa Senhora do Rosário, venerada na Vila de Mambucaba, vizinha a Paraty e Angra dos Reis, não possui este elemento simbólico (Figura 127).

Figura 126: Folha de rosto do Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário de Barbacena-MG.



Fonte: Acervo do arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, MG, COD. 53.

Figura 127: Registro de N. S. do Rosário que se venera em Mambucaba.



Fonte: Acervo do Autor.

No Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, datado de 1868 a 1904, entre as despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Cidade de Paraty – sendo Thezoureiro Antonio José de Avelar, de dezembro de 1883 a fevereiro de 1888, constatamos que em março de 1884 no “Transporte das Despesas” foi registrado “o valor de 320 réis, importância da compra de 1 Cruz p<sup>a</sup> o rosario de marfim” (LIVRO DE RECEITA E DESPESAS, 1866 – 1904, p. 85).

Neste mesmo livro, também verificamos que, durante todo o século XIX, as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Paraty se esmeraram e empregaram seus poucos recursos na aquisição de objetos litúrgicos, na encarnação de imagens e em objetos de iluminação, como lustres, arandelas, mangas de vidro e globos para tentar amenizar a precária iluminação a velas, e alguns serviços de obras físicas, que eram intitulados em seus recibos e registros nos livros de Termos de Eleição e Posses, como “aformoseamentos”.

Ao tratar dos bens culturais, objetos materiais e da reinterpretação do produto cultural e sua qualificação como “Bem Cultural” – atribuição de valor, juízo elaborado pelo campo cultural, consignando-o como elemento possuído de caráter diferencial – Lima ajuda-nos a entender melhor, quando salienta que “ao distingui-lo deste modo, torna-o **“especial”** e em posição de destaque perante os demais objetos da mesma natureza, emprestando-lhe sentido de **“excepcionalidade”** (LIMA, 1997, p. 36, grifo do autor).

Ancorado nas informações acima e conforme a pesquisa realizada, pudemos identificar um possível sincretismo, integrando novos elementos, com tendência para reordenação conforme novas significações. Ao longo de nossas observações do acervo e com o aprofundamento das pesquisas, percebemos os significados construídos através dos próprios objetos e, embora hoje musealizados, constatamos que muitos desses objetos foram ressignificados, lhes sendo atribuídos novos sentidos, embora para a concretização da musealização tenha sido envolvida a institucionalização, conforme assinala Gonçalves:

Na medida em que os objetos materiais circulam permanentemente na vida social, importa acompanhar descritiva e analiticamente seus deslocamentos e suas transformações (ou reclassificações) através dos diversos contextos sociais e simbólicos: sejam as trocas mercantis, sejam as trocas cerimoniais, sejam aqueles espaços institucionais e discursivos, tais como as coleções, os museus e os chamados patrimônios culturais [...] (GONÇALVES, 2007, p. 15).

É importante destacar que muitas são as possibilidades de leitura e de interpretação dos objetos em Museus, verificando-se que a mais instigante é entender o “objeto museológico como documento”, uma vez que, ao passar pelo processo de musealização, perdem sua função de uso ao serem incorporados aos acervos museológicos, passando a existir como testemunhos.

No caso dos objetos do Museu de Arte Sacra de Paraty, estes bens materiais permanecem saindo da Reserva Técnica, da Vitrine-Cofre e dos espaços expositivos do Museu para integrar os retábulos, as imagens, o trono da Casa do Festeiro, cidadão da

comunidade paratyense, durante os dez dias de festa, quando irão adornar o Rei e Rainha de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, por ocasião da Coroação, bem como em participações nos cortejos e procissões. Ao tratar dos atributos dos bens materiais, Gonçalves afirma que:

A noção de patrimônio confunde-se com a de propriedade. A literatura etnográfica está repleta de exemplos de cultura nas quais os bens materiais não são classificados como objetos separados de seus proprietários. Esses bens, por sua vez, nem sempre possuem atributos estritamente utilitários. Em muitos casos servem a propósitos práticos, mas possuem ao mesmo tempo, significados mágicos-religiosos e sociais (GONÇALVES, 2007, p. 110).

Neste sentido, fica claro que além da natureza econômica, moral e religiosa, estas são partes inseparáveis de totalidades sociais, que transcendem a condição de indivíduo.

### **3.3. As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e São Benedito dos Homens Pretos de Paraty**

Datam do século XVIII as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e de São Benedito dos Homens Pretos de Paraty, cujo objetivo fundamental era o de reunir os negros em local próprio, amparando-os, inclusive após a morte, enterrando os que não tinham Irmandade, como já faziam os brancos. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário foi fundada em 20 de agosto de 1750 e teve seu Compromisso confirmado pelo Procurador Geral da Mesa de Consciência e Ordens em 17 de maio de 1768 (Anexo I).

Nas Memórias Históricas do Rio de Janeiro, datadas de 1820, José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, nos deixa ainda o segundo relato:

2º - de N. Senhora do Rosário, levantada pelo mesmo tempo da antecedente, a requerimento de Manoel Ferreira dos Santos, e seu irmão Pedro Ferreira dos Santos, que zelosos do culto d'esta Senhora, lhe fizeram patrimonio em oito moradas de Casas, e três e meia braças de chaons, para sua subsistencia. Ao cuidado de uma Irmandade, erecta à 20 de Agosto de 1750, está a conservação do Templo, que se reedificou no anno de 1757 ou pouco mais [...] (ARAUJO, 1820, p. 28).

No livro de lançamento das Capellas existentes em Paraty, consta o assentamento da “Capella de Nossa Senhora do Rosário”, deixando registrado que havia sido construída a mais de “hum século com esmolos sob administração e proteção dos finados Manoel

Ferreira dos Santos e Pedro Ferreira dos Santos, não se encontrando provisão de sua criação<sup>133</sup>. O primeiro, aparece em Registro de Carta de Sesmaria datada de 15/06/1711, ao lado de Manoel Muniz, “como morador no deztrito da Villa de Paraty” (RAMECK e MELLO, Vol. 2, 2011, p. 8 – 9 – 10).

A Irmandade de São Benedito dos Homens Prettos de Paraty teve seu Compromisso encaminhado para confirmação em 29 de Janeiro de 1814 (Anexo J), embora sem estatutos, já instalada na Capela de Nossa Senhora do Rosário da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, conforme verificamos:

Nos, o Juiz, Procurador e mais Irmãos e Mordomos, que este prezenteanno servimos a Confraria de S. Benedito dos Pretos da Freguezia de Nossa Senhora dos Remedios da Villa de Parati, desejando q. esta Santa Irmandade se augmente no Serviço a Deos, e tenha estatutos, pelos quais se governe, e saiba cada hu dos Irmãos as obrigações, que lhe competem; para que assim se sirva ao Glorioso S. Benedito, q. veneramos e exercitamos seu maior culto, e veneraçõens, q. puder ser, com as nossas devotas assistências, e demonstraçoens desta Santa Irmandade para maior gloria de Deos, e do Glorioso S. Benedito, ordenamos os estatutos seguintes, para que com a aprovação de S.A.R. o Principe Regente Nosso Senhor que Deos guarde, possão ter validade perpetua (COMPROMISSO, 1814, p. 3).

O documento acima é bem revelador, ao ser encaminhado para confirmação, cita as nomenclaturas, “Irmandade” e “Confraria”, que embora na prática tenham funções similares, apresentam diferenças em seus aspectos legislativos e organizacionais. É muito comum encontrá-las nas fontes dos séculos XVIII e XIX, bem como encontrar distinção entre Irmandades de “devoção” e de “obrigação”, sendo as de “obrigação”, estruturadas com estatuto, livros de registros e constituição da Mesa do Ano Compromissal. As Irmandades de “devoção” estavam isentas destas formalidades e as de “obrigação”, submetiam-se às jurisdições tanto eclesiástica como secular.

A folha de rosto do Compromisso desta Irmandade é ilustrada com pintura datada do século XVIII, tendo ao centro a figura de São Benedito, inspirada na imagem retabular e processional, orago da Irmandade, inserida em bela cartela de gosto rococó, encimada pela coroa real de Nossa Senhora do Rosário, em alusão ao sinal da salvação alcançada, separando o terrestre do celestial, o humano do divino (Figura 128).

---

<sup>133</sup> Certidão extraída do Livro de Lançamento das Capellas existentes na cidade de Paraty, do Cartório do 2º Ofício da Comarca de Paraty, Estado do Rio de Janeiro, 1931, p. 9 - 10. O original encontra-se desaparecido.

Figura 128: Folha de Rosto do Compromisso da Irmandade de São Benedito de Paraty-RJ.



Fonte: Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro.

Segundo Boschi, nas ordenações do Reino, as associações leigas já eram definidas em seus aspectos jurídicos:

Ali se estabeleceu a distinção entre os sodalícios “fundados e instituídos por autoridades e consentimento dos prelados” e aqueles “fundados por leigos simplesmente” sendo também por estes administrados. Os primeiros são chamados eclesiásticos, os segundos, seculares (BOSCHI, 1986, p. 15).

Em ligeiro esboço sobre o Distrito e a Vila, no artigo intitulado “Paraty no Anno da Independência” – V, Samuel Costa relata a prosperidade e o prestígio que desfrutavam o clero e a grande massa da população com o culto católico, através da educação ou ausência de outro culto ou seita e que:

Já contava a Vila em 1822 com as Irmandades do Santíssimo Sacramento, de N. S. dos Remédios, de N. S. dos Passos, de S. Roque, de Santa Rita, das Almas, de S. Benedito e a Confraria de N. S. do Terço. A mais importante era a do Santíssimo. Últimamente é que se organizou a irmandade de N. S. das Dores, que era então uma “simples” devoção administrada economicamente pela Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos. Quase todas tinham bens imóveis, inclusive a “devoção” das Dores, que tinha “moradas” de casas na vila. Raro era aquele que não estava filiado a alguma ou algumas delas [...] (A RAZÃO, 1922, p. 1 - 2).

Embora no início do artigo tenha sido feita referência à fundação da Capela de Santa Rita pelos “homens pardos libertos”, sob a invocação do Menino Deus, Santa Rita e Santa Quitéria e sua conclusão pelos “devotos brancos”, observamos que o autor não mencionou a Irmandade do Rosário em 1822. Afirma que:

“[...] a devoção dos homens “pardos” teve origem, sem dúvida, por emulação das irmandades dos “brancos” que era por excelência a de N. S. dos Remédios, (Padroeira) e a de São Benedito, na Capela do Rosário, constituída pelos “negros”. Os pardos fraquejaram, e nem puderam concluir a obra que iniciaram, mas persistem até hoje as irmandades dos brancos e dos pretos, embora hajam pretos, brancos e pardos em todas elas [...] (COSTA, A Razão, 1922, nº 24, p. 1 - 2).

Como se pode observar, há um fato inédito, que verificamos nos Compromissos estudados, como veremos adiante, embora a Irmandade do Rosário seja intitulada “dos Pretos” e São Benedito também seja dos “Homens Pretos”, ambas aceitavam brancos em sua composição e, como estavam previstos nos estatutos, com os cargos que lhes eram atribuídos.

Em sua estrutura organizacional, estas irmandades possuíam cargos distintos que eram distribuídos em eleições e regidos pelo Compromisso. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Paraty agregava o cargo de um Juiz e uma Juíza, um escrivão, um tesoureiro, dois procuradores na Vila, um nas “roças”, um em cada bairro, um andador morador da Vila e quatro irmãos e quatro irmãs de mesa. Além destes, havia um Rei e uma Rainha negros.

Nas vésperas da Festa de Nossa Senhora, na primeira oitava do Natal, com a presença de todos os irmãos da Irmandade na Capela, era feita pelo Juiz e Escrivão uma nominata com três nomes de propostas para os cargos de Juiz, Juíza, Procurador, Andador, Escrivão e Tesoureiro. Em segredo, cabia ao Juiz realizar a eleição, perguntando a cada um dos Irmãos o seu voto e, no caso de empate, este emitia a sua decisão.

O Escrivão e Thezoureiro deveriam ser homens brancos<sup>134</sup>, “sem inclinação de consciência e desocupados”. O cargo de Juiz era o de maior importância, bem como o de Thezoureiro, identificado como de “muita consideração”, porque dele dependia a conservação dos bens da Irmandade e da Fábrica. Existiam também os cargos de Juiz e Juíza pretos, que no dia da Festa contribuía: o Juiz com dez patacas<sup>135</sup>, a Juíza com cinco

---

<sup>134</sup> Esta função era reservada aos brancos, pois o escravo não tinha personalidade jurídica, não poderia exercê-la.

<sup>135</sup> Pataca, moeda antiga de prata que valia trezentos e vinte réis.

e o Rei e a Rainha, com quatro mil e oitocentos réis cada um. Na documentação estudada, verificamos que em 1847, o cargo de Tesoureiro da Irmandade foi ocupado pelo Padre Manoel João Antonio da Cunha; de 1848 a 1849, por Francisco José Barbosa; de 1850 a 1865 por Padre José Matheus Alvares Veludo, sendo que, a partir desta data, passaram a ocupar o cargo pessoas de destaque na cidade, algumas delas, possuindo a patente de Major e Capitão.

A Irmandade de São Benedito agregava os cargos de Juiz, Escrivão, Tezoureiro, Procurador e Mesários, aparecendo também o de “Mordomos”. Observamos certa flexibilidade em seu Capítulo 1º do Compromisso da Irmandade de São Benedito, agregando Irmãos Pretos de ambos os sexos, tanto libertos como escravos, assim como a admissão por “Irmãos todos os homens e mulheres brancas de todas as classes, que quizerem ser, assignando termo no livro competente, e sujeitando-se huns, e outros ás obrigaçoens deste Compromisso” (COMPROMISSO, 1914, p. 3 v.). Observamos também, a ocupação de cargos por “devoção” e “promessa”, também presentes nos Termos de Eleições da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, cuja estrutura de eleições apresenta similaridades com as do Compromisso da Irmandade de São Benedito.

No ambiente setecentista, além das obrigações terrenas, havia uma constante preocupação com a passagem do mundo dos vivos para o mundo celestial e, neste caso, a igreja representava o portal do paraíso, fato este comprovado nos testamentos deixados por brancos e negros, como o de João Dias, preto forro, datado de 29/05/1791 “Meo corpo será amortalhado em pano de Linho e Sepultado na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, de quem sou irmão e acompanhado da mesma Irmandade, e do seo Reverendo Pároco” (RAMECK e MELLO, vol. 2, 2011, p. 81 – 82).

Diante do exposto, podemos dizer que estes rituais contribuíram para a ressignificação das diversas culturas negras vividas no Brasil, diferente do que ocorreu com seus antepassados.

## **4. REI E RAINHA NUNCA PERDEM A MAJESTADE.**

Branco e negro estavam integrados nas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e na de São Benedito dos Homens Pretos de Paraty, mantenedoras de grandes e fortes elos entre os irmãos, criadas, segundo a tradição medieval das Confrarias, para garantir a estabilidade social, através da proteção divina, propagação da vida espiritual, educação religiosa e, como ação permanente, assistência nas moléstias aos irmãos enfermos e também na morte. Segundo Burque, nas tradições das confrarias da Europa central, especialmente ao sul da Alemanha, era um costume observado pelos pastores, “escolher seu rei e sua rainha, banquetear-se e dançar suas danças próprias” (BURQUE, 1989, p. 59 – 60) no dia da festa em que homenageavam seus santos.

### **4.1. A Origem das Festas de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.**

As festas em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, foram instituídas pelo Papa Pio V, no dia 07 de outubro, nas igrejas que abrigassem Confrarias do Rosário, em comemoração à vitória da batalha de Lepanto, em 1571. Em Lisboa, a festa já era celebrada na Confraria do Rosário na Igreja de São Domingos, em meados do século XVI, disseminando-se depois pela África. Segundo Ribeiro, “a festa já estava presente no Brasil, no século XVII, introduzida pelos jesuítas” (RIBEIRO, 1960, p. 684). As confrarias reproduziam nas colônias os rituais comuns em Portugal, com toda complexidade coreográfica que eles comportavam, mesclando ao culto católico elementos das culturas de origem africana.

Entre os rituais da festa, destaca-se a “prática de coroação de Reis e Rainhas do Congo”, o que é confirmado por um irmão do “Rosário da Igreja de Santa Joana em Portugal, ao cronista Ribeiro Guimarães” (BORGES, 2005, p. 1774 – 175). Borges salienta que o surgimento da prática da coroação de reis e rainhas nas confrarias do Rosário divide os especialistas. José Ramos Tinhorão, ao estudar o negro em Portugal, associa o aparecimento dessa “eleição” dos reis à criação, em 1551, de uma representação política do soberano do Congo, “promovida por D. João III, com o objetivo de levar a Roma uma embaixada, e mostrar ao Papa a submissão e adoção do catolicismo por aquele povo

africano” (TINHORÃO, 1988, p. 143, apud BORGES, 2005, p. 174), verificando-se aí o empreendimento de uma missão no Congo, objetivando manter relações comerciais com a África.

Como já foi mencionado acima pelos autores, estes apontam para um contexto em que os negros já apresentavam suas danças nas festas oficiais, reafirmando, desta forma, o poder do Império português sob territórios distantes, incorporados à Coroa, por meio de relações comerciais, diplomáticas e pela evangelização. Como estratégia política dos reis de Portugal, “os irmãos passaram a eleger uma realeza do Congo, agregando a isso, outros significados simbólicos” (BORGES, 2005, p. 176).

Diana Farjalla Lima, ao tratar das diferentes áreas de significação da realidade, demarcadas pelas fronteiras do conhecimento, institucionalizadas no universo cultural e fundamentados no poder simbólico, nos ajuda a entender melhor:

“[...] é um sistema de poder que delimita (protege) o conhecimento de um espaço do saber, determinando a “propriedade” de um enfoque especializado que, deste modo, formaliza-se como marca de “distinção”, isto é, “posição” da diferença indicativa da exclusividade de um espaço do conhecimento [...] (LIMA, 2010, p. 3).

Uma vez que as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e de São Benedito dos Homens Pretos agregavam homens e mulheres de etnias distintas, para escolha de um rei e de uma rainha e, conseqüentemente, de sua “autoridade”, havia a necessidade de um processo de trocas simbólicas, entre universos culturais diferentes.

## 4.2. As Festas de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito em Paraty

“Era o que dava brilho ou ruído de festas às ruas das antigas cidades do Brasil: a religião. A religião dos pretos com suas danças, a dos brancos com suas procissões e Semana Santa”.

(Gilberto Freire, 1977, p. 43).

A documentação pesquisada aponta para a realização das Festas de Nossa Senhora do Rosário em Paraty, no dia 26 de dezembro, 1ª oitava do Natal, em sua Capela, com Missa Cantada<sup>136</sup>, sermão na forma de costume e procissão à tarde. Verificamos que eram

---

<sup>136</sup> Missa cantada: Missa com o canto de várias partes (*Kyrie, gloria, credo, sanctus, benedictus, agnus/intróito, gradual, aleluia, ofertório, comunicic/epístola, evangelho, prefácio, Pater Noster, Ite, missa ert*) cantadas pelo

constantes os gastos com a conservação do templo, havendo referências a despesas com “pinturas”, limpeza à volta do prédio, incenso, foguetes, cera, tocha, vinho, hóstias e ornamentação. Conforme o Compromisso, também eram rezadas as “Missas de Capellania em hum Domingo de cada mez, no decurso do anno pelos Irmãos da Irmandade e irmãos falecidos” (LIVROS DE RECIBOS, 1847 – 1914, p. 7 v.). Para maior brilho, além dos gastos mencionados, às vezes, pagava-se o aluguel de objetos que a Irmandade ainda não havia adquirido, como banquetas<sup>137</sup>, tecidos, paramentos, sacras etc.

Constatamos, também, que havia encomendas de cartuchos de doces para os anjos, de assados, empadas e vinho para o padre e para a festa, assim como o pagamento de música, sendo esta dividida entre: o acompanhamento das cerimônias litúrgicas e do Te Deum<sup>138</sup>, “orquestras” e “bandas” para as procissões. Outro fato importante também observado foi a referência à “armação do Dossel” para o “Rei e Rainha”, nas festas que presidiam o Ano Compromissal da Irmandade.

Embora em um período ritualmente demarcado do ciclo anual, essas festas iniciavam-se no dia 03 de dezembro, quando era erguido um “mastro” pintado de azul e branco, encimado pela bandeira das duas Irmandades com as efígies da Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, uma de cada lado, inspiradas nos registros de santos, feitas em papel muito usual no século XIX (Figura 129) e encomendados pelas Irmandades<sup>139</sup>.

O Recibo nº 32, do Livro de Recibos e Eleições da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, menciona apenas “metade” da pintura, pois a outra metade (face) da bandeira fora paga pela Irmandade de São Benedito dos Homens Pretos. Isto ocorreu também em relação a despesas com objetos em prata, como turíbulos, navetas, entre outros.

---

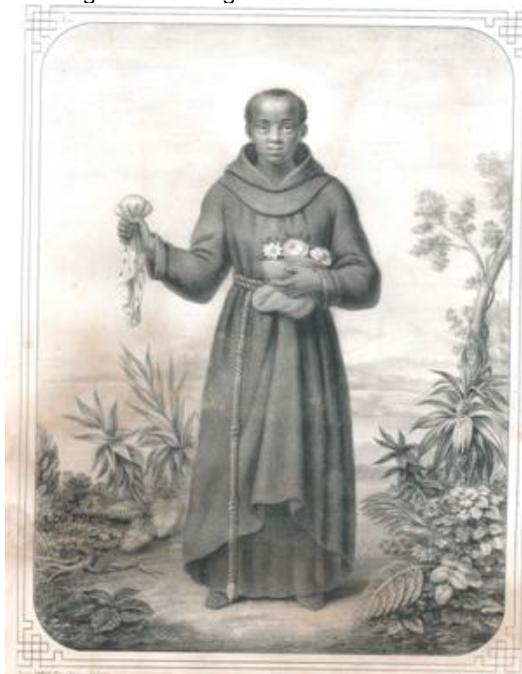
padre, ministros e cantores. Presença de orquestra. Não funcionam o diácono e o subdiácono. Na banquetta, quatro velas acesas. Missa solene: Missa com várias partes cantadas, oficiada por um presbítero assistido de diácono e subdiácono, e ainda cerimoniário, ceroférários (portadores de velas) e turiferário (turíbulo de incenso) (cf. RODRIGUES, Fábio Carneiro. Glossário de Arquiv. Ouro Preto: UFOP/DELET, 1995).

<sup>137</sup> Conjunto de castiçais, geralmente em número de seis e um crucifixo ao centro, para o degrau estreito e comprido acima da mesa do altar, chamado banquetta, o mesmo que predela.

<sup>138</sup> *TE DEUM LAUDAMUS* “A vós, ó Deus, louvamos”. Trata-se de um hino litúrgico tradicional de agradecimento, com texto que foi musicado por vários compositores, lamentavelmente, ainda não conseguimos localizar as partituras escritas para as festas de Paraty.

<sup>139</sup> Em 08/01/1903, o “artista e dourador” João de Freitas Magalhães, recebeu do Snr. Victor Paulino dos Santos, Thesoureiro de N. S<sup>ra</sup> do Rozário a quantia de cete mil cete centos e cincoenta reis mettade da pintura da bandeira do mastro. Livro de Recibo e Eleições da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 1847-1914, p. 58. Esta peça integra a coleção do Museu de Arte Sacra de Paraty.

Figura 129: Registro de São Benedito.



Fonte: Acervo Valdemiro Braz da Conceição.

As festas da Irmandade de São Benedito dos Homens Pretos de Paraty, embora atuando em um mesmo espaço, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, realizava-se no dia 27 de dezembro, com Missa Cantada, Sermão na forma do costume e procissão à tarde. Na documentação pesquisada até o momento, verificamos que seus gastos apresentam semelhanças com os da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

Além da aquisição de cera, ornamentos, vinho, foguetes e armação do andor, estavam presentes “cartuchos de doces para os anjos e a encomenda de ‘doces finos’ que vinham para as duas Irmandades do Rio de Janeiro” (LIVRO DE RECIBOS, 1814 – 1884, p. 27 v.). Os atos litúrgicos eram realizados no retábulo lateral do orago, localizado no lado do Evangelho<sup>140</sup> desta Igreja, constatando-se assim a hierarquia superior do branco na pirâmide social local, o que se refletia na ocupação do espaço arquitetônico.

A sobrevivência das Irmandades dependia de suas fontes de renda, que seriam capazes de levá-las a um grande desenvolvimento e poder. Um dos meios utilizados para isso era a contribuição pessoal quando da entrada na Irmandade, pelo pagamento de “joia”, mesadas e anuais, além de doações, aluguéis<sup>141</sup>, legados em testamento, como as quatro

<sup>140</sup> Lado da nave das igrejas onde se lê ou se canta o Evangelho, do grego: Boa Nova. É o lado esquerdo de quem olha para o altar.

<sup>141</sup> A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Paraty, tinha usufruto em rendimentos de aluguéis de uma casa à Rua D. Geralda, nº 59, cuja legatária foi D. Maria Izidora da Silva, em 1895.

apólices deixadas pela Sra. Geralda Maria da Silva, benfeitora da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios à escrava Manoela, irmã de Nossa Senhora do Rosário, que ao falecer foram cedidas à referida Irmandade, segundo narra o documento: “respeitando-se os desejos da testadora e minhas crenças religiosas”<sup>142</sup>. O valor das importâncias relativas às joias e anuidades dependiam dos cargos ocupados e do poder econômico dos que integravam a Irmandade, bem como o que estava registrado em seu Compromisso (Anexo K).

Os sufrágios, constantes dos estatutos e compromissos, consistiam em missas que a Irmandade mandava celebrar, após o falecimento de um de seus membros, sendo anotado, no Livro de Entrada de Irmãos, como “sufragado”, após sua morte. A quantidade variava conforme a hierarquia e posses da Irmandade. São constantes os recibos de pagamento das missas pelos irmãos vivos e defuntos, missas de esmolas, nos permitindo verificar integrantes e proprietários de escravos pretos e forros, bem como sua etnia, conforme registros nos livros consultados.

Cena muito comum no cotidiano setecentista, oitocentista e mesmo no início dos novecentos, embora ainda realizadas na atualidade, essas contribuições ocorriam somente nas vésperas das festas do Divino Espírito Santo e de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito: são as “esmolas”. Registradas por pintores como Debret, Chamberlain, entre outros, as “esmolas” consistiam na angariação de dinheiro pelos fiéis e escravos, para o que utilizavam pequenos oratórios, chamados de “esmoler” ou “caixinha”, levados pelos membros das Irmandades e fiéis, ou das bolsas em tecido, nas quais eram fixadas as estampas ou medalhas de prata<sup>143</sup>, (Figura 130) com a efígie do Santo da Irmandade, objetivando identificar para qual finalidade estavam esmolando.

Dentre estes registros está a célebre obra de Jean-Baptiste Debret “Coleta para a manutenção da igreja de Nossa Senhora do Rosário em Porto Alegre” (c. 1828), representando o recolhimento de donativos em um domingo, à porta da Igreja do Rosário, no Rio Grande do Sul, com a presença do Rei, Rainha e seus pajens (Figura 131).

---

<sup>142</sup> No Livro de Termo de Concordata da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Paraty. 1850 - 1904, p. 38 v. é possível verificar os tramites deste processo.

<sup>143</sup> Recibo 7º - Pagamento de “11\$000, de huma estampa de prata para a bolsa”. Livro de Recibos e Eleições da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 1847-1914, p. 8.

Figura 130: Medalhas de Bolsa de esmoler, a Terceira da esquerda para a direita, pertence a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Paraty.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

Figura 131: Coleta para manutenção da Igreja do Rosário no Rio Grande do Sul.



Fonte: Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, Jean Baptiste Debret, p. 259.

Uma curiosidade era o fato de, em 1820, haver registros de esmolas também conseguidas pelos escravos, através da venda de aguardente, conhecidas como “esmola da aguardente”<sup>144</sup>, possivelmente, provenientes da produção dos engenhos, que era escoada pelo mesmo porto de escoadouro da exploração aurífera. A prática da agricultura e sua expansão em terras paratyenses, com a valorização da exploração do açúcar no mercado internacional, recebeu grande impulso, o que resultou na instalação de diversos “engenhos” e “engenhocas” pertencentes a inúmeros proprietários na região.

Um sistema de práticas e crenças está fadado a surgir como magia, visando objetivos concretos e específicos, parciais e imediatos, explicado por Bourdieu:

“[...] estão inspiradas pela intenção da coerção ou de manipulação dos poderes sobrenaturais (em oposição às disposições propiciatórias e contemplativas da “oração”, por exemplo), e por último, encontram-se fechadas no formalismo e no ritualismo do toma lá da cá [...] (BORDIEU, 2011, p. 45).

Estes traços têm fundamento nas condições de existência dominadas por uma urgência econômica, razão pela qual se manifestam nas sociedades e nas classes sociais desfavorecidas do ponto de vista econômico, ocupando posição dominada pelas relações de forças materiais e simbólicas.

<sup>144</sup> Livro de Recibos e Eleições da Irmandade de São Benedito, 1814-1884, p. 8, aparecem muitos pagamentos relativos a essas esmolas.

### 4.3. A Realeza Negra

As festas representavam o momento máximo de uma Irmandade Religiosa. Uma vez votada a Mesa para o Ano Compromissal, os Reis e Rainhas que haviam sido eleitos deviam ter meios para pagar sua contribuição às Irmandades, que seria usada nas festividades dos oragos. Sobre as eleições dos reis negros em Paraty só encontramos informações mais concretas nos séculos XVIII, XIX, até o início do XX. O fator primordial dessas eleições era a escolha de um rei e de uma rainha, cuja inspiração e perenidade remetesse à realeza do Congo, aos quais à Irmandade pudessem recorrer para resolver as questões internas, sem necessidade de intervenção das autoridades senhoriais na Vila, conforme o Compromisso<sup>145</sup> em seu capítulo I:

Haverá nesta Sancta Irmandade hum Juis, hu'a Juiza, hum Escrivão, hum Tezoueyro, dous Procuradores na Villa, hum por fora della nas roças em cada bayrro, um Andador que seja morador da V.<sup>a</sup>, quatro Irmãs e quatro Irmãos de Meza, e alem destes haverá hum Rey e hu'a Raynha (COMPROMISSO, 1750, p. 26 v - 27).

Os reis e rainhas, uma vez eleitos para o ano de seu reinado nunca mais perderiam sua majestade, passando a gozar de direitos majestáticos durante todo o período das festas posteriores, e após o encerramento nas atividades rotineiras, mesmo já tendo passado o reinado para outros irmãos. Trajando indumentária suntuosa, que legitimava e difundia o seu poder, os reis e rainhas eram acolhidos em local de destaque na igreja de Nossa Senhora do Rosário, sentando-se em trono encimado por dossel, portando o cetro e as coroas (Figura 132) depositadas nas salvas<sup>146</sup>, objetos e elementos atribuidores de identidade ao grupo.

Nos cortejos e procissões o rei e a rainha são conduzidos cercados por uma barreira, denominada “quadro” feita por hastes de madeira roliça pintadas em azul, formando um quadrado, que é carregado pelas aias, que também protegem as cabeças “reais” cobrindo-as com a umbela, guarda-sol que é uma referência ao pátio utilizado nas festas e procissões solenes (Figura 133).

---

<sup>145</sup> Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Villa de Paraty – 1750 – 14 folhas- Acervo da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, atualmente abrigado no Museu de Arte Sacra de Paraty.

<sup>146</sup> Peças datadas do século XVIII, em prata repuxada, integram a coleção do Museu de Arte Sacra de Paraty, são usadas há aproximadamente mais de 290 anos, nas festas de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Paraty.

Figura 132: Coroas do Rei e Rainha da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Paraty – século XVIII.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

Figura 133 Quadro com o Rei e a Rainha da Festa de Nossa Senhora do Rosário de Paraty – 2008.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

Este cerimonial ainda mantém um caráter muito intimista e de profundo sentimento de pertencimento na comunidade de Paraty até os dias atuais, tratando-se de cerimônia emblemática, que observada com mais atenção, perceberemos que é a transmissão das insígnias reais e em toda essa simbologia do poder que permitem a perenidade dessa manifestação através das gerações entre os dos membros da Irmandade.

Diana Farjalla Lima, ao falar sobre a Memória, elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual e coletiva, nos ajuda a entender melhor:

Trata-se do problema do desenho e da posse de um patrimônio social para os grupos sociais baseado na determinação de conjunto de atributos comuns, que são apontados como necessários à construção de identidades pessoais e coletivas. É o que se entende pela noção de pertencimento [...] (LIMA, 1997, p. 38).

A memória é uma construção que fica registrada e que é transmitida entre indivíduos de um grupo social, refletindo a posse coletiva de atos e atributos que são comuns a todos os membros, constituindo-se, por meio de sua transmissão, em herança coletiva, uma vez que toda comunidade é detentora dessa memória cultural. Esta visão também é corroborada por Gonçalves:

Afinal os seres humanos usam seus símbolos sobretudo para “agir” e não somente para se “comunicar”. O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: ele é bom-para-agir. Ele faz a mediação sensível entre os seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, passado e presente, entre o céu e a terra, entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. Ele, de certo modo, constrói, forma as pessoas [...] (GONÇALVES, 2007, p. 119).

A presença de reis e rainhas nas festas de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito também foi mencionada por Antonil, jesuíta italiano que residiu no Brasil de 1681 até 1716, quando veio a falecer, conforme relato:

Negar-lhes totalmente os seus folguedos, que são o único alívio do seu cativo, é querê-los desconsolados e melancólicos, de pouca vida e saúde. Portanto, não lhes estranhem os senhores o criarem seus reis, cantar e bailar por algumas horas honestamente, em alguns dias do ano, e o alegrarem-se inocentemente à tarde depois de terem feito pela manhã suas festas de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito e do orago da capela do engenho, sem gastos dos escravos, acudindo o senhor com sua liberalidade aos juizes e dando-lhes algum prêmio do seu continuado trabalho. Porque se os juizes e juizas da festa houverem de gastar o seu, será causa de muitos inconvenientes e ofensas a Deus, por serem poucos os que podem licitamente ajudar (ANTONIL, 1977, p. 224).

O relato acima mostra a realização das festas pelos negros – já presentes no Brasil no final do século XVII – nas quais, rendiam homenagem a seus oragos, com eleição de reis, danças, cantos e atribuição dos Juizes, conforme os Compromissos, fazendo alusão ao orago da capela do engenho, onde também era cultuado.

A documentação pesquisada, até o momento, aponta a presença de reis e rainhas escravos, com registros de seus nomes, alguns deles seguidos dos nomes de seus proprietários, na sua maioria, proprietários de engenhos e irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Paraty<sup>147</sup> (Anexo L). No final do século XIX, aparece à palavra “Festeiro,” termo que permanece até os dias atuais. “tendo como Juiz Festeiro, o Alferes Quintino de Oliveira e Souza, que também era irmão de Nossa Senhora do Rosário” (LIVRO DE ELEIÇÕES E POSSE, 1885, p. 33 v – 34).

Destacamos a presença do rei Theodoro Dias Villela, escravo liberto em 08/12/1891, que passou a integrar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, como irmão mesário<sup>148</sup>.

---

<sup>147</sup> Livro de Termo de Concordata, 1850-1904, 51p. Entre eles estão: Geraldo Braga de S. Sabas, Luiz José Campos do Amaral Gurgel, Ananias José Ferreira, Florisbela Maria do Amaral Cruz, Izabel de Alvarenga Carramanhos Magalhães, Francisco Justino do Amaral Vianna, Capitão João Ayres Cezar da Gama, Angelo Maria Coupé, Francisco Pacheco Bastos, Francisco Pereira Madruga, Geralda Maria da Silva, Jerônimo da Costa Pombo, José Narciso Vieira Correa Vianna, João de Souza Pinto Madureira, João José do Prado, Luisa Alexandrina Ribeiro Madruga, Silvino Antonio do Carmo, Caetano Xavier Caparica Madeira, Alferes Quintino de Oliveira e Souza, Francisco Miguel da Cunha Freitas, Pedro de Almeida e Silva, Felicíssimo José Alves Vieira, Ricardo Ribeiro Netto, Antonio José de Avellar, José Olympio do Amaral Vianna.

<sup>148</sup> Ibid., p. 40.

Este veio a falecer em 05/04/1895, às margens de um braço do Rio Perequê-Açú, denominado Rio Morto<sup>149</sup>, ao lançar nas águas do rio uma tarrafa para pescar, que se prendeu em um dos botões de sua camisa, levando-o para o fundo das águas, falecendo após o fato. Este incidente ocorreu “em uma Sexta Feira Santa, desafiando os conselhos dos mais sensatos” (MAIA, 1974, p. 120), que segundo a tradição local, não era costume pescar nesse dia.

Ainda em fins do século XIX, conforme já foi relatado, foi erguida, em 1895, após a morte de Theodoro Dias Villela, a Capela de Santa Cruz, que ficou popularmente conhecida como Capela da Generozza (Figura 134).

Figura 134: Leito do Rio Morto e Capela de Santa Cruz da Generozza década de 1960.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN, RJ.

Um bom exemplo de fonte elucidativa para o estudo das festas de Nossa Senhora do Rosário é a gravura de Rugendas (Figura 135), que representa estas festividades, mostrando ao centro o rei e a rainha, com seus trajes de gala, sapatos de entrada baixa, joias, ambos portando suas coroas, estando o rei com o cetro nas mãos. Em meio à

<sup>149</sup> O Rio Morto, outrora servia para o trânsito de canoas, baleeiras e pequenas embarcações, até o Beco dos Tropeiros, onde existiu um pequeno depósito de sal que abastecia as antigas vilas e cidades do Vale do Paraíba paulista e mineiras, existentes no circuito do Caminho do Ouro. Lamentavelmente, este rio foi aterrado pelos moradores do local, mesmo após a legislação decorrente de tombamento e a relevância do monumento. Informações fornecidas pela Sra. Maria Luiza Costa Machado da Silva, em 1979.

presença de muitos negros, que são a maioria na imagem, estão também brancos, curiosos, um deles montado a cavalo. Envolve a cena a fumaça de muitos fogos, como era usual na época nessas festas, a presença do guião<sup>150</sup> e dos estandartes de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, além da “folia com seu tocador de caixa” (LIVRO DE RECIBOS, 1847 – 1914, p. 43), também encontrada na documentação pesquisada<sup>151</sup> – todos estes elementos ainda estão presentes nas festas de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito na cidade de Paraty.

Figura 135: Festa de Nossa Senhora do Rosário – Século XIX.



Fonte: João Mauricio Rugendas – Viagem Pitoresca através do Brasil, 1967.

Chama atenção o caráter festivo desse dia, fragmento da socialização dos negros que nos esclarece também sobre o pagamento das armações de fogueiras nos dias de festa, que está registrado nos livros de recibos e eleições, possivelmente, para a dança do Jongo à sua volta.

<sup>150</sup> O Museu de Arte Sacra de Paraty guarda 05 guiões das igrejas. No livro de Recibos e Eleições da Irmandade de São Benedito, 1814-1884, encontramos o pagamento de “sete mil e seis centos reis pela pintura da Estampa do Stº para o Guião.” Villa de Paraty, 29 de Dezembro de 1830, Benedicto Pereira da Cruz, p. 17. São usados para abertura de cortejos e procissões solenes até os dias atuais.

<sup>151</sup> Livro de Recibos e Eleições da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, p. 43.

Diana Farjalla Lima, ao tratar dos bens culturais, objetos materiais reinterpretados, ressalta que os objetos materiais referem-se a variadas modalidades de significados, criados pelo ser humano em sua trajetória histórica:

O que se verifica, e assim se entende, são as significações relacionadas aos objetos (vinculação de simbologias/signos), querendo dizer que tais artefatos se tornaram expressões materializadas destas idéias; passaram a ter sentidos específicos (= códigos culturais) definidos e estabelecidos para fins de reconhecimento (= decodificação) junto ao seu meio-ambiente social [...] (LIMA, 1997, p. 36).

Samuel Costa também nos deixou importante registro datado de 1907, intitulado “Coisas Antigas”, no qual descreve os personagens da manifestação: Reis, Rainhas, Aias, Imperadores, Vassalos e Pajens, que fazem parte das Festas de Paraty, inclusive com detalhes dos tecidos, acessórios, diademas (Figura 136), cores usadas, ateliers de costura e os nomes de modistas que confeccionavam essa indumentária no século XIX, que transcrevemos:

A tradição ainda conserva entre nós, pelas festas de S. Benedicto e do Divino Espírito Santo o costume pitoresco de ainda presenciarmos em pleno regime republicano, reis e rainhas que perambulam solenes pelas ruas nos dias de festa, assistem missas em logares privilegiados nos templos e, embora com todos os monarchas, cheios de vaidade, sendo reis uma vez apenas no anno, são de resto, ao contrário daquelles, inoffensivos por serem quando muito estupidamente ingênuos e não estupidamente vaidosos [...] (O PHAROL, 1907, p. 1 – 2).

O relato acima deixa visível uma característica marcante da sociedade paratyense, ao contrário de outras cidades tombadas, o reconhecimento da comunidade pelo patrimônio legado (Figura 137), mantido em uso por sucessivas gerações.

Figura 136: Diadema da Rainha da Irmandade de N. S. do Rosário de Paraty – Século XVIII.



Fonte: Acervo MASDP.

Figura 137: Rei e Rainha da Festa de N. S. do Rosário em Paraty – Década de 1960.



Fonte: Acervo de João Batista dos Santos.

## 5. A MUSEALIZAÇÃO DO OBJETO COMO DOCUMENTO E SUA INSERÇÃO NAS DINÂMICAS SOCIAIS.

No complexo universo dos museus, os objetos que pertencem a sua coleção são os elementos materiais que irão permitir a permanência da perenidade. Não existe legado melhor que a coleção guardada e preservada em um museu, o que com isso será possível garantir a memória dos antepassados detentores deste acervo. Adquirido para integrar a suntuária religiosa de Paraty, as obras sob a guarda do Museu de Arte Sacra de Paraty compõem a parte principal do presente estudo. Observamos que os sentidos de um objeto podem variar bastante durante sua trajetória pelo tempo e no espaço, principalmente, no que diz respeito à observação e à percepção por seus expectadores e fruidores.

Ao refletir e analisar os processos de musealização, dialogando com textos dos teóricos da museologia, verificamos que ao ser direcionado para a situação de bens sob proteção e em contexto coletivo de acesso ao público, foram eleitos como objetos básicos para tratamento os planos do tangível (material) e do intangível (imaterial). Neste sentido, desenvolveram-se atividades, que voltadas à ideia de preservação, tiveram como metas os procedimentos de seleção, documentação, através do registro e inscrição formal, que se inicia com a catalogação e a descrição pormenorizada de cada um dos itens patrimonializado/musealizado, além da sua conservação preventiva e restauração, quando for necessário.

Em seu processo de institucionalização, cujo propósito tem como objetivo o meio social, seu destino será ser disponibilizado aos grupos sociais, reais usufrutuários deste Patrimônio musealizável ou musealizado. Bourdieu, ao tratar da reprodução do *habitus*, nos ajuda a entender melhor o processo do gosto individual ou coletivo, como suficientes para desmentir a ilusão de que objetos tão complexos como as obras de arte – confeccionadas conforme leis de construção, elaborados no curso da história, com certa autonomia – tenham capacidade de suscitar preferências naturais apenas pela força de suas propriedades estéticas.

Para o sociólogo francês, as exposições e os museus são investidos por uma autoridade pedagógica, que também é reiterada pela escola e pela família:

Os filhos das famílias cultivadas que acompanham seus pais em visitas a museus ou exposições, acabam por lhes tomar de empréstimo sua disposição em relação a tal prática, até que possam adquirir eles mesmos a disposição para praticar que terá origem em uma prática arbitrária e, de início, arbitrariamente imposta. Basta substituir o museu pela igreja para

depararmos-nos com a lei da transmissão tradicional das disposições, ou melhor, da reprodução de *habitus* (BOURDIEU, 2011, p. 272).

Segundo observação de Panofsky: “[...] é quase impossível determinar cientificamente em que momento um objeto elaborado torna-se uma obra de arte, isto é, em que momento a forma se impõe sobre a função [...] depende da ‘intenção’ do produtor destes objetos?” (1955, p. 12 apud citado por BOURDIEU, 2011, p. 270).

Durante a confecção do “tapavento” ou “paravento” da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Paraty, em 1830, verificou-se que a forma de construção do bem integrado ao nártex da Igreja, remetia às características ainda do século XVIII, verificando-se aí a permanência de formas, de comportamento e características tradicionais, herdadas do século anterior, ao contrário do que ocorrera nas demais igrejas da cidade<sup>152</sup>.

Segundo os Conceitos-chave de Museologia, a musealização, conceito recente e fundamental para o campo da Museologia, designa, em seu sentido comum, o torna-se museu ou, de maneira geral, uma transformação de centro de vida – que pode ser um centro de atividade humana ou sítio natural – em museu. Lima ajuda-nos a entender melhor o significado de musealização, quando salienta que:

É um processo institucionalizado de apropriação cultural. Imprime caráter específico de valorização a elementos de origem natural e cultural. Estabelece sua caracterização identificando interpretativas materiais e imateriais da humanidade às quais imprime a interpretação de testemunhos que reverenciam as existências e identidades. Considerados como documentos da realidade são determinados como objeto de tratamento científico pela Museologia, portanto adotados sob outra percepção da realidade, sendo reconhecidos na categoria dos bens simbólicos e integrados ao domínio do Museu, logo, ao contexto do patrimônio musealizado [...] (LIMA, 2013, p. 51 - 52).

Observamos nos Conceitos-chave, que a expressão “patrimonialização” descreve melhor este princípio, pois está repousada sobre a ideia de preservação de objeto ou de lugar, não se aplicando ao conjunto do processo museológico. Verifica-se que o termo musealização consiste na extração do objeto de seu contexto primário, para outro contexto – o museu, tornando-se um documento que representa sua realidade original. Pode ainda, ocorrer tanto no local onde está situado o objeto, “musealização *in situ*” – quanto em sua transferência para outro espaço “*ex situ*”.

---

<sup>152</sup> Em 29 de Dezembro de 1830, o Tesoureiro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Joaquim Marianno do Amaral Campos, recebeu de Narciso Gomes, Tesoureiro da Irmandade de São Benedicto, “a quantia de 16 / 680 por conta da despesa feita com o Tapavento” encomendado pelas duas Irmandades. Livro de Recibos e Eleições da Irmandade de São Benedicto, 1814 - 1884, p. 17.

De um ponto de vista mais estritamente museológico, a musealização é a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a em musealium ou musealia, em um “objeto de museu” que se integre no campo museal [...] (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 57).

Stránský ao tratar do processo de musealização e dos limites do museu, nos explica que:

O processo de musealização [...] não consiste meramente na transferência de um objeto para os limites físicos de um museu [ ]. Um objeto de Museu não é somente um objeto em um museu. Por meio da mudança de contexto e do processo de seleção, de “thesaurização” e de apresentação, opera-se uma mudança do estatuto do objeto. Seja este um objeto de culto, um objeto utilitário ou de deleite [...] (STRÁNSKÝ, 1995, p. 57 apud por DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 57).

Ao tratar de coleções, abordando as relações entre o visível e o invisível, o historiador e filósofo Krzysztof Pomian destaca a passagem dos objetos por processos que os levam à perda de sua utilidade para sua consequente exibição.

Ninguém é morto pelas espadas, canhões e armas em exposição no serviço militar, e nem um único trabalhador ou camponês usa os utensílios, ferramentas e trajes reunidos em coleções de folclore ou museus [...] enfatizando que [...] o mesmo é verdade para tudo que acaba neste mundo estranho, onde a palavra “utilidade” parece nunca ter sido ouvida, por dizer que os objetos que agora aguardam apenas o olhar dos curiosos ainda estavam de alguma utilidade [...] (POMIAN, 1990 apud PEARCE, 2003, p. 158).

Este deslocamento para o museu atua na transformação desse documento em representante de uma realidade original, que a nosso ver não pode ser entendido somente desta maneira; o historiador ressalta ainda:

Este é o destino de cada item comprado por uma coleção, e mesmo quando é cuidadosamente preservado ou reparado, o único objetivo é torná-lo mais apresentável. Deve ser lembrado que, quando uma obra de arte entra em um museu ou uma coleção, ele perde seu valor de uso, se é de opinião que a sua capacidade de decorar constitui um tal valor, pois não serve mais o efeito no tal ambiente [...], (POMIAN, 1990 apud PEARCE, 2003, p. 158).

Para alguns teóricos, a musealização começa em uma etapa de separação ou de suspensão dos objetos e artefatos autênticos, que são extraídos de seu contexto original, objetivando seu estudo como documentos representativos do ambiente ao qual pertenciam. Uma vez deslocados e com a perda de sua função original, esses objetos passam a ser constituir em testemunhos autênticos da realidade que integravam anteriormente, pois separados de seu contexto são considerados “substitutos” dessa realidade, à qual devem

testemunhar. Essa transferência leva à perda das informações, principalmente, quando provém de escavações arqueológicas clandestinas.

Em Paraty, até a década de 1960, os acervos pertencentes às Irmandades Religiosas, que integravam as quatro Igrejas da cidade e as capelas da zona rural, ainda se encontravam em uso e no seu local de origem. Atualmente tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)<sup>153</sup>, já estavam registrados no Iº Livro de Tombo da Freguesia de N. Sra. Dos Remédios de Paraty, que foi iniciado em 26 de maio de 1924, pelo Vigário José Saurer, no qual constavam as listas com o rol das peças constantes dos Livros de Inventário das Irmandades Religiosas de Paraty.

Alguns provedores também efetivaram a entrega dos bens que estavam em seu poder, principalmente, os que fazem referência ao uso em “festas solenes” e “procissões” como os objetos de adorno do Imperador do Divino Espírito Santo, Rei e Rainha de N. S. do Rosário, cordões e brincos, sistema que perdurou por muitos anos durante as passagens das festas para os novos Juízes e Festeiros e, na atualidade, de forma simbólica.

Devemos destacar que em 1960, o seminarista Raimundo Perette Guimarães, adaptou no Consistório da Irmandade de São Roque da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, uma sala intitulada “Capela do Tesouro da Paróquia”, que foi inaugurada com a presença de diversas autoridades civis e militares, Prefeito, Juiz e Promotor. Esta Capela foi montada juntamente com o Apostolado da Oração, Pia União das Filhas de Maria e Congregação Mariana.

Na ocasião estavam presentes o Deputado Câmara Torres e o Bispo Dom Agnelo Rossi, que ressaltou a acuidade intelectual, moral e administrativa do seminarista em reunir os bens e fundar a capela. Este projeto teve sua durabilidade interrompida pela umidade excessiva do local e falta de segurança, logo as peças em sua grande maioria imaginária, foram transferidas para o Consistório acima da Sacristia, até sua transferência em 1973 para a Igreja de Santa Rita após a sua restauração.

---

<sup>153</sup> O conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico de Paraty se encontra sob gestão patrimonial desde 18/08/1945, quando é declarado Monumento Histórico pelo Estado do Rio de Janeiro, por iniciativa do interventor Ernani do Amaral Peixoto, de origem paratyense. Em 13/02/1958, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional inscreveu o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de Paraty no Livro de Tombo das Belas Artes e no Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Pelo Decreto nº 58.077, de 24/03/1966, da Presidência da República, o Conjunto paisagístico do Município de Paraty, e especialmente o acervo arquitetônico e paisagístico da Cidade, foram erigidos em Monumento Nacional.

A identificação do risco e a necessidade premente da preservação e a institucionalização do seu acervo foram constatadas mesmo antes de sua averbação à inscrição nos Livros do Tombo do IPHAN dos acessórios, que integravam os edifícios religiosos tombados, que só ocorreu em 1985 (Anexo M). O tombamento pelo antigo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional<sup>154</sup>, segundo observamos em correspondência datada de 1947, do Engenheiro Emilio Cunha enviada ao, então, Diretor Geral do recém criado Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) – Doutor Rodrigo Mello Franco de Andrade, que o havia incumbido dos estudos preliminares e levantamento para obras necessárias em prédios particulares, públicos e igrejas em Paraty<sup>155</sup>, só ocorreu em 13/02/1958.

O documento é bem esclarecedor, mostra que muito antes do tombamento pela instituição federal, já havia preocupação com a preservação dos objetos que por ele foram identificados e guardados ainda em armário (Figura 138) que não oferecia nenhuma segurança:

Agora darei algumas informações sobre os objetos artísticos e valiosos que esses monumentos possuem, principalmente a Matriz, e que o Padre Hélio, zelador intransigente do patrimônio que encontrou, tem defendido durante trinta e oito anos contra a ronda dos compradores de antiguidades, quando, em quase todos os templos do Brasil, as preciosas alfaias seguiram rumo de outras terras [...] Voltando a Paraty e ao cêrco que tem sofrido o Vigário, ocorre-me dizer que pretende ele construir uma caixa-forte, que poderá ser projetada, depois de desenhada a planta da Igreja e caso Vossa Senhoria concorde, aproveitando-se um canto do consistório. Espera [...] o Vigário que o Patrimônio concorra apenas com a Porta. Atualmente algumas coisas estão guardadas em armário que não oferece nenhuma segurança, e outras

---

<sup>154</sup> “Integra a cronologia do IPHAN: 1936 (18 de abril) – Criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em caráter provisório.

1937 (13 de Janeiro) Lei nº 378 institui a fundação do SPHAN como órgão oficial de preservação do patrimônio cultural brasileiro.

1937 (30 de novembro) Decreto-Lei nº 25 regulamenta as atividades do SPHAN.

1946 – O SPHAN tem o seu nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).

1970 – O DPHAN é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

1979 – O IPHAN é dividido em SPHAN (Secretaria), na condição de órgão normativo, e na Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), como órgão executivo.

1990 – A SPHAN e a FNPM foram extintas para darem lugar ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC).

1994 (6 de dezembro) – Medida Provisória nº 752 transforma o IBPC em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

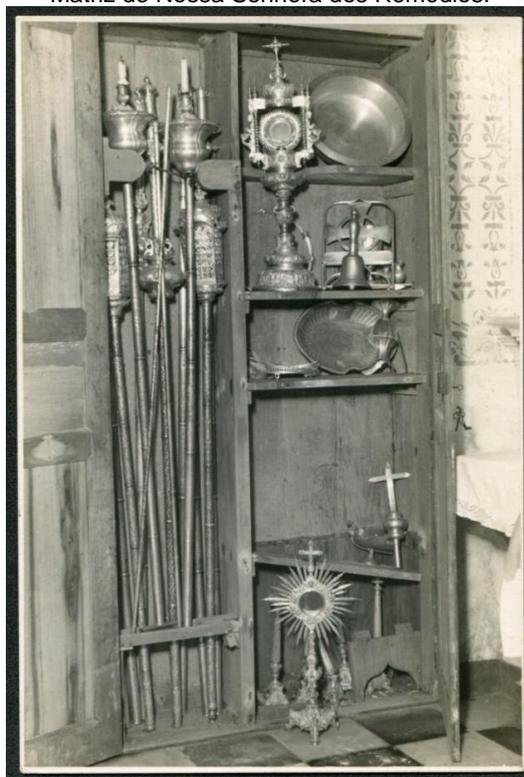
2000 (4 de agosto) – Decreto-Lei nº 3.551 institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

2006 (fevereiro) – Por ocasião da mudança de direção do IPHAN, entrando o arquiteto Luiz Fernando de Almeida, o Programa Monumenta, passou a ser integrado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

<sup>155</sup> Arquivo Noronha Santos – IPHAN – Rio de Janeiro.

conservam seus lugares nos altares, permanecendo a Igreja aberta o dia todo. Dêsses bens possui o Patrimônio alguns documentos fotográficos, referentes às varas de prata massiça encimadas por lanternas trabalhadas, custódia, cruz do Santíssimo, bastões da Irmandade, etc. [...] Julgo conveniente solicitar à Irmandade a relação de todos esses bens [...] (CUNHA, 1947, p. 9 - 10).

Figura 138: Armário na Capela do Santíssimo da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios.



Fonte: Arquivo Central, RJ.

Depreende-se ainda desses documentos, que Emilio Cunha esteve à frente da representação de Paraty pelo menos até dezembro de 1950. Este período, até meados do século XX, é marcado na cidade pelo aparecimento dos primeiros compradores de antiguidades (informação verbal)<sup>156</sup>. Após esse período, o SPHAN teve como representantes locais os paratyenses Nestor Benedicto de Miranda e José Kleber Martins Cruz e o paulista

<sup>156</sup> Depoimento de José do Espírito Santo Calixto, paratyense conhecido como “Seu Zuzu”, concedido ao pesquisador, em 12/09/1992, os compradores de antiguidades adquiriam: castiçais com mangas de vidro, donzelas, serpentinas, louças, peças de faiança, imagens e oratórios. Eram depositados em caixotes de madeira no pavimento inferior do sobrado que pertenceu a Pedro Erasmo de Alvarenga Corrêa, à Travessa de Santa Rita, esquina com a Rua Aurora, depois eram levados em canoas de voga, para as embarcações maiores aportadas na baía de Paraty.

Nelson Laurito Milanese. Com o falecimento do Engenheiro Emilio Cunha em 1958, coube a responsabilidade dos serviços de preservação em Paraty, ao arquiteto Edgard Jacintho da Silva<sup>157</sup>, conforme se depreende do seu depoimento:

Sempre tomava conhecimento de Paraty através de relatórios e documentação fotográfica. Então a minha imagem sobre Paraty era formada através desse processo. E na ocasião que vi a cidade pela primeira vez senti uma verdadeira surpresa pela singularidade que Paraty ostentava; estava além daquilo que se poderia antever pelas fotografias. Voltei de lá totalmente empolgado, e conversando com o Dr. Rodrigo, transmiti esse entusiasmo, e, tomado ao mesmo tempo pela surpresa quando consultando o arquivo da SPHAN para verificar a situação legal da cidade com relação aos instrumentos legais de proteção, constatei que Paraty não estava tombada pelo Patrimônio. [...] Cita a elevação da cidade a monumento estadual, de 1945 [...] “Aí o próprio Dr. Rodrigo, ao que me lembro, surpreendeu-se e imediatamente providenciou o novo tombamento pelo Patrimônio Nacional, tornando-se dessa forma oficializado o seu tombamento como uma decorrência dessa primeira viagem nossa lá” [...] (MINC/SPHAN-FNPM, 1988, p. 48).

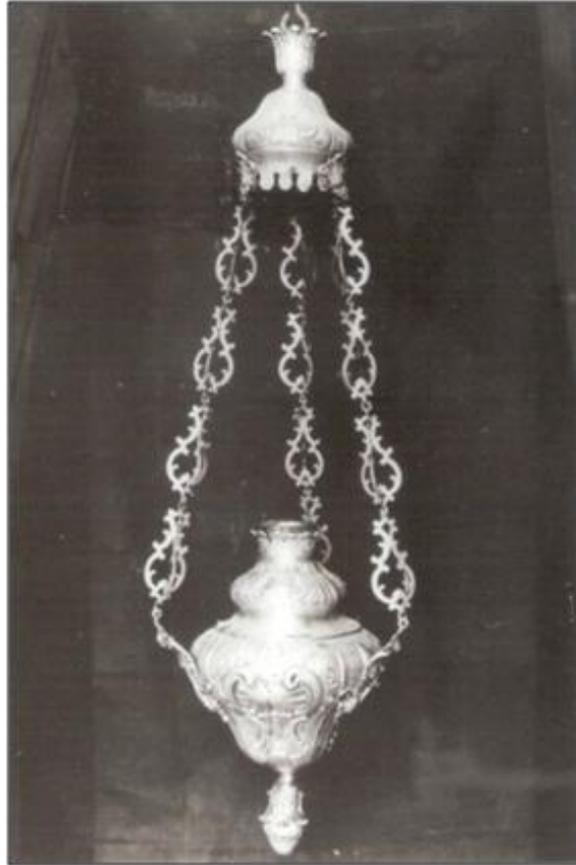
Neste período, foram empreendidas diversas obras de restauração, total ou parcial, em grande quantidade de residências particulares e igrejas da cidade. Somente em 13 de setembro de 1965, com a gestão do arquiteto Edgard Jacintho da Silva em Paraty, consolidou-se a institucionalização e musealização do acervo religioso de Paraty, com a execução do projeto de construção da Caixa-Forte no Consistório existente na face posterior do retábulo de São Francisco de Paula, da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, conforme solicitado pelo Padre Hélio Bernardo Pires em 1947:

[...] 13/09/65 o diretor de obras do Patrimônio Hist. e Artíst. Nacional entregou hoje sem formalidade a Caixa Forte para a exposição dos objetos sacros da paróquia. Infelizmente a obra tem falhas. Principalmente a humidade vai criar no futuro grandes problemas. Por iniciativa própria o Sr. Benedito Duarte, presidente da Comissão, conseguiu obter as chaves e o segredo da caixa – forte. Não houve convênio entre o Patrimônio e o Vigário (I LIVRO TOMBO, 1924, p. 67).

---

<sup>157</sup> O arquiteto Edgard Jacintho da Silva nasceu em Sapucaí-Mirim, estado de Minas Gerais, em 1914; graduou-se em arquitetura, na Escola Nacional de Belas - Artes da Universidade do Brasil em 1941; atuou no IPHAN de 1944 a 1987. Em momentos distintos, chefiou a Seção de Arte da Divisão de Estudos e Tombamento, a Seção de Obras da Divisão de Conservação e Restauração e a 5ª Diretoria Regional (que abrangia os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo); de 1980 até sua aposentadoria em 1987, exerceu a função de Consultor Técnico. Foi pela primeira vez a Paraty “no ano do seu tombamento federal”, (1958), a pedido de Dr. Rodrigo M. F. de Andrade, em virtude do falecimento do Dr. Emilio Cunha.

Figura 139: Lâmpada do Santíssimo Sacramento – Século XVII  
(peça desaparecida).



Fonte: Arquivo Central do IPHAN, RJ.

A noção de finitude e perda também induzem a prática de preservação. Uma vez que nesta década de 1960, haviam desaparecido alguns bens: da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, a lâmpada do Santíssimo Sacramento (Figura 139); da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, as imagens de Santa Luzia (Figura 140) e de São Benedito das Flores (Figura 141) e da Igreja de Santa Rita, as imagens de Nosso Senhor da Paciência (Figura 142) e São Sebastião. Está última imagem foi localizada no Museu Regional de São João Del Rey - MG. (Figura 143).

Figura 140: Imagem de Santa Luzia  
Séc. XVIII (peça desaparecida).



Fonte: Arquivo Central do IPHAN

Figura 141: Imagem de São Benedito das Flores  
Séc. XVIII(peça desaparecida).



Fonte: Arquivo Central do IPHAN

Figura 142: Imagem de Nosso Senhor da Paciência  
Século XVIII, (peça desaparecida).



Fonte: Arquivo Central do IPHAN.

Figura 143: Imagem de São Sebastião  
Século XVIII.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN.

Observamos nos documentos e depoimentos analisados no âmbito da instituição preservacionista, a articulação de dois organismos distintos. O primeiro, parte de dentro do campo para respaldar as práticas de salvaguarda e preservação; o outro, externo, apresenta e antecipa a preocupação na defesa e no reconhecimento dos bens patrimonializados, que foram legados por sucessivas gerações da comunidade religiosa de Paraty (informação

verbal)<sup>158</sup>, culminando com o episódio ocorrido em 15 de janeiro de 1964, quando o ex-seminarista “Tarcisio Antonio Neto”, disfarçado de padre Tarcisio, que também lecionava no Ginásio Paratyense, subtraiu diversas peças da Paróquia de Paraty. Estas foram recuperadas na cidade de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, por Benedicto Gomes Duarte Coelho, conhecido como “Fifi Duarte”<sup>159</sup>, para onde havia mandado sua mala e um grande caixote por uns sacerdotes que haviam estado em Paraty.

As igrejas eram relativamente ricas em alfaias de prata, imaginária e outros bens móveis: não havia até então nenhum cuidado no sentido de proteger adequadamente. Já vinham acontecendo furtos seguidamente, como era de esperar. Então sugeri ao Dr. Rodrigo que criássemos dispositivos de proteção como forma de oferecer segurança, principalmente à prataria, que era mais cobiçada para furto e roubo. E sugeri então que construíssemos uma caixa-forte no próprio edifício da igreja da matriz. Uma caixa-forte com dimensões tais que servisse simultaneamente como sala de exposição, equipada com vitrines para exposição e servindo, desde logo, como núcleo do futuro museu de Arte Sacra de Paraty, que seria organizado em estreita participação com a paróquia e demais entidades representativas da sociedade local. E efetivamente projetamos e construimos a caixa-forte. Após a coleta e inventário do acervo a ser exposto, seguidos da montagem e arrumação expositiva de caráter didático, procedemos a sua entrega a uma Comissão Paroquial presidida pelo vigário, do que foi lavrado um termo de compromisso que se encontra no arquivo do SPHAN. Devido às condições climáticas de Paraty muito adversas, que apresentam um excessivo grau de umidade, foi comprovado que o ambiente fechado da caixa-forte prejudicaria o acervo e as instalações [...] (MINC/SPHAN-FNPM, 1988, p. 50).

Este projeto não teve vida longa. As medidas e procedimentos necessários para a conservação do acervo e das vitrines expositivas, confeccionadas em lâmina de cristal belga, não foram observados, ocorrendo o que já estava previsto: a ausência de ventilação e aberturas frequentes das vitrines, tiveram como resultado a contaminação dos vidros por fungos e a deterioração do compensado, que integrava os montantes e forração em veludo, provocada pela umidade.

---

<sup>158</sup> Depoimento de Edgardh Jacintho da Silva, concedido ao pesquisador no Paço Imperial, Rio de Janeiro, em 1984. A lâmpada do Santíssimo Sacramento em prata repuxada era datada do século XVII, a imagem de Santa Luzia em madeira policromada, de procedência baiana, datada do século XVIII, medindo: 0,45 x 0,16, a imagem de São Benedito das Flores, em madeira policromada, datada do século XVIII, medindo: 0,37 x 0,15, a imagem do Senhor Bom Jesus da Paciência, em madeira policromada, datada do século XVIII e a de São Sebastião, em madeira policromada, datada do século XVIII, que foi identificada pelo pesquisador, junto ao acervo do Museu Regional de São João Del Rey, em Minas Gerais.

<sup>159</sup> I Livro de Tombo da Freguezia de N. Sra. dos Remédios da cidade de Paraty, 1924, p. 58v. – 59 - 59v. - 60 - 60v.

Outra solução apresentada como alternativa, desta vez, sob a responsabilidade e gerência do “Patrimônio”<sup>160</sup>, foi refazer a caixa-forte, conforme relatou o arquiteto Edgard Jacintho. Para a nova instalação foi pleiteada à Cúria de Barra do Piraí a cessão da Igreja de Santa Rita, que na ocasião encontrava-se em condições precárias e de manutenção e em estado de degradação, objetivando ser reinstalada ali a coleção de prataria e todo o acervo da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, abrigados no primeiro núcleo do futuro Museu de Arte Sacra de Paraty.

A década de 1970, portanto, foi marcada em Paraty, pela nova solução museológica do IPHAN e a criação do Museu de Arte Sacra de Paraty, momento este presenciado por diversos membros da comunidade e da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios (Anexo N), em que podemos acompanhar a transferência deste acervo para a Igreja de Santa Rita, objetivando abrigá-lo no novo espaço museológico, recém adaptado, cuja intenção, além de guardião do novo acervo a ele confiado, seria a possibilidade de ser também exibido ao enorme contingente de visitantes, que então começava a aparecer continuamente no município, de forma intensa e vertiginosa, principalmente, à procura de espaços de memória, embora os destinos mais procurados também fossem, e ainda são, as praias e os ambientes naturais.

A familiaridade e procura pelos museus irá ocorrer segundo Gonçalves, [...] os museus, enquanto instituições, enquanto um sistema de relações sociais e em conjunto de ideias e valores, fazem parte do cotidiano das modernas sociedades complexas e particularmente das grandes cidades [...] (GONÇALVES, 2007, p. 64 v).

Através da formalização do Convênio firmado em 1973 entre o IPHAN e a Mitra Diocesana de Barra do Piraí – Volta Redonda (Anexo O), na ocasião representada por Dom Waldyr Calheiros de Novaes e pelo diretor do IPHAN, arquiteto Renato de Azevedo Duarte Soeiro, a acessão se daria por um prazo de cinquenta anos, podendo ser renovado, em comum acordo com os convenientes antes de se haver expirado<sup>161</sup>.

Em 1976, após as obras, fez-se a transferência do acervo para a caixa-forte construída nas dependências do Consistório da Igreja de Santa Rita e também para as galerias superiores das tribunas, após a realização do inventário e documentação fotográfica das peças do acervo e sua exposição em vitrines, foram abertos à visitação a nave, capela-mor, sacristia, consistório, varanda e columbário.

<sup>160</sup> O IPHAN em Paraty era conhecido como “Patrimônio” e sua sede, embora um sobrado residencial de antigos paratyenses, ficou também conhecido como “Sobrado do Patrimônio”.

<sup>161</sup> Ver cópia anexa; Fonte: Arquivo Noronha Santos / IPHAN.

Neste momento era permitida a circulação de visitantes no interior da caixa-forte, que seria vedada após o roubo, ocorrido em 1981<sup>162</sup>, de três peças emblemáticas, do acervo: as coroas em ouro maciço da Padroeira de Paraty, Nossa Senhora dos Remédios, do Menino Jesus e de Nossa Senhora da Conceição de Paraty Mirim, datadas dos séculos XVII e XVIII (Figuras 144 - 145). Este episódio levou à fragilização do Convênio do Museu, com manifestação da comunidade religiosa de Paraty, que questionou seu possível encerramento<sup>163</sup>, conforme o item 5 da Cláusula Segunda.

Figura 144: Coroa de N. S. dos Remédios e do Menino Jesus. Século XVIII, (peças desaparecidas).



Fonte: Arquivo Central do IPHAN, RJ.

Figura 145: Coroa de N. S. da Conceição de Paraty-Mirim, Séc. XVII/XVIII (peça desaparecida).



Fonte: Arquivo Central do IPHAN, RJ.

A direção do Museu de Arte Sacra de Paraty teve como primeira responsável a paulista Lore Sophie Haeker, “vitrinista”, que se ocupou da organização das vitrines da caixa-forte da Igreja de Santa Rita (Figura 146). Coube à Museóloga Maria Emilia de Souza Mattos, em 1976, esta responsabilidade, quando foram atualizados o inventário e sua catalogação em fichas próprias, bem como a implementação das atividades museológicas na igreja. A museóloga permaneceu até o ano de 1995, quando se retira para aposentadoria.

<sup>162</sup> O roubo ocorreu em 27 de novembro de 1981, por volta da 14h00min, dois indivíduos armados adentraram o espaço do Museu de Arte Sacra de Paraty, quebraram a vitrine com um instrumento de ferro e subtraíram 03 coroas em ouro maciço, estavam presentes os servidores João Jeremias, Benedito dos Santos e Jorge Almeida dos Santos. Cabe que registrar que o museu não possuía sistema de câmeras e dispositivos de alarme no interior da caixa-forte.

<sup>163</sup> Este episódio gerou revolta também na comunidade local, detentora do acervo, assunto ainda questionado até os dias atuais, pela ausência de recuperação das peças originais pela Instituição.

Figura 146: Interior da Caixa Forte do Museu de Arte Sacra de Paraty, construída no Consistório da Igreja de Santa Rita após o convênio firmado em 1973, entre o IPHAN e a Mitra Diocesana de Barra do Piraí.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN, RJ.

Neste breve panorama de complexidades, em que o patrimônio cultural e o museu estão convergindo para o mesmo ponto, há que se destacar um dos itens mais inovadores que aparecem assinalados dentro do convênio entre o IPHAN e a Mitra Diocesana de Barra do Piraí, permitindo a continuidade e a utilização daquele valioso acervo nas manifestações religiosas populares da cidade:

“[...] 9 - ceder, eventualmente, e por prazo determinado, por necessidade do culto e cerimônias religiosas celebradas pela Paróquia, as peças, objetos e imagens integradas ao acervo do Museu de Arte Sacra de Paraty, ato que deverá ser efetivado mediante um termo de entrega precedido de aviso à Direção do Museu com a antecedência de, no mínimo, oito (8) dias; [...] (CONVÊNIO ENTRE O IPHAN E A DIOCESE DE BARRA DO PIRAÍ, 1973, p. 2).

Outro aspecto característico da institucionalização e do trabalho desenvolvido pelo IPHAN, ainda no próprio espaço da antecâmara da caixa-forte da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios em 1976, foi à primeira intervenção museológica. O arquiteto Edgard Jacintho da Silva, a vitrinista Lore Sophie Hacker e a museóloga Maria Emilia Mattos, participaram nas atividades de levantamento, pesagem e arrolamento das peças que iam sendo transferidas para o novo Museu.

Estavam presentes na época dessa transferência: o padre João Bernardo Peters, de origem belga, recém chegado à Paraty, em setembro de 1975, os paratyenses João de Oliveira Netto, que durante anos exerceu a vigilância junto ao acervo, e Diuner José Melo da

Silva. Também acompanharam o processo, alguns membros do Instituto Histórico e Artístico de Paraty – (IHAP) e do Grupo de Jovens Paratyenses para a Coletividade – (JOPACOL)<sup>164</sup>, que sob a liderança de José Cláudio de Araújo e inseridos no ideal de preservação, iniciaram suas atividades com plantio de árvores, algumas delas, palmeiras no entorno do Bairro Histórico de Paraty. Entre as atividades desenvolvidas pelo JOPACOL constam ainda: o primeiro levantamento do artesanato paratyense, a higienização de igrejas e a dinamização e recuperação das festas tradicionais e procissões, tudo isso, muito antes da gestão da Flumitur no município de Paraty.

Embora este patrimônio colecionado ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, fosse considerado, na época, como uma propriedade da Igreja, representativo dela e não da comunidade, já que havia sido a Igreja, afinal, que o tinha amealhado – por intermédio das Irmandades religiosas, mantendo, assim, sempre esse primeiro significado – observamos que o patrimônio da Paróquia, ainda é sentido como pertencendo a todos os paratyenses e não à Mitra Diocesana, uma vez que os objetos são usados nas festas e cerimônias, manuseados, admirados, conhecendo-se a história e finalidades para as quais foram adquiridos.

Estas peças são impregnadas de atributos e significados, que perpassam o campo da liturgia, representando um referencial concreto do conjunto patrimonial, que reflete e consubstancia a herança cultural atribuidora de identidade.

Ainda neste processo de deslocamento para o espaço do Museu de Arte Sacra desses objetos, integrantes das quatro igrejas da cidade e de algumas capelas da zona rural de Paraty, podemos pressupor a categoria do colecionamento com grande fundamento, uma vez que qualquer coletividade humana realiza a prática do colecionismo, também associado à acumulação, seja ela para garantir esse legado às gerações sucessivas, por meio de seleção e preservação dos seus valores simbólicos. Estes, foram reunidos, primeiramente, em uma coleção de objetos litúrgicos e exemplares de arte sacra, produzidos em sua maioria nos séculos XVII, XVIII, XIX e XX e que ainda são usados nos contextos das festas tradicionais de Paraty há mais de 290 anos.

Eis o diferencial do Museu de Arte Sacra de Paraty: seu acervo, embora musealizado, não perdeu sua função de uso, apesar de todo o processo econômico e social pelo qual passou a cidade e seus moradores e da instabilidade política local, que levou a

---

<sup>164</sup> Integravam o Jopacol, na década de 1976. Presidente: José Cláudio de Araújo, membros: Ana Julia Vasconcellos, Ana Corrêa Magalhães, Benedito Cláudio de Aquino, Deborá Guedes de Oliveira, Eliana Vieira Duarte Coelho, José Sebastião Maximiliano, Julio Cezar Neto Dantas, José Henrique Menezes de Oliveira, Paulo Sérgio Costa de Souza, Rita de Cássia Melo Marques, Vander Oliveira Duarte Coelho, entre outros.

processos de deslocamentos e transformações (ou reclassificações) que ocorreram em relação aos objetos museológicos, nos diversos contextos sociais e simbólicos. Segundo o antropólogo José Reginaldo Gonçalves:

Acompanhar o deslocamento dos objetos ao longo das fronteiras que delimitam esses contextos, é em grande parte entender a própria dinâmica da vida social e cultural, seus conflitos, ambiguidades e paradoxos, assim como seus efeitos na subjetividade individual e coletiva [...] (GONÇALVES, 2007, p. 15).

Percebemos, portanto, ao longo da nossa experiência profissional, que o acervo do Museu de Arte Sacra de Paraty estava além da construção de uma vitrine-cofre, por estar intimamente vinculado à comunidade paratyense, perpassando os significados construídos a partir dos objetos que o compõem. Em Paraty, o passado é ainda venerado, seus símbolos são valorizados, pois perpetuam as experiências de gerações, sendo a tradição uma forma de lidar com o tempo e o espaço.

Ao pesquisar mais detalhadamente os Inventários das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e observar seus objetos materiais, percebemos que, ao longo de sua trajetória, embora com esforços desmedidos para sua aquisição, este patrimônio nos aponta para a sua função simbólica e também para a formação de uma autoconsciência individual e coletiva, uma vez que, sem os objetos não existiríamos enquanto pessoas socialmente constituídas, conforme afirma Gonçalves:

Sejam os objetos materiais considerados nos diversos contextos sociais, simbólicos e rituais da vida cotidiana de qualquer grupo social; sejam eles retirados dessa circulação cotidiana e deslocados para os contextos institucionais e discursivos das coleções, museus e patrimônios; o fato importante a considerar aqui é que eles não apenas desempenham funções identitárias, expressando simbolicamente nossas identidades individuais e sociais, mas na verdade organizam (medida em que os objetos são categorias materializadas) a percepção que temos de nós mesmos individual e coletivamente [...] (CLIFFORD 1985, apud GONÇALVES, 2007, p. 27).

Nesse sentido, a investigação, avança para além dos objetos em si, alcançando o mundo que o cerca, uma vez que foram e ainda são transportados por sucessivas gerações de paratyenses, pelas ruas da cidade, extrapolando seus limites institucionais. Durante as tradicionais festas e procissões da cidade, imagens devocionais, ricamente vestidas e adornadas de joias, coroas, resplendores em prata e ouro, cordões, rosários e outros objetos de devoção circulam pelo espaço público e de memória, em andores ornamentados com palmas de papel e flores locais, sob o olhar de admiração de todos, despertando a fé

popular, acompanhados pelos sons dos sinos e da Banda de Música, que contribuem para o brilhantismo do cortejo devocional.

Uma vez que a utilização do acervo é uma rotina normal na vida da comunidade paratyense, há que se destacar a junção que ocorre nessa prática entre o Patrimônio Material e Imaterial, reunindo objetos reais e manifestações populares, também representadas pelas danças; culinária; artesanato; crenças; paisagens e meio ambiente, como salientou Gonçalves:

Por um lado são objetos e propriedades regulados pelo contrato e pela lei; por outro, são objetos, propriedades que funcionam simbolicamente como mediadores entre o mundo do divino e o mundo dos homens [...]. Nessa concepção o patrimônio cultural é, antes de tudo, uma “representação” e circula no espaço público e político da identidade e da memória, devendo ser preservado, exibido, reconstruído, usado como defesa dos interesses dessa comunidade [...] (GONÇALVES, 2007, p. 205).

Muitas destas festas sobreviveram, como foi mencionado anteriormente, graças à intervenção feita durante os anos 1970, que as resgatou, depois de um período de decadência, quando ocorreu, também, a extinção de algumas Irmandades. Assim, pode ser mantido todo um universo simbólico que ainda estava vivo nas comunidades. Entre estas manifestações está a Procissão do Fogaréu<sup>165</sup>, que originalmente reunia um público que saía em marcha acelerada pelas ruas da cidade cumprindo o ritual raro dentro da liturgia da Igreja Católica que poucas cidades do Brasil ainda realizam o dia de Endoenças, Quinta Feira Santa, dia de visita ao Sepulcro e as igrejas.

Devemos registrar também o Calvário, com o Descendimento da Cruz<sup>166</sup>, cerimônia muito rara, que Paraty ainda conserva porque esta se faz no interior da Igreja, onde a imagem de Cristo setecentista, toda articulada, é descida pelos braços dos devotos. Deve-se destacar que em Ouro Preto, assim como em outras cidades mineiras, os fiéis já deslocaram esta cerimônia para o exterior das igrejas, realizando-a em um palco, sendo somente a cidade de Paraty que realiza o Descendimento no feitiço do século XVIII, numa tradição muito vinculada à teatralidade, ao drama do Barroco.

---

<sup>165</sup> Em sua feição original, era frequentada apenas por homens que, em passos acelerados, conduzindo archotes e velas, carregavam a imagem de Nosso Senhor da Cana Verde, entoando a Ladainha de Todos os Santos, com as ruas da cidade às escuras ao som das matracas, entravam pela porta lateral e saíam pela porta da frente das igrejas. A presença de mulheres e crianças não era permitida no cortejo. Era lhes proibido até mesmo assistirem a passagem da procissão ainda que fossem através das frestas das janelas, pois segundo as Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia, 1758 “a noite era do domínio do Príncipe das trevas, o Demônio”, (CONSTITUIÇÕES, 1758, p. 193 apud FLEXOR, 2009, p. 18).

<sup>166</sup> Cerimônia que compreende o VII Passo da Paixão de Paraty, encenada no interior da Igreja Matriz de N. Sra. dos Remédios, quando é aberta ao público na entrada da Procissão de Passos. O Descendimento da imagem de Jesus Cristo da cruz, só ocorre na Sexta Feira da Paixão para em seguida ser realizada a Procissão do Senhor Morto ou do Enterro.

Nesta mesma linha, temos a festa de Santa Rita, que tem origem do século XVIII, tendo havido um período de interrupção, devido às obras de restauração da igreja, mas que continuou a ser feita como uma festa domiciliar. Em 1985, graças à mobilização da comunidade de Paraty, a festa foi reativada em sua integridade, na Igreja de Santa Rita, que já funcionava como sede do Museu de Arte Sacra de Paraty.

A partir daí, passou a ocorrer o uso compartilhado dos objetos e do espaço museológico, mantendo suas funções tradicionais. Ainda, vinculado a essas tradições, a esse cerimonial, está o patrimônio móvel, um precioso acervo de objetos que ficam por um tempo no poder dos membros na comunidade, durante os festejos e depois retornam, como já foi dito acima, sendo novamente entregues e colocados sob a guarda do Museu de Arte Sacra de Paraty, conforme menciona o Convênio. Segundo Devallées e Mairesse:

São responsáveis por garantir a objetividade, assegurar a distância e nos assinalar que aquilo que nos é apresentado não pertence à vida, mas ao mundo fechado do objeto [...]. Os objetos no museu são desfuncionalizados e “descontextualizados”, o que significa que eles não servem mais ao que eram destinados antes, mas que entraram na ordem do simbólico que lhes confere uma nova significação [...] (DEVALLÉES e MAIRESSE, 2013, p. 70).

Enquanto Devallées e Mairesse concebem a perda da utilidade dos objetos e obras de arte, quando os mesmos passam a integrar uma instituição museológica, quando os artifícios usados pelos expositores e vitrines os separam do mundo real, mergulhando-os no espaço imaginário do museu, esta concepção, de abandono do papel funcional do objeto, não ocorre em relação aos objetos sacros de Paraty.

Vale observar que ao montar o Museu de Arte Sacra de Paraty, o IPHAN tinha como “missão” proteger o acervo da Paróquia de Paraty e, concomitantemente, realizar outras atividades culturais em proveito da comunidade e dos visitantes, dentro de um cenário especial, com uma forma de vida ainda arraigada. Embora tivesse passado por certo isolamento acentuado, ainda cultuava a existência de tradições que permearam os séculos e que, ainda hoje, permanecem vivas, sendo transmitidas com seus usos e costumes de geração a geração, como foi constatado por diversos visitantes no século passado, entre eles Gilberto Freire, Cícero Dias (1930), o engenheiro Emilio Cunha (1947), os arquitetos Alcides da Rocha Miranda (1948), Edgah Jacintho (1958), Lúcio Costa (1960) e Theodoro Joels (1970).

Esse modelo de preservação problematiza o que Pomian afirma a respeito de os objetos existirem para “significar”, daí a “[...] chamar esses objetos de ‘portadores de

significado’ de semióforos e a lhes atribuir um novo valor – que é primeiramente puramente museal, mas que pode vir a possuir valor econômico. Tornam-se, assim, testemunhos (con) sagrados da cultura [...]” (POMIAN, 1987, apud DEVALLÉES; MAIRESSE 2013, p. 70).

Segundo Michel de Certeau, existiriam nas sociedades os lugares estratificados:

“[...] todavia, sob a escritura fabricadora e universal da tecnologia subsistem lugares opacos e teimosos. As revoluções históricas, as mutações econômicas, os caldeamentos demográficos, [...] ai permanecem ocultos nos costumes, nos ritos e práticas espaciais [...]” (CERTEAU, 2014, p. 279).

A comunidade de Paraty pode ser comparada a esses lugares vistos como “estratificados”, uma vez que mesmo diante de profundas transformações, conseguiu manter-se ativa, embora adaptando determinadas práticas, resistindo em outras, reafirmado sua posição no contexto social.

## 5.1. Destaque para o acervo do Museu de Arte Sacra de Paraty

No acervo do Museu de Arte Sacra de Paraty destacam-se as imagens seiscentistas do “primeiro padroeiro” da Vila de São Roque e da Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty. São peças de fatura sóbria e austera, datadas do século XVII, confeccionadas em madeira e barro, que refletem ainda a profunda espiritualidade e paz interior da época, conforme ressaltou a Prof.<sup>a</sup> Dra. Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira em *A Imagem Religiosa no Brasil*: “espiritualidade essa toda feita de introspecção e silêncio, como bem convém a um monge contemplativo, que tem no encontro com Deus pela oração seu objetivo maior” (OLIVEIRA, 2000, p. 8).

Deve-se chamar atenção para o Busto Relicário de Santa Suzana, em madeira, com vestígios de policromia e douração, oriundo da localidade de Corisco, zona rural de Paraty, que nos remete também ao século XVII e a imagem de Santa Rosa de Lima em madeira policromada, que possivelmente abrigou uma peanha do retábulo de Nossa Senhora do Carmo antes da doação à Irmandade de Santa Rita da Imagem de Nossa Senhora da Lapa.

Figuram ainda neste Museu o importante grupo de imagens em terracota policromada, que atestam de forma mais evidente a presença de religiosos ceramistas na região de Paraty nos séculos XVII e XVIII, responsáveis pela introdução do culto à Virgem Maria e pela popularização de certos santos. Exemplos disso são: Santo Antônio, São

Francisco e São Benedito, que uniram brancos, pardos e negros, respectivamente, aos cultos da Virgem do Rosário e de Santa Rita, a partir da primeira metade do século XVIII.

Os testemunhos mais importantes da presença de religiosos ceramistas e de encomendas feitas aos mesmos são as imagens de Santo Antônio da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Figuras 147 – 148), possivelmente, do pintor e ceramista carioca Frei Agostinho de Jesus (1600 - 1661)<sup>167</sup>, e a imagem de Nossa Senhora da Piedade (Figuras 149 - 150) que poderia ser atribuída a Mestre de Angra, que teve sua atuação na primeira metade do século XVII, até aproximadamente 1680.

Figura 147: Imagem de Santo Antonio  
Século XVII.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

Figura 148: Imagem de São Bernadino de Sena  
Século XVII.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

Essas imagens apresentam grandes semelhanças no que diz respeito ao tratamento escultórico, a primeira com o São Bernardino do retábulo da portaria do Convento de São Bernardino de Angra dos Reis e a segunda com as imagens de Santa Catarina (Figuras 151 - 152) e São Domingos de Gusmão (Figura 153), que integram o retábulo de Nossa Senhora do Rosário da Igreja Matriz da cidade vizinha de Angra dos Reis.

<sup>167</sup> Rafael Shunk, em sua dissertação de Mestrado, relata que Frei Agostinho da Piedade (1580/1661) de origem portuguesa, deixou diversos discípulos, que mantiveram vivos, por gerações os seus conhecimentos no trato com a argila, tornando-se orientador, nas primeiras décadas do século XVII até 1641, do primeiro grande artista brasileiro, o pintor e ceramista Frei Agostinho de Jesus, período em que estudou e residiu na Bahia (SCHUNK, 2013, p. 81).

Figura 149: Imagem de N. S. da Piedade.  
Século XVII.



Fonte: Acervo MASDP.

Figura 150: Detalhe da face de N. S. da Piedade  
e do Cristo.



Fonte: Acervo MASDP.

Figura 151: Imagem de Santa  
Catarina de Sena – Século XVII.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

Figura 152: Detalhe da face da  
imagem de Santa Catarina.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

Figura 153: Imagem de São Domingos  
de Gusmão – Século XVII.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

O mesmo ocorre com a imagem de Nossa Senhora da Conceição (Figura 154), do retábulo da Ordem Terceira de São Francisco do Convento de São Bernardino, e o São Francisco das Chagas, da Capela de Nossa Senhora dos Aflitos em São Paulo – atualmente, no Museu de Arte Sacra de São Paulo (Figura 155) – com elementos formais

que remetem a este mesmo escultor<sup>168</sup>. As semelhanças entre eles podem ser vistas na postura hierática, no panejamento contido, na predominância frontal e na face posterior, algumas vezes com pouco tratamento, sem detalhamento e finalização, uma vez que ficavam ocultas, posicionadas contra os nichos dos retábulos, conforme enfatizou a Prof.<sup>a</sup> Dra. Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira:

Ao que tudo indica, uma escola de escultores ceramistas difundiu-se na segunda metade do século XVII a partir dos conventos franciscanos de Cabo Frio, Rio de Janeiro e Angra dos Reis, cujas imagens, refinadas e com um certo ar altaneiro, são bem conhecidas dos colecionadores. Entre elas, Dom Clemente identificou uma série que atribuiu a um escultor denominado por ele de Mestre de Angra, a partir da Imagem da Virgem da Conceição do Convento de São Bernardino, de Angra dos Reis (OLIVEIRA, 2000, p. 9).

Figura 154: Imagem de Nossa Senhora da Conceição.  
Século XVII / XVIII.



Fonte: Inventário da Arte Sacra Fluminense  
2008, vol. 1, p. 173.

Figura 155: Imagem de São Francisco das Chagas.  
Século XVII.



Fonte: Livro MASP, 2014, p. 47.

<sup>168</sup> Estes escultores foram pesquisados por Dom Clemente Maria da Silva Nigra, historiador e pesquisador de origem alemã, Schomach, Baden, região da Floresta Negra, ou “Silva Nigra”, daí o sobrenome que foi adotado em 1933, ao naturalizar-se brasileiro. Em 1922, aos 19 anos, veio para o Brasil, ingressando na Ordem Beneditina, onde foi também nomeado arquivista mor, obtendo licença para ser funcionário do SPHAN; como perito em “Belas Artes”, a convite de Rodrigo Melo Franco de Andrade, dedicando-se a pesquisa de temas ligados à Arte Sacra Brasileira.

Chama a atenção o grupo da Sagrada Família ou Nossa Senhora do Desterro e a Imagem de Santana Mestra (Figura 156), da Capela de Nossa Senhora da Conceição de Paraty Mirim, atribuída ao “Mestre Bolo de Noiva”, que atuou no século XVIII no Vale do Paraíba, em especial em Guaratinguetá – SP.

Figura 156: Imagem de Santana Mestra, século XVIII.



Fonte: Acervo MASDP.

A distinção devocional, explica em parte a presença na Igreja de Santa Rita – Sede do Museu de Arte Sacra de Paraty – de imagens esculpidas em madeira policromada de origens portuguesa, sergipana, baiana e do Rio de Janeiro, como a de Santa Rita, Nossa Senhora da Conceição, Menino Jesus, Nossa Senhora do Carmo, Santo Antônio, Santa Cecília, Nossa Senhora da Lapa, Santa Quitéria, São Sebastião e São Brás, que ainda povoam os nichos e as peanhas da Igreja.

É curioso observar, que a tentativa de dar às esculturas a aparência de “figurações vivas”, tem seu auge nas imagens processionais destinadas às festividades, em especial, à “Semana Santa”, com o uso de cabeleiras naturais e vestes suntuosas complementadas por ricos acessórios, além de seus atributos.

De acordo com suas tipologias específicas, essas esculturas podem ser classificadas como “imagens de vestir”, com seu traje apenas esboçado esculturalmente, ou “imagens de roca”, em que seu tronco é obtido através de armação em ripas ou régua de madeira revestidas algumas vezes, de tela encolada e pintada, possibilitando aliviar o peso nas procissões, como é o caso da imagem de Nossa Senhora das Dores da Igreja das Dores de Paraty, encarnada por Dalmiro Joseph Baronto, no século XIX.

Esse artista deixou no interior desta imagem um envelope com cartão pessoal e correspondência, relatando as intervenções realizadas na peça e nos oragos que integram os retábulos das igrejas e irmandades de Paraty, entre elas, duas imagens de Santa Rita, “grande” e “pequena”, um Senhor Bom Jesus, um São Roque, uma Nossa Senhora da Soledade, um São Benedito, uma Nossa Senhora do Rosário e mais 50 outros santos pequenos.

Observe-se que integram a coleção do Museu de Arte Sacra de Paraty os preciosos objetos litúrgicos, como resplendores, coroas, cruzeiros processionais e atributos pertencentes à imaginária das igrejas de Paraty, que foram legados para os dias semanários e para os dias festivos, como nas missas e procissões dos oragos das igrejas e nas solenes festas do Divino e de Nossa Senhora do Rosário, entrelaçando o sacro, o profano e o cotidiano paratyenses.

Defendemos aqui, que o Museu de Arte Sacra se fundamenta não apenas na “musealização” de todo o conjunto do precioso acervo oriundo da ocupação humana e do território de Paraty, nos seus processos e produtos culturais, ou na forma de ocupação que estudamos acima, mas na capacidade intrínseca de não deixar dissolver as relações familiares e estabelecidas com a comunidade detentora e usuária deste acervo, na atualidade também acompanhada pelos párocos que desempenham suas missões na cidade, alguns deles estabelecidos há muitos anos em Paraty.

Ao longo da década de 1960, principalmente por medidas de salvaguarda e proteção, identificaram-se as medidas de recolhimento do acervo das Igrejas e Irmandades que guarnecia estes monumentos religiosos. Constatamos através de depoimentos do Sr. Carlos José Aparecido de Oliveira, Diretor do Museu do Pilar de Ouro Preto – MG, que nesta cidade o acervo da Igreja de Nossa Senhora do Pilar foi recolhido pelo Padre José Feliciano da Costa Simões, em 1965, mas só foi constituído juridicamente em 02 de setembro de 1989.



O acervo foi instalado em maio de 1987, no Museu de Arte Sacra do Carmo, após a restauração da Casa do Noviciado, a implantação do Museu foi realizada através de Convênio entre a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Fundação Nacional Pró-Memória; Governo do Estado de Minas Gerais; Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais; Prefeitura Municipal de Ouro Preto e a Fundação Roberto Marinho.

Em 2000, já estava novamente sendo reinaugurado na Igreja de Nossa Senhora do Pilar. O Museu de Arte Sacra de São João Del Rei, foi fundado em 18/10/1974, só adquirindo personalidade jurídica alguns anos depois e em data mais recente, foi fundado o Museu da Liturgia em Tiradentes, inaugurado em 14/04/2012.

Cabe ainda acrescentar que a experiência de Paraty com o Museu de Arte Sacra foi pioneira em todos os sentidos, pois já começa em 1924, com o Livro de Tombo e antes do processo de patrimonialização da cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões que aqui elaboramos são decorrentes de observações feitas ao longo de nossa experiência profissional e com o aprofundamento de pesquisas realizadas principalmente em fontes primárias, fomos percebendo que para uma cidade já protegida por legislação decorrente de tombamento desde 1945 – e em data mais recente, também incluída nas categorias de Patrimônio Material e Imaterial. Paraty, através de seus valores identitários, tem como base na cultura e nos seus bens patrimonializados a sustentabilidade da vida de sua comunidade, que se revela por meio dos bens que a representa, do reconhecimento de seus espaços e monumentos, assim como dos objetos materiais e práticas intangíveis ainda mantidas.

Embora tenhamos o entendimento que, mesmo em relação ao território, a cidade e aos seus costumes, passíveis de mudanças de acordo com as épocas e os imprevistos que possam surgir, verifica-se que a cidade de Paraty e Museu de Arte Sacra, instalado na Igreja de Santa Rita, juntamente com as Festas Religiosas, guardam uma sequência de rituais que se mantém conservados há vários séculos.

Ocorreram neste processo dois períodos que julgamos pertinente relatar: a cidade enquanto passagem obrigatória para Minas Gerais em seu período de prosperidade, com povoamento ainda remoto, realizando esforços desmedidos para construir e concluir seus templos e prédios representativos da administração colonial, preocupada com a implantação dos equipamentos necessários a sua melhoria e sobrevivência, e a cidade patrimonializada, a partir da década de 1940, após o longo período de isolamento que passou como consequência da abertura do Caminho Novo e da decadência e estagnação de seu porto, mantendo-se ligada ao Vale do Paraíba, através da velha Estrada da Serra, desta vez, para o escoamento da produção de café.

No entanto, a comunidade não perdeu suas referências, que configuravam suas culturas, sendo a partir delas que continuaram a construir um mundo em que vivenciavam seus encantos e dissabores, a partir do qual davam sentido as suas vidas, fosse com uma sociabilidade solidária ou, por vezes, tensa, fosse através das festas e procissões, que se constituem em elementos importantes para a compreensão da ocupação do território de Paraty, representando, para além de seu aspecto religioso, momentos de reencontro, compreendendo, também, uma afirmação de identidade e pertencimento.

As cerimônias litúrgicas se utilizavam de símbolos e objetos próprios, que eram decodificados e ressignificados pelos diversos grupos sociais envolvidos neste cerimonial. No século XVIII, segundo constatamos nas fontes primárias, as Irmandades Religiosas já possuíam organização complexa com compromisso, patrimônio próprio, contribuindo para construção de igrejas, capelas, cemitérios, realizando com muita pompa a decoração interior de seus templos e com esplendor litúrgico suas festas e procissões. Durante a vida, ser membro de uma Irmandade era uma questão de estabilidade, consolidação de características africanas e prestígio social. Na morte, mesmo tendo sido escravo, tinha direito à sepultura, missas, encomendação do corpo e sufrágios.

Verificamos na documentação pesquisada que no contexto da escravidão e após a libertação foi consagrada uma identidade cultural que, recriada nas Irmandades, proporcionou uma nova estrutura social, com hierarquia de poder entre os diversos grupos oriundos de variadas etnias, possibilitando assim uma ressignificação de suas culturas originais sincretizadas ao catolicismo.

Embora a permanência do Bairro Histórico de Paraty, bem como de suas igrejas e do casario sejam atribuídos ao isolamento pelo qual a cidade passou e a seu posterior tombamento, observamos também que a grande ligação dos habitantes com a cultura e com o seu passado, contribuiu para que houvesse uma continuidade de tradições, que foram passadas de pai para filho, dos mais velhos para os mais novos, num processo de enculturação, cuja transmissão era materializada no “lembrar” de uma memória coletiva, elemento denominado identidade cultural.

Neste processo, a comunidade acabou encontrando nos espaços da cidade velha e da zona rural, o “verdadeiro” ambiente, onde também eram realizadas suas festas e onde se poderia reafirmar a identidade local, através dos fragmentos legados pelo tempo.

Diante desse quadro, nestes 42 anos de existência do Museu de Arte Sacra de Paraty, procurou-se privilegiar, além de suas atividades rotineiras de conservação, o diálogo com a comunidade religiosa de Paraty e com sua zona rural, detentoras também desse acervo e integrantes dos monumentos em que o mesmo é utilizado: festas tradicionais e cultos litúrgicos. As aproximações não se deram por escolha e critérios específicos, mas ocorrem pelo menos seis vezes ao ano, período em que o acervo é movimentado do ambiente museológico do Museu de Arte Sacra para integrar o cerimonial das Festas para o qual foi originalmente confeccionado e ou adquirido. Todos os procedimentos técnicos para embalagens e transporte em caixas apropriadas, acompanhamento nas saídas e retorno, são realizados pelo museu.

O recorte temporal adotado nesse estudo contempla o período compreendido entre a segunda metade do século XVIII até meados do século XX, período em que a maior parte dos objetos que integram a coleção do Museu foi produzida. Identificamos que o Museu de Arte Sacra de Paraty foi pioneiro no processo de permissão à continuidade do uso de seu acervo musealizado pela comunidade local nas cerimônias religiosas da cidade, ao contrário de algumas cidades tombadas de Minas Gerais, o que só viria a ocorrer em data posterior, mais especificamente, na década de 1980.

Uma vez que o Museu coloca-se numa relação estreita com as comunidades existentes em Paraty, urbana e rural, valorizando um espaço aberto ao diálogo e a motivações, através de seus símbolos e objetos litúrgicos, garante que as festas e os dias dedicados ao culto, que se constituem em elementos imbuídos do sagrado, possa fortalecer a identidade cultural local e as tradições que, ainda hoje, permanecem vivas, continuando a ser transmitidas, com seus usos e costumes, de geração a geração referimo-nos, especialmente, aos pensamentos de teóricos associados ao estudo de bens simbólicos e ao processo de ressignificação e musealização, como Gonçalves, Bordieu, Lima, Scheiner, Certeau, Eliade, Pomian, Desvallées e Tinhorão.

Estes pesquisadores, que através de seus pressupostos teóricos nos auxiliaram a pensar nos significados dos objetos “musealizados”, ou seja, na sua trajetória e permanência dentro do museu, onde adquiriram o valor de “documento”, sendo que, ao mesmo tempo em que se colocam em suspensão no tempo, vivenciam, através de um processo de “desmusealização” um tempo, que é o tempo presente, quando voltam, momentaneamente, a exercer sua função de uso durante todas as festas e procissões que integram o calendário litúrgico de Paraty.

Assim, estas parcerias com as comunidades foram se consolidando, exigindo uma formalização técnica para a saída e retorno dessas peças tombadas, bem como uma outra percepção por seus usuários de suas posições e identidades, levando-nos a observar e a perguntar sobre esta memória e sua preservação, que não deixou de ser múltipla e coletiva, apesar de sua institucionalização, mas se inserindo como parte deste sistema simbólico e da vida social.

Pretendemos realizar o desenvolvimento posterior deste trabalho, justificado na necessidade da continuidade e aprofundamento da pesquisa sobre os monumentos patrimonializados, as festas, o acervo e suas formas de utilização, como fontes documentais, como objetos musealizados e preservados, mas que mantêm-se atuantes e partícipes dentro da dinâmica cultural de Paraty.

## REFERÊNCIAS

### Livros:

ABREU, Regina, CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio Ensaio Contemporâneo**. Rio de Janeiro. Lamparina editora, 2009, 316, p.

AMARAL, Edelweis Campos e GURGEL, Heitor. **Paraty, Caminho do Ouro, subsídios para a história do Estado do Rio**. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1973, 213 p.

ANTONIL, André João, **Cultura e Opulência do Brasil**, Editora Itatiaia, 1997, 244 p.

ARAUJO, J. S. Q. Pizarro e outros. **Tricentenário de Paraty - Notícias Históricas**. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1960, 85 p. (Publicação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 22).

ARAUJO, J. S. Q. Pizarro. **O Rio de Janeiro nas Visitas Pastorais de Monsenhor Inventário da Arte Sacra Fluminense**, 2008, VOLUME I, 303 p.

**ARQUITETURA POPULAR DOS AÇORES**, ORDEM DOS ARQUITETOS, 1999, 560 p.

AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira**. Aparecida – SP. Editora Santuário, 2008, 165 p.

BARATA, Mário. **Igreja da Ordem Terceira da Penitência do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Agir, 1975. 76 p. (Arte no Brasil, 3).

BASTOS, Artur de Magalhães. **História da Santa Casa da Misericórdia do Porto – Vol. I – Santa Casa da Misericórdia, Porto, 1934, p. 164 - 165.**

BAZIN, Germain. **A arquitetura religiosa barroca no Brasil**, Estudo histórico e morfológico. Tradução de Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro, Record, 1956, 398 p. vol. 1.

BAZIN, Germain. **A arquitetura religiosa barroca no Brasil**. Repertório monumental, documentação fotográfica. Índice geral, Tradução de Glória Lúcia Nunes, Rio de Janeiro, Record, 1956, 178 p. vol. 2.

BAZIN, Germain. **O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil**, Tradução de Thaisa Murray, Rio de Janeiro, São Paulo, Distribuidora Record, 1971, 347 p.

BONNET, Márcia C. Leão. **Entre o Artífício e a Arte: pintores e entalhadores no Rio de Janeiro Setecentista – Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2009, 200 p.**

BORGES, Célia Maria. **Escravos e libertos nas irmandades do Rosário-Devoção e solidariedade em Minas Gerais - Séculos XVIII e XIX**. Prefácio de Pierre Sanchis. Editora UFJF, 2005. 249 p.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder. Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo, Editora Ática, 1986, 254 p.

BOULENGER. A. **Doutrina Catholica: Meios de Santificação-Liturgia**. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte. Livraria Francisco Alves. Paulo de AZEVEDO E C<sup>a</sup>, 1927, 376 p.

BOURDIEU, Pierre. 1930-2002. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Introdução, organização e seleção Sergio Miceli – 7 ed.- São Paulo: Perspectiva, 2011, 361 p.

- BURQUE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras (tradução de Denise Bottmonen) 1989, p. 59 – 60.
- BURY, John. **Arquitetura e arte no Brasil colonial**, organizadora Myrian Andrade Ribeiro de Oliveira - Brasília: IPHAN, MONUMENTA, 2006, 256 p.
- CAPLE, CHRIS. **Conservation Skills.Judgement, Method and Decision Making**, 2000, 256 p.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. Tomos I e II. Ed. de Ouro, Rio de Janeiro, 1962, 795 p.
- CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte**. Jorge Zahar Ed. 2004, 443 p.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 21. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, 318 p.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**, 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2010, - (Ensaio Geral) 77 p.
- CHAUÍ, MARILLENNA. **Cidadania Cultural. O Direito a Cultura**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, 147 p.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001. 282 p.
- COARACY, Vivaldo. **Memórias da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965, 557 p. (Coleção 4 Séculos, vol. 3).
- CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE PARATY**, Impresso, 1936, 24 p.
- COLETÂNEA DE LEIS SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO** - Rio de Janeiro: IPHAN, 2006, 320 p.
- Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos ereta na sua mesma igreja nesta Corte do Rio de Janeiro**, Imprensa do Exército, 1968, 50 p.
- CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA**, feitas e ordenadas pelo Illustrissimo e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Magestade: propostas e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. São Paulo: Typog. 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853 (Impressas em Lisboa em 1719 e Coimbra em 1720).
- COSTA, Lúcio. **A arquitetura dos jesuítas no Brasil**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: MEC, 1941, vol. 5, p. 9-104.
- COSTA, Lúcio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995, 608p.
- COSTA, Samuel. **Paraty no anno da Independência**. (1882-1930). Seleção e organização de Diner Mello- Rio de Janeiro: Litteris Ed.: 2000, 95 p.
- COTRIN, Cássio Ramiro Mohallem – **Villa de Paraty** – Rio de Janeiro: Capivara, 2012, 272 p.
- CUNHA, Maria José de Assunção da - **Iconografia Cristã**, UFOP/IAC, 1993, 130 p.
- CURY, Isabelle. **Cartas patrimoniais**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2001. 384p.
- DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**, Tradução e notas de Sergio Milliet - Apresentação de Mário G. Ferri. Tomo I. vol. 1 e 2, Belo Horizonte, Ed;

Itatiaia São Paulo. Ed. da Universidade de São Paulo, 1978, 386 p. (Coleção Reconquista do Brasil, 56).

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**, Tradução e notas de Sergio Milliet - Apresentação de Mario G. Ferri. Tomo II, vol. 3, Belo Horizonte. ED. Itatiaia, São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978, 366 p. (Coleção Reconquista do Brasil, 57).

DESVALLÉES, André e MAIRESSE, François. **Conceitos – chave de Museologia**. Trad. e comentários: Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo, 2013, 99 p.

DODEBEI, Vera, ABREU, Regina. **E o Patrimônio**. Rio de Janeiro. Contra Capa Livraria Ltda., 2008, 149 p.

DOSSIÊ, Patrimônio Imaterial: **O Registro do Patrimônio Imaterial** – IPHAN, 2.ed, 2003, 138 p.

DUPRAT, Régis. **Garimpo Musical**, Editora Novas Metas, São Paulo Brasil, 1985, 181 p.

ELIADE, Mircea. (1907-1986). **O Conhecimento Sagrado de Todas as Eras**: tradução: Luiz L. Gomes – São Paulo: Mercuryo, 1995, 401 p.

ELIADE, Mircea. 1907-1986. **O Sagrado e o Profano: a essência das religiões**. Tradução Rogério Fernandes – 3ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, 191 p.

ETZEL, Eduardo. **O Barroco no Brasil**. Psicologia-Remanescentes em São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo. Edições Melhoramentos, Editora da Universidade de São Paulo, 1974, 314 p.

FERNANDES, Orlandino Seitas, colab. BARATA, Mário, colab. **Imagens do passado de Minas Gerais**. Dois depoimentos e título de apresentação. Mário Barata, Orlando S. Fernandes. Fotos: Peter Scheier. Versão: John Knosc. Rio de Janeiro. Livraria Kosmos, 1968, 64 p.

FERNANDES, Orlandino Seitas, intr. **Atos dos Apóstolos com as imagens dos Passos da Cruz do Aleijadinho**. MILANO, Francisco Maria Ricci, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978, 166 p.

FERNANDES, Orlandino Seitas. **Arte Colonial Mineira**, 1972 (In 1ª Semana de Estudos Históricos. O Brasil, séc. XVIII. O século mineiro-Ponte Nova, Universidade Católica de M.G. 1972, p. 113-116).

FERREZ, Helena; BIANCHINI, Maria Helena S. **Thesaurus para acervos museológicos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória. Coordenadoria Geral de Acervos, 1987.

FILHO, Mello Moraes. **Festas e Tradições Populares do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, 312 p. (Coleção Reconquista do Brasil), 55.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Outras Visões do Rio de Janeiro Colonial**; antologia de textos (1582-1808) Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, 346 p.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. Tomos I e II, 5ª ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1977, 758 p.

GONÇALVES, José Reginaldo S. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Coleção Museu, memória e cidadania. Rio de Janeiro: 2007. 251 p.;

HALL, Stuart. A. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 102 p.

- HOBBSAWM, Eric J., RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. São Paulo. Paz e Terra, 2012, 395, p.
- JUNIOR, Augusto de. **História de Nossa Senhora em Minas Gerais: Origens das principais invocações**, Belo Horizonte: Autentica Editores: Editora PUC Minas, 2008, 319 p.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. Rio de Janeiro. Zahar, 1986, 117 p.
- LEMOS, Carlos e outros. **Arte no Brasil**. São Paulo: Abril Cultural, 1976, vol. 1.
- LIMA, Carlos Alberto Medeiros. **Artífices do Rio de Janeiro (1790 – 1808)**, Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, 332 p.
- MAIA, Thereza Regina de Camargo. **Paraty: Religião e Folclore**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1974, 174 p.
- MAINSTONE, Madeleine e Rowland. **O Barroco e o Século XVII**, Tradução de Álvaro Cabral, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1984, 96 p. (Introdução à História da Arte da Universidade de Cambridge, 4).
- MARTINS, Judith. **Dicionário de artistas dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais**. 2v. Rio de Janeiro: Publicações da Diretoria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 27, 1974, 407 p.
- MEGALE, Nilza Botelho – **Cento e Doze Invocações da Virgem Maria no Brasil**, Rio de Janeiro, Editora Vozes 1986, 376 p.
- MENEZES, Joaquim Furtado de. **Igrejas e Irmandades de Ouro Preto**. Belo Horizonte, Publicações do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1, 1975, 155 p.
- MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES. **A Era do Barroco**, Museu Nacional de Belas Artes. Apresentação de Alcídio Mafra de Souza. Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas Artes, 1982, 101 p.
- NACIONAL, **Bens Móveis e Imóveis inscritos no Livro de Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico** – Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 35, 1982, 195 p.
- OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. **A escultura devocional na época barroca, aspectos técnicos e funções**. In: Barroco, Belo Horizonte/Ouro Preto, nº 18, 1997/2000, p. 247-267.
- OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. **Barroco e Rococó na arquitetura religiosa brasileira**. In: Revista do Patrimônio, nº 29, 2001, p. 144-169.
- OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. **O Rococó Religioso no Brasil e seus antecedentes europeus**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, 352 p.
- PEARCE, SUSAN M., **Interpreting Objectes and Collection**, Taylor Francis e - Library, 2003, p. 158, Tradução nossa.
- PELEGRINI, Sandra C. A. e FUNAI Pedro Paulo. **O que é Patrimônio Cultural Imaterial** – São Paulo: Brasiliense, 2008, 116 p.
- PINHEIRO, Lena Vania R. Horizontes da informação em museus.. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer. (Org.) **Documentação em museus**. MAST Colloquia. Rio de Janeiro: MAST, 2008, v. 10, p. 81-102.

- POMIAN, Krzysztof. **Coleção**. In: Enciclopédia Einaudi. Memória – História. Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984, p. 51 - 86.
- PROCESSO nº. 563-T-57, D.P.H.A.N./D.E.T., - Seção de História, **Conjunto: Arquitetônico Paisagístico do Município de Parati – Estado do Rio de Janeiro**, 179 p.
- PROJETO História. **Revista do programa de Estudos dos pós-graduados em História e do Departamento de História**. PUC/SP. Nº 10- Dezembro 93, 178 p.
- RAMECK, Maria José S. e MELLO, Diuner. (org.), **Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty**, 2003, 147 p.
- RAMECK, Maria José S. e MELLO, Diuner. **Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty**. Volume 2. 2011, 324 p.
- RANGEL, Marcio. **A cidade, o Museu e a coleção**. Linc em revista, v. 7, p. 301-310, 2011.
- REIS, João José, 1952- **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX** – São Paulo: Companhia das Letras, 1991, 357 p.
- RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges. **“O baile dos Congos”** In: Estudos e Ensaios folclóricos em homenagem a Renato Almeida, Ministro das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 1960, p. 684.
- RUGENDAS, João Maurício, **Viagem pitoresca através do Brasil**, Trad. Sérgio Milliet, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967, 161 p.
- ROWER, Basílio (Frei O.F.M.). **Dicionário Litúrgico** – para uso do Revm<sup>o</sup> Clero e dos fiéis. 3ª ed. (aumentada), Rio de Janeiro, São Paulo, Editora Vozes Ltda. 1947, 236 p.
- SALES, Fritz Teixeira de. **Associações religiosas no ciclo do ouro: introdução ao estudo do comportamento social das Irmandades de Minas no século XVIII**, São Paulo, Perspectiva, 2007, 200 p.
- SANTOS, Paulo F. - **Quatro séculos de arquitetura**. Rio de Janeiro, IAB, 1981, 124 p.
- SCARANO, Julita, **Devoção e Escravidão**. São Paulo. Conselho Estadual de Cultura, 1975. Companhia Editora Nacional – São Paulo. Brasiliana - Volume 357, 171 p.
- SCHEINER, Tereza Cristina – **Imagens do não-lugar: comunicação e os novos patrimônios**. 2004. Tese Doutorado em Comunicação- Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Eco, Rio de Janeiro, 2004, p. 94 – 96 - 97).
- SHUNK, Rafael. **Frei Agostinho de Jesus e as tradições da imaginária colonial brasileira**. Séculos XVI e XVII. Dissertação de Mestrado, UNESP, 2013, 412 p.
- SMITH, Robert C. - **A Talha em Portugal**. Lisboa, Livros Horizontes, 1962 - 1963, 198 p.
- SOUZA, Marina de Mello e. **Parati: a cidade e as festas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora Tempo Brasileiro, 1994, 262 p.
- SOUZA, Marina de Mello e. Reis **Negros no Brasil Escravista: história da Festa de Coroação de Rei Congo** - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, 387 p.
- STORINO, Cláudia Maria Pinheiro. **O Museu e a Cidade – Patrimônio Paraty. O lugar de memória do lugar de memória**, Dissertação de Mestrado – UNIRIO, 2008, 181 p.
- TESAURO para bens móveis e integrados**. Ministério da Cultura – MinC. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Rio de Janeiro – 2006, 396 p.
- TINHORÃO, José Ramos. **As festas no Brasil Colonial** – São Paulo: Ed. 34, 2000, 176 p.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons dos negros no Brasil. Cantos, danças, folgedos: origens.** São Paulo: Editora 34, 2012 (3ª Edição). 152 p.

TOLEDO, Benedito Lima de. **Do século XVI ao início do XIX: Maneirismo, Barroco e Rococó.** In: ZANINI, Walter (coord.) História geral da arte no Brasil. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983.

## OUTRAS FONTES CONSULTADAS

### Artigos

IMAGEM. Centro de Estudos da Imaginária Brasileira. nº 3 – Belo Horizonte - MG., 2006, 214 p.

IMAGEM. Centro de Estudos da Imaginária Brasileira. nº 4 – Belo Horizonte – MG., 2009, 214 p.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Acervos Artísticos e Informação: modelo estrutural para pesquisas em Artes Plásticas. In: PINHEIRO, Lena Vania R. GONZÁLEZ DE GOMÉZ. Maria Nélide (orgs). Interdiscursos da Ciência da informação: Arte, Museu, Imagem. Rio de Janeiro: Brasília: IBICT/DEP/DDI, 2000. p. 17 – 40.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Herança cultural (re) interpretada ou a memória social e a instituição museu – Releitura e reflexões. 2008, p. 33 – 43.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia – Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – Brasil. 2012, p. 31 – 50.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia, Campo Disciplinar da Musealização e fundamentos de inflexão simbólica: “Tematizando” Bourdieu para um convite à reflexão. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). 2013, p. 48 - 61.

LIMA, Diana Farjalla Correia. PATRIMÔNIO, HERANÇA, BEM E MONUMENTO: TERMOS, USOS E SIGNIFICADOS NO CAMPO MUSEOLÓGICO. Diana Farjalla Correia Lima; Igor Fernando Rodrigues da Costa. 2006, p. 320 - 326.

LIMA, Diana Farjalla Correia. VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Museologia e Patrimônio Interdisciplinar do campo: História de um Desenho (Inter) Ativo. Encontro realizado em Salvador-Bahia-Brasil, de 28 a 31 de outubro de 2007.

LIMA, Diana Farjalla Correia. XI ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Atributos Simbólicos do Patrimônio: Museologia/ “Patrimologia” e informação em contexto da linguagem de especialidade. Encontro realizado na cidade do Rio de Janeiro, de 25 a 28 de outubro de 2010.

PINHEIRO, Lena Vânia R. Horizontes da informação em museus. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos. LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer. (Org.) **Documentação em museus.** MAST COLLOQUIA. Rio de Janeiro: MAST, 2008, v. 10. p. 81 - 102.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Vice Presidente da Província do Rio de Janeiro, o Comendador João Pereira Darrigue Faro pelo Presidente o Conselheiro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz em 03 de maio de 1853, Impresso pela Typografia do Diário, de A. & L. Navarro – Rua do Rosário nº 84, Rio de Janeiro, 1853, 79 p.

SCHEINER, Tereza Cristina – Repensando o museu integral: do conceito as práticas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 2011, p.1-13.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de e Crippa Giulia. O Patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial, p. 241 - 255.

## REVISTA

FLEXOR, Maria Helena Ochi. O Concílio de Trento: As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia e a Arte Religiosa no Brasil. IMAGEM – Revista do CEIB – Nº. 4, p. 13 - 20, 2009.

MUSEU DE ARTE SACRA DO CARMO – OURO PRETO, 46 – Fundação Roberto Marinho, maio, 1987, 9 p.

OLIVEIRA. Myriam Andrade Ribeiro. Entalhadores Bracarenses e Lisboaetas em Minas Gerais setecentista. IMAGEM – Revista do CEIB – Nº. 3, p. 141 - 151, 2006.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, TOMO XXVIII, 1885, p. 115.

REVISTA do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 22, Rio de Janeiro, 1960, p. 87.

REVISTA Cultura, Ministério da Cultura, 1980, 144 p.

## FONTES MANUSCRITAS

### Irmandade de Nossa Senhora do Rosário

1. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, (1750), 14 folhas.
2. Livro de Recibos e Eleições da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário – (1847 a 1914), 130 folhas.
3. Livro de Eleições e Posses da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário – (1850 a 1904), 51 folhas.
4. Livro de Nomes dos Irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário – (1850 à 1918), 54 folhas.
5. Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário - (1868 a 1904), 150 folhas.
6. Livro de Inventário dos Bens Pertencente à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Preto da Cidade de Paraty – (22/08/1870 e 01/09/1924), 51 folhas.
7. Documento Avulso das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito – (1931 a 1943), 06 folhas.
8. Documento Avulso das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito – (1931 a 1948), 03 folhas.
9. Missa de Ação de Graças – (26/03/1981), 01 folha.
10. IRMANDADE de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos de Paraty- Livro de Inventário da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos de Paraty – (1823), 56 folhas.

## IRMANDADE DE SÃO BENEDITO

1. Compromisso da Irmandade de São Benedito dos Homens Pretos de Paraty – (1814), 31 folhas.
2. Livro de Recibos da Irmandade de São Benedito – (1814 a 1884), 81 folhas.
3. Livro de Inventário da Irmandade de São Benedito – (1823 a 1924), 14 folhas.
4. Livro de Despesas da Irmandade do Glorioso São Benedito - (1881 a 1903), 50 folhas.
5. Livro de Recibos da Irmandade de São Benedito – (1885 a 1920), 48 folhas.
6. Livro de Atas da Irmandade de São Benedito – (1905), 96 folhas.
7. Documento Avulso da Irmandade de São Benedito – (1856 a 1891), 12 folhas.

## JORNAIS

1. **Paratyense**, Paraty, 29 de outubro de 1882 a 01 de maio de 1892.
2. **O Pharol**, Paraty, 06 de março de 1898 a 25 de agosto de 1907.
3. **O Pharol**, Paraty, 01 de setembro de 1907 a 25 de outubro de 1908.
4. **O Pharol**, Paraty, 04 de novembro de 1908 a 26 de dezembro de 1909.
5. **A Razão**, Paraty, 04 de janeiro de 1910 a 07 de janeiro de 1923.
6. **O Pharol**, Paraty, 20 de novembro de 1910 a 01 de janeiro de 1911.
7. **O Pharol**, Paraty, 08 de janeiro de 1911 a 15 de setembro de 1912.
8. **O Pharol**, Paraty, 22 de setembro de 1912 a 22 de fevereiro de 1914.
9. **O Prélío**, Paraty, 08 de abril de 1917 a 05 de agosto de 1917.
10. **A Razão**, Paraty, 19 de agosto de 1917 a 28 de dezembro de 1919.
11. **O Município**, Paraty, 27 de abril de 1921 a 12 de maio de 1927.
12. **A Verdade**, Paraty, 21 de abril de 1929 a 16 de fevereiro de 1930.



## ANEXOS

- Anexo A - Certidão de Carta Régia da criação da Villa de Paraty, datada de 28 de Fevereiro de 1667, AN, 3 p.
- Anexo B - Certidão de Sesmaria concedida á Maria Jácome de Melo, filha de João Pimenta de Carvalho, documento datado de 1841, AMARAL, 1972, 4 p.
- Anexo C - Peças do acervo da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios encontradas na visita de Monsenhor Pizarro à Paraty em 1792, Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro, 3 p.
- Anexo D - Termo de Recebimento de doação de uma bacia de prata, um par de serpentinas de prata e trinta e quatro castiçais galvanizados, 1 p.
- Anexo E - Cópia do comunicado no Jornal do Comércio de 1853, sobre a inauguração do Chafariz do Pedreira, Arquivo IPHAN, 1 p.
- Anexo F - Cópia da Certidão de doação para adro da Capela de Nossa Senhora do Rosário de Paraty, Arquivo MASDP, 4 p.
- Anexo G - Certidão da Escritura de doação de terras no Corumbê á Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, Único Serviço Notarial e Registral de Paraty, 3 p.
- Anexo H - Registro sobre a Caravana da Saudade, Jornal O Paratiense, 1955, 1 p.
- Anexo I - Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Prettos da Villa de Paraty, 1750, Livros de Notas, Cartório Ofício Único de Paraty, 9 p.
- Anexo J - Compromisso da Irmandade de São Benedicto erecta na Igreja da Villa de Paraty, 1814, 31 p.
- Anexo K - Registro de Contribuição pessoal das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Paraty, 1948, 1 p.
- Anexo L - Relação de Juiz, Juiza, Festeiros, Rei e Rainha de Nossa Senhora do Rosário dos Prettos de Paraty, segundo levantamento realizado pelo autor, Maria José do Carmo Teixeira, Nilson Netto Dantas e Rosalina Nunes da Silva, 1851 – 2014, 14 p.
- Anexo M - Averbação à inscrição nos livros do Tombo da SPHAN dos acessórios que compõem os edifícios religiosos tombados, MASDP, 1985, 1 p.
- Anexo N - Inventário dos bens existentes na Caixa-Forte da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, Arquivo MASDP, 1972, 5 p.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

Anexo O - Convênio entre IPHAN e a Mitra Diocesana de Barra do Pirai – Volta Redonda, Arquivo MASDP, 1973, 3 p.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

01

CERTIDÃO

Em cumprimento ao despacho exarado no ~~XXXXXX~~ ofício do Prefeito Municipal da Prefeitura de Paraty Sr. EDSON DIDIMO LACERDA / sob nº 294/87 de 27 de julho de 1987, no qual pede por certidão o inteiro teor da carta régia da criação da Vila de Paraty, de 28.02.1667. Certifico que revendo a referida carta régia, do códice 952, vol.1, fls, 61 arquivado na Seção do Poder Executivo, desta Divisão, dela consta o seguinte: "MARTIN CORREA VASQUEANES, fidalgo da casa de Vossa Magestade Cavaleiro professo da Ordem de Christo. Representa a V. Magestade que ele suplicante no Estado do Brazil em / hum sítio a onde [.....] Paraty que dista do Cabo Frio outo, ou nove léguas para o sul tem h'uas terras desertas sem mais povoação / que huns currais de gado, nas quaes deseja ele suplicante fazer // h'ua Villa a sua custa que feita resultará em grande serviço de V. Magestade, por quanto o dito perto de Cabo Frio dista da parte do sul do Rio de Janeiro trinta legoas, e da parte do Norte do Espirito Santo sesenta, e fica por esta causa dezemparedo dos soanos que destas praias lhe podiam acudir, para impedir ao Enemigo que neste porto custuma a entrar a fazer pau Brazil, dezenquetando os pastores dos currais, que ali tem alguns dos moradores do Rio de Janeiro valendosse dos gados delles para suas matalotagens, e fazendo a aguada que lhes he necessaria para os seus navios, com os quaes andam enfestando toda aquella costa co' grande prejuizo dos moradores do Estado do Brazil e considerável perda dos direitos de V. Magestade pelas muitas embarcações que tomam a si barcos da costa, como navios que deste Reyno vão para aquele Estado e os de Angola que levam negros para os fornecimentos dos engenhos, e elles os vam vender a buinos aires, e não só estes damnos se evitam em se povoarem as terras assima referidas, mas também se seguem grandes utilidades a Real fazenda de V. Magestade por quanto as ditas terras sam tam / ferteis que produzem canas de asuquar tabaco, e pau Brazil e outras drogas, co' que se comerseja naquelle Estado, e tem grandes comodidades fazer muitos engenhos, o que se não tem conseguido athe agora / por faltar que' desse [.....] a se passar para aquellas partes alguns' moradores, dando-lhes o necessário para isso, perquanto os que o quere' fazer são muito pobres e não tem os cabedais que sam / necessário para fabric[.....] terras novas, e tam distantes das otras povoações como estas: e per quanto para que consiga hu' tam / grande serviço e utilidade a V. Magestade detrimina elle suplicante passarsse para o sítio da dtª Villa, com toda a sua família e fazen



02

da, e com ella ajudar, e adquirir os mais moradores que puder para que a dita Villa em breves tempos tenha grande aumento. P. a V. Magestade que formando elle suplicante feito hua' Villa a sua custa / nos [.....] de paraty, que passe de quarenta moradores possa nomear-se snr. della com autoridade de por officiais de Justiça e /// mais perminencias que V. Magestade ouve por bem na forma ordinária conceder a muitos que nesta e outras partes fundarão Villas, e que o districto, ou termo desta que determina fazer o suplicante, seia de quatro legoas para o norte, e outras tantas para o sul, e seis / para o sertam, e para poder acomodar com mais comodidade os moradores que levar em sua companhia pede a V. Magestade as terras que se segue do dito sítio de paraty, athe a Aldea dos Indios, correndo pela margem da Alagoa que dissem ser pouco mais ou menos duas ou tres legoas de matos e para o sertam seis legoas comesandosse a medir da dita Alagoa do Cabo Frio em toda a largura assy das terras que oje tem elle suplicante como ditas que pede entre ellas e as dos indios da Aldea, perquanto estas m[.....] e po[.....] n[...] tem se- nhorio algu, e que para maior firmeza e [.....] que cada dia se movem sobre as cartas de sesmaria que tem elle suplicante das sobre ditas terras de [...] que possão os capitães maiores naquele Estado lhe faça V. Magestade merce de retificar e confirmar as ditas [.....] .....] de parati, assi de terra firme, como de restinga as quaes passarão os capitães maiores que tinham poder para isso a Miguel Riscado o qual as possuiho muitos anos tendo gado nelas, e per sua morte as comprou o suppte e seus herdeiros como consta de escrituras públicas, e' em virtude dellas esta o suplicante de posse actualmente // das ditas terras, e tem nellas currais de gado. E.R.M. Manoel Barreto de Sampayo". Declaro que o sinal [.....] significa que o documento está ilegível e dilacerado. E para constar onde convier eu, ALAIR LIMA LARANJA MANDOSIO, Agente Administrativo S.A. 801 Referência NM 31, Classe S, passei a presente certidão que assino *Alair Lima Laranja Mandosio* Confere, VÂNIA LÉDA IORIO CARLOS DA CUNHA, Arquivista - AR 2301 NS - 7 *Vânia Leda Iorio Carlos da Cunha* Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1987, *Arquivista Manoel Barreto* *Substituto* M. Diretor da Divisão de Documentação Escrita do Arquivo Nacional.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

03

CERTIDÃO

Em cumprimento ao despacho exarado no ~~XXXXXX~~ Processo do //  
Prefeito Municipal de Paraty, autuado sob nº AN-08060-529/87, de 30  
de julho de 1987, no qual solicita por certidão, o inteiro teor da  
Carta Régia de 28 de fevereiro de 1667, Códice 952, Volume 1, re -  
gistrada às fls.59. Certifico que revendo o referido códice, arqui -  
vado na Seção do Poder Executivo, desta Divisão, dele consta o se -  
guinte: "Dom Pedro Mas etc. El Rey vos envio muito saudar. Por par -  
te de Martim Correa Vasqueanes, se me fes aqy a prêsente cuja cõ -  
pia com esta se vòs remete assinada por Manoel Barreto de Sampayo  
Secretario do meo conselho Ultramarino, em que pertende que lhe //  
conceda licença para fazer h'ua Villa a sua custa de quarenta mora -  
dores no sitio de Paraty que dista do Cabo Frio oito ou nove lègoas  
para o Sul, aonde dis que tem huas terras desertas, e que se possa  
chamar Senhor della, com todas as patrimonencias concedidas aos que  
fundarão semelhantes Villas, e por que aqui senão pode deferir a /  
este requerimento me pareceo encomendar vos, quanto a dita petição  
me informeis com toda a particularidade de tudo o que nella se re -  
fere e pede Martim Correa, ouvindo para isso aos officiaes da Cama -  
ra dessa Cidade, e ao Procurador da Coroa della, para cujo effeito  
se nos apresentarão por parte do mesmo Martim Correa todos os papeis  
que para este negocio fosem necessarios e de tudo o que achardes /  
me acuzareis por via do meo Conselho Ultramrino. Escrito em Lisboa  
em 28 de fevereiro de 667. Rey. Pello Conde de Arcos. Para o G<sup>OR</sup> /  
do Rio de Jan<sup>RO</sup>. 1ª Via". E para constar onde convier eu ALAIR LI -  
MA LARANJA MANDOSIO, Agente Administrativo S.A. 801 Referência NM  
31, Classe S, passei a presente certidão que assino *Alair Lima*  
*Laranja Mandosio* Confere, VÂNIA LÊDA IORIO CARLOS DA CUNHA, /  
Arquivista - AR 2301 NS - 7 *Vânia Leda Lima Carlos da Cunha*  
Rio de Janeiro, 02 de outubro de 1987, *Vânia Leda Lima Carlos da Cunha* Substituta do  
Diretor da Divisão de Documentação Escrita do Arquivo Nacional.



## REQUERIMENTO - TRANSCRIÇÃO

*Requeiro que por intermedio da Prezidencia da Provincia se exijão, e com urgência da Comarca Municipal da Villa de Paraty, afim de serem presentes a Assembléa Provincial n'esta mesma Sessão os documentos seguintes: 1º Certidão ou copia authentica da Sesmaria de legoa e meia de terra na testada, e de meia legoa de fundo concedida a Maria Jacome de Mello, filha de João Pimenta de Carvalho Procurador do Donatario, ou Donataria da antiga Capitania de São Vicente. 2º Informação circunstanciada do lugar, em que se acha o marco, que serve de pião as terras da dita Sesmaria, de qual seja o rumo da testada d'ella e quantas braças ha de terreno desde o referido Marco até ao Mar na linha perpendicular a da testada dita – 3º Certidão do titulo de Doação que fez Maria Jacome de Mello, da parte desse logradouro da Sesmaria comprehendendo o terreno entre o Rio Possocinguaba – vulgarmente chamado Matheus Nunes, e o Perequeguassu desde a testada da Sesmaria até appurar, afim de ali se edificar a Villa e ser esse terreno o seu Rocio – 4º Na falta desse titulo, cujo registro foi visto por muitas pessoas nos livros da Camara, informação explicita, e circunstanciada do indicio ou prova da falta desse registro da época do desaparecimento, e de querer o interessado em subtrair as folhas do livro em que se achava transcripto esse raro manuscrito.- 5º Informação da época em que foi mudado o Rio Perequeguassu do leito e foz primitivas para as actuaes, se em vida de Maria Jacome de Mello e antes da doação, ou se quando a Fazenda do Bananal e já filial n'aquella*



*(ilegível) seus herdeiros. 6º Certidão de Tombamento posteriormente feito por hum Corregedor da Comarca no terreno da possessão da Camara, afim de não sofrer novas e semelhantes invasões o mencionado terreno, acompanhão a informação do lugar em que principiou as medições do Tombamento, isto he, se da Foz actual, se do primitivo Rio Perequeguassu – 7º Informação do motivo porque foi chamado Morro da Villa Velha o Morro, que (ilegível) entre a fóz, e leito actuaes ao lado da Villa, e afoz e leito primitivos na praia da Jabaquará e se ainda existem vestigios de edificios na coroa do dito Morro. 8º Certidão dos Titulos de domínio do terreno entre o leito e foz primitivos e os actuais do Rio Perequeguassú desde o ultimo actual possuidor ate ao primeiro que provinha daquela Sesmeira Maria Jacome de Mello, em o logradouro da qual Sesmaria se acha o dito terreno entre leito natural e artificial do Rio..- 9º Certidão da Ordem Superior se houve pela qual a Camara fosse desapropriada, ou de acto sem por o qual se desapropriasse do terreno em que teve principio a Povoação, isto é entre o leito e foz actuaes primitivos do Rio Perequeguassú ou informação das memorias e tradição que haja da maneira porque passou esse terreno da propriedade da Camara para de particulares.- 10º Exposição das vantagens que provirão a Villa no presente e no porvir (atte tão pincipalmente a Lei que decreta a restituição do Rio Perequeguassú em seu leito primordial) da reintegração da Camara no domínio e posse do terreno, que existe entre o leito e fóz actuaes e a primitiva do mencionado Rio – Paço da Assembleia Legislativa Provincial. Sessão de*



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

*Conforme*  
*Servindo de Oficial*  
*Luiz Honorio Vieira Couto*



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

*Informe a Camara Municipal da Villa de Paraty, á vista do requerimento junto por copia, que foi enviado pela Assembléa Legislativa Provincial a esta Presidencia; remettendo as diversas certidoes de que ahi se trata, com a possivel brevidade: a fim de serem presentes á mesma Assembléa n'esta Sessão. Ni ctheroy 6 de Março de 1841- Manoel Jozé de Souza França*



P A R A T Y

Pratas:

2. Píxides de prata doiradas, pertencentes á Irmandade do SSmo.
1. Relicario novo
1. Chave doirada do Sacrário
1. Concha p/ o uso dos Batismos.
1. Chave do Batisterio, ou do Armario dos Santos Oleos.
1. Caixa com 2 Ambulas dos Santos Oleos, e 1 Ambula e caixa de folha pintada.
1. Par de galhetas com o seu prato.
2. Cálices, com os seus pertences doirados.

As Imagens, são pertencentes ás Irmandades, por cada um dos Altares.

Móveis:

1. Planeta de damasco branco com seus pertences.
1. Dita de damasco encarnado, com os seus pertences.
1. Dita de damasco roxo com os seus pertences
1. Dita de cetim branco, com os seus pertences.
1. Dita de xamalote encarnado com os seus pertences.
1. Dita " " roxo " " "
1. Dita " " verde " " "
2. Ditas de damasco branco com galão d'oiro, e seus pertences.
2. D'almaticas de xamalote branco e encarnado
1. Capa d'Asperges branca e encarnada
1. Véo d'ombros de damasco branco.
1. Estola de seda d'oiro branca.
1. Dita " " roxa
1. Dita " veludo preto com franjas d'oiro.



3. Ditas de lino de linho p/ a Comunhão
5. Altos de bertanha
5. Cingulos de algodão
7. Corporais com suas guardas rendadas
6. Pálas brancas
6. Purificadores de linho
3. Manustergios rendados, e 3 lisos.
5. Toalhas de bertanha do Altar, rendadas
3. Ditas de linho p/ a Comunhão
2. Ditas de bertanha rendadas, das grades
2. Ditas de linho, lisas do Altar
2. Ditas do Lavatório
5. Missais
2. Pedras d'Ara
1. Cruz de Procissão prateada, e 2 pretas pequenas
2. Pares de galhetas de vidro
1. Terno d'Ambulas para os Santos Oleos, de estanho
4. Campainhas pequenas
1. Espelho grande na Sacristia
1. Constituição
1. Cerimonial
3. Confeccionários grandes
2. Credencias de caubiuna
1. Bofete grande na Sacristia
1. Cadeira grande paroquial
6. Bancos rasos de madeira
1. Escabélo de moscovia
2. Ferros de fazer Óstias
2. Ditos de cortar partículas
2. Caldeirinhas de cobre para aguardente
1. Pia Batismal de pedra Mármore
1. Sino meão
1. Dito pequeno



(3) 3.

1. Terno de Sacras com seus vidros

As peças de prata, e tudo o mais que se divisa nesta Freguesia digo, Igreja, é pertencente ás Irmandades, principalmente a do Santíssimo e Nossa Senhora dos Remedios.



## **LIVRO DE ELEIÇÕES, POSSES E CONCORDATAS DA IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO - 1831 a 1955, p. 134 v a 135**

Termo de recebimento de uma Bacia de prata, um par de serpentinas, também de prata emais trinta e quatro castiçães galvanizados que offerta a Exm<sup>a</sup> Snr<sup>a</sup> D. Geralda Maria da Silva a ésta Irmandade.

Aos vinte dias do meis de Janeiro de mil e oitocentos e oitenta e quatro, n'esta Cidade de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty em a residência da Exm<sup>a</sup> Snr<sup>a</sup> D. Geralda Maria da Silva onde eu Irmão Escrivão desta Santa Irmandade acompanhado do Irmão Thezoureiro, e de hum Irmão Procurador, para o fim de areceber a offérta feita pella mesma Exm<sup>a</sup> Snr<sup>a</sup> D. Geralda de uma bacia de prata pezando dous quillos trezentas e setenta gramas, um par de serpentinas tambem de prata, pezando dous quillos digo dous Killos e trezentos grammas com acondição porem, que a Irmandade nunca poderá dispor d'estes objectos seja a qualquer pretexto mais no cázo que haja força maior que obrigue a Irmandade a dispor destes objectos, o seu producto repartir-se-há pelos pobres desta Cidade á razão de mil reis por cada um: Objectos estes que forão entregues ao Thezoureiro presente e assim mais trinta e quatro castiçaes galvanizados para as festividades feitas nesta Matriz, cuja administração interna, na falta do Thezoureiro será feita pelo Revm<sup>o</sup> Vigario desta Cidade. E para constar se lavrou opresente termo que assignamos. E eu Manoel Justino de Freitas Escrivão que o escrevi e assigno (a.a.) Manoel Justino de Freitas. - Geralda Maria da Silva.- Antonio Joaquim da Silva Miranda.-Antonio Ferr<sup>a</sup> Brandão.-



**LUX**  
JORNAL  
RIO DE JANEIRO

**Jornal do Commercio**  
RIO DE JANEIRO

12 ABR. 1953

## O "Jornal" de 1853

1081  
ANNO XXVIII — SEGUNDA FEIRA 11 DE  
ABRIL — N. 100

Obs.: Nada merecedor de transcrição

ANNO XXVIII — TERÇA FEIRA 12 DE ABRIL  
N. 101

### JORNAL DO COMMERCIO

Comearão hontem á tarde, e completão-se esta manhã na Capella Imperial, as cêrmonias das exequias da serenissima princessa a Sra. D. Maria Amélia.

Assistirão hontem a este acto SS. M. M. I. acompanhados da corte e pessoas de distincção.

As fortalezas e embarcações de guerra estiverão com a bandeira em feneral e derão a salva de estylo na occasião em que principiarão as solemnidades religiosas.

### COMMUNICACAO

*Deputação do Rio de Janeiro* — A câmara municipal resolveu mandar ao Sr. desembargador José Antonio de Miranda diploma para supprir na camara dos deputados a vaga que deixa provisoriamente o Sr. Dr. José Maria da Silva Paranhos, que se acha fóra do imperio em serviço publico.

*Chafariz de Paraty* — Está concludo o encanamento das aguas para o chafariz de Paraty, e o Sr. presidente da provincia do Rio de Janeiro vai amanhã no vapor de guerra *Pedro II* assistir á solemnidade com que os habitantes daquela cidade pretendem festejar o remate de uma obra de tanta importancia.

### ANNUNCIOS

Aluga-se uma ama de leite, assejada, recolhida, carinhosa para crianças, e com muito e bom leite, por 24\$ mensaes pagos adiantados; na rua dos Arcos n. 20, sobrado.

Vende-se um preto forte de boa figura, muito fiel e diligente, dá-se por 700\$ porque se precisa do imposto; outro de idade, forte e por 250\$, carrega agua; na rua dos Pescadores n. 57, 2º andar.



## TRANSCRIÇÃO DE CERTIDÃO

Benedicto Jordão dos Santos  
Serventuario Victalicio do  
Segundo Officio de Justiça  
do Municipio e Comarca de  
Paraty, Estado do Rio de Janeiro  
por nomeação na forma  
da lei etc...

Certifico que  
revendo o archivo do Cartorio  
do segundo officio a meu  
cargo, nelle encontrei o li-  
vro de lançamento das Ca-  
pellas existentes nesta Cida-  
de de Nossa Senhora dos Reme-  
dios de Paraty, as folhas nove  
e dez do mesmo livro consta  
o assentamento da Capella  
de Nossa Senhora do Rosario  
que ora me é pedido verbal-  
mente por Certidão e cujo  
theor é o seguinte:- Capella  
de Nossa Senhora do Rosario.  
A Capella foi construída  
a mais de hum século com  
esmollas sob administra-  
ção e proteção dos finados Ma-  
noel Ferreira dos Santos e Pedro  
Ferreira dos Santos, não se em-  
contrando provisão de sua Crea-  
ção – Recebimento certo he a quan-  
tia de setenta e cinco mil reis.  
juros de seis por cento ao anno



anno (ilegível) de hum  
contoduzentos e cincoenta  
mil reis. Possui mais  
quatro braças de chãos  
por de traz da Capella, que  
foram doados a Irmanda-  
de para Adro, em mil sete-  
centos quarenta e cinco  
pela Camara desta Cidade.  
Possue mais Huma Corôa  
de prata da Senhora do Rosa-  
rio. Huma Coroa de prata  
do Menino Deos. Hum Ro-  
zario com borla e cruz tudo  
de ouro. Hum rozario de vi-  
dro cor de vinho enfiado em  
cordão de ouro, com cruz e  
crucifixo de ouro. Hum ro-  
zario de marfim. Hum par  
de brincos de ouro cravado de  
diamantes, dado por Dona  
Anna Maria Dias de Moura.  
Huma coroa de prata da Ima-  
gem pequena de Nossa Senho-  
ra do Rosario, dois calix com  
patenas e colheres de prata.  
A metade de hum turibu-  
lo e naveta de prata. Hum  
vazo de prata para as com  
munhões. Hum crucifixo  
e resplendor de prata da Ima-  
gem de São Francisco. Huma  
vara de prata com a Ifige da



da Senhora (ilegível) de  
prata e hum setro do Rei  
e Rainhha. Huma cruz e  
diadema de prata da Im-  
agem de São João. Huma co  
rôa de prata da Imagem de  
Santa Barbara. Huma  
coroa de prata da Imagem  
de Santa Luzia.- Declara  
o Thesoureiro que desta quan-  
tia só existe a de oitocentos  
oitenta mil quinhentos  
e quarenta e quatro reis,  
em créditos e vale, que foi  
o que recebeu do ex-thesou-  
reiro. Paraty, 16 de Agosto de 1870  
O Thesoureiro João Francisco de  
Paiva Bastos. O Escrivão Joa-  
quim Gomes (ilegível)  
dor de prata(ilegível)  
São Francisco (ilegível)  
Thesoureiro(ilegível)  
Joaquim Gomes(ilegível)  
de de Paraty, (ilegível)  
Julho de (ilegível)  
cincoenta (ilegível)  
senta e (ilegível)  
João Fran(ilegível)  
O Escri (ilegível)  
quim (ilegível)  
se (ilegível)  
tamento (ilegível)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

(ilegível a princípio declarado do qual me reporto e dou fé, n'esta Cidade de Paraty, aos oito dias do mez de Abril do anno de mil novecentos e trinta e um. Eu Benedicto Jordão dos Santos Tabellião e Escrivão do Segundo Officio que o escrevi e assigno depois de conferir e achar conforme.

Sobre selos estaduais do valor de 1:200\$000, consta:  
Paraty, 8 de Abril de 1931  
Benedicto Jordão dos Santos





da Melhorada... s de  
prata e humo... do Rei  
e Rainha. Humo...  
diadema de prata da...  
gem de São João. Humo...  
Prin de prata da...  
Santa Barbara. Humo...  
Coroa de prata da...  
de Santa Luzia. Declara  
o Thesourinho que...  
tia só existe a de...  
oitenta mil...  
e quarenta e quatro...  
em credito e vale, que...  
o que recebeu do ex-...  
Thesourinho. Paraty, 16 de Agosto de 1870.  
Thesourinho João Francisco de  
Carva Bastos O Escrivão João  
Guim Gomes...  
Prin de prata  
São Francisco  
Thesourinho  
João Guim  
de Paraty  
Guilherme de  
Cincoenta  
de...  
João Francisco  
O Escrivão  
João Guim  
de Paraty  
Francisco

com novo a grisei  
 Ato de arado do qual me  
 refero e dou fei, feita  
 Cidade de Tabaty, aos oito  
 dias do mes de Maio do Anno  
 de Mil e novecentos e trinta  
 e um. Eu Benedicto Jos  
 das Ros Santos Tabullian de Ter  
 ceira de Segunda Officio  
 que o escrevi e asubguo de  
 pris de Carjeira Sacha  
 Con Jornal

100,000  
 2,000  
 5,500  
 1,200  
 0,870  
 0,000  
 0,870

Tabaty, em 10 de Maio de 1931  
 Benedicto Jos das Ros Santos





**Único**  
**Serviço Notarial e Registral de Paraty - RJ. - Privatizado**  
CNPJ.: 30.320.238/0001-65

Vanderlei Jerônimo de Araújo  
Notário/Registrador - Mat. 06/1996

Rua Marechal Deodoro, nº 558 - Salas 01/11 - Bairro de Fátima - Paraty/RJ. - Tel.: (24) 3371-1596/3371-2893/3371-2771  
E-mail: cartorio@cartorioparaty.com.br

CERTIDÃO Nº 0087/2015

**CERTIDÃO**

**CERTIFICO**, atendendo a solicitação

contida no requerimento datado de 02 de fevereiro de 2015, a pedido de *Nilson Netto Dantas*, que revendo em meu poder e Serventia, verifiquei no Livro nº 60 de Notas, antigo nº 98, do extinto Cartório do 1º Ofício, hoje Único Serviço Notarial e Registral de Paraty/RJ., às folhas 41v a 43, a escritura do teor seguinte: **ESCRITURA DE DOAÇÃO INTER-VIVOS DE TRINTA E TREZ METROS QUADRADOS, DE TERRAS, NO CORUMBÊ, 1º DISTRICTO DO MUNICÍPIO, QUE FAZEM FERNANDO MANOEL CAETANO E SUA MULHER, À IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS DESTA CIDADE, NO VALOR DE CINCOENTA MIL REIS, 50\$000: SAIBAM**, quantos esta escritura de venda de doação inter-vivos virem, que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil novecentos e dezenove, aos quatorze dias do mês de Maio, n'esta Cidade de Paraty, do Estado do Rio de Janeiro, Republica dos Estados Unidos do Brazil, em meu Cartório, perante mim, Tabellião do primeiro Officio, compareceram partes justas e contractadas, de um lado como **OUTORGANTES DOADORES**= **FERNANDO MANOEL CAETANO e sua mulher Dona RITA MARIA DA CONCEIÇÃO**, de outro lado como **OUTORGADA DOADA**: a **IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS** desta Cidade de Paraty, representada pela Meza administrativa, composta dos Irmãos Ozeas Martins de Almeida, Provedor, Benedicto Jordão dos Santos, Escrivão, Silvino Antonio do Carmo, Thezoureiro e Pedro de Almeida e Silva, Procurador, residentes neste Município e reconhecidos pelos próprios de mim Tabellião, e das cinco testemunhas infradeclaradas: e assignadas; do que dou fé, ahi me deram o bilhete de distribuição da presente escritura, a mim hoje distribuída, o qual fica archivado em meu poder e Cartório. Em seguida pelos doares, marido e mulher, me foi uniformemente dito, na presença das testemunhas, serem elles, senhores, donos e legítimos possuidores de **uma situação de terras agrícolas no lugar denominado Corumbe, 1º districto do Município, com vinte 20 alqueires de terras**, dividindo de um lado com as propriedades de Jesuíno Soares de Oliveira e herdeiros da finada Heleodora Alves da Silva, de outro com



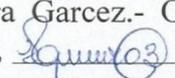
# Único Serviço Notarial e Registral de Paraty - RJ. - Privatizado

CNPJ.: 30.320.238/0001-65

Vanderlei Jerônimo de Araújo  
Notário/Registrador - Mat. 06/1996

Rua Marechal Deodoro, nº 558 - Salas 01/11 - Bairro de Fátima - Paraty/RJ. - Tel.: (24) 3371-1596/3371-2893/3371-2771  
E-mail: cartorio@cartorioparaty.com.br

## CERTIDÃO Nº 0087/2015

as que foram de José de Souza Lima, testada no mar e fundos com quem de direito, da referida situação, no lugar onde era edificada uma casa de morada, doam a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios desta Cidade, trinta e trez metros, 33, quadrados, de terras, para o fim especial da referida Irmandade, conceder o direito de nas terras doadas, ser edificada uma Capella para a Imagem de Nossa Senhora dos Remédios, que há muitos annos serve de Devoção aos moradores d'aquelle reducto e vizinhos. Ficando ainda a Irmandade doada na obrigação de depois de constituida a nova Irmandade passar o imóvel doado. Pela doada na forma representada, foi acceita a presente escriptura com as condições nella contidas e me deram o talão do imposto do theor seguinte: Da Sa. Parreiras Nº 40 – Collectoria de Rendas do Estado do Rio de Janeiro Exercício de 1919 – Imposto de Transmissão intervivos – A fl. do livro de Receita fica debitada ao actual Collector a quantia de Trez mil e trezentos reis que em 14 de Maio de 1919 pagou a Irmandade de N. S. dos Remédios representada pelo seu provedor Ozeas Martins de Almeida e outros pelo imposto respectivo a 66% sobre a de 50\$000 preço por quanto recebe de Fernando Manoel Caetano e sua mulher um quadro de terras, com trinta e trez 33 metros quadrados tirados da situação dos mesmos, sita no Corumbê, 1º districto deste Município, conforme a guia do Tabellião do 1º Officio – Imposto – 3\$300 – Collectoria de Paraty em 14 de Maio de 1919 – Pelo Collector GM. de Castro – O Escrivão – Assim Outorgaram do que dou fé e me pediram para em minhas Notas, lavrar o presente Instrumento, lido e acceito, assignam, fazendo a rogo da Outorgante Rita Maria da Conceição, por não saber ler nem escrever, Manoel Virginio Cananéa, com as testemunhas, Jesuíno de Castro Rubem, Lindolpho Pinto da Silva, Cecílio José Soares, José Soter de Oliveira Garcez e Joaquim Marcellino de Oliveira Garcez, residentes nesta Cidade e reconhecidos de mim Manoel Walfrido da Silva, Tabellião, que a escrevi e assigno. (as.) Manoel Walfrido da Silva.- Paraty, 14 de Maio de 1919. (a.a.) Fernando Manoel Caetano.- Manoel Virgino Cananéa.- Jesuíno de Castro Rubens.- Lindolpho Pinto da Silva.- Silvino Antonio do Carmo.- Oséas Martins de Almeida.- Benedicto Jordão dos Santos.- Pedro de Almeida e Silva.- Cecílio José Soares.- José Soter de Oliveira Garcez.- Joaquim Marcellino de Oliveira Garcez.- O referido é verdade e dou fé. Paraty, 02 de fevereiro de 2015. Eu, 



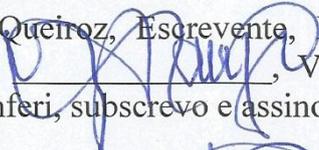
# Único Serviço Notarial e Registral de Paraty - RJ. - Privatizado

CNPJ.: 30.320.238/0001-65

Vanderlei Jerônimo de Araújo  
Notário/Registrador - Mat. 06/1996

Rua Marechal Deodoro, nº 558 - Salas 01/11 - Bairro de Fátima - Paraty/RJ. - Tel.: (24) 3371-1596/3371-2893/3371-2771  
E-mail: cartorio@cartorioparaty.com.br

CERTIDÃO Nº 0087/2015

Lízia Pádua de Queiroz, Escrevente, Inscr. 94/4792, que digitei, conferi e subscrevo. E eu, , Vanderlei Jerônimo de Araújo, Titular, Mat. 06/1996, conferi, subscrevo e assino.

**VANDERLEI JERÔNIMO DE ARAÚJO**  
**TITULAR - MAT. 06/1996**

(Tab. 16, nº 01= (R\$ 0,72 x 20) = 14,40 + Tab. 16, nº 02= (16,34 x 02) = R\$ 32,68 + Tab. 16, nº 04= R\$ 8,53; **Sub Total = R\$ 55,61** + 20% (Lei 3217/99) = R\$ 11,12 + 5% (Lei 4664/05) = R\$ 2,78 + 5% (Lei 111/06) = R\$ 2,78 + 4% (Lei 6.281/12) = R\$ 2,22 = **Total = R\$ 74,51**)

Poder Judiciário - TJERJ  
Corregedoria Geral da Justiça  
Selo de Fiscalização Eletrônico  
**EASL 22702 NCE**  
Consulte a validade do selo em:  
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

## Caravana da Saudade

Promovida pela Diretoria do Centro Paratiense, como vem se verificando todos os anos, seguiu para Parati no dia 7 e regressou a 9 do corrente, a «Caravana da Saudade», sob a direção dos nossos distintos conterrâneos Srs. Horacio Walfrido e Oscar Rosario.

Bastante satisfeitos voltaram os paratienses de mais essa excursão, onde foram em adoração à nossa padroeira N. S. dos Remédios, em visita a parentes e amigos e ainda, matar as saudades da terra querida, da qual o paratiense jamais esquece, esteja ele onde estiver.

Abrilhou, não só a excursão, mas, também, as festividades em louvor a Nossa Senhora dos Remédios, o afinadíssimo conjunto musical, levado pelo Centro e sob a direção dos Almeida Cruz, que nunca medem sacrifícios para a realização dessas excursões à nossa terra.

Tudo o programa traçado, foi religiosamente realizado, recebendo ainda, o Centro Paratiense, por ocasião do tradicional baile da Caravana, que se realizou nos salões do Paratiense A. Clube, uma significativa homenagem do Prefeito local, nosso prezado amigo e conterrâneo Sr. Aloisio de Castro, na qual usaram da palavra vários oradores, entre eles o nosso velho amigo Dr. Mario Caldas, Ve-  
dedicado amigo de

o Sr. Prefeito Paratiense», a voz da colônia, a homenagem, de um governo de paz e para a nossa terra.

## O Sr. Oséas Filho voltou maravilhado

De seu regresso da terra natal, onde foi em visita ao seu progenitor e parentes, o nosso distinto amigo e conterrâneo Sr. Oséas Martins de Almeida Junior, ouvido pelo «O Paratiense», sobre as impressões que trouxera, fez as seguintes declarações:

— Dest: vez, eu trago de nossa terra, a melhor impressão. Parece que chegou enfim, a nossa vez.

Nota-se que o progresso vem dominando aquelas paragens, seja pelo desusado movimento reinante na cidade, seja pelo interesse na compra de imóveis ou nas construções. Tudo vem se valorizando rapidamente.

Quanto ao setor administrativo e político, também evoluímos. O atual Prefeito está governando nas mesmas normas adotadas pelo Governador do Estado: não conhece correligionários nem adversários quando tem que aplicar as exigências da lei.

Achei tudo em ordem e, a preocupação dos nossos conterrâneos ou melhor, da população, é trabalhar para a grandeza do município.

## Viajantes ilustres

Em viagem de negócios esteve em Santos e São Paulo o nosso distinto amigo e conterrâneo Sr. José Rodrigues de Aquino Junior, industrial e agricultor em nossa terra e negociante nesta capital.

Esteve nesta capital o nosso amigo e conterrâneo Sr. José França, conceituado negociante em nossa terra.

## SOCIAIS

### ANIVERSARIOS

No mês de agosto pp., a Sra. Gertrudes Spittel da Gama, esposa de nosso conterrâneo Sr. Edgard Dias da Gama.

No dia 2, o peralta Jorge, filho de nosso amigo Geraldo de Almeida Cruz.

No mesmo dia, a nossa conterrânea Sra. Geralda de Alvarenga Corrêa.

No dia 4, a graciosa Sta. Alba Rosalia Corrêa de Almeida, filha de D.<sup>a</sup> Sabina Corrêa de Almeida.

No dia 9, o Sr. Serafim Sergio do Nascimento, progenitor de nosso Diretor Sr. Benedicto Miranda do Nascimento.

No mesmo dia, a Sra. Beatriz de Almeida Marques.

No dia 10, a Sra. D. Ondina Sampaio, virtuosa esposa de nosso amigo e conterrâneo Sr. José Apulchro de Sampaio, negociante nesta praça.

No dia 11, o garoto Aldo, filho de nosso amigo e conterrâneo Sr. Benedito Pereira da Cruz.

No dia 12, a Sra. Auta de Alvarenga Araujo, genitora do Sr. Lupercio Soares Filho.

No mesmo dia, o nosso amigo e conterrâneo Sr. Oscar Luiz do Rosario, funcionário do City Bank e tesoureiro do Centro Paratiense.

Ainda no dia 12, D.<sup>o</sup> Olinda Salcêdo, negociante em Duque de Caxias e sogra de nosso amigo e conterrâneo Sr. Alair de Oliveira Costa.

No dia 17, o nosso amigo Sr. Expedito de Almeida Cruz.



Estado do Rio de Janeiro  
COMARCA DE PARATY  
Cartório do Offício Único



TABELIÃO  
Bel. Nilson Netto Dantas  
Técnico Judiciário Juramentado  
Bel. Vanderlei Jerônimo de Araújo

Travessa Santa Rita nº 18 – Edifício do Forum – Paraty – RJ

Tel.: (0243) 71-1596

CEP 23.970

LIVRO Nº 20

FOLHAS 26/30

C E R T I D ã O

C E R T I F I C A D O, atendendo à requerimento feito pelo Sr. Júlio Cezar Neto Dantas ao Sr. Oficial deste Cartório, recebido em data de 13 de maio do corrente ano, que depois de rever em meu poder e Cartório, o Livro nº 20, de Notas, do extinto Cartório do 2º Ofício, hoje Ofício Único, nele às fls. 26/30, consta o Registro do teor seguinte: Registro do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosario. Por ordem de sua Excellencia Reverendissima, numerei e rubriquei este livro que serve de Compromisso da Irmandade das pretas da Villa de Paraty, de que fiz este Termo hoje. Rio de Janeiro e de Agosto vs de V.S.50. Manoel Corrêa de Lacerda - Rubriquei este livro por não estar rubricado por autoridade competente e com a rubrica Gomes, que usu e no fim leva encerramento. Paraty, vinte e cinco de Maio de mil oito centos e setenta. O Irmão provedor Manoel Pedro Gomes. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora dos Rosario das pretas da Villa de Paraty. Ilustrissimo, digo, Excellentissimo e Reverendissimo Senhor. Dizem os devotos de Nossa Senhora do Rosario das pretas da freguesia de Nossa Senhora dos Remedios da Villa de Paraty, deste Bispado que ha annos está esecta sem compromisso estatuto para se puderem bem reger para melhor servisso de Deos e conservação da dita Irmandade, para o que tendo feito os capitulos seguintes recorrem à piedade de Nossa Excellencia para lhes mandar passar provissão de erecção da dita Irmandade e confirmação dos ditos Capitulos. Pedem a Vossa Excellencia se digne com sua Cathólica piedade mandar-lhes passar



este presente anno servimos, a Confraria de Nossa Senhora do Rosario dos pretos da freguesia de Nossa Senhora dos Remedios da Villa de Paraty, desejamos que esta santa Irmandade, se augmente no serviço de Deos e tenha seus Estatutos pelos quais se governe e saiba cada um dos irmãos a obrigação que lhe compete para que assim se sirva a Mãe Santissima que veneramos e exercitemos o mais culto e veneração que puder ser, com as nossas devotas assistencias e te--monstrações e se defiquem os mais, para que nos inntem, fazendo-se irmãos desta Santa Irmandade, para mais gloria de Deos e da Mãe Santissima do Rosario, ordenamos os Estatutos seguintes para que com aprovação do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Bispo deste Bispado, possam ter validade perpetua. Capitulo primeiro. Ha verá nesta Santa Irmandade um juiz, uma juisa, um escrivão, um thesoureiro, dous procuradores na Villa, um para fóra della nas roças em cada bairro um andador que seja morador na Villa, quatro irmãos e quatro irmãos de meza e além destes haverá um rei e uma rainha . Capitulo Segundo nas vespervas da festa de Nossa Senhora que será na oitava do Natal que ha de assistir toda a Irmandade, na sua Cappella, junto o juiz que estiver servindo, com o Escrivão, procurador e thesoureiro. ali serão chamados todos os irmãos que hão de um em um e juiz, digo, e o juiz actual terá feito com o seu escrivão uma nominata em que estejam esenptos. os nomas de tres irmãos que entenderem em sua consciencia deve ser propostos para juiz outros tres para juisa, tres para procuradores, tres para andadores' e além destes nomearão tres homens brancos para escrivão, tres para thesoureiro e em segredo irá o juiz perguntando a cada um dos irmãos qual dos tres nomeados elege para juiz e assim para os mais cargos e o irmão irá tornando os votos de cada um e aquelle irmão que das propostas tiver mais votos, será o juiz e assim os mais officials e sendo caso que os votos impatem o juiz será o que deci



Estado do Rio de Janeiro  
COMARCA DE PARATY  
Cartório do Officio Unico



TABELIÃO  
*Bel. Nilson Netto Dantas*  
Técnico Judiciário Juramentado  
*Bel. Vanderlei Jerônimo de Araújo*

Travessa Santa Rita nº 18 – Edifício do Forum – Paraty – RJ

Tel.: (0243) 71-1596

CEP 23.970

LIVRO Nº 20

FOLHAS 26/30

decide o impate, inclinando-se sempre ao que for mais capas e con-  
veniente à Irmandade, procurador sempre que o escrivão e thesou-  
reiro sejam homens sem inclinação de consciencia e desoccupados.'  
Capitulo terceiro. O escrivão e thesoureiro que forem eleitos nes-  
ta Irmandade, pelos irmãos, não terão voto algum em meza e fóra '  
della, mas que tãe somente terá por trabalho escrever o que for '  
assentado pelo juis e mais irmãos de mesa e o thesoureiro terá a  
seu cargo guardar todas as cousas pertencentes a mesma Irmandade'  
para as dar em todas as funções que lhe forem pedidas e assim um  
e outro gosarão das mesmas exequias que se fazem aos 'mais irmãos'  
quando fallecem. Capitulo quarto. O juis querendo faser meza em '  
qualquer dia dos da obrigação, dará parte ao procurador, declran-  
digo, declarando-lhe o dia para avisar aos irmãos da mesa, escri-  
vão e thesoureiro para que se achem presentes na sua Capella para  
o dito effeito, com a multa de meia libra de cêra para a dita Ir-  
mandade, aquelle que faltar sem justificado impedimento e junto '  
no acto se proporá o caso para com mais votos se assentar no mais  
acestado e conveniente ao serviço de Deos e bem da dita Irmandade  
sem que para a dita resolução tinham votos o escrivão e thesourei-  
ro, como já ficam dito no Capitulo terceiro. Capitulo quinto - O  
officio de juis é de maior importancia e de maior pezo que ha nes-  
ta santa Irmandade, coprimeiso a quem pertence procurar com todo '  
o cuidado que os irmãos não faltem à sua obrigação, persuadindo--  
os a que assistam todas com muita deliquencia ao serviço de Deos,  
digo, da Senhora, do qual se não poderá escurar algum sem justa '  
causa. E tambem deve o dito juis por todo o seu cuidado no augmen-  
to da Irmandade selo nos seus ornamentos e cobrança dos annuaes '



thesoureiro a que assistirá o escrevi o escrivão para faser carga no livro da receita que para isso haverá. Capitulo sexto. Em todas as primeiras demingas do anno se ajuntarão na sua capella de manhã, o juiz e mais irmãos da mesa para o effeito de se faser entrega em mesa das esmolas da caixinha até aquele mes, para assim se entregar ao thesoureiro, fassendo-se-lhe carga no livro em que que assignará o dito thesoureiro, cuja carga será escripta pelo escrivão e no caso que por algum incidente tenha impedimento para não vir, poderá a mesa eleger outro escrivão tão somente para aquelle acto da mesa, sem que por isso fique o Escrivão da eleição privado de seu exercicio, advertindo que o escrivão que acabou de servir não poderá ser eleito para o anno seguinte e se ferra eleição em outro. Capitulo setimo. He o officio de thesoureiro de muita consideração nesta Irmandade porque d'elle depende a conservação dos bens della, em razão de que ha de ter em seu poder e cargo toda a fabrica da dita Irmandade e por essa mesma causa não poderá dispensar causa alguma para qualquer obra, compra ou outra qualquer causa, sem consentimento do juiz e mais irmãos da mesa e, fassendo o contrario não se lhe levará em conta o que houver dispendido e aquelles despesas que se fiserem se lançarão no livro dellas para a seu tempo constar e darem conta aos novos juiz, e mais officiais em tomando posse de seus cargos. Capitulo oitavo. O juiz preto dará de esmola no dia da festa de Nossa Senhora des patacas; a juisa, curco, o rei e a rainha quatro mil oitocento reis cada uma, digo, cada um; os irmãos de mesa cada um cinco tostões e os mais irmãos pagará, cada um de annual uma pataca; e os precutores ficarão isentos de paga por com mais zelo se applicarem em tirar esmolas. O juiz branco que quiser ser por devoção. Dará a sua esmola sem diminuição alguma e do juiz preto, mas antes se espera de seu bom selo de vantagem para maior argmen



Estado do Rio de Janeiro  
COMARCA DE PARATY  
Cartório do Officio Unico



TABELIÃO  
*Bel. Nilson Netto Dantas*  
Técnico Judiciário Juramentado  
*Bel. Vanderlei Jerônimo de Araújo*

Travessa Santa Rita nº 18 – Edifício do Forum – Paraty – RJ

Tel.: (0243) 71-1596

CEP 23.970

LIVRO Nº 20

FOLHAS 26/30

argmento da Irmandade e serviço da Senhora. De entrada cada um irmão sendo preto dará duas patacas; e sendo branco quatro patacas. Com obrigação de que estes nunca poderão servir a mesa. Capitulo nono. Fallecendo algum irmão que seja fono e tão pobre que não tenha com que ser enterrado, seu corpo e que em sua vida tenha sido pontual na satisfação dos seus annuaes e merada, o procurador terá o cuidado de avisar ao thesoureiro para que lhe compre sua humilde mortalha e lhe assista com a mais despera para o seu enterramento que será nassepulturas de nossa Capella e de tudo fara assento para apresentar, em mesa se lhe lavar em conta, como tambem o procurador avisará os Irmãos para o isem buscar no seu esquife e acompanhar o corpo e sepultura. E o que for avisado para este acto o não cumprir, sem justa causa, será multado em uma pataca para a Irmandade, de que terá cuidado o procurador para o faser saber a mesa para o executar, o que tambem acontecerá nos entes--sos, digo, nos enterros dos mais irmãos que faser captivos, sendo seus senhores tão pobres que lhes não possam dar mortalha, e assim rogamos aos senhores dos ditos escravos fallecidos fação saber ao procurador para lhe darmos sepultura nas da nossa Capella, a cujo acto assistirão os irmãos com suas opas e mais insignias, e para se evitarem desculpas inatendiveis, o procurador dará aviso ao andador para correr as ruas com a campainha para se juntarem os irmãos, dos quais cada um resará tres terços por alma do irmão que fallecer, offerecendo-as à Mãe Santissima do Rosario para que seja intercessora para com seu Benedicto, digo, Benedicto Filho. Capitulo decimo. Será obrigado a mesa de qualquer anno de mandar diser uma missa resada todas as primeiras Domingas do mes'



sas serão ditas por aquele sacerdote, desigo que a mesa eleger ca  
da anno por seu Capellão, para as ditas missas tão somente e fal-  
lecendo qualquer irmão tambem se lhe mandará diser por sua alma '  
uma missa de esmolas de trescentos e vinte séis a qual dirá o nos-  
so Reverendo paracho e na falta deste, ou não querendo, previnirá  
a outro qual sacerdote o nosso Capellão e della cobrará o procura-  
dor recibo para nos apresentar em mesa para constar estar, dita a  
referida missa. Capitulo decimo primeiro. Fallecendo o nosso Es-  
crivão e thesoureiro, será a Irmandade obrigada a dar-lhe sepultu-  
ra querendo-a e acompanhar seu corpo a qualquer Igreja, onde for '  
sepultado; e se lhe mandará diser missa, assim as escrivão, e '  
thesoureiro actual, como ao que ja tiver sido, digo, tiver servi-  
do nestes cargos na dita Irmandade. Capitulo decimo segundo. To-  
das as sepulturas de nossa Capella, juis, digo, todas as sepultu-  
ras de nossa Capella são para os irmãos desta irmandade isentos '  
de trilento algum e sendo caso que nellas se queira sepultar al-  
gum corpo, se não for irmão, do arco para cima dará a esmola de '  
seis mil réis; do arco para baixo até a porta travessa tres mil '  
réis, da porta travessa até a principal mil e quinhentos réis. Ca-  
pitule trese. Todo o juis, procurador e irmãos de mesa actuaes se-  
rão obrigados a defender o direito dominio da sua Capella não con-  
sentindo outra qualquer irmandade a faser acto alguns solennes co-  
mo simples, nem admitam contractos alguns de que lhes poderá re-  
sultar para o futuro tempo algum inconveniente, ou pleito e se '  
por a caso algum contracto se fiser e a mesa nelle convier estan-  
do nella irmãos captivos, será de nenhum vigor e por elle se não '  
poderá conseguir o effeito pretendido por ser de certo, que o fa-  
rão os dites irmãos com temor de algum castigo de seus senhores.  
Estaram as quieias do dito compromisso rubricado e numerados cuja  
rubrica era a seguinte fones, e na petição os seguinte despacho :



Estado do Rio de Janeiro  
COMARCA DE PARATY  
Cartório do Officio Unico



TABELIÃO  
Bel. Nilson Netto Dantas  
Técnico Judiciário Juramentado  
Bel. Vanderlei Jerônimo de Araújo

Travessa Santa Rita nº 18 – Edifício do Forum – Paraty – RJ

Tel.: (0243) 71-1596

CEP 23.970

LIVRO Nº 20

FOLHAS 26/30

despacho: O.O. e com ella junta e incorporada neste compromisso ' responde o R.D. Procurador da Mitra.- B.A. Excellentissimo e Reverendissimo Senhor. Li e examinei trese Capitulos que contem este ' Compromisso e nelles não achei causa que encontrei a jurisdicção ' ordinaria, excepto o capitulo dose em que nelle se dis.... todas ' as sepulturas de nossa Capella são para os irmãos desta Irmandade isentas de trilento algum, porque isto se deve entender sem prejuizo dos direitos parochiaes, em que dispensa as escolas que se devem pelas sepulturas em que, continua o dito Capitulo, pertence e se deve dar a metade dellas a falenica da matris, como determina a Constit. e sendo assim não devido que se passe aos supli, digo, supplicados provisão de confirmação dos dito trese capitulos que contem este compromisso, sendo este Compromisso numerado e rubricado por quem Vossa Excellencia determinar que em tudo mandará o que for servido.- Procurador da Mitra Antonio de Gouvêa. Dom Frei Antonio do Desterro por Mercê de Deos e da Santa Sé Apostolica, Bispo' do Rio de Janeiro e do Conselho de sua Magestade. Aos que esta nossa provisão virem saude e par em o Senhor que de todos e verdadeiro remedio e o alvação. Fazemos saber, digo, fazemos saber que attendendo aos que pela petição retro me invocaram os dignes devotos de Nossa Senhora do Rosario da parte da freguesia de Nossa Senhora dos Remedios da Villa de Paraty, deste nosso Bispado hei-me por bem della concedermos, como pela presente nossa provisão lhes concedemos para que estes devotos possam exigir de novo uma Irmandade a mesma Senhora, approvaram o dito compromisso, para seu bem regimen. Dado nesta cidade do Rio de Janeiro, sob manso signal e sello de nossa chancellaria, aos vinte de Agosto de mil sescentos e cin



de Portugal e dos Algarves d'aquem e d'alem mar, em Africa Senhor ' de Guiné Cavalheiro da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo. Faço ' saber que attendendo a me representarem o Juis e mais irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosario das pretas da Villa de Paraty, do Bispado do Rio de Janeiro serem por ignorancia confirmado o seu compromisso pelo ordenario do mesmo Bispado, sujeitando-se a elle, cuja incompetencia reconhecendo agora jurisdicção que a dita ordem compete, offerecam na minha real presença o mesmo compromisso implorando a minha real piedade. E pedindo-me fosse servido confirmal-o. O que visto e resposta que deu o Desembargador procurador ' Geral das ordens, Hei por bem fazer mercê as dita juis e mais irmãos da referida Irmandade, de lhe confirmar o compromisso escripto neste livro em sete meias folhas de papel com treze cpa, digo , capitulos, como com effeito confirmo e hei por confirmação por estar conforme o direito e as definições da dita ordem; tenha alem ' destes serviços, as seguintes cótas: Apresentados neste juiso, hoje vinte e sete de Abril de mil oitocentos e sessenta e tres. Cida dade de Paraty, vinte e sete de Abril de mil oitocentos e sessenta e tres. O Escrivão da Provedoria Joaquim Gomes Vieira. Era o que ' se continha em os tres capitulos, termos, petição, provisão e cótas do dito compromisso de Nossa Senhora do Rosario que bem e fielmente aqui os transasem dos proprios originaes com os quaes conferei entregando o respectivo livro a parte que por aho, digo, achalas em tudo conforme, assigno nesta cidade de Paraty, an dous dia do mez de Setembro de mil novecentos e doze. Eu Francisco de Almeida Cruz, Official do registro o escrevi e assigno. Francisco de Almeida Cruz. O referido é verdade e dou fé. Paraty, 14 de maio de 1.991. Eu, , official, que fiz datilografar e presente ' certidão, subscrevi e assino.....



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT



Estado do Rio de Janeiro  
COMARCA DE PARATY  
Cartório do Offício Unico



TABELIÃO  
*Bel. Nilson Netto Dantas*  
Técnico Judiciário Juramentado  
*Bel. Vanderlei Jerônimo de Araújo*

Travessa Santa Rita nº 18 – Edifício do Forum – Paraty – RJ

Tel.: (0243) 71-1596

CEP 23.970

LIVRO Nº 20

FOLHAS 26/30

NILSON NETTO DANTAS

= TABELIÃO =



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

Compromisso da Irmandade de São Benedicto erecta na Igreja da Villa de Paraty vae numerado, e por Mim rubricado na conformidade das Minhas Reaes Ordens, e tem as folhas, que constão do seu encerramento. Rio de Janeiro 29 de Janeiro de 1814

Pe. Ant. de....



Senhor

Dizem o Juiz, Escrivão,  
Thesoureiro, Procuradores e mais Mezaríos da  
Confraria de S. Benedicto dos homens prêtos  
piamente erecta na Capella de Nossa Sen  
hora do Rozario da Frequezia de Nos  
sa Senhora dos Remedios de Paraty, q  
elles se tem regido té o presente sem estatutos p.  
um tacito consentimento dos Ministros tan  
to Ecceziáticos como Seculares, mas porque não  
devem continuar sem aprovação de V. A.  
....,a cujas leis estão sujeitos, de comum acor  
do fizerão os Capitulos seguintes de seu Com-  
promisso, para daqui em diante servir de  
regra a mesma Confraria, tudo em honra de  
Deos, e do seu Orago, e porque não podem  
elles ter a sua inteira força e devido cumpri  
mento, sem serem confirmados por V. A. R.  
requerem humildemente, em primeiro lu-  
gar a Provizão, pela qual fique sa-  
nada a nullidade da sua exercção.....  
segundo lugar a de sua confirmação



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

2v

Pedem a V. A. R.  
se sirva fazer-lhes a graça  
Implorada

E. R. P. H.



3

Nos, o Juiz, Procurador e mais Irmãos e Mor  
domos, que este prezente anno servimos a Confraria de S.  
Benedicto dos Pretos da Freguezia de Nossa Se  
nhora dos Remedios da Villa de Parati, desejan  
do q. esta Santa Irmandade se augmente no Serviço  
a Deos, e tenha estatutos, pelos quais se governe, e saiba  
cada hu dos Irmãos as obrigações, que lhe competem;  
paraque assim se sirva ao Glorioso S. Benedicto, q.  
veneramos e exercitamos seu maior culto, e veneraçoes, q.  
puder ser, com as nossas devotas assistências, e demonstra  
ções desta Santa Irmandade para maior glori  
a de Deos, e do Glorioso S. Benedicto, ordena  
mos os estatutos seguintes, para que com a aprovação  
de S.A. R. o Principe Regente Nosso Se  
nhor que Deos guarde, possam ter validade perpe  
tua.



3 v

## Capitulo 1<sup>o</sup>

Nesta Santa Irmandade haverá  
aquele numero de Irmãos Pretos de ambos os sexos,  
assim libertos, como escravos, que por sua devoção qui  
zerem servir ao Glorioso S. Benedicto, sem ex-  
ceptuar numero certo, assim como serão admittidos  
por Irmãos todos os homens, e mulheres brancas de  
todas as classes, que quizerem ser, assignando termo  
no livro competente, e sujeitando-se huns, e outros ás o  
brigaçoens deste Compromisso



## Capítulo 2<sup>o</sup>

### Haverá n'esta Santa Irmandade

conforme o costume antiqüíssimo hum Juiz, ehuma Juiza pretos, hum Escrivão, e hum Thezoureiro, dois Procuradores pretos na Villa, e hum por fóra dela nas Roças em cada bairro, hum Andador mórador na Villa, e doze Irmãos, e doze Irmãs de Meza.



### Capítulo 3º

O Juiz dará de jóia quatro mil reis, e da hi p<sup>a</sup> cima segundo sua devoção, o Escrivão dois mil reis, cada hum Irmão, e Irmã de Meza seis centos, e quarenta; dará tãobem a Juiza tanto, como o Juiz; e o Juiz branco, que quizer ser p. sua devoção, dará tanto, como o Juiz preto, e o mesmo a Juiza branca, e o mais que quizerem com fórme asua devoção. Todo o Irmão, que for admittido, dará pela sua entrada seis contos, e quarenta R, e annualmente cento, e sessenta R, excluimos porem aos Procuradores em razão do grande trabalho de não pagarem o seu annual.



## Capítulo 4º

Com os produtos das mezadas, annuaes, e esmól-  
las se festejará todos os annos ao Glorioso B. Bene-  
dicto, como té agora, ou com maior pompa / podendo  
ser / com Sermão, Missa cantada, Senhor Expos-  
to todo o dia, a que assistirão os Irmãos desta Ir-  
mandade com suas Opas, e Brandões accêzos confor-  
me o costume, e de tarde haverá Procissão, podendo ser /  
e recommendamos muito a nossos Irmãos Mezari-  
os, e mais Irmãos, que sejam prontos em concorrer com  
suas mezadas, e annuaes applicados em honra de  
Deos, e do Glorioso B. Benedicto, visto não  
Haver outro patronio, com que se possa supprir te-  
opresente.



## Capitulo 5<sup>o</sup>

No dia da Festa do Glorioso S. Benedicto, que sempre será na segunda oitava do Natal antes da Missa do dia, a que deve assistir toda a Irmandade, se recolherá o Juiz, Escrivão, Thezoureiro, e Procurador para a caza do consistório, onde se costumão fazer as eleiçoens, eterão feito hum rol de três homens pretos, q. em suas consciências entendão mais capazes p<sup>a</sup> Juiz, e com<sup>o</sup> para Juiza, e da mesma forma outros três para Escrivão, e Thezoureiro, pessoas estas, q. a Irmandade achar capazes, euteis para zelar da mesma, eomesmo se observará respeito aos Procuradores: o Juiz com o Escrivão ira tomando os votos de hum a hum, e em segredo qual dos três pospostos He mais capaz p.<sup>a</sup> Juiz, e damm<sup>a</sup> sorte p<sup>a</sup> os mais offes da Meza e o q tiver mais votos, será o Juiz, e o mesmo p. Escrivão, Thezour<sup>o</sup> e Procuradores, e no cazo d' haver em patê, o Juiz será, o q. decida a eleição, e na sua falta será o Escrivão, a quem compete, supprir em tudo na falta do Juiz, em cujas eleiçoens, assistirá sempre o nosso R.do Parocho.



## Capítulo 6º

Terá obrigação está Santa Irmandade mandar dizer seis Missas de esmólla de trezentos e vinte pela Alma de cada hese Irmão que falecer, assim como mandará dizer annualmente doze Missas pelos Irmãos vivos, e de functos, as quaes Missas se celebrarão no Altar do mesmo Santo no ultimo Domingo de cada mês, auque assistirão dois Irmãos com suas Opas, e Tóchas accêzas, como sempre se têm praticado te opresente, e estas Missas serão ditas por aquelle Sacerdote, que Meza eleger por seu Capellão, o qual passará as Certidoens competentes, sendo tão bem obrigado o dito Capellão a acompanhar os Irmãos fallecidos, té a sepultura conforme o ajuste, que fizer com a mesma Irmandade.



## Capítulo 7º

O Escrivão e Thezoireiro, assim como todos os Irmãos Mesarios, que servirem ao Gloriosos S. Benedicto, durante o tempo do seu exercício, gozarão dos mesmos privilégios, que gozão os Irmãos actuaes, esse algum delles falecer, se farão os mesmos sufragios, inda que não sejam Irmão



## Capítulo 8º

Todo o Irmão, que falecer será acompanhado até a sepultura pela corporação desta Irmandade na forma do costume, e no mesmo acto a obrigará ao Thezoireiro, para mandar dizer as Missas, tendo a quelle Irmão pago seus annuaes, e meçadas, alias não será esta Irmandade obrigada a mandar-se dizer as ditas Missas, salvo, se o Irmão, que falecer tiver servido, e pago por tempo consideravel, e depois cahir em pobreza tal, que não possa pagar, que neste cazo lhe farão todos os sufrágios: e os filhos dos Irmãos, que falecerem até a idade de dez annos, serão acompanhados á Sepultura p. esta Irmandade: as mulheres dos Irmãos, q. falecerem, continuando a pagar o annual, gozarão dos privilégios de seu marido, e como o marido pela mulher



## Capítulo 9º

Todos os alf<sup>es</sup> da Mesa juntos, e hum por todos, aquel le q` mais prompto de isso estiver, terão direito para requerer em juízo, e fora delle, para acautelar os bens desta Irmandade, e defender o direito da sua Capella, e depois da rão conta em Meza, para se lhe pagar, e assentar-se no q. for mais conveniente, e sendo caza, que se faça algum contracto em prejuízo da Irmandade e Capella, sendo a maior parte dos Mesarios escravos captivos ficará esse tal contracto nullo, e por elle se não poderá proseguir coiza alguma em prtejuizo da mesma Irmandade, por que se deve suppôr, que taes Mezarios fôrão indenizados, e forçados, para assim o praticarem, oq. esperamos, tal não aconteça, antes esperamos de nossos Irmãos, que todos igualmente entreguem o seu zelo ao augmento desta Santa Irmandade.



## Capítulo 10º

Toda a despeza consideravel que se fizer, será por Ordem da Meza, e abonada pelo Escrivão co respectivo Thezoureiro a excessão da Cêra, e outras coisas módicas, e uzuaes, que poderá o Thezoureiro comprar, e se lhe levará em conta, e recommendamâmos muito ao Thezoureiro que ponha todo o seu zelo em mandar vir do Rio de Janeiro a Cêra, e o mais necessário, por serem os preços mais commodos, e evitar a falta, que muitas vezes há nesta Vila.



## Capítulo 11º

Todo o augmento desta Santa Irmandade Consiste no zelo dos Officiaes délla, e muito em particular do Thezoureiro, porque deve ter em seu poder toda a Fabrica, e alfaias, que á elle pertence, e por esta causa terá esta Irmandade em vista de nomear pessoa de probidade, e zelo, de quem se faça toda a confiança, eq. seja morador da Villa.



## Capítulo 12º

Todos os últimos domingos de cada mês se apresentarão em Meza as caixinhas com as esmolas, de que cada huma tiver rendido, as quais serão entregues ao Thezoureiro, á quem se fará carga no livro competente pelo Escrivão desta Irmandade.



## Capítulo 13º

Todo o Juiz preto, que servir hum anno, não será eleito outro anno successivo, salvo, se der huma esmolla maior que os mais, e que as de costume, que neste cazo podera ser reeleito, para maior augmento da Irmandade. As dividas dos annuaes, emezadas poderão ser cobradas judicialmente, e aquelle Irmão, que for levado a Juizo segunda vez por semelhante culpa será expulso da Irmandade para sempre.



## Capítulo 14º

Recommendâmos muito aos nossos Irmãos Mezarios, que por serviço de Deos, e do Glorioso S. Benedicto ponhão todo o seu zelo no augmento, e devoção desta nossa Santa Irmandade em poupar suas esmollas, para das suas sobras se comprar<sup>a</sup> p. o futuro alguma propriedade de cazas, ou outros bens de raiz, que sirva de patrimônio ao mesmo Santo, assim como para concorrer, com o que puder para accrescentamento da Capella Mór de Nossa Senhora do Rosario, onde existe o mesmoo Santo quando a Irmandade da mesma Senhora se propozer a isso.



## Capítulo 15º

Em todos os annos no Mês de Março Omã-  
is tardar se juntarão em Mesa os Irmãos, que es-  
tiverem servindo, tendo feito a conta da receita, e dês-  
peza da quelle anno no livro competente, e manda-  
rão avisar os Irmãos novos que forão elleitos, elhes  
darão posse no livro competente dos cargos, em  
que cada hum foi eleito, declarando lhes o esta-  
do das contas, e todos os bens, e alfaias, que a Ir-  
mandade possui, e todos assignarão.



## Capítulo 16º

Esta Irmandade será sempre obrigada a acompanhar as Processões Regias, que se praticão pelas ruas desta Villa com suas Opas, e Brandoens accêzoz, e Cruz alçada com seu Guião no lugar do costume com a melhor Ordem, e asseio possível, como também acompanharão a Procissão de Nossa Senhora dos Remedios, e Padroeira d'esta Villa, da mesma fôrma com suas Ópas, que sempre serão brancas, e Murças roxas, e com a mesma modéstia se recolherá para a caza do Consistório a guardar as alfaias, e do mesmo modo as mais Procissões q. por costume sempre acompanharão.



## Capítulo 17º

O Juiz terá muito cuidado em vigiar, q.  
os procuradores cumprão com asua obrigação,  
a elle compete fazer promover as esmollas, e  
arrecadar tudo, que se dever, e fazer que esta Ir-  
mandade seja governada em termos, que se lhes  
louve o seu zelo, e por este motivo será esco-  
lhido entre os Irmãos omais benemérito  
d’elles.



## Capítulo 18º

O presente compromisso será conservado em poder do Escrivão d’esta Irmandade, assim como os demais livros á Ella pertencentes, o qual será sempre pessoa, de quem se faça a maior confiança, e desconhecido zelo, p<sup>a</sup> boa guarda dos livros, e asseio da escripturação delles em termos os mais claros de sorte, que se selousse o seu cuidado, e intelligencia.



## Termo de Aceitação

Aos quinze dias doze de Dezembro de mil oito centos e onze annos nesta Villa de Nossa Senhora dos Remedios de Paraty, e capella de Nossa Senhora do Rosario dos homens prettos, onde está piamente erecta a Irmandade de São Benedicto também de homens prettos, e tendo ahi presentes o Reverendo Vigario Collado Antonio Jorge da Costa o Juiz, e mais mezarios da dita Irmandade pello Escrivão da mesma foi lido o prezente Compromisso Constante de dezoito artigos, e porque todos os Mezarios os acharem conforme aos seus Santos intentos o aceitarão como Leis da sua Irmandade para pedirem Confirmação de S. A. R. o Principe Regente N. Senhor, inocentando obrigação unanimemente os conferir como determinado nelle em toda a sua extensão. Segue para constar mandará fazer este termo, em que assignarão e eu Antonio Carneiro Alves de Alvarenga Escrivao, que escrevi e assignei.

O Vig<sup>o</sup> Coll<sup>o</sup> Antonio Jorge da Costa

Signal do Juiz – João + Cardozo

Escrivão – Antonio Carneiro Alv<sup>es</sup> de Alv

O Tezoureiro José de Sá Costa

Os Procuradores Thome + da Gama

Felizardo Roiz J<sup>e</sup> Carv<sup>o</sup>

Procuradores da Roça – João + Pires

Francisco + Joze de Azd<sup>o</sup>



Domingos + Reiz

Irmoens de Meza Luiz +Fran<sup>co</sup> Pex<sup>o</sup>

Firmo Marques de Freitas Camõe

Joaquim + de As

Joaquim + de Barros de Abreu

Manuel + Roiz da Gama

Miguel + Pires

Miguel + Alv<sup>a</sup>

Miguel + Pim<sup>ta</sup>

Felizardo + Pinto da Gama

João + Fez<sup>e</sup> Campos da Gama

Henrique Alv. Da As

Severiano de Souza Maciel

Feliciano Roiz de Car<sup>vo</sup>

Jozé Manoel da Gama

Manoel José de Car<sup>o</sup>

João + Gomes da Ass.<sup>em</sup>

Genoario + Carv<sup>o</sup> do Am<sup>AL</sup>

João Amaro da Gama

Luciano + da As Bap<sup>a</sup>

João + Fran<sup>co</sup> Bap<sup>o</sup>

Joaq<sup>m</sup> + Mor<sup>a</sup> Gomes.....Reg<sup>do</sup> a fl. 67

João + de Souza do L 3<sup>o</sup> Competente

Franc.<sup>co</sup> Joaq<sup>m</sup> Per<sup>a</sup> Rio 25 de Fev<sup>o</sup> de

1814



Dom João por graça de Deos Principe  
Regente de Portugal e dos Algarves d'aquem, e dalém Mar em  
Africa da Guine.....E do Mês....., cavalaria e Ordem de  
Nosso Senhor Jesus Christo. Faço Saber, que os Irmãos da  
Irmandade de São Benedito erectta na Igreja da Villa de Paraty  
..... representarão terem feito o.....Compromisso de commum  
Beneplacito em Mesa plena que o Escrivão em Minha Real  
Prezença, a que estavam sujeitos em observância das Minhas  
Reaez Ordenz, Pedindo se lhes fizesse a Graça de lho confir-  
mar para ter o fim devido e feito. O que visto, e resposta do Pro-  
curador Geral da Ordens. Hei por bem fazer Mercê aos  
sobreditos Irmãos da referida Irmandade de lhes Confir-  
mar o seu Compromisso escripto neste Livro em dezoito Ca-  
pitulos, com declaração porem de que lhes fica denegado o uzo  
de sepulturas dentro da Capella, sem que por esta cauza sejam  
prejudicados os Créditos da Fabrica da Matriz nem os Direitos  
Parochiaes: E em tudo cumprirão exactamente, o que pelo  
Meu Tribunal da Mesa da Consiencia e Ordes lhes  
for mandado, dando Contas ao respectivo Provedor das  
Capellas, a que a mesma Igreja competir, ou a quem  
por especial Ordem Minha se lhes Oudenar, e nãoa a  
outrem por quanto a Mim pertença tomar as contas das  
Confrarias sitas nestes Dominios por serem izentos por Bulla  
Apostolica de toda outra imposição. E Mando aos.Offi-  
ciões que ora são, e adiante forem da Mesa da referi-  
da Irmandade, não declinar, nem possão declinar  
na Jurisdhição, que mesma.....Ordem compete e dos  
Ministro, a que lhe for Devido Encarregalla, de que-  
farão termo neste mesmo Livro assignado por todos e



pelo Comissario, ou Capellão, que lhes dará o juramento de em tudo cumprirem e guardarem esta Minha Provisão: E inovando se alguma coiza neste Compromisso della ou não uzaria sem primeiro for Aprovada pelo referido Meu Tribunal. Pelo que Mandado a todas as pessoas, a quem o cumprimento desta Provisão competir a cumprão, e guardem como nella se contem, sendo passada pela Chancellaria da Ordem. O Principe Regente Nosso Senhor o Mandou pelos Ministros abaixo Assignados do Seu Conselho e Deputados da Mesa da Consciência e Ordens. João Gaspar da Silva Lisboa a fes. Rio de Janeiro trinta e hum de Janeiro de mil oitto centos e quatorze. Desta mil e seis centos e de Assignaturas tres mil, e duzentos reais. Joaquim José de Magalhaens Coutinho o subscrevi.

Mons<sup>or</sup> Miranda

P<sup>e</sup> Ant<sup>o</sup> de Souza da.....



## Termo de Posse

Aos vinte seis dias do mez de Dezembro de mil oito centos e quatorze annos nesta Villa de Nossa Senhora dos Remedios de Paraty e Capella de Nossa Senhora do Rosario em o Consistorio de São Benedicto estando junto o Juiz Escrivão Tezoureiro Procuradores e mais Irmoens Mesarios da ditta Irmandade pello R.<sup>do</sup> Vigario Collado Ant<sup>o</sup> Jorge da Costa me foi apresentado o Compromisso Confirmado p. sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Snr a definir lhe o Juramento de bem cumprir tudo quanto na mencionada Provisão nesta ordenado ao que não duvidarão pondo sua mão direita em hum livro dos Santos Evangelhos de baixo do juramento do mesmo lhe dirão que todo explicado e ordenado na Provisão de Sua Alteza Real se sujeitarão e obrigarão p. si e p. seus irmoes nesta Irmandade o Cumprir e a dito o seu juramento pello ditto R.<sup>mo</sup> Vigario se mandou lavrar este termo que assignão e eu Jose Manoel da Gama Irmão de Mesa q escrevi em pedim.<sup>to</sup> do escrivão e escrevi. Jose Manoel da Gama.

O Vigr. Call.<sup>do</sup> Antonio Jorge da Costa

Antonio Carneiro Alvares de Alvarenga

Sinal de Joaq<sup>m</sup> Jose

José d. Sz<sup>a</sup> Per<sup>a</sup>

Sinal de João + Batysta

Sinal de Joaq<sup>m</sup> Roize

Feliciano Roiz de Carv.

Pro meu filho Igr<sup>co</sup> Ro

iz de Souza

Simão Mor de FreittasCarrão

Vicente Ferr<sup>a</sup> de.....

Sinal de João + Gomez



Don Jose Caetano da Silva Coutinho, por  
Mercê de Deos e da Santa Sé Apostolica Bispo do Rio de  
Janeiro, Capellão Mor do Príncipe Regente Nosso Senhor  
e do Seu Conselho

Aos que apres. Nossa Prov. Virem Saude e  
Benção

Fazemos saber, que sendo Nos apprezentado o prrresen=  
te Compromisso da Irmandade de Sam Benedicto da Freguesia  
de Nossa Senhora dos Remedios da Villa de Parati, approved e confirmado pe  
la Regia Provisão de S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor;  
e consultando-nos que não se continha coisa alguma nos dezoito Capi-  
tulos, de que lhe se compõem, contra os bons costumes, e doutrina da  
Santa Igreja, e sua Sagrada Liturgia, Direitos Episcopaes, e Pa-  
rochiaes pela Informação, eparecer do Reverendo Juiz dos Caza-  
mentos Antonio Marcellino da Silva; e pela presente Nossa  
Provisão o Approvamos, e Confirmamos na parte, que Nos  
Pertence, afim de se executarem, e praticarem publicamente na  
dita Igreja Parochial em todos os.....do Culto Divino para  
honra e gloria de Deos e Nosso Senhor, que tem louvavelmente se-  
propõem, e se devem propor com todo o zelo os Irmãos da sobredita  
Irmandade. Dada na Rezidencia Episcopal do Rio de Janeiro  
debaixo do Nosso Signal, e o Sello de Nossa Chancellaria aos 7 de  
Maio de 1815. Cento e Catorze Francisco dos Santos Pinto, Es-  
crivão da Câmara o subscrevo.

Chan<sup>La</sup> .....1600

SELO	I. Bispo do Rio de Janeiro	Sello.....	60
		Desta.....	600
		Reg.....	320



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

2 Assinaturas

Reg.<sup>do</sup> a p. 87 v do L. 9 dos Prov<sup>s</sup>

R. 12 de Maio de 1815

Vianna

..... V. Ex<sup>ma</sup> Há bem Approvar e

Enformar o Compromisso da Irmandade de S. Benedicto

da Villa de Parati, como nella se declara

Pa... Ex<sup>a</sup> R<sup>ma</sup>



Visto pelo anno de 1816. O.....e huma  
Jurisdição tem na Irmandade, a sua vez que os Ca-  
pitulos deste Compromisso se achavão approva-  
dos pela Regia Prov.<sup>an</sup> de fls. 13 não necessita-  
vão jamais de outra confirmação, por tanto,  
a Irmandade não deve reconhecer outra Juris-  
dição q. não seja a....., referida Prov. de fl.13  
assim o declara. Parati 28 de Março de 1816

Assinatura ilegível



**N. 29**

Pg trezentos reis do sello deste  
Compromisso em quinze folhas  
R. 3 de Junho de 1813

Tem este Compromisso dezesseis folhas, que todas vão numeradas  
e por mim rubricadas em a primeira lauda de cada huma. Rio  
de Janeiro 29 de Janeiro de 1814

P.<sup>e</sup> Ant<sup>o</sup> de Souza da.....

Cumpra-se e Registre-se  
Paraty 13 de Agosto de  
1814

Assinatura

Registro no Livro 1<sup>o</sup> dez

Registro a fl. 70

Parati 13 de 7<sup>bro</sup> de 1814

Registro

1\$680

Rublicas e Sello

\$860



Irm. de N. S. do Rosario e S. Benedito

Cr\$

8,00

Nº

6

Recebi do Irmão

Horina

a quantia de Cr\$

oito cruzeiros

correspondente ao mês de

944-a 948

Parati

7

de

Setembro

de 194

8

O Thesoureiro

Levy Dibe



## ELEIÇÃO DE JUIZ, JUIZA, REI E RAINHA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS PRETOS DE PARATY.

### Ano – 1851

Juiz – Francisco Pereira Madruga

Juíza – D. Alexadrina Maria da Com<sup>con</sup>, m.<sup>er</sup> de Sebastião José Miguel de Sz<sup>a</sup>

Rei – Manoel, escravo de José Joaquim Pacheco

Rainha – Manoela Joanna da Cruz

### Ano – 1852

Juiz – O R.<sup>do</sup> Manoel Alves Velludo

Juíza – D. Anna Maria de Jesus, m.<sup>er</sup> de João Alves Vieira

Juiz de Meza – O Sr. Geraldo Braga de S. Sabbas

Rei – João, escravo de José Antonio de Oliveira Caixa

Rainha – Jeronima, escrava de Joaquim Lourenço de Oliveira

Juiz de Promessa – Manoel José Vieira

### Ano – 1853

Juiz – Francisco Marques dos Santos

Juíza – A S<sup>a</sup> D. Marianna Eugenia da S<sup>a</sup> S<sup>tos</sup>

Juiz de Meza – Benedicto do Nascimento Paiva

Juíza – A As Gertudes Maria de Barros

Rei – Sr. Victor, esc<sup>o</sup> de J<sup>e</sup> dos S<sup>tos</sup> Ferr<sup>a</sup>

Rainha – A Sr. Eulalia, escr<sup>a</sup> de Jose Joaq<sup>m</sup> Per<sup>a</sup> da Cruz

### Ano – 1854

Juiz – O Sr. João Franc<sup>o</sup> Pacheco Bastos

Juíza – D. Mercia Costodia de Oliv<sup>a</sup> – m.<sup>er</sup> do Cap<sup>ao</sup> Joaq<sup>m</sup> Mar<sup>co</sup> de Oliv<sup>a</sup>

Juiz da Meza – O Sr. Lino de Jesus Vasconcellos

Juiza – A Sr. Carminha Joa<sup>m</sup> Rosa

Rei – O Sr. Anacleto, esc<sup>r</sup> Franc<sup>co</sup> da C<sup>ta</sup> Cabral

Rainha – A Sr. Delfina, escr<sup>a</sup> de D.Maria Benedicta do Sacram<sup>to</sup>

### Ano – 1855

Juiz – Franc<sup>co</sup> M<sup>l</sup> da C<sup>ta</sup> Guim<sup>ez</sup>

Juíza – D. Maria Amalia de Castro m.<sup>er</sup> de Ant<sup>o</sup> Joaq<sup>m</sup> Al<sup>m</sup> d' Andr<sup>a</sup>

Juiz da Meza – o Sr. Franc<sup>co</sup> Antonio de Carvalho

Juíza – a Sr. Caetana Maria Bernarda

Rei – o Sr. Graciano de Oliv<sup>a</sup> Botta

Rainha – Felicidade, escr<sup>a</sup> q' foi de Mel. Roy de Azevedo

### Ano – 1856

Juiz – Manoel José de Barros

Juíza – D. Carolina Maria dos Santos

Juiz da Meza – O Sr. David da Rocha

Juíza da Meza – A Sr. Thereza escr<sup>a</sup> de Jacob Per<sup>a</sup> Lisboa

Rey – O Sr. Victor Per<sup>a</sup> dos Santos

Rainha – A Sr Maria Angelica



### **Ano – 1857**

Juiz – o Cap<sup>an</sup> Antonio Jose Epiphanio de Souza  
Juíza – a Sr. D. Januaría Maria da As m<sup>er</sup> de Galdino J<sup>e</sup> Pimenta  
Juiz de Meza – o Sr. Patricio José de Carvalho  
Juíza de Meza – A Sr. Elizíaria Maria Francisca  
Rey – Jeremias, escravo do Snr. Bruno Jose da Rocha  
Rainha – Justina, esc<sup>a</sup> de Antonio Xavier Pacheco

### **Ano – 1858**

Juiz – Joaquim José Gomes Teix<sup>a</sup>  
Juíza – D. Alexandrina Amália de Mor<sup>es</sup> B<sup>tos</sup>  
Juiz de Meza – o Sr Patricio Jose de Carvalho  
Juíza de Meza – a S<sup>a</sup> Fortunata, escr<sup>a</sup> de Carolina Maria da Silva  
Rey – o Sr. Caetano, esc<sup>o</sup> da viúva de João José Ferraz  
Rainha – a Sr. Luiza, escr<sup>a</sup> de João Fran<sup>co</sup> Pacheco Bastos

### **Ano – 1859**

Juiz – João Teix<sup>Ra</sup> da S<sup>a</sup> Lemos  
Juiza – D. Florisbella Maria de Au. e Cruz m<sup>er</sup> de Theodoro João de Lemos  
Juiz de Meza - o Sr. Adão, esc<sup>o</sup> de Camos Marques  
Juíza de Meza – a Sr. Tibúrcia, escr<sup>a</sup> de Manoel J. Silva  
Rey – o Sr. Jacintho Coelho Valladão  
Rainha – Emiliana, escr<sup>a</sup> de Angelo Maria Coupe

### **Ano - 1860**

Juiz – Jose da S<sup>a</sup> de Moraes Madruga  
Juíza – D. Rita de Cassia e As m<sup>er</sup> de J<sup>e</sup> Ant<sup>o</sup> Fej Policarpo  
Juiz da Meza – o Sr. Ventura Coelho Valladão  
Juíza da Meza – A Sr. Marianna, escr. De Ant<sup>o</sup> Al' Vieira  
Rey o Sr. Benedito, escr. De M<sup>el</sup> Fran<sup>co</sup> Pacheco B<sup>tos</sup>  
Rainha – A Sr. Florinda, esc<sup>f</sup> de Fran<sup>co</sup> Per<sup>a</sup> Madruga

### **Ano - 1861**

Juiz – o S<sup>r</sup> Raimundo Ignacio da S<sup>a</sup>  
Juíza – a Snr<sup>a</sup> D. Maria Joaquina, Molher de Domingos Gomes dos S<sup>tos</sup> Clam  
Juiz da Mesa – o Irmãon João Escravo de Antonio Alves Vieira  
Juiza – Barbara, escrava do Comendador Candido Jose Rony do Amaral  
Rei – Caetano, Escravo de D. Maria Rita Borge Caporica  
Rainha – Benedita Escrava do Sr. João Alves Vieira

### **Ano - 1862**

Juiz – o Snr. Antonio Jose Ribeiro Guim<sup>es</sup> digo Jose Nar<sup>co</sup> Vieira Corr<sup>a</sup> Vianna  
Juíza – a Snr<sup>a</sup> Izabel de Alvarenga Carram<sup>os</sup> Mag<sup>es</sup> molher de Na<sup>to</sup> Joaq<sup>m</sup> Mendes de Mag<sup>es</sup>  
Juiz da Mesa – o Irmão Thomé Escravo de José Narciso Vieira Corr<sup>a</sup> Vianna  
Juiza – Balbina Escr<sup>a</sup> do Sr. Domingos Genelicio Lopes de Araujo  
Rei – Joa<sup>m</sup> Escravo de D. Maria Escolástica de Oliveira  
Rainha – Ritta Escrava de Domingos José Gomes



### **Ano – 1863**

Juiz – José Agostinho Moreira

Juíza – D. Florisbella Rosa da Cruz m<sup>er</sup> de Ant<sup>o</sup> Carlos Vieira

Juiz de Mesa – o Sr. Querino Alves Velludo

Juiza – Luzia escrava de D. Maria Caparica Peixoto

Rey – Caetano escr<sup>o</sup> de D. Geralda Maria da Silva

Rainha – Benewdicta escr<sup>a</sup> de Franc<sup>o</sup> Marq<sup>es</sup> dos Santos

### **Ano – 1864**

Juiz – Manoel Ignacio de Araujo

Juiza – Maria Emiliana Maria da S<sup>a</sup> m<sup>er</sup> de Antonio Simões Ca....

Juiz de Mesa – Joaquim, escr<sup>o</sup> de Antonio Joaq<sup>m</sup> Avezes Magalhães

Juiza – Rita escr<sup>a</sup> de Francisco José Barbosa

Rei – Antonio esc<sup>o</sup> de José Francisco Pinto da Silva

Rainha – Jusepha, escr<sup>a</sup> de José da Silva Figueiredo

### **Ano – 1865**

Juiz – Antonio Rodrigues da Silva Junior

Juiza – D. Emigdia dos Santos Ferreira, m<sup>er</sup> de Silvano Peixoto Castro

Juiz de Mesa – Claudino, escr<sup>o</sup> de Antonio Joaq<sup>m</sup> Mendes Magalhães

Juiza de Mesa – Luiza, escr<sup>a</sup> de José Agostinho Moreira

Rei de promessa – Victor, escr<sup>o</sup> de Ant<sup>o</sup> Joaq<sup>m</sup> Mendes Magalhães

Rainha – Mariana, escr<sup>a</sup> de Maria Benedicta de Barros

### **Ano – 1866**

Juiz – O Irmão José Joaquim dos Santos

Juiza – D. Maria Candida de Souza Lopes, m<sup>er</sup> do Dr. Francisco José de Souza Lopes

Juiz da Mesa – Vicente Pedro Pereira

Juiza – Ovidia, escr<sup>a</sup> do Ten<sup>te</sup> Coronel Manoel José de Sousa

Rei – Joaquim, escr<sup>o</sup> que foi do falecido P<sup>e</sup> M.<sup>l</sup> João Antonio da Cunha

Rainha – Theodora, escr<sup>a</sup> de D. Geralda Maria da Silva

### **Ano – 1867**

Juiz – Antonio Luis Ferr<sup>a</sup> de Moura

Juíza – D. Candida Maria da S<sup>a</sup> Moraes, m<sup>er</sup> de Avelino Coelho

Juiz de Mesa – Bento José da Rocha

Juíza de Mesa – Gertrudes, escr<sup>a</sup> de D. Francisco Pires Nobre

Rei – Agostinho Gonçalves Coelho Valladão

Rainha – Tiurcia, escr<sup>a</sup> de M<sup>el</sup> Fernandes da As Campos

### **Ano – 1868**

Juiz – Antonio Alves de Souza

Juíza – D. Franc<sup>Ca</sup> da Casmara Barreto, m<sup>er</sup> de João Raymundo Sobrinho

Juis de Mesa – O Irmão João, escr<sup>o</sup> de J<sup>e</sup> franc<sup>o</sup> Pinto da S<sup>a</sup>

Juiza da Mesa – Joaquina escr<sup>a</sup> do Capp<sup>m</sup> José Ayres da Gama Bastos

Rei – Martiniano José de Almeida

Rainha – Maria do Cermino Madeira



### **Ano – 1869**

Juis – O Capp.<sup>m</sup> João Ayres Cesar da Gama  
Juiza – D. Maria Joaq<sup>na</sup> de JJesus, F<sup>a</sup> de D. M<sup>a</sup> Joaq<sup>na</sup> de Jesus.  
Juis de Mesa – Pedro, esc<sup>o</sup> de D. Manoella Ignacia de.....e S<sup>a</sup>  
Juiza da Mesa – Delfina escr<sup>a</sup> de J<sup>e</sup> Pires dos Rios  
Rei – Pedro, escr<sup>o</sup> de Ant<sup>o</sup> Tertuliano dos S<sup>tos</sup>  
Rainha – Maria Theresa, escr<sup>a</sup> de D. M<sup>a</sup> Joaquina da Cunha

### **Ano – 1870**

#### **Ano – 1871**

Juiz branco – Manuel Pereira de Moraes Pinto  
Juiza – D. Maria Rosa da Guia  
Juiz da Mesa – Joaquim, Escravo do Sr. Domingos José Gomes  
Juiza de Mesa – Damianna Maria da Conceição  
Rei – Joaquim Escravoo do Sr. Domingos Gomes dos Santos Chaves  
Rainha – Carlota Escrava dos Herdeiros do finado..... José da Silva

#### **Ano – 1872**

Juiz – José Franc<sup>co</sup> Pinto da S<sup>a</sup>  
Juiza – D. Maria Ignacia Coutinho  
Juiz de Mesa – Manoel escravo de D.Margarida de Almeida Peixoto  
Juiza de Mesa – Thereza escrava de João Teixeira da S<sup>a</sup> Lemos  
Rei – Bento José da Rocha  
Rainha – Mariana Antonia da Conceição

#### **Ano – 1873**

Juiz – O Irmão Com<sup>dor</sup> Candido José Roiz de Andrade  
Juiza – D. Maria Dorn Roys de Paiva  
Juiz de Meza – Nicoláo escravo da Ir<sup>ma</sup> D. Geralda Maria da S<sup>a</sup>  
Juiza de Meza – Geralda Maria dos Remedios  
Rei – Bento – escravo do Sr. Joaquim Gomes Vieira  
Rainha – Maria José de Calazães

#### **Ano – 1874**

Juiz – O Alferes Carlos José dos Santos Dias  
Juiza – D. Maria Justina Maniel Cruz mulher do Sr. José  
Juiz de Mesa – Higinio escravo de D.Maria Brazelina do Amaral  
Juiza Preta – Rita, escrava do Sr. Jeronymo da Costa Pombo  
Rei – Constantino, escravo D. Maria Eudoxia Rodrigues de Andrade  
Rainha – Mariana Rosa de Jesus

#### **Ano – 1875**

Juiz – Antonio a Costa Neves Junior  
Juiza – D. Maria das Dores de Jesus  
Juiz preto – Epaminondas escravo de Geronymo da Costa Pombo  
Juiza – Francisca, escrava de Joaquim Gomes Vieira  
Rei – Thomé, escravo de José Narciso Vieira Correa Vianna  
Rainha – Thereza, escrava que foi de José Fernandes Malvão



### **Ano – 1876**

Juiz – T<sup>te</sup> Marcolino José Bitencourt

Juiza – D<sup>a</sup> Candida Rosa da Silva Campos

Juiz preto – Virgolino, escravo de D. Maria Izabel da Costa

Juiza preta – Francelina, escrava de João da Fonseca Pinto Madureira

Rei – Brás escravo de João da Fonseca Pinto Madureira

Rainha – Theodora escrava de Antonio Gomes da Luz

### **Ano – 1877**

Juiz – Alf<sup>s</sup> Quintino de Oliveira Souza

Juiza – D<sup>a</sup> Maria Justina de Oliveira Seven Avlis

Juiz de mesa – João Maria Autha da Silva

Juisa – Maria Autha da Silva

Rei – João Bernardo da Conceição

Rainha – Caetana escrava de D<sup>a</sup> Joaquina Caparica

### **Ano – 1878**

Juiz – Joaquim Gomes de Oliveira

Juiza – D. Maria da Costa Pinto Correia

Juiz Preto – Manuel Verissimo da Nobrega

Juiza Preta – Maria do Carmo Dias dos Remedios

Rei – Alberto, escravo de Jerônimo da Costa Pombo

Rainha – Victoria Maria da Conceição

### **Ano – 1879**

Juiz – Antonio João de Avellar

Juiza – D. Francisca Maria da Concei<sup>m</sup>, mulher de Joaq<sup>m</sup>Miguel do Amaral

Juiz Preto – José Avelino..... da S<sup>a</sup>

Juiza Preta – Belezaria, esc<sup>va</sup> Carlota de Alvarenga Carramanhos

Rei – Theodoro do..... Antonio Joaquim da Cruz Seven Avlis

Rainha – Benedicta da D. Maria Fran<sup>ca</sup> da As Bastos

### **Ano – 1880**

Juiz – Alexandre Luiz Agostinho

Juiza – D. Francisca Ignacia de Souza

Juiz de Mesa – Manoel Joaquim Pereira da C<sup>ta</sup>

Juiza de Mesa – Maria D' Assunção Dias de Campos

Rei – Vicente, escravo de Jeronimo da C<sup>ta</sup> Pombo

Rainha – Marianna M<sup>a</sup> da Conceição

### **Ano – 1881**

Juiz – Alferes Manoel Alves Vieira

Juiza – D. Anna Maria das Dores

Juiz de Mesa – Lucas Caetano Dias

Juiza – Maria Franc<sup>a</sup> dos Santos, mulher de Abel Coelho dos Santos

Rei – Luiz José Moreira

Rainha – Virginia, escrava de Dr. João Lopes de Araujo



### **Ano – 1882**

Juiz – Manoel José de Souza Santos  
Juiza – D. Theresa de Jesus Souza  
Juiz de Mesa – Manuel Baptista da Silva  
Juiza – Carolina de Sousa  
Rei – Manoel de D. Carolina da Rocha Barreto  
Rainha – Maria Eufrasia da Conceição

### **Ano – 1883**

Juiz – Alexandre Luiz Agostini  
Juiz de Festa – M<sup>el</sup> Baptista dos S<sup>tos</sup>  
Juiza – Emerenciana M<sup>a</sup> Vieira  
Rei – Manoel Guilherme  
Rainha – M<sup>a</sup> Eufrasia da Conceição

### **Ano – 1884**

### **Ano – 1885**

Juiz de Mesa – Alexandre Luis Agostini  
Festeiros: Juis Alferes Quintino de Oliveira e Sousa  
Juiza: D. Maria Odoria Roiy de Andrade  
Juis preto: Geronimo da casa de Jeronimo da C<sup>ta</sup> Pombo  
Juiza: Benedicta Sousa de Jesus  
Rei – João Bernardo da Conceição  
Rainha - Maria do Carmo Medeiro

### **Ano – 1886**

Juiz de Mesa – Alexandre Luis Agostini  
Festeiros – Juis Cap<sup>m</sup> Gabriel Ribeiro Torres  
Juiza – D. Maria Justina Seven Avlis  
Juiz – João Pereira da Costa  
Juiza – Rosa M<sup>a</sup> de Oliveira Guia  
Rei – Cesario da casa de Jeronimo da C<sup>ta</sup> Pombo  
Rainha – M<sup>a</sup> Rosa das Dores, filha de Vicente

### **Ano – 1887**

Juiz de Mesa – Alexandre Luis Agostini  
Juises festeiros – José Theodoro Toledo  
Juises festeiros – Pedro de Almeida e Silva  
Juisas – D. Maria Fran<sup>Ca</sup> de Alvarenga  
Juisas – Alva Maria da Silva  
Rei – Joaquim Lopes de Araujo  
Rainha – Delfina Rosa do Espírito Santo

### **Ano – 1888**

Juis da Mesa – Alexandre Luis Agostini  
Festeiros Juizes – José Olympio de Oliveira Lopes  
Tomé Correa Vianna  
Juisas – D. Eulalia Bibeana da Gama Rodarte  
Izabel Maria do Rosario  
Rei – Ezequiel Candido da Silva  
Rainha – Rosa Maria de Viterbo



### **Ano – 1889**

Juis da mesa – Alexandre Luis Agostini  
Juises – João José do Prado  
          Sebastião Pereira de Jesus  
Juisas – D. Maria da Costa Pinto  
          D. Rosa Maria José  
Rei – Vicente da Costa Pombo  
Rainha – Maria Victorina de Barros de Abreu

### **Anos – 1890 a 1891**

Juis da Mesa – Alexandre Luis Agostini  
          Bras Hipolito de São Cassiano  
          Benedicto José da Rocha  
Festeiros Juízes – José Paulino Gigly  
          Apollinário José da Silva Brasão  
Juízas – D. Luisa Alexandrina Ribeiro Madruga  
          Manoela Rosa da Silva  
Rei – Antonio Eugenio da Silva  
Rainha – Maria Procopio da Annuniação

### **Anos – 1891 a 1892**

Juis da festa – Cap<sup>m</sup> Manoel Ferreira dos Santos Pádua  
          Esequiel Candido da Silva  
Juisas da festa – Maria Feliciano da Costa Lima  
          Maria Lucia da S<sup>a</sup> Paz- Juisa Geralda Maria do Nascimento  
Rei – Theodoro Dias Villela  
Rainha – Maria Barbara da S<sup>a</sup>  
Juis da Mesa – Alexandre Agostini

### **Anos – 1893 a 1894**

Juizes festeiros – T<sup>e</sup> Marcollino José Bittencourt  
          João Bernardo da Conceição  
Juiza - Maria Francisca de Oliveira Torres  
          Justina Maria da Cruz  
Rei – Eduardo Alves de Miranda  
Rainha – Maria Zeferina do Nascimento Cabral  
Juiz de Mesa T<sup>e</sup> Francisco da Cunha Freitas Junior

### **Anos - 1894 a 1895**

Juizes Festeiros - Daniel Gonçalves da Cruz  
          Gustavo Benedicto de Souza  
Juizas - D. Maria Peixoto Lopes da Costa  
          D. Emilia Paulina da Silva  
Rei - Caetano Xavier Caparica Madeira  
Rainha – D. Maria Pereira de Jesus  
Juiz de Mesa – Capitão Francisco Miguel da Cunha Freitas J<sup>or</sup>

### **Anos – 1895 a 1896**

Juizes festeiros - Ricardo Ribeiro Netto  
Juiza – D. Maria de Freitas Assumpção = esposa do Tent<sup>e</sup> Pedro Nobrega d' Assumpção  
Adjunto do Juiz - Manoel Luiz Leonel dos Santos  
Adjunto da Juiza - D. Leonora Maria da Conceição



Rei - O Sn<sup>r</sup> Manoel Bernardo da Conceição  
Rainha - D. Joanna Maria da Conceição  
Juiz da Mesa – Jose Mendes

**Anos – 1896 a 1897**

Juiz – O Sr<sup>n</sup> José Joaquim Alves Henrique  
Juiza – A Ex<sup>ma</sup> Sn<sup>ra</sup> D. Maria José Ayres de Magalhães  
Adjunto do Juiz - Sn<sup>o</sup> Antonio Bento Cypriano  
Adjunta da Juiza – D. Belisaria Maria das Dores  
Rei – Sn<sup>o</sup> Thomé Corrêa Vianna  
Rainha – Sr<sup>a</sup> D. Procopia Maria da Anunciação  
Irmãos de Mesa – Ir<sup>o</sup>es Americo de Almeida Campos, Manoel Lopes, João Pacheco Bastos e Joaquim Silvestre  
Irmãs de Mesa – A Ex<sup>ma</sup> Sn<sup>ra</sup> D. Candida Barbosa Mathias, Maria Gertrudes de Alvarenga, Martha Maria da Conceição e Julia do Amaral Cruz

**Ano – 1898**

**Anos – 1899 a 1900**

Juiz – Victor Paulino dos Santos  
Juiza – D. Dorothea Maria da Soledade  
Adjunto Juiz Antonio Pinto da Silva  
Adjunto Juiza Carolina Maria de Jesus  
Rei – Simeão Pereira de Jesus  
Rainha – D. Delfina Maria do Terço  
Irmãos de Mesa ....  
Irmãs de Mesa ....

**Anos – 1900 a 1901**

Juiz – Silvino Antonio do Carmo  
Juiza – Appolinaria Maria dos Santos  
Adjunto Juiz – Serafim Sergio do Nascimento  
Adjunto Juiza – Izidora Maria da Silva  
Rei – Braz Rodarte  
Rainha – Maria Clara da Conceição  
Irmãos de Mesa ....  
Irmãs de Mesa .....

**Anos – 1901 a 1902**

Juiz – Eduardo Pinto Vieira  
Juiza – D. Etelvina Torres  
Adjunto Juiz – José Perfeito Pimenta  
Adjunto Juiza – D. Rita Benedita dos Remédios  
Rei – Taciano dos Santos (Taciano Auto dos Santos)  
Rainha – D. Geralda Dias da Rocha  
Irmãos de Mesa – Benedicto Servulo Moreira  
Silvino Antonio do Carmo  
Irmãs de Mesa ....

**Anos – 1902 a 1903**

Juiz – João Baptista Cirino  
Juiza – D. Elenita Rosa de Aquino



Adjunto Juiz – Manoel Raimundo da Silva  
Adjunto Juiza – D. Marianna Dendor Barros  
Rei – Antonio Mathias de Souza, não asseitou é o Victal da Costa Pombo  
Rainha – D. Joanna Maria da Conceição  
Irmãos de Mesa – José Perfeito Pimenta  
Benedito Servulo Moreira  
José Rodrigues de Aquino

**Anos – 1903 a 1904**

Juiz – José Olympio do Amaral Vianna  
Juiza – Maria Feliciano da Costa Lima  
Adjunto Juiz – José Martiniano do Amaral  
Adjunto Juiza – Luiza Gonçalves Cruz  
Rei – esc. Benedicto Rosa de Oliveira  
Rainha ....

**Ano – 1907**

Festeiro – Sr. Henrique Sarmento

**Ano – 1908**

Não houve programação, foi deliberada de última hora. O Pharol, edição de 27.12.1908

**Ano – 1909**

**Ano – 1910**

Juiz – Honorio Rodrigues Barreto  
Juiza – Dona Raquelina Peluzo Judice  
Ajuda Juiz – Hilário P. da Silva  
Ajuda Juiza – Dona Doquinha S. Dias  
Rei - Geraldo Bispo de S. Sabbas  
Rainha – Maria dos Remédios da Cruz

**Ano – 1925**

Festeiro – Sr. Flósculo de Oliveira Netto

**Ano – 1957** – Sem informações

**Ano – 1958** – Sem informações

**Ano – 1959** – Sem informações

**Ano – 1960**

Festeiros – os Beneditos  
Festeiras – As Beneditas  
Comissão: Dalva Calixto, Paulina Coupê, Dulcina C. França, Aldemar Duarte  
Rei – João Batista dos Santos  
Rainha – Rita de Cássia dos Santos

**Ano – 1970**

Festeiro – Epaminondas Mello (18 a 27/12)  
Rei –  
Rainha –



**Ano – 1971**

Festeiro – Assis José Goulart e Manoel Felix da Paz

Rei –

Rainha –

**Ano – 1972**

Festeiro – Benedito Ayres de Aquino (18 a 27/12)

Rei –

Rainha –

**Ano – 1973**

Festeiro – Benedito José Melo da Silva

Rei – Honório do Espírito Santo

Rainha – Kátia Regina Ferreira Pádua

**Ano - 1974**

Festeiro – Manoel Felix da Paz, José Alves Sant'Anna, Waldemiro Brás da Conceição, João de Oliveira Netto e João Batista dos Santos (20 a 29/12)

Rei – Antonio Gonçalves dos Santos

Rainha – Maria Cristina da Silva Paz

**Ano – 1975**

Festeiro – Benedito Domingos Gama (19 a 28/12)

Rei – Antonio Olimpio dos Santos

Rainha – Maria Cristina da Silva Paz

**Ano – 1976**

Festeiro – Comissão Paroquial (Benedita Vieira de Oliveira, Julia Vieira de Oliveira, Maria Izaltina Ramos Cananéa, Lindalva Maria de Aquino, Maria Emilia de Mello Santos Pádua, Bento Cananéa e João de Oliveira Netto) (26 a 29/12)

Rei –

Rainha -

**Ano – 1977**

Festeiro – Amélia Chiminazzo (18 a 27/12)

Rei –

Rainha-

**Ano – 1978**

Festeiro – Dayse Lucie Ribeiro Vidal e Paulo Flores Vidal (26/11 a 27/12)

Rei -

Rainha – Andréia Alcântara Mariano

**Ano – 1979**

Festeiro- José Cláudio de Araújo (18 a 27/11)

Rei – Benedito José Costa de Souza

Rainha – Ivanilda do Carmo

**Ano – 1980**

Festeira – Anna Zitha de Alvarenga Corrêa (20 a 29/11)

Rei – Jorge Zelbino da Silva

Rainha –



**Ano – 1981**

Festeiro – Benedito Pereira da Anunciação (19 a 28/11)

Rei –

Rainha –

**Ano 1982**

Festeiro – Benedito Basilio de Paula e Benedita Theresa de Paula (18 a 27/11)

Rei – Carlos Henrique de Paula

Rainha – Aparecida de Paula

**Ano 1983**

Festeiro – Benedicta Bullé dos Santos (17 a 26/11)

Rei – Cláudio dos Santos

Rainha –

**Ano – 1984**

Festeiro – Maria Izaltina Ramos Cananéa, Juliana Carlota de Oliveira, Joana Ignez de Jesus, Leda Maria Coelho de Barros, Lucilia Maria Cananéa da Costa e Zelina Fernandes de Oliveira (15 a 24/11)

Rei –

Rainha –

Obs. Nesta festa não houve rei e nem rainha, conforme informações obtidas com uma das festeiras, Sra. Maria Izaltina Ramos Cananéa.

**Ano – 1985**

Festeiro – Aparecida da Silva Coupê (08 a 17/11)

Rei – Honório do Espírito Santo

Rainha – Luzinete Grácia do Carmo

**Ano – 1986**

Festeiro – Benedito Lourenço Dias (07 a 16/11)

Rei – Ronaldo Conceição

Rainha – Isabel Maria do Carmo Teixeira

**Ano – 1987**

Festeiro – Gilson Benedito Ayres Malvão e Maria dos Remédios Silva Malvão (06 a 15/11)

Rei – Honório do Espírito Santo

Rainha – Cristiane Conceição da Silva Lazar

**Ano – 1988**

Festeiro – Inácia Augusta de Oliveira (04 a 13/11)

Rei – Valdemar do Nascimento

Rainha – Regina Domingas dos Santos

**Ano – 1989**

Festeiro – Maria Emilia de Mello Santos Pádua (10 a 19/11)

Rei – Valdemar do Nascimento

Rainha – Lindalva Maria de Aquino



**Ano – 1990**

Festeiros – Katia Regina Ferreira Pádua de Souza e (09 a 18/11)

Maria de Lourdes Pereira Pádua

Rei – Noberto Angelo da Conceição

Rainha – Andréia Alcântara Mariano

**Ano - 1991**

Festeiro – Maria Magnolia de Oliveira Santos e (08 a 17/11)

Josélia Bezerra de Farias Silva

Rei – Valdemar do Nascimento

Rainha – Sandra do Espírito Santo Corrêa

**Ano – 1992**

Festeiro – Thereza Helena dos Santos (06 a 15/11)

Rei – Valdemar do Nascimento

Rainha – Maria Cristina da Silva Paz

**Ano – 1993**

Festeiro - Joaquim Marques da Cunha Neto (05 a 14/11)

Rei – Valentim Conceição

Rainha – Serafina Soares Ventura

**Ano – 1994**

Festeiro – Hilza Maria Pádua Alcântara ( 04 a 13/11 )

Rei – Valdemar do Nascimento

Rainha – Maria Cristina da Silva Paz

**Ano – 1995**

Festeiro – Maria Gibrail Rameck (10 a 19/11)

Rei – Honório do Espírito Santo

Rainha – Patricia Costa Campos

**Ano – 1996**

Festeiro – Luzia Diniz Moreira

Rei – José Celso Avelino

Rainha – Ceidimar S. Ramos

**Ano – 1997**

Festeiro – Paulo Flores Vidal e Dayse Lúcie Ribeiro Vidal (07 a 16/11)

Rei – Noberto Angelo da Conceição

Rainha – Luzia Baptista

**Ano – 1998**

Festeiro – Benedita Thereza de Paula (06 a 15/11)

Rei – Carlos Henrique de Paula

Rainha – Uriana da Silva Moura

**Ano – 1999**

Festeiro – Lúcio Jorge Maia da Conceição e Sonia Gomes Rocha da Conceição (05 a 14/11)

Rei – Ivan Rosena

Rainha – Gleiziela de Moraes Silva



**Ano – 2000**

Festeiro – Lucília Maria Cananéa da Costa e Coral da Igreja Matriz (10 a 19/11)

Rei –

Rainha – Laura Rosa de Oliveira

**Ano – 2001**

Festeira – Maria de Lourdes Pereira Pádua

Rei – Manoel Carlos da Silva Paz

Rainha – Melca de Oliveira Santos

**Ano – 2002**

Festeiro – Círculo Bíblico do Pontal

Rei – Alessandro Lopes de Aguiar

Rainha – Pedrina Lopes de Aguiar

**Ano – 2003**

Festeira – Josélia Bezerra de Farias Silva (07 a 16/110)

Rei – Carlos Henrique de Paula

Rainha – Uriana da Silva Moura

**Ano – 2004**

Festeiros: Sergio Lemos e Elizete Malvão Lemos (12 a 21/11)

Rei – Maurino Leonardo

Rainha – Suzana Lopes do Nascimento

**Ano – 2005**

Festeiros: Iracema de Paula Greff e Silvio Machado Cardoso

Rei – Carlos Henrique de Paula

Rainha – Uiara Greff Cardoso

**Ano – 2006**

Festeiro – Edson José de Oliveira e Grupo de Decoradores (10 a 19/11)

Rei – Marcos Cardoso de Barros

Rainha – Ana Cláudia da Conceição

**Ano – 2007**

Festeiros: Carlos Henrique, Ana Lucia, Orlando e Rosenir

Rei – Marcos Cardoso de Barros

Rainha – Anne de Oliveira Gama de Souza

**Ano – 2008**

Festeiros – Apostolado da Oração

Rei – Francisco Luiz da Silva Nascimento (Chiquinho)

Rainha – Luzia Isaias Profeta

**Ano – 2009**

Festeiro – Edith Azevedo e seu marido Edayr Azevedo

Rei – Valdemar do Nascimento

Rainha – Ivanilda do Carmo



**Ano – 2010**

Festeiro – Ana Lúcia Cananéa

Rei – Vinicius Vieira

Rainha – Ana Luiza Oliveira Moura

**Ano – 2011**

Festeiro – Elcio Gonçalves

Rei – Luam Corrêa

Rainha – Priscila Isaias Profeta

**Ano – 2012**

Festeiro – Antonio Cezar Santos de Souza

Rei – Paulo Tristão

Rainha – Lara Santos Silva

**Ano – 2013**

Festeiros – Newton Netto Dantas e Maria Helena Pinto Dantas

Rei – Lucas Baptista

Rainha – Luzia Baptista

**Ano – 2014**

Festeiros – Lucília Maria Cananéa da Costa e Francisco Carlos Coupê Coelho de Alvarenga

Rei – Paulo Victor Narcizo Ramos

Rainha – Iسس Roberta dos Santos

**Ano – 2015**

Festeiros – Edson José de Oliveira e Inácia Augusta de Oliveira

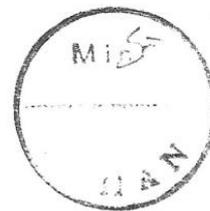
Rei – Valdemar do Nascimento

Rainha – Graciete Alcântara



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INFORMAÇÃO Nº 76/85



Assunto: Averbação à inscrição nos Livros do Tombo da SPHAN dos acessórios que compõem os edifícios religiosos tombados.

Senhor Secretário,

Ficamos de pleno acordo com a proposta feita pela Assessoria Jurídica de averbação à inscrição dos bens culturais nos Livros do Tombo desta Secretaria dos acessórios que compõem estes edifícios, notadamente no caso das edificações religiosas. Tal entendimento sempre esteve presente na política de preservação deste Órgão, desde muito tempo, e a informação nº 040 da Assessoria Jurídica o comprova.

Julgamos, assim, que a proposta é extremamente útil para a atuação permanente de preservação, notadamente nesta época em que estes bens culturais móveis atingem altos preços no comércio de obras de arte. Entendemos mais, que tal decisão se reveste do caráter de urgência.

De acordo com a proposta, sugerimos que este processo seja encaminhado ao Conselho Consultivo para exame e decisão.

Rio de Janeiro, 24 de julho de 1985

AUGUSTO C. DA SILVA TELLES  
Diretor da DTC/SPAN



INVENTÁRIO DOS OBJETOS EXISTENTES NA CAIXA-FORTE DA IGREJA MATRIZ

VIA;

<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>Estado Conservação</u>
1 coroa de ouro - média ( Na.Sa. Conceição-Parati Mirim)	reg.
1 coroa dourada - pequena	bom
1 coroa de ouro-pequena	bom
1 coroa de prata filigranada - pequena	bom
7 coroas de prata-trabalhada- tamanhos diversos	bom
1 tiara de metal c/ pedras brancas e vermelhas	bom
1 tiara de metal c/incrustações de pedras	bom
12 cálices p/comunhão - prata dourada	bom
10 patenas -prata dourada	bom
2 ambulas de prata e ouro	bom
1 lúnula de prata e ouro-oval	bom
4 resplendores prata trabalhada	bom
1 coroa de ouro	bom
2 coroas de prata trabalhada	bom
2 castiçais de prata -grandes- p/ três velas	bom
4 navetas de prata - diversos tamanhos	bom
1 turíbulo pequeno de prata	bom
1 turíbulo redondo de prata	bom
3 turíbulos de prata	bom
1 bandeija de prata c/tesoura p/pavios em prata (espíriteira)	bom
1 chave de prata do Sacrdote	bom
2 colheres de prata- tamanho médio	bom
2 colerinhas de prata douradas	bom
1 castiçal de prata trabalhada ( candelabro ou candeia)	bom
2 coroas de prata trabalhada -pequenas	bom
2 coroas de metal dourado - pequenas	bom
1 bacia de prata - grande e redonda	bom
2 resplendores de prata	bom
1 resplendor de metal amarelo - grande	bom
1 crucifixo de marfim c/cruz e penha de madeira	bom
1 crucifixo de madeira coberto c/gesso	reg.
1 salva de prata -redonda, meia média	bom
1 cruz de prata, desmontável -parte da vara das insígnias	bom
1 crucifixo de metal - parte da vara das insígnias	bom
2 crucifixos de madeira	mau
1 crucifixo de marfim e madeira	reg.
1 crucifixo de madeira c/ imagem quebrada	mau



DESCRIÇÃO	Estado conservação
1 chave do sacrário de prata	bom
1 chave p/sacrário - prata dourada	bom
1 cave de sacrário com galão dourado	bom
1 emblema c/ Na. Sa. dos Remédios - prata e ouro	bom
1 emblema de Sta. Rita - Prata	bom
1 emblema c/ Na. Sa. Do Rosário - prata	bom
1 emblema c/ Na. Sa. das Dores - prata	bom
1 livro ( missal) c/capa de madre-pérola (pequeno)	mau
1 livro ( missal) c/capa trabalhada em fundo preto (peg.)	reg.
1 custódia de prata trabalhada - grande	bom
1 custódia de prata trabalhada - média	bom
1 estante p/ Missal - prata	bom
1 estante p/ missal - prateada em metal	bom
1 estante de missal - em prata ou metal prateado- trabalhada	bom
1 salva de prata pequena ( redonda)	reg.
1 lavanda de prata trabalhada ( bacia e gomil ou jarro)	bom
1 campanha de prata	bom
1 bandeja de prata trabalhada / imagem Menino Jesus em madeira	bom
1 punhal de prata da imagem de Na. Sra. Dores (pequeno)	bom
1 punhal de prata da imagem de Na. Sra. Dores (grande)	bom
3 cravos de prata c/ porcas	bom
1 cetro de prata c/ emblema de Na.Sa. Rosário	bom
1 par de serpentinas de metal prateado	bom
1 resplendor de prata - grande	bom
2 porcas de pratas	bom
1 resplendor de prata c/ estrelas	bom
12 resplendores de prata - tamanhos diversos	bons
2 resplendores de metal amarelo - tamanhos diversos	bons
6 dardos ( setas) de prata ( imagem de S. Sebastião)	bom
1 resplendor losangular de prata	reg.
1 pena de prata ( fôlha ou asa?)	bom
1 tiara de prata incrustada de pedras brancas	bom
1 cruz-relicário de prata c/ 12 sem relíquia	bom
1 coroa de ouro trabalhado ( grande) Na. Sa. Remédios	bom
1 coroa de ouro(média) trabalhada - Menino de Na. Sa. Remédios	bom
1 coroa de prata dourada ( pequena) Na.Sa. Dores	reg.
1 coroa de prata trabalhada ( média)	mau
1 coroa de prata trabalhada ( pequena) S. Benedito	bom



DISCRIMINAÇÃO	Via.	Estado Conservação
1 crucifixo de madeira c/ imagem do gesso		mau
1 salva de metal		reg.
1 imagem da Na. Sa. da Boa Morte ( madeira)		bom
2 crucifixos de madeira		reg.
1 imagem da Sto. Antonio -média ( madeira c/pelica)		bom
1 imagem da Na. Sra. Rosário - ( chifre)		bom
1 imagem da São José ( c/cabeça quebrada)		reg
1 imagem da Sagrada Família ( quebrada - madeira)		mau
1 imagem da Na. Sa. do Bom Despacho ( louça)		bom
1 imagem da Santa c/ menino no braço ( barro)		bom
1 crucifixo de madeira c/ imagem de gesso ( grande)		mau
1 imagem da Sant' Ana ( madeira)		mau
1 imagem da Na. Senhora ( Pietá) terra cota		bom
1 imagem Sant 'Ana ( madeira)		bom
1 imagem São Sebastião ( madeira)		bom
1 imagem S. Bom Jesus da Paciência ( sentado) madeira		bom
1 imagem Na. Sa. Rosário ( madeira)		bom
1 crucifixo madeira - grande		bom
1 sino de 1839 ( rachado)		mau
2 imagens do menino Jesus - madeira		bom
1 cruz de prata - pequena		bom
1 cruz de prata c/ rosca p/ atarrachar		bom
6 varas de prata p/ o pálio		bom
2 lanterna de prata trabalhada - Santíssimo)		bom
2 tocheiros de prata ( santíssimo)		bom
1 cruz processional - prata trabalhada ( santíssimo)		bom
2 tocheiros de prata - Na. Sa. Remédios)		bom
1 cruz processional - prata trabalhada ( Na. Sa. Remédios)		bom
10 varas de procissão ( prata trabalhada) tamanhos div.)		bom
3 cruzeiros processionais - <del>prata</del> metal		bom
1 bola de prata ( pega de outra cruz)		bom
6 peças de prata do presente do lustre		bom
1 reoplendor de prata ( redondo)		bom
1 pontal de prata ( para o Divino)		bom
1 coroa de prata c/ <del>de</del> de prata ( imperador do Divino)		bom
1 <del>de</del> de prata trabalhada ( de pé)		bom
1 <del>de</del> de prata		bom



DISCRIMINAÇÃO	Estado conservação
x 1 rosário de ametista e ouro c/borla e cruz	bom
x 1 rosário de ouro c/cruz e borla	bom
x 1 rosário de marfim	bom
x 1 terço de madrepérola ( Igreja da roça ?)	bom
x 1 terço de prata (?)	bom
x 1 cordão de ouro / cruz com pedra vermelha no centro	bom
x 1 cordão de ouro c/ cruz e meia-lua	bom
x 1 cordão de ouro com cruz	bom
x 1 cordão de ouro c/par de borlas, cruz com pedra branca	bom
x 1 cordão de ouro com cruz	bom
x 1 cordão de ouro c/ medalha - pequena	bom
x 1 cordão de ouro c/ duas crezes ( barra Grande)	bom
x 2 pares de brincos redondos de prata c/pedras	bom
x 1 par de brincos de prata c/pedras em forma de fôlhas	bom
1 par de brincos de prata c/pedras ( em forma de laço)	bom
1 par de abotoaduras de ouro ( retangular)	bom
1 par de abotoaduras de ouro em forma de trevo	bom
1 abotoadura de ouro	bom
1 par de brincos de ouro c/pedras de brilhantes (?)	bom
1 brinco quebrado c/ pedrinhas	mau
1 par de brinco de ouro ( pequenos)	bom
1 par de brincos de <del>prata</del> prata c/brilhantes (Na.Sa.Dóres)	bom
1 escapulário de ouro - grande	bom
x 1 escapulário de ouro - pequeno	reg.
1 cruz de <del>prata</del> prata c/brilhantes	bom
1 relicário de ouro, oval c/ pedra preta - grande	bom
1 relicário de ouro, redondo - pequeno	bom
1 broche de ouro com pedra roxa	bom
1 broche de prata c/ pedra	bom
1 pedra verde c/ bordas douradas	bom
1 emblema amarelo ( AM)	reg.
1 galão de ouro c/ ametista ( c/bril. Na. Sa. Dóres)	bom
1 galão dourado c/broche c/pedras brancas (Na. Sa. Dóres)	bom
1 pulseira ouro	bom
1 pulseira de ouro	bom
1 par de brincos de ouro c/ pedras brancas	bom



INVENTÁRIO DO OBJETO DE INTERESSE NA CAIXA-FORTE DA IGREJA MATRIZ

DISCRIMINAÇÃO	VIA.	Estado Conservação
1 caldeirinha c/ hisopo de metal		reg.
1 vara de prata c/ alforge ( s. Roque)		bom
1 coroa de prata trabalhada ( rainha de S. Benedito)		bom
1 palma de prata ( Sta. Rita)		bom
1 cálice de prata ( pequeno)		bom
1 concha batismal ( prata)		bom
6 castiçais de prata ( altar do Santíssimo)		bom
1 campainha de metal prateado		bom
1 lampadário de prata ( sta. Rita)		bom
1 lampadário de cristal ( sta. Rita)		bom

Parati, em de julho de 1972.

*Moacyr de Paula Duque*  
Moacyr de Paula Duque

Alcebíades Tavares da Silva  
*José Conti Miranda*  
José Conti Miranda

Geraldo Gama  
*Dr. José Gerardo Barreto Borges*  
Diuner José Melo da Silva

Obs: Algumas das peças relacionadas no presente inventário, não se encontram mais na caixa forte, encontram-se no Museu de Imagens ou de diversas alfaias na própria Igreja Matriz

*Moacyr de Paula Duque*  
*José Conti Miranda*  
*Diuner José Melo da Silva*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**Ministério da Educação e Cultura**  
**Departamento de Assuntos Culturais**

**Convênio que entre si fazem o Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, representado pelo seu Diretor, arquiteto Renato de Azevedo Duarte Soeiro, devidamente autorizado, e a Mitra Diocesana de Barra do Pirai - Volta Redonda, representada por Sua Excelência a Reverendíssima Dom Waldyr Calheiros, em que dando cumprimento aos dispositivos legais pertinentes à proteção dos bens culturais do país que cabe ao Poder Público e igualmente às entidades privadas detentoras de parte do acervo nacional, acordam em firmar o presente instrumento, com a finalidade da criação, instalação e manutenção de um Museu de Arte Sacra na Igreja de Santa Rita, em Paraty, Município convertido em Monumento Nacional pelo Decreto nº 58 077 de 24 de março de 1966, mediante as cláusulas abaixo:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - O Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, compromete-se a:**

- 1 - executar todos os serviços e obras necessárias para adaptação da Igreja de Santa Rita à finalidade do Museu a ser nela instalado, sem que se alterem as características arquitetônicas essenciais do referido monumento;**
- 2 - instalar na Igreja e suas dependências um Museu de Arte Sacra em que sejam previstas, além da finalidade museológica, as condições para a criação de núcleo de biblioteca especializada, bem como promover outras atividades culturais concomitantes com as suas finalidades;**
- 3 - transferir para a dependência do Consistório da Igreja em causa a atual caixa-forte e museu de prataria localizada na Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, fazendo construir no recinto da referida dependência um novo arcabouço de concreto armado, com condições adequadas à segurança e à conservação das referidas alfaias;**
- 4 - assegurar o funcionamento do Museu de Arte Sacra de Paraty visando o colecionamento de material histórico e artístico, propiciando também a realização de conferências, cursos, concertos de música sacra, de acordo com as possibilidades orçamentárias do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.**

*Waldyr Calheiros*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

5 - preservar, de maneira eficaz, contra as condições climáticas ambientais adversas, todo o acervo de peças e objetos de valor histórico e artístico vulneráveis ao alto grau de umidade e à ação corruptora permanente da salinidade local;

6 - arcar com os ônus decorrentes da conservação do conjunto de edificações que integram o monumento arquitetônico em causa (igreja, consistório e cemitério), mantendo-o permanentemente cuidado e custeando, com verbas específicas incluídas no orçamento do órgão federal, a equipe de pessoal especializado e administrativo, necessária ao desempenho da atividade do Instituto;

7 - responder plenamente pela segurança e incolumidade do legado entregue à sua guarda;

8 - não interferir no uso do cemitério anexo, pela Irmandade de Santa Rita, de acordo com as normas do Direito Canônico;

9 - ceder, eventualmente, e por prazo determinado, por necessidade do culto e cerimônias religiosas celebradas pela Paróquia, as peças, objetos e imagens integradas no acervo do Museu de Arte Sacra de Paraty, ato que deverá ser efetivado mediante um termo de entrega precedido de aviso à Direção do Museu com a antecedência de, no mínimo, oito (8) dias;

**CLAUSULA SEGUNDA - A Mitra Diocesana de Barra do Pirai - Volta Redonda obriga-se a:**

1 - ceder ao Ministério da Educação e Cultura, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo prazo de cinquenta (50) anos, para os fins previstos nos itens 3 e 6 da cláusula primeira, o conjunto arquitetônico da Igreja de Santa Rita, representado pela Igreja propriamente dita, pelo Consistório e pelo Cemitério anexo, sito na cidade de Paraty, Estado do Rio de Janeiro;

2 - transferir para o Museu de Arte Sacra de Paraty a ser instalado no mencionado conjunto pelo Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o acervo de peças e objetos de valor histórico e artístico atualmente recolhido na caixa-forte e nos cômodos das alas laterais da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, mediante inventário detalhado e assinado, em duas vias, pelas partes interessadas;

3 - decorrido o prazo referido no presente convênio e não convindo à Mitra Diocesana de Barra do Pirai - Volta Redonda prosseguir na cessão e na transferência que tratam os itens 1 e 2 desta cláusula, todos os bens móveis e imóveis mencionados neste convênio reverterão à Cedente, sem qualquer indenização, recompensa ou ressarcimento pelas benfeitorias neles executados;

W  
Hueri-



4 - com o propósito de assegurar a continuidade cultural do Instituto, poderá o Poder Público promover a incorporação definitiva do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional dos bens móveis e imóveis mencionados neste Convênio, mediante uma indenização justa, cabendo à Mitra Diocesana de Barra do Pirai - Volta Redonda julgar da sua conveniência e aceitação das condições propostas

5 - o prazo do Convênio é de cinquenta (50) anos, podendo ser denunciado, em comum acordo dos convenientes antes de se haver expirado, por motivo relevante, mediante notificação escrita de uma à outra parte, com seis (6) meses de antecedência;

6 - a organização e programação das atividades culturais do Museu de Arte Sacra de Paraty são da inteira responsabilidade administrativa e orientação técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

7 - das atividades culturais e exposições não participam manifestações que destoem com o caráter religioso do monumento;

8 - as peças e objetos de interesse histórico e artístico integrados, por compra ou doação, ao acervo do Museu de Arte Sacra de Paraty, nela poderão continuar expostas após o prazo estabelecido neste instrumento, o que se fará mediante um termo entre a Mitra Diocesana de Barra do Pirai - Volta Redonda e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em que se caracterizem as condições do empréstimo;

9 - as peças e objetos de interesse histórico e artístico adquiridos por compra ou doação durante a vigência deste Convênio e integradas no acervo do Museu de Arte Sacra de Paraty, serão de propriedade do Poder Público, não estando sujeitas à indenização de que trata o item 4 desta cláusula;

10 - o Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de comum acordo com a Mitra Diocesana de Barra do Pirai - Volta Redonda, poderão transferir para outro órgão oficial ou entidade privada de finalidade universitária ou atividade cultural os encargos ou responsabilidades deste Convênio, uma vez verificada a existência de condições orçamentárias

W  
Nae



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

4.

rias e administrativas mais favoráveis às atividades e ao desenvolvi-  
mento do Museu de Arte Sacra de Paraty.

E, por estarem assim justas e avençadas, assinam as  
partes o presente Convênio.

Volta Redonda, de de 1973

+ Waldyr Calheiros de Norões

Bispo Diocesano de Barra do Piraí

Volta Redonda

Rafael de A. Leão

Diretor do Patrimônio Histórico e  
Artístico Nacional

/NSC.